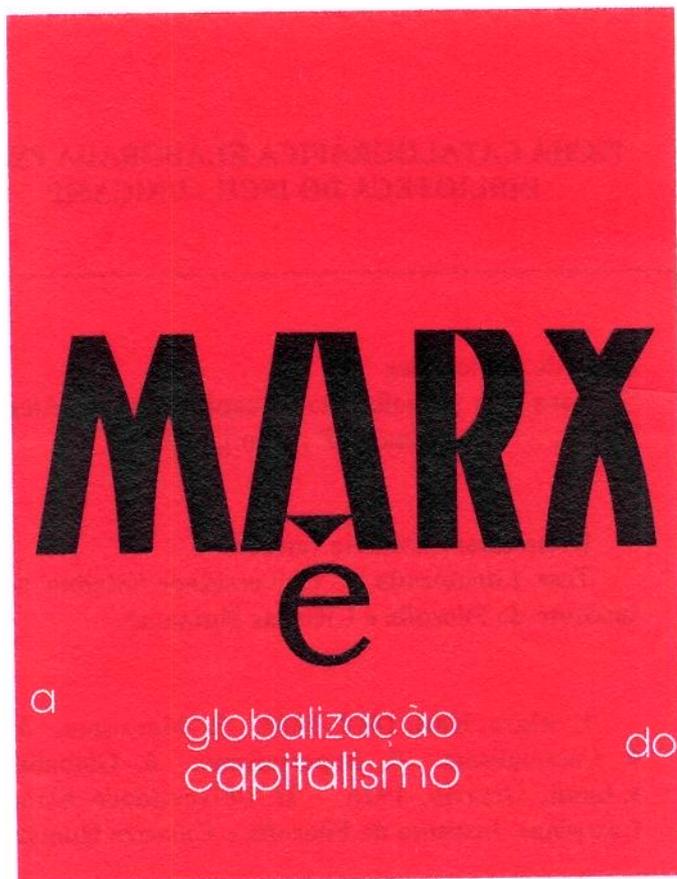


ALEX FIUZA DE MELLO.



Tese de Doutorado apresentada ao
Programa de Doutorado em Ciências Sociais
do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP

Orientador:
Prof. Dr. Octavio Ianni

Campinas
1998

98/1105

UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	
<input type="checkbox"/> Unicamp	
V.	m. 489 m
TOMBO B	33709
PREC.	395/98
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREC.	R\$ 11,00
DATA	07/05/98
N.º CPD	

CM-00110143-7

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

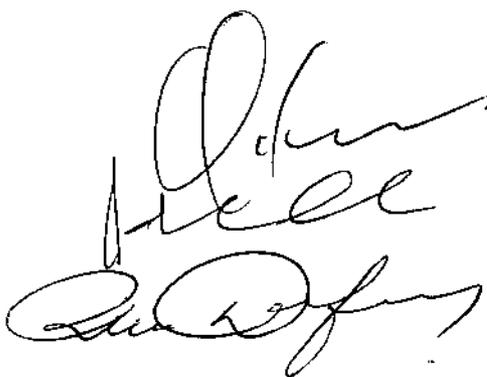
F 586 m Fiuza de Mello, Alex
Marx e a globalização do capitalismo / Alex Fiuza de Mello . - - Campinas, SP : [s.n.], 1998.

Orientador: Octavio Ianni.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Marx, Karl, 1818 -1883. 2. Marxismo. 3. Capitalismo.
4. Colonialismo. 5. Imperialismo. 6. Globalização.
I. Ianni, Octavio, 1926 - II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Este exemplar corresponde a
redação final da Tese defendida e
aprovada pela Comissão julgadora
em 04/03/98

Banca Examinadora:



Prof. Dr. **Octavio Ianni**

(Orientador)



Prof. Dr. **Gabriel Cohn**

(Membro)



Prof. Dr. **René Dreifuss**

(Membro)



Prof. Dr. **Renato Ortiz**

(Membro)

Prof. Dr. **Geraldo Di Giovanni**

(Membro)

Prof. Dr. **Jorge Miglioli**

(Suplente)

Prof. Dr. **Ruben Murilo Rêgo**

(Suplente)

Dedicatória:

*A **Jordana, Juliana e Ivan**, meus filhos, com todo o meu amor: indelével, profundo, radical. Mais forte que o tempo, o espaço, os limites. Uma força de insustentável leveza, a mover em mim, subterraneamente, intermináveis e indizíveis revoluções.*

AGRADECIMENTOS:

Todo trabalho intelectual tem dívidas. Nasce, desenvolve-se e se formata em diálogos contínuos e polifônicos, sintetizando um clima, um estágio do desenvolvimento "das artes" que é fruto de uma reflexão coletiva, ainda que guarde, o produto, a perspectiva e o acento de seu autor. Nessa travessia, há aqueles que têm contribuição mais direta, outros indireta, todos, porém, em alguma medida, importantes. A obra, concluída, transforma-se, então, num farol que joga luz nos rastros de toda a trajetória, iluminando uma história que, se se é honesto, evidencia a presença, na memória da mente e do coração, de todos aqueles que, para ela, somaram.

A Octavio Ianni, mais que Orientador desta tese (a maiúscula é proposital), devo o raro e pedagógico exemplo de coerência, vigor, caráter e honestidade intelectual e humana. É uma fortuna (e uma "escola de vida") o seu convívio e a sua amizade. Trata-se, além do mais, de um intelectual que é Educador no pleno sentido do termo (qualidade rara!), pedagogicamente exemplar, e que faz, há décadas, da "profissão de formar pessoas", o exercício "político" mais nobre e belo de sua vocação maior de professor e de cientista - a quem o país muito deve. De suas reflexões, sugestões, críticas e provocações nutriu-se, desde a sua gestação, este trabalho, alimentado, o tempo inteiro (tres anos de pesquisa), por sua dedicação e disponibilidade na discussão das principais hipóteses e idéias que prepararam o terreno que fecundou este estudo. Com ele, aprendi a afinar a ciência do artesanato intelectual. Dele, continuo sempre aprendendo e, a ele (peço licença), por todas as razões, dedico, também, esta tese.

Seguem os meus agradecimentos a todos os meus demais professores da UNICAMP, cujo convívio intelectual, por certo, aprumou o olhar e amadureceu o projeto do trabalho. Na ordem dos cursos por mim frequentados: Roberto Cardoso de Oliveira, Angela Tude de Souza, Vilmar Faria, Edmundo Dias, Renato Ortiz, Ricardo Antunes, Josué Pereira de Silva, Caio Navarro de Toledo, Élide Rugai Bastos, Marisa Lajolo, Marcos Müller, Gabriel Cohn. Além desses, incluo Décio Saes, pela assídua disponibilidade ao diálogo e pelo

incentivo a mim dispensados desde o início, quando ainda pairavam dívidas na opção de minha transferência para Campinas.

A todos os colegas de Doutorado, de quem também muito colhi (e que seria, aqui, interminável nomear individualmente), meu inesquecível obrigado - que também vai estendido aos funcionários da Secretaria de Pós-Graduação (Lurdinha e cia.) e da Biblioteca do IFCH, sempre atentos e disponíveis no quase sempre "invisível", mas insubstituível trabalho de apoio.

A Geraldo Mártires Coelho (sempre mestre), em especial, e a Marilene Corrêa da Silva e Juvêncio de Arruda Câmara, um reconhecimento particular pela dedicação e atenção crítica (minuciosa) dispensadas na discussão do texto em vários momentos de sua gestação.

A Edison Farias, amigo-artista sempre presente (com sua Aracy), registro, aqui, os méritos maiores do lay-out da capa que ilustra o presente trabalho, e que realça muito bem, com toque de arte, o tema expresso em seu título.

Aos colegas do Departamento de Ciência Política (em particular) e do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, minha gratidão pela oportunidade de dar continuidade a um projeto maior, comum, que, espero, continue aceso e expansivo, apesar da conjuntura adversa.

Institucionalmente, registro o apoio de minha Universidade, a Federal do Pará, e da CAPES (PICD), cujos incentivos materiais, ainda que deteriorados nos últimos anos, foram imprescindíveis à garantia da oportunidade da dedicação aos estudos. Contudo, frente às novas ameaças que pairam no ar, aproveito também a oportunidade para assinalar o meu temor pelo futuro das novas gerações de estudantes e pesquisadores deste país (entre os quais me incluo).

Aos meus familiares e amigos de Belém, São Paulo e Campinas, que deram suporte e guarida ao sentimento em meio a todo esse oceano revolto de "racionalidade" que a aventura intelectual transita, sinceramente grato.

Por fim, reitero a dedicação desta tese (o meu trabalho) àqueles quem, no meu silêncio interior, indizível, e na indesejada distância que nunca perdeu a presença, em mim eternizados, nunca mais deixaram de ser a razão maior de minha existência e de toda essa força que, misteriosamente, mantém acesa diante da vida, e apesar de tudo, a chama revolucionária da doçura e da esperança: Jordana, Juliana e Ivan, meus filhos - logo, cidadãos do século XXI, o "século global". A eles, em especial, e à sua geração, dedico toda essa reflexão.

"A burguesia industrial e o comércio criaram as condições materiais de um novo mundo, da mesma forma que as revoluções geológicas criaram a superfície da terra"
(Karl Marx, *Os Resultados Futuros do Domínio Britânico na Índia*)

"Foi ela [a burguesia] que criou verdadeiramente a história mundial, na medida em que fez depender do mundo inteiro cada nação civilizada e, para a satisfação de suas necessidades, cada indivíduo dessa nação, destruindo o caráter exclusivo das diversas nações que era até então natural (...) E finalmente, enquanto a burguesia de cada nação conserva ainda interesses nacionais particulares, a grande burguesia surge como uma classe cujos interesses são os mesmos em todas as nações, e para a qual a nacionalidade deixa de existir" (Karl Marx, *A Ideologia Alemã*)

"Por meio da exploração do mercado mundial, a burguesia deu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários, retirou da indústria sua base nacional. As antigas indústrias nacionais foram aniquiladas e o são ainda todos os dias. São suplantadas todos os dias por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão de vida ou morte para todas as nações civilizadas (...) O antigo isolamento local e nacional, onde cada um se auto-satisfazia, cede lugar às relações universais, a uma interdependência universal das nações (...) [O capital,] em uma palavra, cria o mundo à sua imagem" (Karl Marx, *O Manifesto Comunista*)

SUMÁRIO

Introdução	p. 1
Cap. 1 - A Acumulação Originária	p. 12
Cap. 2 - O Colonialismo	p. 47
Cap. 3 - Da Manufatura à Grande Indústria	p. 86
Cap. 4 - O Imperialismo	p. 121
Cap. 5 - Modo de Produção Mundial	p. 174
Cap. 6 - O Globalismo	p. 227
Século XXI: Dilemas e Contradições do Capitalismo Global	p. 304
Bibliografia	p. 315

INTRODUÇÃO

O tema da "globalização" tornou-se a questão-chave deste *fin de siècle*. E não por acaso. Vivemos uma onda de significativas transformações econômicas, políticas e culturais materializadas em escala planetária, que tem colocado novos desafios às ciências sociais, interpeladas a fornecer novas soluções de inteligibilidade para os acontecimentos e mudanças em curso, neste agitado cenário de virada de milênio.

Há muitas novidades em cena. Na verdade, um mundo *em completa transfiguração*. Relações, processos e estruturas que vão ultrapassando os limites convencionais e relativamente mais estreitos das formas e padrões societários forjados ao longo dos primeiros séculos de desenvolvimento das sociedades modernas, considerados basicamente aqueles desenhados nos contornos do *Estado-nação*. Sem que desapareçam ou deixem de representar configurações ainda *funcionalmente* necessárias de ordenamento social e político, as estruturas nacionais, não obstante, vão sendo progressivamente reequacionadas e subsumidas a novos circuitos de interatividade, arquitetados e articulados em patamar, agora, *supra/transnacional* de institucionalidade, contexto no qual vai emergindo, à semelhança de uma *revolução geológica* em irrupção, uma sociedade de anatomia *efetivamente global*.

A emergente *sociedade global* - global em seu dinheiro, sua economia, suas carreiras, sua tecnologia, seus padrões produtivos, suas informações, seus signos, seus dilemas -, pela força irresistível dos fatos, assume o centro das atenções. Transmuta-se em *objeto de conhecimento*. Volta-se para ela a

pesquisa científica, empenhada em taquigrafar o sentido dessa inédita materialidade societária, com suas características dinâmicas singulares, suas novas formas de organização, seu diâmetro ampliado de formatação institucional. Delineia-se um novo reordenamento do mundo que parece superar os antigos limites e conformações típicas das modernas nacionalidades, inaugurando o que pode ser uma nova era na história da humanidade, um novo ciclo civilizatório, com seus traçados próprios e conteúdos específicos.

Pouco a pouco, pelo avanço das reflexões, o termo *globalismo* vai assumindo destaque, revelando-se um evento heurístico e adquirindo um outro estatuto teórico. Deixa de ser uma simples metáfora, para assumir conotações cada vez mais rigorosas de um *conceito*, senão de um *paradigma*, a redirecionar os campos de observação do real, as perspectivas de análise, a seleção dos objetos no contexto das várias ciências sociais: da economia à sociologia, da política à antropologia, da história à geografia. Já não se fala somente *de* globalismo, mas *a partir do* globalismo; isto é, de um outro patamar epistemológico, em relação ao qual realidade e teoria se redimensionam, assumindo novos parâmetros de resolução.¹

Mas, a assim denominada *era do globalismo*² - como não poderia deixar de ser - já nasce engravidada de problemas, prenhe de incógnitas e incertezas, de hiatos e opacidades. Por não ser um fato consumado, mas um

¹ Para Thomas Kuhn, as revoluções científicas, tais quais as políticas, iniciam-se com um sentimento crescente, com frequência restrito a um segmento da comunidade envolvida (no caso a científica), de que o paradigma tradicional existente, a partir de um determinado momento, deixa de funcionar adequadamente na exploração de um aspecto (ou de certas manifestações) da realidade. O esforço de deslindamento dos fatos novos ("anomalias") passa, então, a requerer novos parâmetros de resolução, os quais só são alcançados com a mudança da própria perspectiva de análise do objeto sob investigação, isto é, com a mudança de paradigma. Cf. T. Kuhn, *A Estrutura das Revoluções Científicas*, 2a. edição, Ed. Perspectiva, São Paulo, 1978, particularmente o cap. 8, "A Natureza e a Necessidade das Revoluções Científicas".

² O. Ianni, *A Era do Globalismo*, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1996.

processo em marcha, passa a requerer uma reprogramação e/ou redirecionamento das categorias de explicação, dos modelos e sistemas teóricos de referência, dos instrumentais de análise, configurando, assim, um ambiente em que reflexões, descobertas, revisões, fabulações e expressões de toda ordem mesclam-se e se tensionam, somam-se e contrapõem-se, continuamente mobilizadas a conferir inteligência a toda essa avalanche de transformações.

As leituras desse *mundo que se move* são inúmeras. E múltiplas. Pinta-se a sociedade global emergente com as mais variadas tinturas, segundo diferentes realces, conforme angulações as mais diversas entre os vários analistas de plantão: *sociedade terciária, de serviços, informática, pós-industrial, sem-fronteiras, da comunicação*, etc.. Tais "escatologias", é certo, introduzem, em princípio, recortes de análise e ângulos de problematização do real que ajudam a afinar nossa sensibilidade para captar algo de novo, de inusitado, de original no contexto de toda essa surpreendente contemporaneidade. Mas - pergunto eu - *está aqui o essencial?*

A globalização é um grande desafio intelectual. Ela incita as ciências sociais a mobilizar todo o seu patrimônio acumulado de conhecimentos, todos os seus recursos teóricos e metodológicos, em face da necessidade de realizar um diagnóstico adequado para os rumos dos novos tempos, com suas inéditas constelações. Na perseguição dessa façanha, tudo fica temporariamente em suspenso, da mesma forma que tudo volta a ser detidamente analisado: macro e microteorias; *grand-narratives* e formulações de pequeno relato; explicações holistas e particularizantes. Os dilemas e as perspectivas que se criam com a formação da sociedade global promovem um ambiente intelectual extremamente fecundo e propício não apenas ao surgimento de novas linhas de pesquisa, como à revisão de paradigmas, sugerindo novos questionamentos e desenvolvimentos da Teoria, ao mesmo tempo que apontam para uma releitura crítica das raízes que

alimentam toda a tradição do pensamento sociológico, e da qual somos todos herdeiros.

A tarefa não é simples, mas rica em possibilidades. Dentre essas, por certo, coloca-se o desafio de um *retorno* aos clássicos - Marx, Comte, Spencer, Tocqueville, Durkheim, Weber, Simmel (e tantos outros) -, de sua *re-leitura* à luz dos novos desdobramentos históricos, enriquecida pelas lições do século XX. Afinal, ainda que sob perspectivas diversas, eles tematizaram a expansão da sociedade burguesa, o desenvolvimento transfronteiras do capitalismo, a emergência da história mundial,³ sendo, portanto, depositários de um significativo e fértil legado teórico-conceitual, que se oferece como fonte inestimável de referência aos exercícios presentes de deslindamento de todo esse implacável processo de globalização em curso.

Os clássicos testemunharam, já com fortes doses de clarividência, todo o vigor do processo de ocidentalização do mundo: o colonialismo europeu, a Revolução Industrial, a consolidação do mercado mundial, a constituição dos primeiros mecanismos de articulação de um sistema econômico-político internacional, para o qual os Grandes Descobrimentos haviam representado os primeiros gérmenes. Tomaram a natureza, o tipo, a forma, a dinâmica e as *leis* tendenciais de desenvolvimento da sociedade burguesa como objeto de pesquisa, de reflexão, de crítica. Por tudo o que viam e observavam, afinados pelo sentido de mudança que lhes impunham os fatos, deram particular importância aos problemas da evolução social, dos processos sociais, do desenvolvimento das formações sociais e da história. Empenharam-se em formular teorias de longo alcance,

³ "A história universal - diz Marx, na Introdução aos *Grundrisse* - nem sempre existiu: a história como história universal é um resultado". K. Marx, *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse) 1857 - 1858*, vol. 1, 14a. edición, traducción de Pedro Scaron, Siglo Veintiuno Editores, México. 1986. p. 31.

explicações de cunho histórico, categorias e tipos de amplo espectro heurístico; tudo com a finalidade de equacionar, no limite, a própria singularidade histórico-sociológica daquela civilização que, em plena era das revoluções, parecia destinada a subsumir à sua forma, e sem apelo, todos os recantos do planeta: o capitalismo moderno.

Dentre as mais importantes análises científicas escritas a respeito do capitalismo, encontra-se aquela de Karl Marx. Por sua relevância teórica, para ela se voltam as atenções do presente estudo, quando justamente, pela agenda científica, é requerida uma maior elucidação para o problema da relação entre *globalização e capitalismo*. Um desafio que, levado às últimas consequências, implica em ter de lidar-se não apenas com o tema da globalização em seu sentido mais amplo e múltiplo, mas, sobretudo, em enfrentar-se abertamente a questão mais específica - pela maioria evitada - sobre que tipo de "globalização" é possível e exequível *sob a regra* (ainda vigente) *do capital*.⁴

A natureza *capitalista* da globalização, a tipificação desta sua condição histórica básica é o *insight* que, logo de saída, uma leitura de Marx inevitavelmente sugere. *Globalização*, entretanto - há de se convir -, não é um conceito marxiano; nem mesmo um tema que tenha chegado a merecer um tratamento específico por parte do autor de *O Capital* - e nem poderia. Como se sabe, Marx não assistiu em vida o impacto do advento da era dos impérios, nem era ainda suficientemente visível em seu horizonte as grandes transformações monopolísticas posteriormente deflagradas no terreno da economia mundial. O mundo, ao tempo de Marx, o que é óbvio, não apresentava a formatação global nos moldes em que hoje pode ser vislumbrado; nem estampava, em alto relevo, todos

⁴ Questão, aliás, já oportunamente antecipada por István Mészáros. Cf. I. Mészáros. *Beyond Capital: Towards a Theory of Transition*. Merlin Press, London, 1995. p. 11.

os sinais de sua concreta planetariedade. Contudo, *já continha alguns dos seus indícios.*

No século XIX, uma certa transversalidade visível do mundo já se fazia presente e pulsante para as mentes e corações de seus contemporâneos mais sensíveis. Como atesta Eric Hobsbawm, no último quartel do Oitocentos o mundo já se apresentava (em alguma medida) *genuinamente global*;⁵ espécie de rede cada vez mais densa de transações econômicas, comunicações e movimentos de bens e pessoas, ligando os povos entre si. Este fato, de alguma forma, já havia se tornado - por impulsos e forças que para muitos ainda deviam parecer estranhos à época - uma única e sensível realidade (sociologicamente falando) perante a percepção dos observadores mais atentos, com suas vinculações efetivamente mais íntimas soldadas pela economia mundial de mercado. Como observará Engels na oportunidade:

"O mundo tornara-se, subitamente, quase dez vezes maior, em vez do quadrante de um hemisfério, era o Globo inteiro que se apresentava ao olhar pasmado dos europeus ocidentais, que se apressaram a apoderar-se dos outros sete quadrantes. E com as velhas fronteiras estreitas da sua pátria caíram também as barreiras milenárias do modo de pensamento medieval estabelecido. Aos olhares e ao espírito do homem abria-se um horizonte infinitamente mais largo. Que importava a um jovem a aprovação de pessoa respeitável, ou os honrosos privilégios da guilda, transmitidos de geração em geração, quando a riqueza da Índia, as minas de ouro e a prata do México e de Potosi lhe acenavam?"⁶

⁵ E. Hobsbawm, *A Era dos Impérios - 1875-1914*, 3a. edição, trad. de Sieni M. Campos e Yolanda S. de Toledo, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1992, p. 29.

⁶ F. Engels, *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, in K. Marx, *Sociedade e Mudanças Sociais* (coletânea de textos), 2a. edição. Edições 70, Lisboa, 1973, p. 117.

É inegável que, desde a morte de Marx, inúmeras pontuações teóricas (nele inspiradas) foram se configurando na chamada tradição marxista, e que estabeleceram recortes analíticos certamente válidos e fecundos para efeito de inteligibilidade das novas formas de manifestação do capitalismo histórico. Pares conceituais como: *países colonizadores / países colonizados, países imperialistas / países dominados (ou dependentes), centro / periferia, Primeiro / Terceiro Mundos, ocidente / oriente*, etc., iluminaram e demarcaram, em termos histórico-sociológicos, continuidades e rupturas, evoluções e transformações, formas, níveis e graus diferenciados do movimento de estruturação do capitalismo e de suas contradições, tudo relativamente ao seu subsequente transcurso de constituição e efetivação enquanto modo de produção mundialmente dominante. Todo esse exercício teórico, contudo, por razões históricas, ficou predominantemente enclausurado (ou enviesado) num paradigma de leitura do real que teve por filtro seletor privilegiado de análise a *questão nacional* e/ou aquela do *imperialismo*, ambas ancoradas nos dilemas inerentes ao papel cumprido pelo Estado-nação naquela conjuntura.

Ao longo de todo o século XX, foi a Nação que orientou hegemonicamente o prisma de todo olhar. "Desde um ponto de vista sentimental e ideológico - como destaca Norbert Elias -, a Nação, organizada como Estado (...), apresenta-se como o valor supremo (...), aparece como eterna, como imutável em seus traços essenciais de caráter [em relação à qual] as mudanças históricas [parecem] afetar unicamente ao exterior".⁷ E muitos foram os fatores que concorreram para essa cristalização, dentre os quais: o prolongamento e

⁷ N. Elias, *El Proceso de la Civilización*. segunda edición, Fondo de Cultura Económica, México, 1993, pp. 24 - 25.

condensação dos vínculos de interdependência entre os diversos Estados e o aumento dos conflitos e tensões entre os mesmos; as estratégias imperialistas de intervenção e as lutas de libertação nacional (anti-imperialistas); o nacionalismo e as duas Guerras Mundiais; o desenvolvimentismo e o keynesianismo; o burocratismo estatal soviético; a Guerra Fria, etc..

Indubitavelmente, toda essa gama de eventos contribuiu, notável e decisivamente, para fomentar e exacerbar uma orientação *estadocêntrica*, a ponto de provocar radicalismos ideológicos (alguns deles extremamente danosos)⁸ e um certo grau (às vezes avançado) de "miopia" intelectual, que acabaram por turvar os prismas de desenvolvimento do próprio pensamento marxista em face do desdobramento dos novos quadros históricos pós-1945.⁹ Em razão disso, certas contribuições ou dimensões capitais da teoria marxiana do capitalismo ficaram "na sombra", por vezes precariamente tematizadas ou insuficientemente apreendidas - quando não relegadas a segundo plano ou até mesmo esquecidas -, fato que acabou cristalizando um descompasso da Teoria face aos novos e sempre inadiáveis desafios postos pelo *devir* histórico.

Leslie Sklair, que elaborou recentemente uma *Sociologia do Sistema Global*, faz menção ao fato de que, desde a década de 1960 até os dias de hoje, o principal do marxismo tem sido, em maior ou menor grau, fortemente "*estadocentrado*", como bem ilustra a tese da "autonomia relativa do Estado" e todas as conseqüências teóricas daí derivadas - por certo interessantes e frutíferas,

⁸ Refiro-me, neste caso, mais especificamente, às aporias e apologias disseminadas pelo stalinismo, cuja doutrina, falsamente internacionalista e fortemente estadocentrada, deixou importantes sequelas no corpo da teoria marxista contemporânea. A respeito, e sobre as reações que se seguiram aos impactos da política de Moscou, vd. os ilustrativos comentários de R. S. Gottlieb, em sua introdução à coletânea *An Anthology of Western Marxism: from Lukacs and Gramsci to Socialist-Feminism*, Oxford University Press, Oxford, 1989, particularmente as pp. 17 - 19.

⁹ Ainda sobre as aporias e os impasses do pensamento marxista neste século, cf. o provocativo artigo de Franco Leonardi, "Marx e Marxismo. Oggi", in *Sociologia*, vol. 17, n. 3, 1983, pp. 33 - 37.

mas que têm fechado, em contrapartida, outras importantes avenidas para a teoria e a pesquisa. "Todos continuam a priorizar o sistema dos Estados-nação - argüi Sklair -, a recuar sobre ele para descrever o que acontece no mundo, e para explicar como e por que as coisas acontecem. O renascimento da sociologia histórica desde os anos 70, por exemplo, apoderou-se amplamente pela idéia do 'trazer o Estado de volta à cena' [descurando de acentuar, com maior rigor, outras formas fenomênicas de manifestação do capitalismo que, àquela altura, já alçavam a patamares mais complexos de materialidade] (...) [E ainda que] não possamos [certamente] ignorar o Estado-nação, [temos, contudo, que atentar para uma] concepção de sistema global baseado sobre *práticas transnacionais*".¹⁰

Ora, sem a pretensão, aqui, de negar a importância do tema da nação (ou do Estado-nação), ou mesmo das contribuições teóricas que priorizaram e continuam a priorizar esta dimensão certamente concreta e singular de manifestação do capitalismo histórico, o desafio que o presente estudo se colocou, justamente, desde o início, foi o de investigar, de maneira mais sistemática e consequente, as formulações presentes *no próprio corpo da teoria de Marx* que, para além dos tradicionais limites (e armadilhas) de uma visão preeminente *estadocentrada* - e que tem direcionado, desde os anos 1960/70 até hoje, boa parte da literatura marxista na tematização da mundialização do capitalismo -, permitem apreender o capitalismo a partir de um outro ponto de inflexão: como um modo de produção que se articula e se constitui, desde as suas origens, num patamar *mundial, supranacional* de dinamicidade. Com isso, o objetivo era canalizar não só uma maior atenção para uma leitura mais atenta e devidamente ponderada desta angulação do pensamento de Marx, como retirar-se-lhe, ao mesmo tempo, seletivamente, os elementos teóricos que nos ajudam a repensar, criticamente, o

¹⁰ L. Sklair, *Sociology of the Global System*, Harvester & Wheatsheaf. London, 1991, pp. 5 - 6.

sentido último daquilo que, hoje, denominamos de "globalização" - tarefa que, não obstante os inegáveis avanços da teoria marxista na tematização do *capitalismo mundial*, sobretudo a partir de meados dos anos 70, ainda se encontra insuficientemente explorada..

É nesta perspectiva que se desenha a arquitetura de toda a tese.

Ítalo Calvino, numa pontuação instigante, sugeriu um dia que a leitura dos clássicos é sempre um exercício interminável e inesgotável que se opera num livro sem fim. "Um clássico - dizia ele - é um livro que nunca terminou de dizer aquilo que tinha para dizer", daí porque "toda leitura de um clássico é uma leitura de descoberta como a primavera".¹¹ De fato, ler um grande autor, pensar uma grande teoria, taquigrafar uma grande obra, constitui-se, sempre, um grande e incomensurável desafio. Em duplo sentido, diria eu: pois não apenas envolve a sua *re*-leitura à luz dos acontecimentos do presente, dos problemas postos na ordem do dia, dos dilemas de uma época, como da mesma forma, e vice-versa, deve importar a releitura (crítica) do próprio presente e da própria época - do *devenir* em plena efervescência - à luz do texto sob mira, tensionado e resgatado em todas as suas potencialidades e virtualidades teórico-heurísticas - como uma travessia que se opera em avenida de mão-dupla.

Marx - parafraseando aqui Martin Nicolaus -, não era um vendedor de verdades pré-fabricadas, mas um criador de *instrumentos*.¹² Legou-nos não apenas a mais monumental teoria crítica do capitalismo (fonte inesgotável de

¹¹ I. Calvino. *Por que ler os Clássicos*, trad. de Nilson Moulin. Companhia das Letras. São Paulo, 1993, p. 11.

¹² M. Nicolaus, "El Marx Desconocido" (uma introdução aos *Grundrisse*). in K. Marx. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse) 1857 - 1858*, vol. 1, op. cit., p. xl.

referência), como uma herança incalculável de problemas - talvez a virtude maior desse legado e a razão última de seu renovado fascínio. É por isso que o desafio maior, hoje (como amanhã), de uma *re*-leitura fecunda deste grande pensador - como de resto, de todos os clássicos -, será sempre não o de garimpar-se-lhe(s) mecanicamente "verdades acabadas" - enrijecendo-lhe(s) o pensamento -, mas aquele de torná-lo(s) continuamente, à luz dos dilemas atuais, *fonte(s) de problematização*. Aliás, já dizia Max Weber - que aqui se torna insuspeito -, que "o fluxo do devir incomensurável flui incessantemente ao encontro da eternidade (...) [e que, por isso mesmo,] os pontos de partida das ciências da cultura [sociais] continuarão a ser [sempre] variáveis no imenso futuro".¹³ E assim o é.

A inteligência da globalização não é um dado pacífico. Ao contrário: cumpre equacioná-la. E convocar Marx nessa empreitada, tensionando sua teoria frente aos novos acontecimentos em cena, é já, em si, um *problema*.

Afinal, que ligação pode haver entre Marx e a globalização?

¹³ M. Weber. "A 'Objetividade' do Conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política", in *Metodologia das Ciências Sociais*, parte 1, trad. de Augustin Wernet, Cortez Editora/Unicamp, Campinas, 1992, p. 133.

CAPÍTULO 1

A ACUMULAÇÃO ORIGINÁRIA

Para Marx, não há capitalismo antes do século XVI. "Embora os primeiros traços esporádicos da produção capitalista já apareçam previamente nos séculos XIV e XV em algumas cidades mediterrâneas, *a era capitalista data do século XVI*" (grifo meu).¹⁴

De fato, o surgimento e o desenvolvimento das primeiras formas históricas de capital - o capital usurário e o capital mercantil (comercial) - circunscrevem-se como fenômenos que remontam às mais diferentes formações econômico-sociais pré-capitalistas, desde os povos comerciantes da Antiguidade, judeus da velha sociedade polaca, os lombardos, até os comerciantes das cidades medievais, quando ainda predominava, em todo o continente europeu, o modo de produção feudal.¹⁵ Antecedem, portanto, à *era capitalista propriamente dita*,¹⁶

¹⁴ K. Marx, *Capital*, vol. 1, Penguin Books, London, 1990, cap. 26, pp. 875 - 876 [edição brasileira (que passará a ser referida pela abreviatura, c.b.) *O Capital*, Livro 1, vol. 2, trad. de Reginaldo Sant'Ana, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, s/d, cap. XXIV, p. 831].

¹⁵ Jacques Le Goff demonstra como, já entre os séculos XI e XIII, com o renascimento das cidades na Europa, dá-se uma intensificação do comércio através de intercâmbios marítimos internacionais (Mediterrâneo e Mar do Norte), sobressaindo a figura do mercador itinerante como o grande agente do tráfico do luxo e depositário de uma nova onda de acumulação de riquezas. O posterior esplendor dos grandes centros urbanos europeus entre o Trezentos e o Quatrocentos está justamente assentado no comércio internacional (fonte maior de toda a acumulação do capital mercantil no período), tal é o caso ilustrativo de Toulouse, na França, que conhece seu pleno florescimento a partir do intenso intercâmbio que mantém com a Inglaterra, a Itália e outros países do Oriente. Ernest Mandel chega a ir mais longe, afirmando que "o aparecimento do capital usurário e comercial não é um fenômeno tipicamente europeu. Também se produziu na sociedade antiga (oriental), em Bizâncio, no Império do Islam, na Índia, na Indonésia, na China e no Japão, antes mesmo de seu contato com os conquistadores europeus, e no império pré-colombiano entre os astecas". Cf., respectivamente, J. Le Goff, *Marchands et Banquiers du Moyen Age*, Presses Universitaires de France, Paris, 1956, pp. 9 - 14; P. Wolff, *Commerces et Marchands de Toulouse (vers 1350 - vers 1450)*, Librairie Plon, Paris, 1954 (particularmente a segunda

o que significa dizer que sua simples manifestação não é suficiente para caracterizar, de *per se*, a emergência e a configuração do que o autor de *O Capital* conceituara como *modo capitalista de produção*, como sistema econômico estruturado a partir da predominância das relações capitalistas de produção.

Tempos houve, no passado, do Ocidente ao Oriente, em que elementos que se tornaram tipicamente característicos da era capitalista, como as relações mercantis e os mecanismos monetários, já se faziam historicamente presentes na esteira de uma certa atividade comercial episódica ou mesmo regular, mas que se desenrolava de forma extremamente secundária e subordinada a modos de produção mais voltados à satisfação do consumo direto, à produção de valores-de-uso, fundados numa estrutura produtiva ainda ligada a uma economia basicamente agrária e de artesanato limitado. O dinheiro, por exemplo, surgiu antes do aparecimento do capital, dos bancos e do trabalho assalariado,¹⁷ podendo-se dizer a mesma coisa da mercadoria - historicamente expressão das relações de troca entre indivíduos, comunidades e povos, independentemente da vigência (ulterior) da sociedade burguesa.¹⁸ O próprio capital, "como capital

parte da obra. "Directions et Objets du Commerce Toulousain", caps. IV a VII); e E. Mandel. *Ensayos sobre el Neocapitalismo*, Ediciones Era, México, 1971, p. 159. Nunca é demais lembrar que Max Weber conceitua a era capitalista de *capitalismo moderno*, exatamente com a finalidade de distingui-la de outras fases da história da humanidade em que reconhece ter havido outras formas de manifestação do capital. Cf. M. Weber, *Historia Económica General*, 3a. edición, Fondo de Cultura Económica, México, 1961. Ainda sobre o assunto, vd. D. Hay (org.), *L'Europe aux XII^e et XI^e siècles*, Sirey, Paris, 1972 e A. Demurger, *L'Occident Médiéval, XIII - XI^e siècles*, Hachette, Paris, 1995.

¹⁶ K. Marx, *Capital*, vol. 1, op. cit., cap. 31, p. 914 [e.b., Livro 1, vol. 2, cap. XXIV, p. 867].

¹⁷ A respeito, assinala Norbert Elias que "o dinheiro jamais desapareceu por inteiro desde as mais antigas zonas de assentamento da Europa (...) havendo enclaves de economia monetária em meio à antiga economia natural e, mesmo, fora do território carolíngio (...) em grandes zonas do antigo Império Romano onde a circulação monetária nunca desapareceu". N. Elias, *El Proceso de la Civilización*, op. cit., p. 294.

¹⁸ E a circulação das mercadorias é o suposto originário da circulação do dinheiro.

comercial ou monetário, apresenta-se justamente sob esta forma abstrata ali onde o capital não é, todavia, um elemento dominante das sociedades".¹⁹ Os mercados, por sua vez, existiram em quase todos os lugares e chegavam, em muitos casos, a fazer parte da lógica de operação de muitas das assim chamadas "economias naturais" (indevidamente concebidas como sistemas econômicos fechados), ainda que de forma restrita e localizada, ou por meio de intercâmbios de longa distância (comércio de luxo, etc.).²⁰

O capitalismo é produto histórico de uma lenta fusão e de uma soma de elementos culturais²¹ que se processa, originariamente, por meio de uma determinada combinação de fatores que, uma vez pré-existentes (mas outrora pouco evoluídos), vão ganhando pouco a pouco, por razões circunstanciais específicas, no Ocidente, uma dinamização superior: a riqueza mercantil, o dinheiro, o assalariamento, o desenvolvimento do artesanato e da cidade, o mercado, etc. Atingido certo patamar de evolução, estes fatores, combinados sob a égide do capital comercial, passam, então, a invadir e a subordinar as várias instâncias pretéritas de sociabilidade e o sistema produtivo por inteiro, imprimindo seu selo e subvertendo definitivamente a uma outra lógica econômica todo o metabolismo social precedente.²² Tais condições e formas societárias, contudo,

¹⁹ K. Marx. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse) 1857 - 1858*, vol. 1, op. cit., p. 29 [obs: daqui em diante, esta obra passa a ser citada apenas como *Grundrisse*].

²⁰ I. Wallerstein. "Braudel on Capitalism and the Market". in *Monthly Review*, vol. 37, n. 9, London, February 1986, pp. 11 - 18. Vd. também, N. Elias, *El Proceso de la Civilización*, op. cit.; F. Braudel, *Civilização Material, Economia e Capitalismo - Séculos XI - XVIII*, vol. 2 (Os Jogos das Trocas), trad. de Telma Costa, Martins Fontes Editora, São Paulo, 1996; M. Beaud, *História do Capitalismo*, trad. de José Vasco Marques, Editorial Teorema, Lisboa, s/d.

²¹ Entendo aqui "cultura" num sentido amplo, que incorpora as formas sociais de produção e seus elementos manifestos de institucionalidade.

²² Referindo-se a este momento processual de mudança histórica, Maurice Dobb emprega a bela imagem do "tempo que se acelera de maneira anormal", rompendo a continuidade pretérita da corrente dos fatos. À mudança de rumo - que também é do equilíbrio do poder -, segue-se, então, uma "reação em cadeia".

não são, em primeira instância, resultados do modo capitalista, mas seu *pré-requisito*.²³ Premissas que, centradas inicialmente sobretudo na esfera da *circulação*, o capital já encontra prontas para sua potenciação em uma nova escala e padrão, ajudando a acelerar a dissolução das antigas relações de produção até então dominantes, como a comuna agrícola, o artesanato, a pequena propriedade. "Tanto as condições patriarcais, como as antigas (e também feudais), desagregam-se com o desenvolvimento do comércio, do luxo, do *dinheiro*, do *valor-de-troca*, na mesma medida em que, a par, vai nascendo a sociedade moderna".²⁴

Quando, portanto, Marx fala de *era capitalista*, está subentendendo, antes de mais nada, a passagem de uma etapa da história econômica dos povos onde a troca de produtos realizava-se ainda de maneira tímida, em que apenas os valores-de-uso excedentes eram transformados em mercadorias destinadas à obtenção de outras mercadorias na qualidade (também estas) de valores-de-uso complementares à produção local, para uma outra fase em que a extensão progressiva da troca e a multiplicação da produção de mercadorias adquire proeminência sobre a lógica da produção voltada prioritariamente para o uso. Uma fase em que o *valor-de-troca*, já coercitivo, assume socialmente uma forma independente e passa a determinar e a comandar hegemonicamente a dinâmica geral da economia, levando à criação de mecanismos mais universais de equivalência de câmbio (emergência da moeda mundial) e exercendo uma ação sobredeterminante ou mesmo dissolvente sobre as antigas e elementares formas de

em que o velho modo de produção não será logo eliminado de todo, mas reduzido progressivamente de escala, até que deixará de constituir-se como um "competidor" do novo. Vd. M. Dobb. *Estudios sobre el Desarrollo del Capitalismo*, 18a. edición. Siglo Veintiuno Editores, México, 1985. pp. 26 - 29.

²³ "O comércio - afirma Marx nos *Grundrisse* - é um *suposto*, tanto histórica como conceitualmente, para a gênese do capital". K. Marx, *Grundrisse*, vol. 2. op. cit., p. 194.

²⁴ K. Marx, *Grundrisse*, vol. 1, op. cit., p. 85.

troca direta. O que era exceção (a mercadoria enquanto excedente) vira regra (a mercadoria enquanto padrão dominante de valor).²⁵ Aqui, já não basta mais, como outrora, a simples propriedade de *utilidade* intrínseca ao produto (seu valor-de-uso); já não é mais a utilidade de cada coisa que conta, mas seu *valor de mercado* (valor-de-troca), descolado de qualquer conteúdo inerente ao produto - o qual, agora, apenas serve como veículo material (carcaça) de seu valor-de-troca, de seu poder de metaforfosear-se em *dinheiro*: a nova forma abstrata da riqueza. Além do mais, a própria produção, em toda a sua estrutura, passa também a estar orientada no sentido do valor-de-troca, irrompendo como uma nova espécie de metabolismo social através do qual as antigas relações de dependência pessoal - típicas das formas patriarcais de sociabilidade, da servidão feudal, das corporações de ofício - cedem lugar aos contratos impessoais de trabalho e à dependência com respeito às *coisas* (mercadorias); contexto do qual emerge (ainda que sob a forma fetichizada, coisificada da mercadoria) um sistema de relações mais universais, de necessidades universais e de capacidades universais, que já não pode mais solucionar-se e dinamizar-se nos invólucros estreitos das antigas comunidades, rompendo-os.

A era capitalista traduz a emergência de uma *novo dinamismo histórico*, qualitativamente distinto do período feudal, cujos fundamentos não se situam na mera presença de capitais mercantis agindo na brecha dos circuitos da esfera da vida econômica das várias sociedades (como o comércio de artigos de luxo), mas na consolidação da forma capitalista de acumulação - a *escala ampliada* de sua efetivação -, transformada em tendência auto-sustentada e hegemônica relativamente a outros modos de produção (e a progressiva e

²⁵ K. Marx. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. trad. de Maria Helena B. Alves, Livraria Martins Fontes Editora. São Paulo, 1977, pp. 52 - 53.

definitiva subsunção destes à lógica do lucro). Etapa na qual a forma *capitalística* de produzir, fundada na mais-valia (exploração da força-de-trabalho assalariada)²⁶ e na busca da maximização do lucro, já houvera alcançado a condição de *great permanent force* na conformação das relações sociais de produção ora em curso; onde o capital, de fenômeno secundário e subordinado, já se tornara o principal *vetor* de todo o progresso econômico, do desenvolvimento das forças produtivas, fator central e determinante das leis de movimento do novo sistema social nascente.²⁷

Assim delineada, esta *nova era*, com suas tendências e leis de movimento bem definidas, apresenta-se, não obstante, como resultado de um longo processo de transformações históricas ocorridas no Velho Continente durante a chamada Baixa Idade Média, e supõe um conjunto de mudanças radicais nas estruturas econômicas que vigiam na Europa até o último quartel do século XV (como a servidão, o regime de guildas, etc.), modificações essas que se efetivam, em última instância, como as verdadeiras *pré-condições* que irão tornar possível a emergência do modo capitalista de produção.

A acumulação capitalista (característica dinâmica da era do capital), compreende a mais-valia, que pressupõe a produção capitalista, a qual, por sua vez, a disponibilidade de grandes quantidades de capital (meios de produção) e de força de trabalho (assalariada) concentrados nas mãos dos produtores de mercadorias.²⁸ "O sistema capitalista *pressupõe* (grifo meu) uma completa

²⁶ Vd. capítulo 5 do presente estudo.

²⁷ No dizer de Fernand Braudel, uma "sociedade de mercado generalizado", onde a troca não se baseia mais na reciprocidade das necessidades, mas numa relação de poder determinada pela acumulação do capital, da qual os homens não podem mais escapar. Cf. F. Braudel. *Civilização Material, Economia e Capitalismo - Séculos XI - XVIII*, vol. 2, op. cit., Prefácio e pp. 11 - 12 (cap. 1).

²⁸ K. Marx. *Capital*, vol. 1, op. cit., cap. 26, p. 873 [e.b., Livro 1, vol. 2, cap. XXIV, p. 828].

separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições para a realização de seu trabalho. Tão logo a produção capitalista se fixa sobre seus próprios pés, ela não apenas mantém esta separação, mas a reproduz em uma escala constantemente crescente. O processo, portanto, que cria a relação capitalista, não é outra coisa que o processo que separa o trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho; um processo que opera ao mesmo tempo duas transformações: os meios sociais de subsistência e de produção são convertidos em capital, e os produtores imediatos em trabalhadores assalariados. A chamada *acumulação originária*, pois, não é outra coisa que o processo histórico de separação dos produtores de seus meios de produção. Ela aparece como 'originária' porque se constitui na 'pré-história do capital' e do modo de produção correspondente".²⁹

A emergência da era capitalista (do capitalismo),³⁰ supõe, assim, o desenvolvimento de certas *pré-condições* históricas, sem as quais a expansão do capital (isto é, das relações capitalistas de produção) careceria(m) de oportunidades materiais favoráveis. Importa uma "acumulação originária" (concentração da propriedade dos meios de produção nas mãos de uns poucos pela depossessão de muitos), cuja origem "não é resultado do modo capitalista de produção, mas seu ponto de partida".³¹

²⁹ Ibid., pp. 874 - 875 [e.b., p. 830].

³⁰ Segundo Fernand Braudel, o termo "*capitalismo*", ignorado pelo próprio Marx (que falava de "era capitalista" e não de "capitalismo"), só viria ganhar força conceitual a partir do início do século XX, particularmente após a publicação de *Der moderne Kapitalismus*, de W. Sombart, incorporando-se então ao léxico marxista como contraponto aos termos escravismo, feudalismo e socialismo, e que teve sua conotação fortemente carregada de um significado mais "político" depois da Revolução Russa de 1917. Cf. F. Braudel, *Civilização Material, Economia e Capitalismo - Séculos XV - XVIII*, vol. 2, op. cit., pp. 205 - 207. Aqui, sem entrar nos meandros historiográficos, filológicos ou hermenêuticos da questão, tratarei os termos "capitalismo" e "era capitalista" como sinônimos.

³¹ K. Marx, *Capital*, vol. 1, op. cit., cap. 26, p. 873 [e.b., Livro 1, vol. 2, cap. XXIV, p. 828].

De uma maneira geral, nas diversas formações sócio-econômicas pré-capitalistas, ora o trabalhador se apresenta como um pequeno proprietário de seus meios de produção, um proprietário que trabalha (como o camponês), ora se constitui em propriedade direta ou indireta (instrumento de trabalho) de outrem (escravo, servo), *mas sempre ligado às condições objetivas de produção:*

"A questão é propriamente a seguinte: em todas as formas em que a propriedade da terra e a agricultura constituem a base da ordem econômica e, por conseguinte, o objetivo econômico é a produção de valores-de-uso, a *reprodução do individuo* naquelas relações determinadas com sua comunidade, nas que ele constitui a base desta [em todas as formas], existe: 1) apropriação da condição natural do trabalho - da terra como instrumento originário de trabalho e à vez como laboratório, como reservatório de matérias-primas - não através de trabalho, senão como suposto do trabalho. O individuo se comporta com as condições objetivas do trabalho simplesmente como algo seu, comporta-se com elas tratando-as como natureza inorgânica de sua subjetividade, na qual esta se realiza a si mesma; (...) 2) porém este *comportamento* para com o solo, com a terra, [tratando-o(a)] como propriedade do individuo que trabalha] (...) está igualmente mediado através da existência natural, em maior ou menor grau desenvolvida historicamente e modificada, do individuo como *membro de uma comunidade*, ou seja [através de] sua existência natural como membro de uma tribo, etc."³²

Ora, sendo o capitalismo a própria negação dessa condição, importa que a mesma - tendo predominantemente existido na Europa e sobrevivido em outras partes do mundo - haja sido previamente dissolvida por um conjunto de processos históricos que vieram a engendrar a separação do trabalhador de seus meios de produção, tornando esta situação inversa o fundamento último da nova

³² K. Marx, *Grundrisse*, vol. 1, op. cit., pp. 444 - 445.

ordenação produtiva. Dito de forma esquemática, o modo capitalista de produção supõe: 1) a dissolução da relação de vínculo direto do trabalhador com a terra; 2) a dissolução das relações de propriedade deste com os instrumentos de trabalho; 3) a dissolução dos vínculos diretos entre trabalhadores e condições objetivas de produção - ainda que sob condição de "objetos" de apropriação (escravos ou servos) -, cujo resultado final vem a ser o trabalhador "livre" (reduzido à sua força-de-trabalho); o indivíduo que, como trabalhador *nesta sua nudez* (como observa Marx), é, em si mesmo, um produto *histórico*.³³

Como meios de produção, meios de subsistência, dinheiro e mercadoria não são, em si mesmos, capital, isto é, não operam e nem se consubstanciam, por qualquer propriedade intrínseca ou "natural", enquanto mecanismos de valorização do capital (de criação de valores excedentes, de mais-valia), a vigência da produção capitalista tem de assim supor, lógica e historicamente, uma metaformose radical na *forma* da exploração do trabalho herdada da feudalidade e a decomposição prévia de suas estruturas econômicas fundamentais (basicamente a vinculação do trabalhador à terra). Pois, para haver capital - que, na essência, é uma *relação social* de produção -, duas espécies de possuidores de mercadorias necessitam defrontar-se no mercado na condição de agentes dinamicamente centrais (medulares) de todo o processo econômico: de um lado, o proprietário do dinheiro e dos meios de produção (o capitalista), ávido em maximizar suas riquezas comprando força-de-trabalho alheia; do outro, o trabalhador livre (livre da propriedade dos meios físicos de produção), dono de sua força-de-trabalho, necessitando vendê-la ao capitalista em troca de um salário para poder ter acesso aos meios de subsistência.

³³ Ibid., p. 434.

O processo histórico que produz o capitalista e o assalariado é o mesmo, e tem por base a expropriação do trabalhador rural, do camponês, do pequeno proprietário, de seus meios de sustento, de suas terras, de seus instrumentos diretos de trabalho, garantias que as antigas instituições feudais asseguravam à sua existência. Marcam, de fato, época, naquilo que Marx considera a história da acumulação originária (a pré-história do capitalismo), "todas as revoluções que atuam como alavancas para a classe capitalista no curso de sua formação, sobretudo aqueles momentos (episódios) que contribuem para que grandes massas de homens sejam, repentina e forçosamente, privadas de seus meios de subsistências, e lançadas no mercado de trabalho como proletários livres, desprotegidos e destituídos de qualquer direito".³⁴

A "*previous accumulation*" (segundo expressão de Adam Smith) nada tem, portanto, de idílico - como fazia crer a economia política do século XIX, com sua explicação fantástica para a acumulação originária do capital (sarcasticamente satirizada por Marx),³⁵ fundada na lendária tese do surgimento, em tempos imemoriais, de uma elite laboriosa, inteligente e econômica, a qual, face a uma população constituída de vadios que gastavam mais do que possuíam, foi se apropriando progressivamente de uma quantidade cada vez maior de bens, graças ao que, por seus próprios méritos e sacrifícios, transformou-se numa classe rica e abastada (ao contrário dos demais, a quem restara como única propriedade a sua própria pele). A acumulação originária - as transformações que criaram, originariamente na Europa, as condições para o surgimento do trabalho assalariado e o desenvolvimento da propriedade burguesa - é um processo esculpido pela conquista, pela usurpação, pela rapina, pela escravização, pelo

³⁴ K. Marx. *Capital*. livro 1. op. cit., cap. 26, p. 876 [e.b., Livro 1. vol. 2. cap. XXIV, p. 831].

³⁵ *Ibid.*, pp. 873 - 874 [e.b., p. 829].

assassinato, pela violência de toda ordem,³⁶ fatos que, com o passar do tempo, pela própria estabilização e generalização das novas relações de produção, caíram no esquecimento das massas - ao ponto de, no século XIX, com o predomínio da lavoura capitalista, ter-se perdido naturalmente a lembrança da antiga conexão entre trabalhador agrícola e propriedade (terra) comunal.³⁷

"O prelúdio da revolução que criou as bases do modo capitalista de produção ocorreu no último terço do século XV e nas primeiras décadas do XVI".³⁸ A expropriação do produtor rural, do camponês, de uma vez por todas privado de suas terras, de seus meios imediatos de subsistência, constitui a base de todo o processo. O fenômeno, originariamente, é europeu, e se estende por todos os quadrantes do Velho Continente. Marx tematiza a questão tomando o caso inglês como exemplo.

Na lógica da explicação marxiana, sobressai, antes de mais nada, a idéia de *processo*. Os fatos e acontecimentos não se precipitam repentinamente, como se não tivessem raízes históricas prévias sustentando e alimentando a impulsão dos novos desenvolvimentos. Para expor os desdobramentos ocorridos em solo britânico desde o final do século XV, com a expulsão em massa dos camponeses de suas terras e a transformação da agricultura em empreendimento capitalista, Marx primeiro vai demonstrar a "decadência" do antigo regime de servidão, claramente evidenciada desde o final do século XIV, e a progressiva substituição da relação servil de produção pelo arrendamento do solo a lavradores independentes, arrendatários livres (os quais recebiam dos *landlords* sementes, gado e instrumentos agrícolas), e que passaram a explorar a terra assalariando

³⁶ Ibid., p. 874 [e.b., p. 829].

³⁷ Ibid., cap. 27, p. 889 [e.b., cap. XXIV, p. 845].

³⁸ Ibid., p. 878 [e.b., p. 833].

outros trabalhadores e dando em troca, aos proprietários, seja em dinheiro ou em espécie, parte do produto total gerado a título de renda da terra, na proporção contratualmente estabelecida.³⁹ Tais assalariados da agricultura, ora eram camponeses que se alugavam aos arrendatários (além daqueles que se alugavam diretamente aos senhores feudais) utilizando-se de seu tempo de lazer disponível, ora se constituíam em uma classe nascente de assalariados propriamente dita, sem terras - ainda que, então, relativamente pouco numerosa -, e que, em troca de um salário, ainda recebia uma habitação e uma pequena área para lavrar.⁴⁰ Ademais, ao lado de outros camponeses, estes gozavam do direito de explorar terras comuns, as quais forneciam pastagem para o gado, lenha e gramado. O fato é que, em plena vigência do século XV, a servidão já está praticamente abolida na Inglaterra, apresentando-se (1) a distribuição das terras por uma infinidade de camponeses e (2) o arrendamento de parte do solo das grandes áreas senhoriais a arrendatários que assalariam o trabalho, como os elementos institucionais básicos sobre os quais se delineia o novo panorama geral da economia britânica, e que, de alguma forma, reproduz-se, como tendência, no restante da Europa.⁴¹

Mas, *pari passu* às transformações da estrutura agrária, o século XV conhece também novos e importantes impulsos no ramo das atividades comerciais, fato favorecido pela consolidação e universalização de um panorama urbano que, desde os séculos XI e XII, já vinha apresentando sinais evidentes de um crescente e irrefreável florescimento. Com o desenvolvimento do comércio

³⁹ Ibid., cap. 29, p. 905 [e.b., cap. XXIV, p. 860].

⁴⁰ "O trabalho assalariado - lembra Engels no *Anti-Düring* -, os capitalistas já o encontraram como uma forma feita, [porém] como algo ancilar, excepcional ou temporário, ou em ponto de transição". F. Engels, *Anti-Dühring*, 2a. edição, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.

⁴¹ K. Marx, *Capital*, livro 1, op. cit., cap. 27., p. 877 [e.b., Livro 1, vol. 2, cap. XXIV, pp. 831 - 832].

interno (europeu), das relações monetárias, de um sistema de trocas mais avançado, os vínculos de dependência pessoal, de sangue, de educação, que marcaram formas pretéritas de organização produtiva (como no feudalismo), vão sendo pouco a pouco diluídos, como progressivamente destruídas vão sendo, também, as estruturas de produção voltadas à realização de valores-de-uso, ao consumo direto.⁴² As novas condições sociais de existência, tensionadas pela ação crescente do comércio e pela necessidade de expansão da produção de bens destinados à troca (mercadorias) vão, pouco a pouco, alterando as formas das atividades produtivas (sua dinâmica interna) e as relações sociais a elas sujeitas. Os indivíduos, paulatinamente, passam a entrar em contato entre si não mais como membros de uma comunidade voltada à satisfação pura e simples de suas carências materiais internas, mas como trabalhadores independentes, requisitados a cumprir a simples finalidade de produzir riquezas por meio de vínculos impessoais de contrato de trabalho, subordinados a condições precárias de produção que cada vez mais se lhes vão apresentando como autonomizadas, destacadas de seu controle direto e desarraigadas de qualquer laço de dependência pessoal. Não por menos - diz Marx - "a revolução agrícola que começou no último terço do século XV e que continuou ao longo do XVI (...) enriqueceu o arrendatário tão rapidamente quanto empobreceu a massa da população rural".⁴³

⁴² "Sem a diferenciação no interior da sociedade - observa Norbert Elias, com acuidade dialética -, sem a privatização da terra, sem um aumento intenso da população, sem a constituição de comunidades urbanas de comerciantes e artesãos autônomos, a necessidade de dinheiro na sociedade não teria aumentado de modo tão rápido, e o setor das relações econômicas monetárias não teria podido incrementar-se com tanta velocidade (...) As forças primárias desta transformação tem de ir buscar-se nas modificações da integração humana; não há dúvida de que (uma vez desenvolvidas aquelas pré-condições) foi com a fixação do aumento do uso do dinheiro que (por sua vez) se deu lugar a todo esse (novo) movimento, de aumento da população, da diferenciação, do crescimento das cidades, até um ponto de saturação". N. Elias, *El Proceso de la Civilización*, op. cit., p. 295.

⁴³ K. Marx, *Capital*, vol. 1, op. cit., cap. 29, p. 906 [e.b., Livro 1, vol. 2, cap. XXIV, p. 860].

Amparado pelas novas oportunidades de enriquecimento criadas pela expansão do comércio, logo o antigo arrendatário se transforma em arrendatário capitalista, procurando expandir seu próprio negócio (seu capital) empregando mais trabalhadores assalariados, ampliando as terras de cultivo e intensificando o ritmo do regime de trabalho na lavoura. As "estratégias" originalmente utilizadas para acelerar a criação das condições propícias ao aumento da acumulação do capital são as mais variadas, e se fundam, invariavelmente, em *métodos de violência*. Ao poder real, centralizado e absoluto, produto do desenvolvimento burguês,⁴⁴ coube dar o golpe final nos últimos resquícios das relações de vassalagem herdadas da feudalidade, lançando ao mercado de trabalho uma massa de trabalhadores destinados à proletarização; indivíduos sem direitos que, no dizer de Sir James Stuart, "por todas as partes enchiam inutilmente casas e castelos".⁴⁵ Por outro lado, opondo-se ao Rei e ao Parlamento, a nova aristocracia fundiária, renascida sobre as cinzas da velha nobreza outrora devorada pelas guerras feudais, e como um legítimo produto de seu tempo, passara a visar novos negócios (arrendamentos, etc.) que lhe proporcionassem vias mais largas de acesso ao novo "poder dos poderes": o dinheiro.⁴⁶ Para isso não precisou esperar qualquer edito

⁴⁴ Sobre o processo de constituição do Estado Absoluto moderno, com requintes mais apurados de análise historiográfica, vd. N. Elias, op. cit., particularmente a segunda parte do item III do capítulo terceiro, intitulada: "La génesis social del Estado".

⁴⁵ Apud K. Marx, *Capital*, vol. 1, op. cit., cap. 27, p. 878 [e.b., Livro 1, vol. 2, cap. XXIV, p. 833].

⁴⁶ O drama da aristocracia fundiária medieval face ao avanço do capital mercantil moderno (com o predomínio de uma economia crescentemente monetarizada) tornara-se aquele de todas as classes sociais cuja renda (fixa) não aumentava de modo proporcional relativamente à circulação do dinheiro. No caso dos arrendatários, ao contrário, "a depreciação contínua no valor dos metais preciosos, e portanto do dinheiro, trouxe frutos dourados (...) [pois, dentre outras coisas] rebaixou os salários. A porção destes reduzida foi então transferida para os lucros dos novos fazendeiros. [Por fim], o contínuo crescimento dos preços do milho, da lã, da carne, enfim, de todos os demais produtos, dilatou o capital-dinheiro do arrendatário sem qualquer ação de sua parte, enquanto que o patamar da renda que ele tinha que pagar [ao dono da terra], ainda fixado em bases de valores antiga, diminuía progressivamente [enriquecendo o arrendatário às custas do *landlord*]". K. Marx, *ibid.*, cap. 29, pp. 906 - 907 [e.b., *ibid.*, cap. XXIV, p. 861]. Vd. ainda N. Elias, *El Proceso de la Civilización*, op. cit., p. 261.

real para que se lançasse à usurpação de uma quantidade significativa de terras comuns disponíveis, expulsar pela força camponeses de suas posses (os quais possuíam direitos sobre elas baseados nos mesmos institutos feudais que, ainda então vigentes, protegiam os domínios dos próprios usurpadores), demolir choupanas e habitações de trabalhadores rurais, aumentando, assim, o poderio de suas propriedades, ao mesmo tempo que dilatava, a fórceps, a própria população dos proletarizados, abandonados à condição de despossuídos.⁴⁷

Diante de tanta brutalidade e em face de tamanhas mudanças, "a legislação recuava [os legisladores se retraíam] (...) Ainda não havia se fixado aquele nível civilizado de direito onde a 'riqueza da nação' (isto é, a formação do capital e a exploração impiedosa e o empobrecimento da massa popular) figura como a razão última de toda governança".⁴⁸ Nem mesmo as interferências do Rei e do Parlamento, proibindo novas usurpações de terras ou a demolição de casas camponesas - como fora o caso das leis editadas por Henrique VII, em 1489, e Henrique VIII, em 1533 - foram capazes de evitar, na prática, ao longo dos 150 anos em que vigoraram, as consequências impiedosas da gigantesca e violenta revolução que servia de parto à emergência da era do capital. Nada mais que meros paliativos, as legislações protetoras dos mais fracos não resistiram aos imperativos objetivos da dinâmica econômica do nascente sistema capitalista, que exigia a subordinação e a conversão das massas populares em mercenários e a transformação de seu antigo instrumental de trabalho (como a terra) em capital.⁴⁹

⁴⁷ K. Marx. *ibid.*, pp. 878 - 879 [e.b., pp. 833 - 834].

⁴⁸ *Ibid.*, p. 879 [e.b., p. 834].

⁴⁹ *Ibid.*, pp. 879 - 881 [e.b., pp. 834 - 836].

Todos esses acontecimentos tiveram ainda, por corolário, a usurpação das terras da Igreja Católica (proprietária feudal de grande parte do solo europeu) e a expulsão dos antigos habitantes destes territórios, processo deflagrado, ao longo do século XVI, com a Reforma. Na esteira do que foi este radical e significativo movimento de demolição de um dos principais pilares do *status quo* da medievalidade,⁵⁰ não faltaram atos de rapinagem e de extrema violência. "Os bens eclesiásticos [por exemplo] foram amplamente doados a rapaces favoritos da Côrte, ou vendidos por um preço irrisório a fazendeiros especuladores ou a homens das cidades (burgueses), que dali expulsaram em massa os velhos e hereditários moradores, derrubando suas propriedades".⁵¹ Ao final do turbulento período, o saldo fora uma maior concentração da propriedade da terra nas mãos dos burgueses e um aumento de braços disponíveis no mercado de trabalho.

Contemporaneamente às transformações do campo, correspondiam modificações significativas na organização produtiva do artesanato urbano das corporações de ofício. As demandas de um mercado em expansão tensionavam os limites impostos, pela legislação feudal, ao número de trabalhadores (aprendizes) e ao volume da produção de mercadorias que cada mestre de corporação estava tradicionalmente condicionado a ter que lidar. Tais restrições, pouco a pouco,

⁵⁰ Ao direcionar suas contestações contra o poderio absoluto e centralizador do Papa, a Reforma - quando sob o comando de Calvino - incentivou e fermentou, praticamente, uma rebelião ideológica contra a própria moral dominante da Idade Média, a qual, sob a hegemonia da Igreja Católica, proibiu o empréstimo a juros, a expansão das atividades comerciais, a acumulação do capital. O calvinismo, ao contrário, passou a justificar o êxito no comércio e a acumulação como "sinais da eleição divina". M. Beaud, *História do Capitalismo: de 1500 aos nossos dias*, trad. de José Vasco Marques, Editorial Teorema, Lisboa, s/d, p. 20. Sobre uma análise em profundidade das implicações culturais da Reforma no favorecimento de um contexto propício ao desenvolvimento dos empreendimentos capitalistas, vd. M. Weber, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, 3a. edição, Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1983.

⁵¹ K. Marx, *Capital*, vol. 1, op. cit., cap. 27, pp. 881 - 882 [e.b., Livro 1, vol. 2, cap. XXIV, p. 837].

foram sendo rompidas à medida que o comércio se desenvolvia e o número de braços desocupados (camponeses expulsos do campo, etc.) crescia nos arredores, becos e esquinas das vilas e cidades. A passagem do antigo sistema produtivo das corporações de ofício para o sistema de cooperação simples (forma primitiva da manufatura moderna), congregando então, num mesmo espaço de atividade, um número bem superior de trabalhadores assalariados e impulsionando, em consequência, a escala da produção de mercadorias, transformava *qualitativamente* a natureza social das relações de produção e o padrão de acumulação. Nascia, ainda que de forma embrionária, a forma *capitalista* de produção, proliferando os germens daquilo que logo viria a ser um novo modo universalmente dominante de produção: "a produção capitalista começa realmente apenas quando cada capital individual emprega, simultaneamente, um número comparavelmente superior de trabalhadores, e quando, como resultado, o processo de trabalho é conduzido a uma escala mais intensiva, gerando, relativamente, uma maior quantidade de produtos".⁵²

O século XV testemunhou não apenas o desenvolvimento do capital mercantil e o processo de assalariamento crescente no campo, como o surgimento das primeiras manifestações do capital produtivo nas cidades, com a ampliação das oficinas, do número de trabalhadores contratados, do volume de mercadorias produzidas, resultando todo esse processo numa maior expansão do próprio capital, isto é, no aumento da quantidade de mais-valia gerada (acumulação) e, portanto, da exploração da força-de-trabalho - ao ponto de ter liberado, do próprio trabalho, o antigo empregador, ora transformado de mestre artesão em capitalista.

Até meados do século XV, porém, a classe dos assalariados, que surgira na segunda metade do século XIV, constituía-se, ainda, uma fração

⁵² Ibid., cap. 13, p. 439 [e.b., cap. XI, p. 370].

minoritária e diminuta da população. As necessidades de mão-de-obra ditadas pela dinâmica (ainda limitada) da economia camponesa independente, no campo, e pelo desenvolvimento da produção artesanal coordenada pelas organizações corporativas, nas cidades, absorviam toda a força-de-trabalho disponível. "O elemento variável do capital preponderava amplamente sobre o elemento constante. Por isso, a demanda por trabalho assalariado crescia rapidamente a cada acumulação de capital, ao passo que a oferta seguia atrás, lentamente. Grande parte do produto nacional, que fora mais tarde transformado em fundo para a acumulação de capital, servia ainda, àquela época, como fundo de consumo dos trabalhadores."⁵³ Não por menos, em 1349, na Inglaterra de Eduardo III, e em 1350, na França do rei João, "estatutos de trabalhadores" são editados, similarmente, estabelecendo o prolongamento compulsório da jornada de trabalho, em compensação à carência de braços disponíveis no mercado.⁵⁴

Apenas o terrorismo que marcou a ação das classes dominantes desde o final do século XV, com a expulsão dos camponeses de suas terras, o roubo das terras comuns e, mais tarde, a usurpação dos bens da Igreja e a expulsão dos habitantes dos territórios eclasiásticos, é que viria a resolver, na raiz, a oferta de força-de-trabalho que a acumulação do capital (no campo e na cidade) ora estava a reclamar. Desde então, inverteu-se a situação da penúria quantitativa de braços que configurara as "carências" do século anterior. Agora, o problema passara a ser, ao contrário, a abundância de trabalhadores livres, que já não podiam ser absorvidos pela manufatura nascente na mesma proporção em que se tornavam disponíveis. Por força das circunstâncias, muitos marginalizados se tornaram vagabundos, mendigos, ladrões, o que levou os governos em toda a

⁵³ *Ibid.*, cap. 28, p. 900 [e.b., cap. XXIV, p. 855].

⁵⁴ Cf. *ibid.*, *idem* [e.b., *idem*].

Europa ocidental, no final do século XV e no decurso do XVI, a adotar uma legislação extremamente severa contra a vadiagem, tratando indigentes e criminosos como pessoas que tivessem escolhido aquela condição por livre opção. Aquilo que Marx denominou de "legislação sanguinária contra os expropriados" (*bloody legislation against the expropriated*) compõe um dos capítulos centrais da longa história de violência que garantiu, dentre outras medidas e acontecimentos, as pré-condições da acumulação originária capitalista, alicerce sobre o qual se fincavam as primeiras vigas do novo modo de produção.⁵⁵

A história da acumulação originária, isto é, da expropriação das massas, da transformação compulsória de servos, camponeses e trabalhadores autônomos em proletários - e da substituição dos senhores feudais e mestres das corporações por capitalistas - *não se constitui, entretanto, um processo que se esgota no século XVI, nem muito menos se restringe ao continente europeu*. Seu espectro temporal e espacial é bem mais largo: percorre várias fases, sequências diversas, épocas distintas, métodos e formas variados, diferentes países e continentes.⁵⁶

Na Inglaterra (sempre tomada por Marx como modelo clássico), não obstante os efeitos devastadores da rapinagem revolucionária de territórios e propriedades rurais ocorridas nos séculos XV e XVI, restara ainda um número

⁵⁵ Inúmeros são os casos ilustrados por Marx, tomada a Inglaterra como exemplo principal. Dentre esses: encarceramento e flagelação de vagabundos em idade produtiva, com pena de amputação de metade da orelha no caso de reincidência e, enforcamento, na segunda ocasião (Lei de 1530, Henrique VIII); condenação à escravidão pela pessoa que o tenha denunciado, do indivíduo que se tenha recusado a trabalhar, liberando-se plena utilização de seu corpo e direitos ao novo proprietário (Lei de 1547, Eduardo VI); flagelação de mendigos com mais de 14 anos, com impressão de marcas nas orelhas a ferro quente, seguindo-se de enforcamento, em caso de reincidência, uma vez atingida a faixa etária dos 18 anos (Lei de 1572, Elizabeth I); etc. Cf. K. Marx, *ibid.*, cap. 28, pp. 896 - 899 [e.b., cap. XXIV, pp. 851 - 854].

⁵⁶ *Ibid.*, cap. 26, p. 876 [e.b., cap. XXIV, p. 831]. Quando a acumulação originária ocorre depois do século XVI, já integra, então, a própria história do capitalismo. Somente em termos europeus, portanto, é que a acumulação originária é *pré-condição* para a formação capitalista ... igualmente originária.

significativo de camponeses independentes, a chamada classe *yeomanry* - coproprietários de parte das terras comuns até então intocadas⁵⁷ -, que só foi extinta por volta das últimas décadas do Setecentos, dado o impacto da chamada "Revolução Gloriosa", que trouxera ao poder (um século antes) Guilherme III, de Orange e, junto com ele, os proprietários da mais-valia. Em pouco mais de um século, a nova oligarquia burguesa concluiu o processo de roubo às terras comunais e do Estado que ainda haviam sobrevivido à primeira escalada de violência nos séculos antecedentes, anexando-as aos seus domínios por meio de compras simbólicas ou mesmo de usurpação direta. O grande "progresso" do século XVIII - diz Marx - "consiste em ter tornado a própria lei o veículo [desse] roubo (...) roubo [que] assume a forma parlamentar (...) decretos com que os [novos] senhores das terras se presenteiam com os bens que pertencem ao povo, tornando-os sua propriedade particular".⁵⁸ "Progresso" que se estende ainda ao século XIX, com as derradeiras ações de expropriação "legal" dos camponeses sobreviventes, e que na Inglaterra, como na Escócia, França, Alemanha e restante da Europa, assume a forma de "limpeza das propriedades" de seus antigos habitantes, enxotados, então, de seus lares e tradicionais espaços de auto-sustentação pelas próprias forças oficiais a serviço da "legalidade"⁵⁹ - daí porque,

⁵⁷ A propriedade comunal - diversa daquela da Coroa ou do Estado - representava uma antiga e tradicional instituição germânica, que se desenvolvera em toda a Europa durante o período feudal, e que se assentava no uso comum de um determinado território por famílias que, embora autônomas entre si, por acordo recíproco constituíam uma comunidade (como *reunião* e não como *unidade*) com a finalidade precípua de cultivo coletivo do solo, cujo território ultrapassava os limites de suas pequenas propriedades particulares. Vd. K. Marx, *Grundrisse*, vol. 1, op. cit., p. 442.

⁵⁸ K. Marx, *Capital*, vol. 1, op. cit., cap. 27, pp. 885 - 886 [e.b., Livro 1, vol. 2, cap. XXIV, pp. 840 - 841].

⁵⁹ *Ibid.*, pp. 889 - 890 [e.b., p. 845]. Na Alemanha, a "limpeza das propriedades" começou a ter um forte incremento durante a Guerra dos Trinta Anos, alcançando seu cume de violência por volta do final do século XVIII (quase cem anos mais tarde). Em 1790, dado o estado geral de coisas, explode uma significativa rebelião camponesa no Eleitorado da Saxônia, que acabou por obrigar a Frederico II a ter que garantir, em seguida, novos direitos de propriedade aos camponeses na maior parte das províncias da Prússia. Cf. *ibid.*, pp. 893 - 894 [e.b., p. 849].

em pleno século XIX, a identidade entre riqueza nacional (capitalista) e pobreza do povo já se revestira, de uma vez por todas, de um caráter de "natural institucionalidade".⁶⁰

Todo esse longo processo histórico de reprodução dos métodos originários e violentos de constituição da propriedade burguesa, que se seguiu nos séculos subsequentes ao XVI, já traduzia, então, num outro contexto, os esforços de acabamento e a consolidação do novo modo capitalista de produção, que desde os primórdios da expansão mercantilista houvera atingido uma escala de dinamismo e um ritmo progressivo de universalização que já não permitia qualquer ordem de retrocesso.

As pré-condições para e explosão da *era capitalista*, da reprodução ampliada da acumulação do capital, não decorriam, contudo, apenas das repercussões da revolução agrícola em solo europeu, que, com a expropriação de camponeses, preparara o adensamento do proletariado urbano necessário à expansão da manufatura (e, depois, da indústria) e impulsionara a formação de um promissor mercado interno (em cada país), com troca de mercadorias (matérias-primas e manufaturados) entre campo e cidade. O capitalismo, quando emerge em seu primeiro esplendor no século XVI (e não antes), sob a forma do *mercantilismo*, já se constituía, então, num *sistema internacional em pleno desenvolvimento*, que tinha por base as necessidades do novo *mercado mundial* que começava a ser criado pelas grandes descobertas do final do século XV; o comércio ativo e regular de *longa distância* como "*ossatura*" da nova onda de trocas - na feliz expressão de Fernand Braudel.⁶¹ Este fora o fator diretamente

⁶⁰ Ibid., p. 886 [e.b., p. 841].

⁶¹ Cf. F. Braudel, *Civilização Material, Economia e Capitalismo - Séculos XV-XVIII*, vol. 2, op. cit., p. 355.

decisivo à própria deflagração e aceleração de todo o processo de transformações radicais que ocorreram na Europa desde a entrada do Quinhentos (como anteriormente relatado) - o sentido último da revolução comercial -, e que passara a tensionar, ferindo de morte, as velhas estruturas econômicas herdadas da feudalidade. "A descoberta do ouro e da prata na América, o extermínio, escravização e enterro de populações indígenas nas minas do continente, o começo da conquista e da pilhagem da Índia, e a conversão da África numa reserva para a caça comercial de negros (*blackskins*), são todos acontecimentos que caracterizam os albores da era da produção capitalista"⁶² - contexto no qual a guerra comercial entre as nações européias já não mais se restringia aos mercados do Velho Continente, mas já tinha o "*mundo por palco*",⁶³ isto é, um novo *patamar* de equacionamento.

O aparecimento da figura do capital (usurário, mercantil), na Europa, traduz-se, originariamente, num fenômeno localizado, e antecede, historicamente, à vigência da era capitalista propriamente dita. Já por seu turno, a constituição do *capitalismo*, enquanto modo de produção dominante (e, portanto, a formulação de seu *conceito*), supõe, em alguma medida - ao contrário da simples presença dos ilhados capitais individuais, perdidos no oceano de feudos que ainda dominavam o panorama europeu de meados do século XV -, uma dinâmica e/ou um sistema econômico *internacionalizado*: "o envolvimento de todos os povos na rede do mercado mundial" - daí decorrendo a condição historicamente genética do "caráter *internacional* (grifo meu) do regime capitalista", apontado por Marx.⁶⁴

⁶² K. Marx, *Capital*, vol. 1, op. cit., cap. 31, p. 915 [e.b., Livro 1, vol. 2, cap. XXIV, p. 868].

⁶³ *Ibid.* *idem.*

⁶⁴ *Ibid.*, cap. 32, p. 929 [e.b., cap. XXIV, p. 881].

O mercantilismo representa a primeira etapa da era propriamente capitalista; uma fase histórica do processo civilizatório onde não somente o excedente econômico continuou a ser comercializado (como se deu até a Baixa Idade Média), mas a partir da qual *todo o esforço industrial (produtivo) passou a depender da troca*. É o advento de um novo tempo, a anunciação da *civiltà* da mercadoria, o alvorecer da *era do capital*, o qual, encarnado no ventre da antiga formação social feudal, já não podia mais por esta ser contido, grávida que estava de mundialidade.⁶⁵

A passagem da circulação simples de mercadorias à produção capitalista, isto é, do comércio limitado e restrito ao mercantilismo (e posteriormente deste ao industrialismo), é vista por Marx - incluídos todos os eventos inerentes ao que denominou de "acumulação originária" (e que forjaram as condições materiais favoráveis ao desabrochar da era capitalista) -. como um longo processo histórico que deságua numa *dinamização supranacional do comércio em escala mundial*, cujos efeitos imediatos (sobretudo a partir do século XVI) logo se fizeram sentir no seio do aparato produtivo vigente. E ainda que nesta etapa - e até o século XIX, quando consolida-se a Revolução Industrial - seja a esfera da *circulação* aquela onde "o capitalismo se sente mais em casa" (no dizer de Braudel),⁶⁶ é ao longo desse período que vão ser processadas transformações fundamentais na esfera da *produção* (cooperação simples,

⁶⁵ Sobre o tema do mercantilismo, vd. E. F. Heckscher. *La Epoca Mercantilista: historia de la organización y las ideas económicas desde el final de la Edad Media hasta la sociedad liberal*. primera reimpression. Fondo de Cultura Económica. México, 1943; D. C. Cokeman. *Revisions in Mercantilism*. Methuen & Co. Ltda., London, 1969; C. C. Prodanov. *O Mercantilismo e a América*. Ed. Contexto, São Paulo, 1990; G. Leonard. *Foreign Trade and National Economy: mercantilism and classical perspectives*. reprinted, Macmillan, London, 1991; P. Deyon. *O Mercantilismo*. 3a. edição, trad. de Teresa Cristina Silveira. Ed. Perspectiva. São Paulo, 1992.

⁶⁶ F. Braudel. *Civilização Material, Economia e Capitalismo - Séculos XV - XVIII*, vol. 2, op. cit., p. 200.

manufatura) que vão garantir o atendimento das demandas do mercado em expansão, reciclando as escalas de produtividade requeridas sem as quais não teria havido as garantias materiais à consolidação de um modo de produção de mercadorias fundado na mais-valia.

Para Marx, somente com a transformação das estruturas produtivas e das relações de produção correspondentes é que se dá a passagem de um modo de produção a outro. No caso em questão, o estabelecimento do modo tipicamente capitalista de produção (o fundamento básico da auto-renovação sistêmica do modelo burguês) funda-se, historicamente, a partir da esfera da circulação das mercadorias, mas da circulação *como momento desenvolvido*, como *fator dinamizador da própria produção em geral*. Portanto, é somente a partir da emergência do *mercado mundial* que as transformações nas estruturas de produção se dinamizam e assumem progressivamente a condição de fator retro-alimentador de toda a engrenagem econômica.

O capital comercial, inicialmente, nada mais é que capital *circulante*, e a simples circulação não leva, em si mesma, o princípio da *auto-renovação*; não garante de *per se* a consolidação definitiva de um sistema destinado à produção de mercadorias. A explicação marxiana para o salto qualitativo que representou o capitalismo, enquanto modo essencialmente produtor de mercadorias, supõe a incorporação progressiva de todo o universo produtivo à lógica do mercado, na medida em que a proeminência de uma institucionalidade baseada na criação de valores-de-troca pressupõe uma dinamização crescente e ininterrupta do comércio, a partir de um certo patamar e de uma certa escala de circulação das mercadorias: "O fato de as forças produtivas adquiridas numa dada localidade, sobretudo as invenções, se perderem ou não, para o desenvolvimento ulterior, *dependia unicamente da extensão das trocas* (grifo meu). Enquanto não existem ainda relações comerciais para além da vizinhança imediata, é forçoso

realizar a mesma invenção em cada localidade, e bastam puros acasos tais como o aparecimento de povos bárbaros e mesmo as guerras normais para obrigar um país que tem forças produtivas e necessidades desenvolvidas a partir novamente do nada (...) A duração das forças produtivas adquiridas só é assegurada *quando o comércio adquire uma extensão mundial que tem por base a grande indústria e quando todas as nações são arrastadas para a luta da concorrência* (grifo meu)".⁶⁷ Não há capitalismo no contexto do *comércio passivo*, de intercâmbios de simples excedentes impulsionados por necessidades ditadas exteriormente ao sistema produtivo. Na dinâmica capitalista, "o excedente da produção já não pode ser casual, acidentalmente existente, mas deve renovar-se continuamente, mediante o que se imprime à produção local uma tendência orientada à circulação, à criação de valores de troca. No princípio o efeito é mais material. Amplia-se [então] o círculo das necessidades; o objetivo é a satisfação de novas necessidades e, portanto, uma maior regularidade da produção e o aumento da mesma. A organização da própria produção interior *se modifica já por obra da circulação e do valor de troca* (grifo meu) (...) É a isso o que se chama o *efeito civilizador do comércio exterior*".⁶⁸

A força dinâmica do mercado alargado (mundial), tal qual um poder irresistível que se impõe sobre os homens e que os condena à escravização do império das *coisas*, é, por assim dizer, o substrato histórico básico explicativo do *combustível* do capitalismo. Marx chama constantemente a atenção para o papel que cumpre, lógica e historicamente, a internacionalização das relações de troca (e sua institucionalização) na configuração do modo capitalista de produção. Pois é a

⁶⁷ K. Marx e F. Engels, *A Ideologia Alemã*, vol. 1, 3a. edição, trad. de Conceição Jardim e Eduardo Lúcio Nogueira, Editorial Presença, Lisboa, s/d op. cit., p. 66.

⁶⁸ K. Marx, *Grundrisse*, vol. 1, op. cit., pp. 195 - 196.

dinamização do movimento da circulação de mercadorias, progressivamente mundializado, que vai afetar o conjunto da produção em geral, cujo localismo pretérito passa a ser cada vez mais tensionado pela intensidade da ação do comércio exterior.

Todos os principais acontecimentos que, a partir do ocaso do século XV e início do XVI, conduziram à revolução das estruturas produtivas na Europa (e que demarcam o primeiro ciclo da acumulação originária), são na verdade, direta ou indiretamente, *já resultado das demandas imbricadas no deslocamento supranacional (e supracontinental) do comércio*.⁶⁹ É o caso do desenvolvimento da indústria agrícola depois do século XVI, que só se explica a partir da dinamização de um *mercado de exportação*. A Inglaterra - sempre citada como exemplo por Marx - viveu, entre meados do século XVI e começo do XVII, o desmantelamento de seu antigo sistema de pequeno arrendamento de terras em face da necessidade de transformar as pequenas propriedades agrícolas em grandes pastos de ovelhas destinados à produção de lã, produto básico da contrapartida inglesa no intenso intercâmbio comercial que se havia estabelecido com a Holanda à época.⁷⁰ A gênese da renda fundiária capitalista, da mesma forma, está diretamente determinada pelos efeitos do comércio *mundial*: "Quando a renda assume a forma de renda-dinheiro - diz Marx -, e a relação entre camponês que paga renda e proprietário da terra se torna uma relação contratual - uma transformação que é apenas possível dado um certo nível de desenvolvimento do mercado mundial (grifo meu), comércio e manufatura - a terra começa,

⁶⁹ Como bem notou Fernand Braudel. "o mercado é um limite que se desloca". F. Braudel, *Civilização Material, Economia e Capitalismo - Séculos XV - XVIII*, vol. 2. op. cit., p. 39.

⁷⁰ Os processos de expropriação violenta de camponeses durante o século XVI, na Inglaterra, está diretamente associado com a elevação dos preços da lã causada pela rápida expansão das manufaturas têxteis em Flandres, Holanda, então principal exportadora mundial do produto. Cf. K. Marx, *Capital*, vol. 1, op. cit., cap. 27, pp. 878 - 879 [e.b., Livro 1, vol. 2, cap. XXIV, p. 833].

inevitavelmente, a ser arrendada a capitalistas, que até então estavam formalmente fora dos domínios rurais e que agora transferem para a terra, e para a economia rural, o capital que tinham obtido na cidade, juntamente com o modo capitalista de operacionalização que fora também lá desenvolvido: a produção do produto como uma mera mercadoria e como um mero recurso de apropriação de mais-valia. Como regra geral, esta forma pode ocorrer *apenas naqueles países que chegaram a dominar o mercado mundial* (grifo meu) durante o período de transição do modo feudal para o modo capitalista de produção".⁷¹ Também as manufaturas, enquanto ramos da produção que escapavam ao controle do sistema corporativo das guildas medievais, tiveram seu desenvolvimento possibilitado pelo alargamento do comércio.⁷² Seu primeiro grande surto ocorreu na Itália e em Flandres, graças à divisão do trabalho entre diferentes cidades italianas e parte dos Países Baixos, e à abertura do comércio com outras nações - ao contrário da Inglaterra e da França que, então, ainda limitavam sua produção basicamente ao mercado interno.⁷³

Não há *capital-ismo* em escala apenas local ou nacional. O capitalismo só existe como decorrência da expansão progressiva do mercado, do alargamento supranacional das relações de troca, da dinamização centrífuga dos canais de comunicação humana em direção aos horizontes curvos do planeta. E a generalização e consolidação de uma economia de mercado de amplitude mundial é resultado de um longo processo histórico que envolveu fases distintas de desenvolvimento da *vida material* da humanidade. "Para isso - lembra Fernand

⁷¹ Ibid., vol. 3, op. cit., cap. 47, p. 935. [ed. bras., Livro 3, vol. 6, cap. XLVII, p. 916].

⁷² Não por menos elas se instalaram inicialmente nos portos marítimos das cidades européias diretamente ligadas ao comércio de exportação. Ibid., vol. 1, op. cit., cap. 31, p. 915 [e.b., Livro 1, vol. 2, cap. XXIV, p. 868].

⁷³ K. Marx e F. Engels, *A Ideologia Alemã*, vol. I, op. cit., p. 67.

Braudel - vão ser preciso séculos, sem dúvida, [para superar o estágio] da produção em que tudo nasce e do consumo que tudo destrói. A economia de mercado surge-nos como a ligação, o motor, zona apertada, mas viva, de onde brotam os estímulos, as forças vivas, as novidades, as iniciativas, as múltiplas tomadas de consciência, os fenômenos de crescimento e, até, o progresso".⁷⁴ O capitalismo é fenômeno decorrente do desenvolvimento amadurecido da economia de mercado. Nasce e configura-se no berço do mercado mundial em formação - útero de germinação desse novo modo de produção, onde o capital, por sua vez, será o agente de sua consolidação.⁷⁵

O processo histórico de desenvolvimento de um comércio internacional, ultramarino, de respiro *mundial* - tal como ocorreu a partir dos séculos XV e XVI - não é, originariamente, *resultado* do capitalismo (enquanto modo de produção consolidado), mas *pressuposto* do mesmo.⁷⁶ Faz também parte - quando não, é a própria base - do complexo processo da acumulação originária, em sua fase mais avançada. Como ressalta Ernest Mandel, "não é senão no curso da segunda fase da acumulação originária, que começa por volta do final do século XV e princípio do século XVI - a acumulação originária do capital industrial -, que o capital conquistará definitivamente sua posição dominante na economia e na sociedade. A enorme expansão do capital comercial com o surgimento das primeiras sociedades por ações; o nascimento da dívida pública

⁷⁴ F. Braudel. *A Dinâmica do Capitalismo*. 3a. edição. trad. de Carlos Veiga Ferreira. Editora Teorema. Lisboa. 1989. p. 24.

⁷⁵ Harry Magdoff. a respeito. ressalta que "o capitalismo nasceu no interior da revolução comercial do século XVI e começo do XVII - uma revolução que produziu um mercado global centrado nas necessidades e desejos das nações da Europa Ocidental. A expansão do comércio internacional estimulou a difusão da empresa capitalista, favorecendo a transição do feudalismo para o capitalismo, e conduzindo necessariamente a um contínuo aprofundamento e alargamento do mercado mundial". In H. Magdoff. *Imperialism: From the Colonial Age to the Present*. Monthly Review Press. London, 1978, p. 166.

⁷⁶ K. Marx, *Grundrisse*, vol. 1, op. cit., p. 468.

moderna e o nascimento da bolsa; o desenvolvimento dos bancos modernos; a penetração do capital na produção industrial e agrícola (particularmente com o desenvolvimento da 'nova indústria têxtil', da produção *en comandita - Verlagssystem*⁷⁷ -, da manufatura e da agricultura moderna na Bélgica, na Itália do norte, no norte da França e mais tarde na Inglaterra): eis aqui as conhecidas etapas da ofensiva do capital ocidental na época da acumulação originária propriamente dita, que precede a revolução industrial de meados do século XVIII e que em grande parte a tornou possível".⁷⁸ O capitalismo é o resultado de todo esse *devoir*.

Autores vários que, no século XX, após Marx, dedicaram-se ao estudo da história do capitalismo sob diversos ângulos, confirmam essas premissas. Michel Beaud, por exemplo, em minucioso estudo a respeito da temática (*História do Capitalismo*, 1981), assinala que o capitalismo é resultado de uma longa e complexa marcha de transformações econômicas e políticas que foram ocorrendo na Europa ao longo de vários séculos e que, embora numerosas sociedades (cidades) mercantis e monetárias já pré-existissem no Velho Continente desde a Idade Média, somente a partir do século XVI, com a afirmação das nacionalidades, o *alargamento das trocas* e a *dominação à escala mundial* (inaugurada com a pilhagem da América), é que se estabelecerá, em consequência, um novo modo de produção e um novo estilo de mentalidade.⁷⁹ Paul Sweezy, que juntamente com renomados historiadores marxistas - tais como Christopher Hill, Eric Hobsbawm e Edward Thompson - participou na década de 50 de famoso debate com Maurice Dobb a respeito da transição do feudalismo para o

⁷⁷ Tipo de organização da produção em que é o mercador (*Verleger*) quem adianta ao artesão a matéria-prima e parte do salário, sendo o restante pago no ato da entrega final do produto contratado.

⁷⁸ E. Mandel, *Ensayos sobre el Neocapitalismo*, op. cit., p. 156.

⁷⁹ M. Beaud, *História do Capitalismo*, op. cit., Primeira Parte: "Do Ouro ao Capital".

capitalismo (suscitado pela publicação, em 1946, de um texto deste último intitulado *Studies on the Development of Capitalism*),⁸⁰ considera ser o capitalismo, desde suas origens na passagem para o Quinhentos, um *sistema mundial*, decorrente do domínio europeu da arte de navegação de longadistância, e que conduziu à superação, pelas conquistas e feitos do comércio, da antiga sociabilidade de "pequena esquina do globo".⁸¹ A esse respeito (referindo-se também ao histórico debate acadêmico dos anos 50), André Gunder Frank chama a atenção para a virada que representou o ano de 1492, com a descoberta da América, na medida em que as tendências crescentes das atividades comerciais na Europa, já em tensão desde os séculos XIII e XIV, ganham finalmente o impulso que lhes propiciará (pela primeira vez) uma efetiva base de relações econômicas de auto-sustentabilidade, graças, por um lado, ao aumento da prata extraída das minas do Novo Mundo (que baixou o preço da prata e elevou os preços das outras mercadorias que a prata podia comprar), e, por outro, à ampliação mundial do mercado, onde as colônias americanas (além de outras nos demais continentes) apresentavam-se como consumidores estratégicos para certos gêneros alimentícios (como o trigo) e manufaturados, provocando um outro atrativo para a expansão de novos investimentos e negócios e um surto concentrado de acumulação de capital na Europa.⁸² O ano de 1492 é também apontado por Samir Amin como aquele do nascimento do mundo moderno, marcado pelo início da conquista do planeta pelos

⁸⁰ Este debate foi originalmente publicado na íntegra, em meados da década de 50, pela revista inglesa *Science and Society* e reeditado somente vinte anos depois em livro, por Rodney Hilton, um dos participantes daquele debate e então professor de História Medieval da Universidade de Birmingham. Vd. R. Hilton, M. Dobb et alii, *A Transição do Feudalismo para o Capitalismo: um Debate*, trad. de Isabel Didonet, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978.

⁸¹ P. Sweezy, *Modern Capitalism and Other Essays*, Monthly Review Press, New York/London, 1972, cap. I, "Modern Capitalism".

⁸² A. Gunder Frank, *Acumulação Mundial, 1492 - 1789*, trad. de Hélio Pólvora e Carlos Nelson Coutinho, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1977, cap. 1, "A Expansão do Século XVI".

européus, conquista global (militar, econômica, política, ideológica, cultural) que se confunde (e não pode ser separável historicamente) com a emergência de um novo sistema econômico e social - o capitalismo - qualitativamente diferente de todos os demais sistemas antes existentes na Europa e alhures, e que, com a força devastadora de seu expansionismo comercial, foi progressivamente subordinando à sua lógica metabólica todas as regiões da Terra, outrora majoritariamente fragmentadas em mundos culturais relativamente autônomos.⁸³

Tome-se ainda a tese de Immanuel Wallerstein, consagrada em *The Modern World-System*⁸⁴ (*O Sistema Mundial Moderno*), para quem o capitalismo só ganha existência, na virada do século XV para o XVI, com a emergência do que denominou de "economia-mundial-européia", assim entendida como um sistema historicamente inédito de relações societárias estruturado em escala mundial (a partir da ação expansionista de algumas nações do Velho Continente), *qualitativamente* diferente de todas as demais formas de mega-organizações sócio-políticas até então conhecidas na história: impérios, cidades-estado, e até os (então) emergentes *Estados-nação*. Essa característica distintiva residiria no fato de que este novo "sistema mundial", ao contrário das situações passadas, não estaria mais soldado, em última instância, por mecanismos de dominação política direta, mas, fundamentalmente, por vínculos de natureza eminentemente *econômica* - embora isto viesse, obviamente, reforçado, com o tempo, por manifestações de caráter cultural e mesmo por novas e múltiplas combinações de ordem política -, cujo dinamismo e estruturação institucional estaria a ultrapassar qualquer unidade política existente juridicamente definida. Enquanto os antigos impérios apoiavam-se em estruturas mais simples de dominação econômica

⁸³ S. Amin, "Columbus and the New World Order", in *Monthly Review*, n. 3, vol. 44, London, 1992.

⁸⁴ I. Wallerstein, *The Modern World-System*, vols. I e II, Academic Press, London, 1974.

centralizada, canalizando, contudo, parte considerável da produção gerada ao sustento da burocracia e o aparato militar de repressão - fatores que davam a única garantia da unidade do sistema, mas impedindo, outrossim (em razão disso), uma acumulação de excedente mais alargada -, a principal realização do mundo moderno - na opinião do autor - foi a de ter alterado esses padrões de institucionalidade. Desenvolveu, o mercantilismo, uma tecnologia adequada e uma dinâmica econômica que tornou possível ampliar e intensificar o escoamento do excedente das camadas sociais mais baixas para aquelas mais altas, da periferia para o centro, da maioria para a minoria, sem que fosse preciso reeditar, para tal, a fórmula tradicional da subordinação da economia (de suas potencialidades) aos limites geográficos e político-institucionais de uma monolítica estrutura imperial (tal como Roma, Bizâncio ou a China), "eliminando [em consequência] o 'desperdício' da por demais embaraçosa superestrutura política"⁸⁵ - causa histórica básica de toda estagnação e/ou desintegração das antigas "economias-mundo".⁸⁶

Para Wallerstein, o que faz o capitalismo é oferecer uma fonte alternativa e mais lucrativa de apropriação do excedente, que descola a produtividade e a formação do lucro dos entraves precedentes, tornando a dinâmica econômica uma força social irresistível e independente. É ela (enquanto mercado) que dá unidade ao novo sistema-mundo, *não o aparato estatal*, que por sua vez (no contexto do capitalismo) existe e desenvolve-se através de uma

⁸⁵ Ibid., vol. I, pp. 15 - 16.

⁸⁶ O sentido do conceito de "economia-mundo", neste caso, para Wallerstein, é semelhante ao que lhe empresta o historiador Fernand Braudel, o qual, inspirando-se no termo alemão "*Weltwirtschaft*", entende por "*economia-mundo*" uma economia de uma porção significativa do planeta que, em qualquer época histórica, apresenta-se organicamente interligada, isto é, formando um todo econômico, circunscrito a um determinado espaço geográfico, submetido a um pólo (ou centro) hegemônico, a partir do qual se divide em zonas sucessivas de combinações múltiplas de organização da produção e troca, segundo uma lógica econômica dominante. Diferentemente, o conceito de "*economia mundial*" é utilizado pelo autor para designar a economia do mundo *globalmente considerado*, "o mercado de todo o universo" (como dizia Sismondi). Cf. F. Braudel, *A Dinâmica do Capitalismo*, op. cit., pp. 84 - 89.

pluralidade de manifestações. Nesse quadro, é a expansão *mundial* do comércio, favorecida pelas conquistas da ciência e da técnica, que impulsionou a revolução náutica e redefiniu o mapa geo-econômico-político do planeta. É ela o fator central de ruptura, já que, durante o feudalismo, ainda que a expansão do comércio fosse um fato presente (sobretudo entre os séculos XIII e XIV), "o nível da atividade comercial, contudo (de uma maneira geral), era [ainda] limitado. A principal atividade econômica permanecia [sendo] a produção de alimentos e o artesanato, comercializados dentro de regiões econômicas restritas (...) O sistema feudal podia apenas suportar uma quantidade limitada de comércio de longadistância por oposição ao comércio local, e isto porque o comércio de longadistância era um comércio de luxo, não de bens volumosos e de uso comum".⁸⁷

Com a expansão intercontinental do comércio vão ser criados, em definitivo, os incentivos para o crescimento dos negócios, da produtividade, da acumulação ampliada do capital e todos os consequentes desenvolvimentos da economia moderna: meios regulares de transporte de longadistância; uma base monetária para a circulação intensiva das mercadorias entre países europeus e, desses, com o resto do mundo (graças ao ouro e à prata extorquidos às colônias); mercados mais amplos, mais estáveis e em contínuo crescimento, etc. "A expansão do século XVI não foi - por isso - apenas uma expansão geográfica. Foi uma expansão econômica - um período de crescimento demográfico, aumento da produtividade agrícola e da 'primeira revolução industrial'. Ela marcou a consolidação de um mercado *regular* entre a Europa e o resto do mundo. Por volta do final do século, a economia tornara-se simplesmente diferente e melhor".⁸⁸ O *mercado mundial* é, assim, para Wallerstein, a arena na qual ocorre a

⁸⁷ I. Wallerstein, *The Modern World-System*, vol. I, op. cit., pp. 20 - 21.

⁸⁸ *Ibid.*, p. 102.

constituição de um novo sistema de *economia-mundo*, agora efetivamente *mundial* (no sentido de Braudel) - o *capitalismo* -, alimentado pelo estágio avançado da tecnologia, das possibilidades de transporte e de comunicação dentro de suas fronteiras alargadas, tudo enquanto um processo em constante fluidez e mutação: "o capitalismo como um modo de economia está baseado sobre o fato de que os fatores econômicos operam dentro de uma arena mais ampla que aquela que qualquer entidade política possa controlar por inteiro (...) [Por isso] nós temos insistido - continua o autor - que a economia-mundial moderna é, e apenas pode ser, uma economia-mundial capitalista".⁸⁹

A compreensão do capitalismo como modo de produção *generalizado*, que demarca o advento de uma *nova era*, supõe, assim, o alcance mais abrangente das profundas transformações econômicas, políticas e sociais que estavam a ocorrer na Europa (sobretudo a partir do século XVI), e que, através da expansão do comércio, rompiam os limites e as fronteiras dos territórios e principados medievais, costurando e fundindo tribos e nações, mares e oceanos, numa gigantesca e inédita rede de relações econômicas de dimensões mundiais. Em outras palavras - como na formulação de Shlomo Avineri - o que Marx faz é mostrar "como a sociedade civil [a partir da Europa] cria as necessidades para cuja satisfação é requerido um mercado universal (...) [E como] disto emerge uma unidade de amplitude-mundo nos modos de produção e no estilo de vida, mais ainda desenvolvidos e acentuados através de cada etapa sucessiva de expansão da civilização europeia capitalista (...) [Pois] *a singularidade da civilização*

⁸⁹ Ibid., p. 348 - 350. Esta mesma angularidade analítica é defendida por Samir Amin, ao admitir que o sistema capitalista é o *primeiro sistema econômico planetário* e que não há *periodização mundial* para as épocas anteriores. Cf. S. Amin, *Classe e Nação na história e na crise contemporânea*, trad. de Eduardo Saló, Moraes Editores, Lisboa, 1981, pp. 23 - 25.

ocidental, segundo Marx, repousa na sua capacidade de universalização (grifo meu): nenhuma outra sociedade humana desenvolveu esta capacidade".⁹⁰

Tal é a história da institucionalização do moderno sistema colonial que se inicia no século XVI - e que perdura até o final do XIX -, mecanismo encontrado pela burguesia europeia, em associação com o poder absoluto e centralizado das Coroas dos diversos Estados nacionais emergentes, para subsumir definitivamente à lógica da acumulação capitalista (mercantil, industrial) todos os povos de todas as latitudes e longitudes do planeta. O colonialismo, pois, desvenda, na razão direta dessa escala ampliada de suas bases institucionais, os fundamentos e significado últimos de todo o processo da *acumulação originária*: a imputação, *pela força*, de um novo modo de produção voltado à produção de mercadorias e à acumulação do capital, fenômeno este favorecido pelas novas oportunidades abertas pela expansão e mundialização das atividades comerciais então em marcha.

⁹⁰ S. Avineri, *The Social & Political Thought of Karl Marx*, op. cit., p. 165. Ratificando ainda este ângulo de abordagem da tese marxiana do capitalismo, Fernand Braudel afirma ser a totalidade do processo capitalista uma realidade que só se tornou historicamente possível a partir do desenvolvimento de uma economia de mercado vigorosa e em processo contínuo de mundialização, onde a emergência do mercado mundial - e apenas ele - funcionou, em última instância, como a verdadeira força libertadora do capital de seus limites pretéritos. Cf. F. Braudel, *Civilização Material: Economia e Capitalismo - Séculos XV - XVIII*, op. cit., pp. 535 - 536 (Conclusões). Vd. também a respeito, I. Wallerstein, *The Modern World-System*, op. cit.

CAPÍTULO 2

O COLONIALISMO

A Teoria Moderna da Colonização, de Marx, capítulo de fecho (n. 33)⁹¹ do livro primeiro de *O Capital* (dedicado à abordagem do tema geral do Processo de Produção do Capital), situa-se como ítem final da última parte (a oitava) em que este livro vem sub-dividido, esta dedicada integralmente à questão da chamada "acumulação originária" - isto é, aos processos históricos que constituíram a base real da emergência do modo capitalista de produção. Isto significa dizer que os vários destaques dados, por Marx, aos acontecimentos que fertilizaram na Europa o advento da era do capital - a expropriação da população camponesa e a formação de um exército de trabalhadores livres, a "legislação sanguinária" contra os expropriados, a gênese do fazendeiro capitalista e do capital manufatureiro, os impactos da revolução agrícola sobre as atividades produtivas urbanas e a criação do mercado interno para a manufatura - *compõem um só e único processo umbilicalmente articulado com o fabuloso surto de expansão comercial detonado a partir das grandes descobertas ultramarinas de final do século XV e início do XVI*, e todos os eventos daí decorrentes. Desde então - e dando sequência às radicais mudanças requeridas pelo novo modo de produção emergente -, progressivamente todo o globo foi sendo forçado a transformar-se numa gigantesca esfera de circulação de mercadorias (e os homens de todas as raças e línguas em força-de-trabalho produtora de mais-valia), criando

⁹¹ Na edição brasileira citada, capítulo XXV.

o capital mercantil (para seu respiro) um mercado efetivamente *mundializado*, inicialmente costurado como uma imensa rede de pontos organicamente interligados, cuja primeira tessitura configurou-se no que depois ficou conhecido como o *moderno sistema colonial*.

Nesse sentido, a teoria marxiana da colonização (que não se esgota, entretanto, neste capítulo específico de *O Capital*) representa uma fundamental e decisiva contribuição à teoria da colonização *moderna, capitalista*, cujo objetivo central é colocar em relevo - explicar sociologicamente, dir-se-ia hoje - o cerne de todo o movimento expansionista europeu ocorrido entre o Quinhentos e o Oitocentos e que se distingue, por suas próprias peculiaridades, de outras formas históricas passadas de colonialismo. Enquanto que, em formações pré-capitalistas - como é o exemplo dos antigos sistemas imperiais, como Roma, Bizâncio, etc. -, a raiz econômica do expansionismo repousava, sobremaneira, na apropriação, pelos conquistadores, do excedente disponível (ou obtenível) de sociedades militarmente mais fracas mediante a cobrança de tributos impostos pela força às populações subjogadas (mantendo-se intacta, via de regra, a base econômica dos territórios conquistados), no capitalismo, os mecanismos passam a ser outros. Neste caso, é a necessidade estrutural do modo de produção em *produzir e vender mercadorias em escala cada vez maior* (favorecendo a acumulação ampliada de um excedente de valor nos países metropolitanos-europeus) o que irá impulsionar a criação de um sistema de colonização sistemática que, por seu turno, ao contrário de situações históricas anteriores, vai alterar radicalmente a base econômica das sociedades em todo o resto do mundo.⁹²

⁹² A esse respeito, argüi Fernando Novais: "Nem toda colonização (na história) se processa, efetivamente, dentro dos quadros do sistema colonial [moderno] (...) a colonização se dá nas mais diversas situações históricas. Nos Tempos Modernos, contudo, tal movimento se processa travejado por um sistema específico de relações, assumindo assim a *forma mercantilista de colonização*, e esta dimensão torna-se para logo essencial no conjunto da expansão colonizadora européia (...) é o *sistema colonial do mercantilismo* (fundado na busca da acumulação do capital a partir da expansão mundial das atividades

O processo de colonização é, assim, apenas a outra face da medalha dos inúmeros acontecimentos que, em solo europeu, criavam as condições materiais para a consolidação do modo capitalista de produção. Como tal, ainda que de maneira diferenciada e condicionalmente desigual relativamente ao contexto do Velho Continente, tem também por base as mesmas motivações que alavancaram as transformações econômicas e políticas na Europa: a expropriação do produtor rural e/ou autônomo (incluindo-se, aqui, o pequeno produtor urbano) de seus meios de trabalho e subsistência; a formação de uma massa trabalhadora à disposição do capital; a criação de um mercado regular e dinâmico para a canalização da produção agregada de valores (mercadorias), etc. Apenas que, nas colônias, a história dessa expropriação e subordinação dos povos aos interesses da lucratividade e das folias do mercantilismo assume formas e colorações diversas, com tempos e ritmos diferenciados de processamento e métodos particulares de violência. Aí, os subjugados não são apenas camponeses, mas também populações indígenas; não somente classes, mas tribos e nações; territórios feudais, mas continentes por inteiro, com tradições culturais, modos de vida e estruturas econômicas e políticas completamente diversos daqueles herdados da feudalidade europeia. É um processo que faz parte daquilo que se poderia chamar de *fase avançada da acumulação primitiva*, em que - como formula Marx nos *Grundrisse* - "o capital, uma vez desenvolvido historicamente (a partir da Europa), cria, ele mesmo, suas condições de existência (não mais como condições de seu surgimento, mas como resultados de sua existência)".⁹³

comerciais, em que a dinamização da economia nas metrópoles decorre da exploração do trabalho nas colônias) que dá sentido à colonização europeia entre os Descobrimientos Marítimos e a Revolução Industrial". F. Novais, *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777 - 1808)*, terceira edição, Editora Hucitec, São Paulo, 1985, p. 58.

⁹³ K. Marx, *Grundrisse*, vol. 1, op. cit., p. 420.

A chave, portanto, para a compreensão da inclusão, por Marx, do tema do colonialismo enquanto capítulo *intrínseco* ao processo geral da acumulação originária do capital é dada nos *Grundrisse*. Aqui, a história da formação do modo capitalista de produção é vislumbrada em dois momentos distintos (ainda que concatenados): 1) a formação das condições originárias para a gênese e desenvolvimento do capital moderno (que poderia ser situado entre os séculos XIV e XVI, incluindo-se as revoluções agrícola e urbana na Europa associadas aos grandes descobrimentos marítimos que ativaram o fluxo internacional da circulação de metais preciosos e outras mercadorias); 2) a estruturação do sistema capitalista propriamente dito, isto é, a configuração inicial de um modo de produção mundialmente dominado pelo capital (basicamente a etapa do colonialismo mercantilista, que vai do final do século XVI até o início do XIX, com a Revolução Industrial). Se a fase pré-burguesa da acumulação do capital (tal como ocorreu na Baixa Idade Média europeia) se apresenta como suposto histórico e lógico à emergência da era capitalista *ipsis literis*, a continuidade do processo de criação e consolidação do novo modo de produção, ainda que traduza uma fase "originária" dessa acumulação (e que coincide com a formação do mercado *qua* mercado *mundial*), já envolve um outro momento de seu desenvolvimento: "os supostos que originariamente apareciam como condições de seu *devir* - e, portanto, ainda não podiam surgir de sua ação *como capital*⁹⁴ -, apresentam-se, agora, como resultados de sua própria realização, como realidade *posta* por ele [capital]: *não* [mais] *como condições* de sua gênese, mas como resultados de sua existência. Já não se parte dos pressupostos para chegar a ele, senão que ele mesmo [já] está pressuposto,

⁹⁴ Exemplo: a transição originária do dinheiro (como equivalente simples de troca) para capital (dinheiro que se valoriza) supõe uma acumulação originária, por parte do capitalista, como *não-capitalista*. Vd. K. Marx, *ibid.*, p. 421.

partindo de si mesmo, produzindo os supostos de sua própria conservação e crescimento".⁹⁵ Tal é, em suma, a tradução do fenômeno da colonização burguesa.

O processo da acumulação originária é longo, complexo, multifacetado. Percorre etapas diferenciadas, estratégias múltiplas, formas e cadências desiguais, conforme cada contexto e conjuntura. "Na Europa Ocidental - dizia Marx em pleno século XIX - o processo da acumulação originária está mais ou menos concluído. Aí, o regime capitalista subordinou diretamente a si toda a produção nacional, ou, ali onde as relações econômicas são menos desenvolvidas, pelo menos controla indiretamente aquelas camadas que, embora pertençam a modos de produção antiquados, ainda continuam a existir ao lado dele em um estado de decadência (...) Nas colônias, a coisa é diferente. Lá, o regime capitalista se choca constantemente contra o obstáculo representado pelo produtor que, (ainda) na condição de proprietário de seus meios de trabalho, emprega seu esforço para enriquecer a si mesmo e não ao capitalista. Esta contradição entre estes dois sistemas econômicos diametralmente opostos tem sua manifestação prática na luta entre eles. Onde o capitalista tem atrás de si o poder da mãe-pátria, ele tenta usar a força [isto é, o Estado] para varrer do caminho os modos de produção e de apropriação que restam baseados sobre o trabalho pessoal do produtor independente".⁹⁶

A subordinação dos povos do além-mar pelo capital europeu é um processo relativamente lento, custoso, mas eficaz. E tal qual no processo de transição do modo feudal de produção ao capitalista, a burguesia emergente também utilizar-se-á do poder do Estado como força concentrada e organizada

⁹⁵ Ibid. idem.

⁹⁶ K. Marx. *Capital*, vol. 1, op. cit., cap. 33, p. 931 [e.b., Livro 1, vol. 2, cap. XXV, pp. 883 - 884].

para ativar as transformações dos demais modos de produção necessárias à acumulação do capital. Conquista, pilhagem, escravização e extermínio de populações nativas, são fatos que marcam o início das sistemáticas aventuras mercantis transoceânicas a partir da virada do século XV ao XVI, origem de todo o afluxo de metais preciosos que, em pouco tempo, passara a abarrotar os tesouros reais, os caixas dos mercadores e as contas dos banqueiros europeus, preparando as condições do desenvolvimento posterior e vigoroso do capitalismo. Como bem argüi Harry Magdoff (reverberando Marx): "as principais características desse período de expansão - a conquista da América do Sul, a exploração dos recursos em ouro e prata nela encontrados e a reorientação do comércio tradicional - refletem o estado das artes no período. Os meios de produção relativamente subdesenvolvidos e o pequeno excedente econômico consequentemente produzido, transformaram o roubo direto, onde quer que fosse possível, em um dos mais eficazes meios de acumulação de riqueza. Daí [por que] o saque, a pilhagem e a pirataria, constituíram os principais agentes da redistribuição e de novas concentrações de riqueza".⁹⁷

Os diferentes meios propulsores da acumulação originária, em terras distantes, reúnem o que há de mais mais bárbaro e violento historicamente falando, a contar do próprio julgamento emitido por setores representativos da intelectualidade europeia da época, moldada culturalmente por uma visão (*Weltanschauung*) cristã-eurocêntrica de mundo. A respeito, Marx cita um interessante trecho da obra de um historiador inglês de nome William Howitt, intitulada *Colonization and Christianity. A Popular History of the Treatment of the Natives by the Europeans in all their Colonies* (1838), onde o autor elabora o seguinte comentário a propósito do sistema colonial cristão:

⁹⁷ H. Magdoff. *Imperialism: From the Colonial Age to the Present*, op. cit., p. 101.

"As barbaridades e os desesperados ultrajes praticados pela assim chamada raça cristã, em todas as regiões do mundo e sobre todos os povos por ela subjugados, não encontram paralelo na prática de qualquer outra raça, seja a mais feroz, a mais irrefletida e desprovida de toda piedade e vergonha, em nenhum período da história universal".⁹⁸

Ao saque, à extorsão, à escravização, ao assassinato de populações indígenas americanas e de tribos africanas mais desprotegidas, os métodos de acumulação originária envolviam, também, a tática direta da guerra contra povos que, tal qual os europeus, já haviam desenvolvido o comércio marítimo e controlavam zonas estratégicas no tráfico de mercadorias, como era o caso do Oceano Índico (até então sob a regência de africanos e asiáticos).⁹⁹ O emprego de força armada, concentrada em veleiros suficientemente poderosos para carregar canhões, servia não apenas para afundar e pilhar navios mercantes de outras nações, como para invadir territórios alheios, subordinar e/ou corromper governos locais, construir fortes para controlar os mares, tudo com o objetivo de transferir a hegemonia do comércio mundial para as mãos européias.¹⁰⁰

⁹⁸ K. Marx. *Capital*, vol. 1, op. cit., cap. 31, p. 916 [e.b., Livro 1, vol. 2, cap. XXIV, p. 869].

⁹⁹ O Oceano Índico, desde as épocas mais remotas da história, constituiu-se em lugar de comércio intenso entre povos e impérios orientais. As embarcações indianas eram pontes que, através de intercâmbios regulares com os portos do Mar Vermelho, fomentavam estreitas relações culturais e econômicas com o Egito, Israel e outras nações da região. Os mercadores de Calicute tinham entrepostos no Cairo, em Alexandria e em Fez. Os japoneses comerciavam freneticamente com os países malaios e as ilhas do Sul, mantendo insuspeitas ambições sobre Formosa e as Filipinas. Malaca, por sua vez, dada a sua posição geográfica estratégica no coração do Oceano Índico, apresentava-se, em pleno raio do século XVI, como o ponto de contato entre a China e os países da Ásia do Sul e Sudoeste, revelando-se como um grande porto internacional para as disputadas especiarias que eram produzidas em Java, nas Molucas e outras ilhas, e por onde passavam navios vindos da China, do Japão, da Índia, do Ceilão, da Pérsia, como também da Arábia, do Egito e do restante dos continentes asiático e africano. Cf. K. M. Panikkar, *A Dominação Ocidental na Ásia - do século XI aos nossos dias*, 3a. edição, trad. de Nemésio Salles, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977, pp. 21, 41, 46, 54 e 55.

¹⁰⁰ H. Magdoff, op. cit., pp. 100 - 101. Desde a chegada de Vasco da Gama, em Calicute, na costa sudoeste da Índia, a 27 de maio de 1498, e a conquista pelos portugueses do porto de Malaca (arrabatado

Cronologicamente, a partir do século XVI, essa hegemonia conheceu sucessivas lideranças: Espanha, Portugal, Holanda, França, Inglaterra. Tal revezamento de domínios estatais sobre o vasto mercado mundial basicamente vinha determinado pela concorrência e pelo movimento de capitais entre as várias nações, e conforme as oportunidades manifestas de investimentos lucrativos em cada conjuntura histórica. As emergentes nações européias, sob a influência do capital mercantil, constituídas em grandes Estados em face das tais motivações, disputavam entre si o monopólio do comércio mundial, criando para isso a figura das sociedades empresariais mistas (formadas por amálgamas de investimentos estatais e privados). Estas tinham por incumbência a organização e a execução de políticas de colonização sistemática com o objetivo de garantir uma circulação intercontinental regular de mercadorias, a consolidação do predomínio dos interesses da nação-pátria junto aos territórios conquistados e, com a expansão dos negócios (afluxo crescente e auto-suficiente de matérias-primas e manufaturados), a conseqüente acumulação do capital: "As 'companhias chamadas de monopólio' eram poderosas alavancas à concentração de capital. As colônias forneciam um vasto mercado para as manufaturas em expansão e um aumento acelerado na acumulação, que era garantido pelo monopólio do mercado pela matriz. As riquezas apresadas fora da Europa por meio de indisfarçável pilhagem,

ao gigante chinês), em 1511, uma reviravolta radical na história da Ásia, durante 400 anos induzida por esquadras e canhões, não teve mais fim. A ausência de qualquer respeito aos princípios do direito internacional de auto-determinação, que os europeus reivindicavam entre si em suas relações recíprocas, era o tratamento por estes dispensado aos países do Oriente, como se a dignidade moral dos povos da Ásia não pudesse colocar-se no mesmo pé de igualdade. Tal foi a motivação que levou o português Barros, nos idos do século XVI, a afirmar desavergonhadamente: "Os mares pertencem a todos e cada um tem o direito de percorrê-los; na Europa, respeitamos os direitos de outrem, porque os nossos são reconhecidos. Fora da Europa, esse direito nada mais vale; portanto os portugueses, Senhores da Navegação, estão no pleno direito de confiscar as mercadorias de todos aqueles que navegam pelos mares sem sua permissão". O mesmo cinismo que ainda ressoa em pleno final do século XIX, a julgar-se com base num pronunciamento do presidente da Câmara de Comércio de Hong Kong (então sob domínio britânico), em 1870: "Não se pode absolutamente considerar que a China goza dos mesmos direitos e privilégios que as nações civilizadas, submetidas às leis internacionais". In K. M. Panikkar, *A Dominação Ocidental na Ásia*, op. cit., p. 49.

escravização e assassinato, refluíam para a metrópole onde se transformavam em capital".¹⁰¹

Sob o impulso de uma burguesia mercantil e bancária, o capitalismo nascente, dominado pelo capital comercial europeu em expansão, não conhece limites. Em 1580, antes de seu declínio definitivo, ocorrido década seguinte, a Espanha dos Habsburgo ostentava um imenso império que envolvia não apenas a Península Ibérica e partes da Itália (os reinos de Milão e de Nápoles, e mais a Sardenha e a Sicília) - além dos reinos da Boêmia e da Hungria, graças à aliança conjuntural com os Habsburgo, da Áustria -, como também grande parte da América Latina e das Filipinas (na Ásia). Portugal, em contrapartida, dominava, à mesma época, a faixa leste da América do Sul (Brasil), algumas ilhas do Atlântico (Açores, Madeira) e parte do norte da África (Moçambique e Angola). Já o início do século XVII desponta como aquele que inaugura o período da hegemonia da Holanda, transformada em potência comercial graças ao desenvolvimento de tecnologias de ponta na indústria náutica (embarcações mais leves e velozes), favorecido pelos altos investimentos estatais neste setor estratégico, canalizados através do Banco de Amsterdã, cujo poder de intervenção financeira houvera crescido enormemente após a concessão, em 1609, pelo governo local, do monopólio do câmbio. Com uma frota que, em 1614, empregava mais marinheiros que todas as frotas espanhola, francesa, inglesa e escocesa reunidas, os holandeses já se faziam presentes no Japão e na China em 1600/1601, dominando as rotas para o Extremo Oriente, de onde importavam para a Europa, através da ação da

¹⁰¹ K. Marx. *Capital*, vol. 1, op. cit., cap. 31, p. 918 [e.b., Livro 1, vol. 2, cap. XXIV, p. 871]. Observa ainda, a respeito, Fernando Novais: "[Como] a política mercantilista ia sendo praticada pelos vários Estados modernos (europeus) em desenfreada competição, necessário se fazia a reserva de certas áreas onde se pudessem por definição aplicar as normas mercantilistas; as colônias garantiriam a auto-suficiência metropolitana, meta fundamental da política mercantilista, permitindo assim ao Estado colonizador vantajosamente competir com os demais concorrentes". F. Novais, *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777 - 1808)*, op. cit., pp. 61 - 62.

Companhia das Índias Orientais (criada em 1602), pimenta, especiarias e têxteis, além das incursões no comércio com a África e com a América do Sul e o Caribe (sobretudo via exploração da cana-de-açúcar), capitaneadas (no último caso) por uma outra Companhia comercial, a das Índias Ocidentais, fundada em 1621.¹⁰²

A essa altura, a Inglaterra já despontava como a principal ameaça ao domínio daquela que Marx reputou como a nação capitalista modelar do século XVII.¹⁰³ A política colonialista inglesa, apoiada desde 1600 na atuação de sua (homônima) Companhia das Índias Orientais (criada pela rainha Elizabeth), já alcançara, quinze anos depois, a Índia, a Indonésia e o Japão (região de Hirats), zonas onde foram instalados estrategicamente cerca de vinte entrepostos comerciais. Em 1625, Barbados é incorporado ao império colonial britânico; a Pérsia, em 1628; em 1629 Quebec (no Canadá), seguindo-se a Jamaica em 1655, Nova Amsterdã em 1664 e Bombaim em 1668. Depois veio a China - e isto sem falar na colonização da América do Norte, desenvolvida continuamente por levas de imigrantes que lá aportaram desde a chegada dos primeiros peregrinos do *Mayflower*, em 1620. Em pouco tempo (entre 1610 e 1640), o comércio inglês duplicara, como expandira-se igualmente em números absolutos e em produtividade o setor produtivo manufatureiro.¹⁰⁴ Tal desempenho propiciou uma forte atração de capitais excedentes de outros países, como o holandês, que, sem qualquer *preconceito pátrio*, "começou a saltar do apinhado 'barco' holandês para o inglês, na esperança de conseguir uma carona para o comércio e a colonização do Atlântico, ambos (então) em (franca) expansão".¹⁰⁵ Na entrada do Oitocentos,

¹⁰² M. Beaud. *História do Capitalismo: de 1500 aos nossos dias*, op. cit., pp. 33 - 38.

¹⁰³ K. Marx. *Capital*, vol. 1. op. cit., cap. 31, p. 916 [e.b., Livro 1. vol. 2, cap. XXIV, p. 869].

¹⁰⁴ M. Beaud. *História do Capitalismo: de 1500 aos nossos dias*, op. cit., pp. 38 - 39.

¹⁰⁵ G. Arrigui, *O Longo Século XX: Dinheiro, Poder e as Origens de Nosso Tempo*, trad. de Vera Ribeiro, Ed. Contraponto/Unesp, Rio de Janeiro/São Paulo, 1996, p. 211. Já em 1737, estimava-se que os

uma acumulação vultuosa de capital já havia então criado as condições materiais necessárias que possibilitariam, à Inglaterra, pelos 200 anos que se seguiram, a hegemonia absoluta do mercado mundial.¹⁰⁶

Os bastidores da explosão mercantilista que marcou o alvorecer da era capitalista não deixam dúvidas, porém, quanto ao caráter do processo em andamento (ou à natureza do papel cumprido pelo sistema colonial moderno). A parteira da nova forma de sociedade, do novo modo de produção e de sua dominância em escala mundial, fora (tal qual em solo europeu) a *força* (o "segredo" da acumulação originária), exercitada ao longo de séculos *everyway and everywhere* sob os mais variados expedientes de violência e de corrupção outrora jamais registrados na história.¹⁰⁷

"A história da administração colonial holandesa - diz Marx - 'constitui-se numa das mais extraordinárias relações de traição, suborno, massacre

holandeses detivessem nada menos que 10 milhões de libras esterlinas da dívida pública inglesa, soma que, correspondendo a mais de um quinto do total da dívida, era "suficientemente grande para deixar o governo inglês preocupado com a possibilidade de que a redução da taxa de juros da dívida pública induzisse a uma fuga do capital holandês, com consequências desastrosas para as finanças inglesas". *Ibid. idem.*

¹⁰⁶ Sobre um balanço da penetração europeia no Oriente - incluindo-se ainda as possessões francesas (não citadas no corpo do trabalho) capitaneadas pela Companhia francesa das Índias Orientais, vd. K. M. Panikkar, *A Dominação Ocidental na Ásia*, op. cit., pp. 68 - 71.

¹⁰⁷ Argüi a esse respeito Paul Sweezy: "Em seus primórdios, as relações entre as partes desenvolvida e subdesenvolvida do sistema capitalista mundial eram baseadas na força. Os mais fortes conquistavam os mais fracos, pilhavam seus tesouros, subjugavam-nos a relações desiguais de comércio e reorganizavam suas estruturas econômicas (p. ex., introduzindo a escravatura) conforme as necessidades dos europeus". In P. M. Sweezy, *Modern Capitalism and Other Essays*, op. cit., p. 9. Em outras palavras, é o que também reconhece Fernando Novais, para quem, "examinada neste contexto, a *colonização* (...) na Época Moderna se apresenta como peça de um sistema, *instrumento da acumulação primitiva* da época do capitalismo mercantil. In F. Novais, *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777 - 1808)*, op. cit., p. 70. Quanto aos métodos de sujeição utilizados pelo ariete do colonizador - tais como queima de aldeias, destruição de roças, apropriação de terras por meio da força, enforcamento público de índios rebeldes em suas próprias aldeias (fatos tão violentos quanto aqueles registrados, no mesmo período, contra a classe trabalhadora europeia) -, vd. estudo de caso sobre o Brasil, in L. Koshiha, *A Honra e a Cobiça*, Tese de Doutorado, mimeo., FFLCH/USP, São Paulo, 1988, cap. I, item 6, "Práticas de dominação".

e sordidez'. Nada é mais característico que o seu sistema de roubo de seres humanos em Célebes, a fim de prover Java com escravos.¹⁰⁸ Os raptos eram especialmente treinados para este propósito. O raptor, o intérprete e o vendedor eram os agentes principais neste comércio, enquanto os príncipes nativos (corrompidos) os principais vendedores. Os jovens roubados eram escondidos nas cadeias secretas de Célebes, até estarem preparados para a expedição em navios de escravos".¹⁰⁹ Não menos semelhante fora a atuação dos ingleses relativamente às suas colônias: "A Companhia Inglesa das Índias Orientais, como é bem conhecido, recebeu, além do controle político da Índia, o monopólio exclusivo do comércio do chá, assim como do comércio chinês em geral e do transporte de mercadorias para e da Europa. Mas o comércio costeiro em torno da Índia e entre as ilhas, tanto quanto o comércio interno na Índia, transformou-se em monopólio dos altos funcionários da Companhia. Os monopólios do sal, do ópio, bétel e outras mercadorias, eram minas inexauríveis de enriquecimento. Os próprios funcionários fixavam os preços e esfolavam os infelizes hindus a seu bel prazer. O governador-geral tomava parte neste tráfico privado. Seus protegidos obtinham contratos sob condições por meio das quais, mais espertos que os alquimistas, faziam ouro do nada. Grandes fortunas brotavam num [único] dia como cogumelos; processava-se a acumulação originária sem ser necessário desembolsar um centavo sequer".¹¹⁰

¹⁰⁸ Local no Oriente onde os holandeses cultivavam grandes plantações de cana-de-açúcar. Vd. M. Beaud, op. cit., p. 36.

¹⁰⁹ K. Marx, *Capital*, vol. 1, cap. 31, p. 916 [e.b., Livro 1, vol. 2, cap. XXIV, pp. 869 - 870]. Sobre a violência da colonização holandesa e suas várias táticas de sujeição das regiões orientais à lógica do lucro, vd. H. Méchoulan, *Dinheiro e Liberdade: Amsterdam no tempo de Spinoza*, trad. de Lucy Magalhães, Zahar Ed., Rio de Janeiro, 1992.

¹¹⁰ K. Marx, *Capital*, vol. 1, cap. 31, op. cit., p. 917 [e.b., Livro 1, vol. 2, cap. XXIV, p. 870].

Por meio do sistema colonial, o capital mercantil visava fundamentalmente dois objetivos: dominar zonas comerciais já desenvolvidas e seus mercados locais (como no caso do Oriente), e/ou implantar, nas colônias, atividades produtivas regulares (basicamente primárias: extrativas ou agrícolas) voltadas ao mercado de exportação - em ambos os casos carreando, para a Europa, as matérias-primas necessárias ao desenvolvimento do mercado interno de consumo e à expansão do parque produtivo, ao mesmo tempo que assegurando um mercado mundialmente elástico para seus manufaturados em expansão. A intervenção direta dos Estados monárquicos, em combinação com as grandes Companhias de Colonização (estas em associação com empresas privadas européias), asseguravam, por um lado, através da instalação de entrepostos comerciais e pela ingerência na política interna dos diversos territórios subjugados, o monopólio do comércio ultramarino; por outro, sobretudo nas chamadas colônias de "terras virgens" (como nas Américas), com a adoção do trabalho escravo (dada a carência inicial de força-de-trabalho livre nesses territórios conquistados) resolviam, temporariamente, o problema da subordinação do trabalho ao capital, isto é, o da expansão da produção de novas mercadorias requisitadas pelo mercado mundial. Em ambos os casos, os vários sistemas produtivos passavam a ficar formalmente subsumidos aos interesses do capital mercantil, que não poupava esforços em manter, seja por que método fosse e nos limites possíveis, o planeta por inteiro sob controle.

A incorporação ao circuito mundial da produção e circulação de mercadorias de populações e territórios que ainda não haviam desenvolvido uma cultura mercantil, como era o caso exemplar do continente americano, apresentava-se como um dos maiores desafios aos imperativos requeridos pela nova dinâmica econômica inaugurada pelo modo capitalista de produção e expressa pelo mercantilismo. O capítulo 33 do livro primeiro de *O Capital* ("A

Teoria Moderna da Colonização") é dedicado particularmente à análise dessa situação específica, tomado o caso concreto da colonização inglesa na América do Norte como ilustração para os argumentos pretendidos por Marx.¹¹¹ Trata-se, no caso, de relevar um ângulo capital do processo de colonização - e que tem a ver, também, com a criação em geral das condições favoráveis à acumulação originária do capital - que foi a formação de uma classe trabalhadora a serviço da mais-valia em regiões que não dispunham, originariamente, de braços livres disponíveis para o assalariamento (tal como ocorrera na Europa após a expropriação em massa de camponeses de suas terras); zonas onde inexistia, portanto, no começo, um mercado de trabalho local propriamente dito à mercê dos caçadores de lucro - fato que precisou ser compensado, inicialmente, com o recurso ao trabalho escravo.

A escravatura, fundada basicamente na sujeição de populações nativas e no tráfico de negros (*blackskins*) capturados na África e comercialmente distribuídos entre as inúmeras colônias européias, sobretudo do Novo Mundo, foi um recurso utilizado pelo colonialismo capitalista, em seus primórdios, com o objetivo de suprir esses territórios com força-de-trabalho suficiente às tarefas de extração e/ou cultivo de gêneros que eram exportados como matérias-primas estratégicas para consumo pelo mercado mundial (leia-se, países europeus): ouro, prata, madeira, plantas medicinais, açúcar, algodão, tabaco, etc. Nas colônias, a simples posse do dinheiro, dos meios de subsistência e daqueles de produção não era suficiente para transformar um homem em capitalista, pois, na maioria das

¹¹¹ Diz Marx, em nota de rodapé, logo na introdução do título do capítulo: "Nós estamos aqui [no capítulo] tratando das verdadeiras colônias, isto é, das terras virgens colonizadas por imigrantes livres. Os Estados Unidos são ainda, economicamente falando [em meados do século XIX], uma colônia da Europa. Incluímos também aqui as velhas plantações, que tiveram depois suas condições modificadas com a abolição da escravatura". K. Marx, *ibid.*, cap. 33, p. 931 [e.b., *ibid.*, cap. XXV, p. 883].

vezes, faltava-lhe o essencial: o trabalhador que é obrigado a vender-se a si próprio para sobreviver.

Não poucos foram os casos em que massas potenciais de capitais em sementes, gados e instrumentos de trabalho se perderam por falta de assalariados.¹¹² Não ocorria ainda nessas terras, a exemplo da Europa, a separação do trabalhador das condições de trabalho e do solo, ou, quando muito, esta se apresentava numa escala extremamente limitada - do que decorria a inexistência de uma divisão entre agricultura e indústria ou a destruição das pequenas indústrias domésticas rurais, fatores essenciais à formação de um mercado de trabalho.¹¹³ Por outro lado, sendo a colonização de terras distantes um empreendimento caro, e necessitando por isso contar, as Coroas européias e o grande capital mercantil, também com a iniciativa de colonos autônomos, viam escapar por entre os dedos a possibilidade do aproveitamento, como trabalho assalariado, dessa mão-de-obra branca imigrada. Em vez de sujeitarem-se à exploração direta do capital, os colonos preferiam apropriar-se de pedaços de terra, que transformavam em suas propriedades privadas e meio individual de produção e sustento: "a fragmentação dos meios de produção entre inumeráveis proprietários, trabalhando por conta própria, elimina todos os fundamentos do trabalho combinado que conduz à concentração do capital".¹¹⁴ Além do mais, a atração de uma quantidade maior de mão-de-obra branca para as colônias, como aquela originária das classes pobres européias, estava conjunturalmente

¹¹² Ibid., p. 934 [e.b., p. 887].

¹¹³ Ibid., p. 935 [e.b., p. 888].

¹¹⁴ Ibid., p. 937 [e.b., p. 891].

impossibilitada devido ao número ainda limitado de trabalhadores livres com que contava o Velho Continente nos séculos XVI e XVII.¹¹⁵

Como resultado da conjunção de todos esses fatores - a fartura de terras disponíveis, a dispersão da propriedade, o alto custo dos investimentos e a ausência de uma classe de trabalhadores livres -, ante à impossibilidade de deflagração (como na Europa) de um processo de expropriação dos pequenos produtores rurais (base do modo capitalista de produção), e "não possuindo a humanidade trabalhadora esse instinto de expropriar-se a si mesma, em holocausto ao capital",¹¹⁶ a única base da riqueza colonial (da ativação da produção de mercadorias) teria que provir do trabalho escravo: a *estratégia-limite* inventada (recriada) pela burguesia dominante para fazer funcionar a máquina da mais-valia num contexto tão adverso.

Logo no começo (final do século XV), antes do tráfico negreiro ter sido sistematicamente implementado, os domínios coloniais supriam o Velho Mundo unicamente com alguns poucos produtos, cujo patamar de comercialização, entretantes promissor, não havia ainda provocado uma mudança visível na face da Terra. Foi a escravatura que efetivamente "deu valor para as colônias; estas [por sua vez] criaram o mercado mundial; e o mercado mundial é a condição [historicamente] necessária da indústria fabril de larga escala (...) A escravatura direta é tanto mais o pivô de nosso industrialismo hoje - frisava Marx da altura do século XIX -, quanto a maquinaria, o crédito, etc. [Daí por que ser] a escravatura uma categoria econômica da mais alta importância, [ao ponto de] sem ela - julgava -, a América do Norte, o país mais progressista [do século XIX], teria sido

¹¹⁵ Vd. E. Williams, *Capitalismo e Escravidão*, trad. de Carlos Nayfeld. Companhia Editora Americana, Rio de Janeiro, 1975, pp. 10 - 15.

¹¹⁶ K. Marx, *Capital*, vol. 1, op. cit., cap. 33, p. 934 [e.b., Livro I. vol. 1, cap. XXIV, p. 887].

transformado numa terra patriarcal".¹¹⁷ Em pleno século XVI, quando se inaugura, portanto, a era capitalista, tudo já começava a estar (graças ao sistema colonial) de alguma maneira interligado: o trabalho escravo nas colônias produzia açúcar, algodão, anil, melação, o que criava a expansão do trabalho manufatureiro na Inglaterra e restante da Europa, gerando os lucros acumulados que financiariam, em seguida, a Revolução Industrial, que, por sua vez, devolveria às colônias, em "tempo hábil", sua aparente "independência", monitorizada sob novas formas de subordinação.

Eric Williams, em seu (hoje clássico) *Capitalismo e Escravidão* (1944),¹¹⁸ ao apontar o caráter *mundial* e inter-relacionado do comércio no período mercantilista, revela o próprio fundamento de toda a acumulação massiva de capital que redundou, mais tarde, na Revolução Industrial. Ele demonstra, também (inclusive através de dados quantitativos extremamente ricos), como fora o tráfico de escravos e o trabalho forçado nas colônias americanas os fatores diretamente responsáveis pelo financiamento do desenvolvimento da indústria moderna na Inglaterra,¹¹⁹ justamente o país que liderou o sistema capitalista mundial até a virada do século XX. Já em *Capitalismo e Escravidão* fica evidente

¹¹⁷ Carta de Marx a P.V. Annankov (Bruxelas, 28/12/1846). in K. Marx e F. Engels. *Selected Correspondence*. second edition. Progress Publishers, Moscow, 1965. pp 40 - 41.

¹¹⁸ E. Williams. *Capitalismo e Escravidão*, op. cit.

¹¹⁹ "O crescimento de Manchester - escreve Eric Williams - esteve intimamente associado ao crescimento de Liverpool. sua saída para o mar e para o mercado mundial. O capital acumulado por Liverpool com o tráfico de escravos escoou-se para o interior e fecundou as energias de Manchester: os artigos de Manchester destinados à África eram transportados nos navios negreiros de Liverpool. O mercado exterior de Lancashire significava principalmente as plantações das Índias Ocidentais e África. O comércio de exportação foi de 14.000 libras em 1739; em 1759, aumentava quase oito vezes: em 1779, era de 303.000 libras. Até 1770, um terço desta exportação destinou-se à costa de escravos, metade às colônias americanas e às Índias Ocidentais. Foi essa dependência extraordinária do comércio triangular (Europa, África e Américas) que contribuiu para o progresso de Manchester (...) [No geral] as importações inglesas aumentaram quatro vezes entre 1715 e 1775, as exportações triplicaram entre 1700 e 1771". E. Williams, *Capitalismo e Escravidão*, op. cit., pp. 75 - 76 e 118.

que, apenas no capitalismo maduro, uma vez assentado um mercado mundial dinâmico controlado pelo capital industrial consolidado, foi extinta a escravidão, ora cumprido seu papel histórico essencial na fase originária da acumulação em plano internacional.¹²⁰

Para um mundo que, a partir do século XVI, paulatinamente passara a constituir, com razoável efetividade, uma só totalidade, um único sistema econômico e social, tudo contabilizava na equação da acumulação do capital: "as leis do mercado (mais cedo ou mais tarde) impõem-se mais ou menos em todos os países - junta o historiador romeno H. H. Stahl -, não obstante as grandes diferenças que os separam. Uma vez que as mercadorias alcançam um preço no mercado mundial, uma vez que as moedas de circulação internacional estão sujeitas a influências de variações capitalistas do mercado do ouro, testemunhamos então o processo [complementar] de penetração das leis do mercado em todas as regiões do interior [inclusive na Europa], que, por sua própria iniciativa, não teriam sido capazes de originá-las".¹²¹ Tudo já era, em alguma medida, parte de um todo. A servidão branca fora a base histórica em que se ergueu a escravidão negra,¹²² como o trabalho escravo traduzia um capítulo do trabalho *não-livre* em

¹²⁰ Particularmente sobre o processo de deposição do escravagismo colonial, vd. R. Blackburn. *The Overthrow of Colonial Slavery, 1776 - 1848*, second impression, Verso, London, 1990. Ainda sobre o tema "capitalismo e escravidão", além da obra de E. Williams, vd. E. G. Genovese, *The Political Economy of Slavery: Studies in the Economy and Society of the Slave South*, Vintage Books Edition, New York, 1967; I. Wallerstein, "American Slavery and the Capitalist World-Economy", in *The Capitalist World-Economy*, op. cit., 1979; S. Drescher, *Capitalism and Antislavery*, Oxford University Press, New York, 1987; J. Miller, *Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave, 1730 - 1830*, University of Wisconsin Press, Madison, 1988; T. Bender, *The Antislavery Debate*, University of California Press, Berkeley, 1992. Sobre o caso brasileiro, vd. F. H. Cardoso, *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: O Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul*, Difel, São Paulo, 1962; F. Fernandes, *O Negro no Mundo dos Brancos*, Difel, São Paulo, 1972; O. Ianni, *Escravidão e Racismo*, Ed. Hucitec, São Paulo, 1978; J. Gorender, *A Escravidão Reabilitada*, Ed. Ática, São Paulo, 1990.

¹²¹ H. H. Stahl, "Le Deuxième Servage en Europe Centrale et Orientale", in *Recherches Internationales*, n. 63 - 64, Paris, 1970, p. 5.

¹²² E. Williams, op. cit., p. 24.

todo o globo; trabalho que era moreno, branco, negro, amarelo, católico, protestante, pagão, que falava várias línguas e dialetos, tinha várias identidades e nacionalidades (ou já nenhuma), mas que rezava apenas um único credo perante a religião universal do capital. A razão moderna sempre foi fundamentalmente *econômica* (pragmática) e, não, *racial* (moral): "a escravidão não nasceu do racismo; ao contrário, o racismo [é que] foi uma consequência da escravidão".¹²³

Mas da agenda do colonialismo burguês constava também, desde o despontar do Quinhentos, a subordinação da pequena produção doméstica e rural do Levante (ou a destruição de alguns de seus ramos) - concorrente que era dos manufaturados europeus -, bem como o controle do já fabuloso e constituído mercado oriental. Desde os primórdios do mercantilismo, a Ásia, e particularmente a China e a Índia, com seus então 700 milhões de habitantes, tornava(m)-se, também, região(ões) estratégica(s) de investimento e exploração do capital, apresentando-se como um dos mais importantes mercados potenciais de consumo para a indústria manufatureira europeia, em pleno desenvolvimento.¹²⁴ Enquanto que nas "colônias virgens" (como nas Américas) o maior desafio fora a constituição de uma força-de-trabalho produtiva a serviço do capital (escravos no início, assalariados depois), no continente asiático, densamente povoado e possuidor de um relativamente avançado estágio de desenvolvimento das forças produtivas e do comércio, a principal dificuldade que se colocava era o rompimento da resistência local ao tráfico de produtos europeus, o que redundava

¹²³ Ibid., p. 12.

¹²⁴ Nicolau Bukharine, em *Imperialismo e Acumulação de Capital* (1924), refere que, em meados do século XIX, quando ainda vigia o sistema colonial, das 1 milhão e 700 mil pessoas que povoavam o planeta, 900 milhões (portanto, mais da metade) habitavam a Ásia, sendo que destas, 700 milhões se dividiam entre indianos e chineses. Cf. N. Bukharine, "Imperialismo e Acumulação de Capital", in R. Luxemburgo e N. Bukharine, *Imperialismo e Acumulação de Capital*, trad. de Inês Silva Duarte, Edições 70, Lisboa, s/d, p. 322.

na necessidade do capital mercantil impor, pela força, o controle da política comercial na região.

O empreendimento de subordinação do mercado asiático aos imperativos da acumulação capitalista foi realizado por etapas e levou séculos até sua capitulação definitiva. Tanto que, até meados do século XIX, a Europa ainda mais comprava do Oriente do que para lá vendia, mantendo, neste circuito, um saldo permanentemente desfavorável em sua balança comercial.¹²⁵ Invasões, guerras, sobornos a governos locais, compuseram as conhecidas táticas de sujeição com que os europeus brindaram a modernização forçada da Ásia ao longo dos séculos; formas de aparelhamento e repressão que, ainda na primeira metade do Oitocentos, estampavam-se abertamente como provas atuais do que tinha sido a política colonial capitalista ao longo de todo o período antecedente.¹²⁶

Os densos e críticos artigos escritos por Marx e Engels contra a política colonial praticada pela Inglaterra na Índia e na China, sistematicamente publicados pelo jornal *New-York Daily Tribune*, sobretudo no período

¹²⁵ H. Magdoff, *Imperialism: From the Colonial Age to the Present*, op. cit., pp. 103 - 104. "A posição das nações européias na China, em princípios do século XIX - observa Panikkar -, era mais ou menos idêntica à que ocupavam na Índia antes de 1748: algumas feitorias nas costas, porém nenhuma influência política nem qualquer poderio militar. Elas se interessavam apenas pelo comércio (...) [embora este] fora durante muito tempo de sentido único. Os europeus praticamente nada tinham para vender em troca das imensas quantidades de seda, de chá e de ruibarbo que compravam". In K. M. Panikkar, *A Dominação Ocidental na Ásia*, op. cit., pp. 122 - 125.

¹²⁶ Na superioridade da marinha de guerra européia residiu todo o fundamento dessa operação contínua de sujeição. À medida que a intensificação das relações de comércio impostas pelos invasores foi penetrando nas víceras das organizações sociais asiáticas, passa a ocorrer um deslocamento do poder político das mãos dos estamentos dominantes tradicionais (como os proprietários fundiários e a aristocracia militar) para as novas classes de mercadores locais que, tanto na Índia como na China (como em outros países do continente), estruturam-se a partir de seus vínculos maiores com os interesses estrangeiros. O nascimento dessa poderosa classe - que para galgar ao poder submete-se a toda sorte de negociações e arranjos com o capital estrangeiro - apresenta-se como um dos principais fatores que será responsável pelas significativas modificações nas estruturas políticas e econômicas de toda a Ásia ao longo do período que vai do século XVI ao XIX, transferindo do interior para a zona costeira, das plantações agrícolas para os portos marítimos, o coração pulsante de toda a dinâmica social do mundo oriental. Cf. K. M. Panikkar, op. cit., pp. 102 - 105 e 177.

compreendido entre os anos de 1857 e 1859 (época de insurreições e crises naqueles países contra a intromissão e a usurpação burguesa ocidental), não apenas oferecem um farto material de reflexão sobre o tema do colonialismo (completando, assim, analiticamente, o capítulo 33 do primeiro volume de *O Capital*);¹²⁷ da mesma forma, apresentam importantes elaborações teóricas (com rica base empírica) a respeito do que depois veio a ser denominado, no próprio *O Capital* (mas já formulado desde os *Grundrisse*),¹²⁸ de "o processo da acumulação originária" (conforme já exposto) - ocasião circunstancial em que os próprios acontecimentos, então presentemente testemunhados pelos pais do materialismo histórico, forneciam a chave para a compreensão dos segredos de toda a história originária da acumulação capitalista, em plano universal.

O mundo oriental antepunha-se ao mercantilismo como uma realidade social milenarmente constituída e economicamente evoluída, com suas formas de organização da produção, instituições políticas e culturais, forjadas por uma tradição histórica completamente diferenciada daquela que se desenvolveu na Europa (desde o mundo grego e o império romano até o feudalismo). Ainda que apresentando, similarmente ao regime feudal europeu, manifestações de trabalho servil, de pequena produção autônoma ou mesmo formas de propriedade comunitária - predominando, identicamente e via-de-regra, uma combinação de economia agrária e manufatureira ainda voltada preponderantemente para o consumo (produção de valores de uso) -, o modo de produção "asiático" (como Marx preferiu chamá-lo, a fim de ressaltar no conceito suas especificidades

¹²⁷ Capítulo XV do Livro 1 (vol. 2), na edição brasileira.

¹²⁸ Manuscritos elaborados à mesma época dos citados artigos.

históricas comparativas)¹²⁹ apresentava uma característica muito própria - e de uma certa universalidade no continente, como era o caso da Índia e da China. Trata-se da *estrutura despótica* de sua organização política e social, onde a figura do déspota real (Estado), encabeçando o estamento social superior (dominante) e reverenciado popularmente como entidade-símbolo da unidade tribal imaginada (*dios*), apresentava-se como o *proprietário superior e máximo* de todas as condições coletivas de produção. Era ele quem dava unidade ao sistema e fazia com que as várias comunidades efetivas, ligadas à posse comunitária da terra, apenas aparecessem como simples posseiros *hereditários*, sem qualquer direito à propriedade definitiva do solo. Por este esquema (garantido, outrossim, pela concentração dos aparelhos de coerção nas mãos do déspota), uma parte do sobre-trabalho (enquanto tributo) vinha destinada à coletividade estamental superior (que, em última instância, existia como "pessoa"), cabendo porém ao Estado, em contra-partida, como poder governamental centralizado, assumir tarefas de serviços públicos de interesse comum, como os de irrigação do solo, construção de estradas, proteção e defesa do território contra invasores, etc.¹³⁰

Todas as invasões, conquistas, guerras civis e revoluções que passaram a eclodir na Ásia (sobretudo a partir do século XVII), a começar pela Índia, retratam muito bem o que Marx denominou de o "papel civilizatório" da Grã-Bretanha naquele continente (como de resto. dos demais países "civilizadores", como Holanda, França, Rússia, etc.): "A Inglaterra destruiu por

¹²⁹ Vd. Parte final do caderno IV (O Capital) do primeiro volume dos *Grundrisse* (op. cit.), item sobre "Formas que precedem à produção capitalista", bem como o emprego do conceito no Prefácio à *Contribuição à Crítica da Economia Política*.

¹³⁰ Cf. K. Marx, *Grundrisse*, vol. 1, op. cit. pp. 434 - 436. Vd. também B. Hindess e P. Q. Hirst, *Modos de Produção Pré-Capitalistas*, trad. de Alberto Oliva, Zahar Ed., Rio de Janeiro, 1976, cap. IV ("O Modo de Produção Asiático").

inteiro o arcabouço da sociedade indiana, sem qualquer sintonia de reconstrução ainda evidente. Esta perda de seu velho mundo, sem ganho de um novo, concede um tipo particular de melancolia à presente miséria do hindu, e separa o Hindustão, por decreto dos britânicos, de todas as suas antigas tradições, como de toda a sua história passada".¹³¹ Tal despotismo, capitaneado pela Companhia Britânica das Índias Orientais (British East India Company), fora responsável por uma ação sistemática e progressiva de ocupação e controle dos principais órgãos do aparato estatal hindu, o que veio lhe conferir, conseqüentemente, com o tempo, as rédeas da política comercial que se desencadeou entre o Oceano Índico, o Mediterrâneo e o Atlântico, entre o Seiscentos e o Oitocentos.¹³²

Durante dois séculos, a continuidade e aprofundamento desta interferência resultou na inevitável quebra das rodas-de-fiação e dos teares manuais indianos, base de toda a tradicional economia comunitária-familiar (tribal) fundada na pequena indústria doméstica, e que associava uma agricultura e um artesanato voltados ao consumo direto e à comercialização de simples excedentes. Ao controle dos departamentos estatais das finanças e da guerra - assumido ao final do período pelo ingleses em troca do apoio bélico aos corrompidos governos locais em suas lutas internas contra comunidades tribais

¹³¹ K. Marx, "The British Rule in India", in K. Marx e F. Engels. *The First Indian War of Independence 1857 - 1859*. second impressão, Foreign Languages Publishing House. Moscow. s/d, p. 16.

¹³² Em 1818, a Companhia inglesa tornara-se "o grande poder da Índia", mantendo sob seu domínio as regiões economicamente mais estratégicas deste gigante asiático, como: o vale do Ganges até Deli, os territórios maratas de Decão, as costas do mar da Arábia e uma parte do litoral que ia da extremidade sul até Bengala. Tendo todo este terreno por base de sua ação imperialista, tal qual a primeira pedra de um grande império, puderam então os britânicos, já no início do século XIX, completar seu empreendimento colonizador no continente. Vieram os assaltos à Birmânia, à Malásia e à Indonésia. O importante porto de Malaca, tomado uma primeira vez em 1795, fora readquirido em 1807. Java foi arrancada aos holandeses (ainda que depois restituída aos antigos "donos" com a assinatura do Tratado de Viena), enquanto que Cingapura, comprada a peso de ouro e favores junto ao sultão de Joore. Cf. K. M. Panikkar, *A Dominação Ocidental na Ásia*, op. cit., pp. 107 - 109.

revoltadas -, já não mais correspondia, como na tradição, qualquer contra-partida em serviços públicos (*public works*) por parte do poder central. Os impérios asiáticos, acostumados a ver a agricultura, eventualmente deteriorada sob um governo, ser reavivada, em seguida, sob um outro mandato,¹³³ conheciam agora o completo descaso para com as populações nativas, que rapidamente testemunhavam a dissolução de miríades de suas inofensivas organizações sociais de cunho patriarcal, "quebradas em sua unidade através de um mar de aflições, com seus membros individuais perdendo, ao mesmo tempo, sua antiga forma de civilização e seus meios hereditários de subsistência (...) suas idílicas vilas comunitárias (...) solidamente constituídas sob [o regime do] despotismo oriental...".¹³⁴ À miséria do povo - como as epidemias de fome, fabricadas artificialmente pelo colonialismo mercantilista (tal qual em 1769/1770) com o único objetivo de obter preços mais vantajosos na comercialização de produtos locais (como, no caso, o arroz)¹³⁵ - correspondia, na outra ponta da linha, vultuosos lucros capitalistas: de 1818 a 1836, a exportação de têxteis da Grã-Bretanha para a Índia cresceu na proporção de 1 para 5.200 (!); em 1837, só a exportação britânica de musselina, que em 1824 atingira tão somente 1 milhão de jardas, alcançara o volume de 64 milhões - enquanto a população da região de Dacca diminuía de 150.000 habitantes para 20.000.¹³⁶

¹³³ Tal como se sucedeu na China, entre os séculos XIV e XVII, sob os prósperos governos da dinastia Ming. Cf. K. M. Panikkar. *op. cit.*, pp. 73 - 74.

¹³⁴ K. Marx, "The British Rule in India". in K. Marx e F. Engels, *The First Indian War of Independence 1857 - 1859*, *op. cit.*, pp. 17 - 20.

¹³⁵ K. Marx, *Capital*, vol. 1, *op. cit.*, cap. 31, p. 917 [e.b., Livro 1, vol. 2, cap. XXIV, p. 871].

¹³⁶ K. Marx, "The British Rule in India". K. Marx e F. Engels, *The First Indian War of Independence 1857 - 1859*, *op. cit.*, p. 18.

Da mesma forma que a Índia, a China (sobretudo a partir dos efeitos tardios do colonialismo em pleno século XIX) experimentou o gosto amargo de sua capitulação ao capital mercantil (já então associado aos interesses da indústria nascente). Desde a Guerra do Ópio, de 1840-1842 ¹³⁷ - ocasião em que a Grã-Bretanha, além de garantir a ativação do tráfico do ópio na China, impôs a abertura definitiva deste estratégico mercado oriental às manufaturas estrangeiras - ¹³⁸ os efeitos "civilizatórios" do comércio capitalista se deram a conhecer de maneira mais transparente e avassaladora no território do "Reino Celeste". Similarmente aos efeitos anteriores provocados na Ásia Menor, Pérsia e Índia, o tributo pago pelo povo chinês pela invasão da racionalidade mercantil foi a destruição das manufaturas nativas, a corrupção e desmoralização da

¹³⁷ As "Guerras do Ópio" (a primeira entre 1840/1842; a segunda, entre 1856/1860) foram ações militares européias contra o "Reino Celeste" (Inglaterra, na primeira, e Inglaterra e França, na segunda), deflagradas com o objetivo de impor àquela nação o comércio do ópio (e algodão) então produzido(s) na Índia (e controlado pelos ingleses). Tratava-se de um recurso de que se utilizavam os capitalistas britânicos para compensar a (até ali) desfavorável balança comercial e de pagamentos entre Inglaterra e China advinda da importação, pela primeira, de quantidades crescentes de chá, sem a contrapartida de uma exportação de manufaturados (não aceitos pela segunda), o que acarretava uma drenagem substancial de prata (meio de pagamento) do continente europeu para o asiático. Com a nova situação imposta, os prejuízos foram estancados e revertidos, ora desenvolvendo-se um novo sistema de trocas em três direções: o chá comprado pela Grã-Bretanha na China era pago com as exportações de ópio e algodão da Índia para a China, que passavam a ser demandados pelos chineses em quantidades cada vez maiores. Cf. K. Marx e F. Engels, *China: ?Fósil viviente o trasmisor revolucionario?*, Universidad Nacional Autónoma de México, 1975; H. Magdoff, *Imperialism: From the Colonial Age to the Present*, op. cit., pp. 44 - 54 (Penetration of the West in Asia).

¹³⁸ A ocupação de Xangai, a 13 de junho de 1842, por forças militares britânicas, atingiu definitivamente a artéria vital da economia chinesa, o Iang-tsé - o que favoreceu o domínio de outra grande cidade, Nanquim. Com o Tratado de Nanquim, assinado em 29 de agosto de 1842, foi fixado, por 100 anos, as condições que então passaram a reger as relações econômicas e diplomáticas entre a China e as nações européias, tais como: direitos irrestritos dos europeus em comerciar diretamente com os principais entrepostos chineses localizados na embocadura do Iang-tsé e ao longo da costa (Xangai, Ningpô, Futcheu, Amói e Cantão), com liberação à salvaguarda de barcos de guerra na região; permissão à instalação de moradia para famílias de comerciantes estrangeiros nessas cinco cidades portuárias; tarifas e direitos alfandegários mais favoráveis ao comércio de exportação; proteção aos chineses cristãos. Cf. K. M. Panikkar, *A Dominação Ocidental na Ásia*, op. cit., pp. 133 - 135. Cabe ainda ressaltar que não somente a Grã-Bretanha, como a França, a Rússia e os Estados Unidos, beneficiaram-se imediatamente das vantagens comerciais advindas desses acordos, como bem observa Engels em seu artigo, "Los exitos de Rusia en el Este de Asia". In K. Marx e F. Engels, *China: ?Fósil viviente o trasmisor revolucionario?*, op. cit., p. 147.

administração pública estatal, o aumento de impostos, a dissolução de sua milenar estrutura política, a desintegração de seu sistema de castas e de sua ética religiosa, uma crônica crise social, sucumbindo o sistema produtivo artesanal local ante à competência das máquinas e à conseqüente inundação de artigos baratos ingleses e norte-americanos.¹³⁹ "Todos esses agentes dissolventes, atuando juntos nas finanças, na moral, na indústria e na estrutura política da China", sob os canhões ingleses, quebraram a autoridade do imperador e forçaram - no dizer de Marx - "o Império Celeste a entrar em contato com o mundo terrestre",¹⁴⁰ perdendo para sempre, ante à penetração dos "vícios" e da "corrupção" do lucro, a "pureza" e a "virtude" de suas antigas características culturais que o haviam mitificado perante o resto do mundo.

Na verdade, em meados do século XIX, o *pool* da circulação do "vício" já se multiplicara na forma de uma cadeia complexa de circuitos comerciais interdependentes, unificando todos os oceanos e mares. Em termos de transações diretas entre regiões, e tomando-se apenas o caso da Inglaterra como elemento de articulação sistêmica, tem-se uma linha dinâmica entre a Índia e a China, outra entre a China e a Austrália e aquela entre a China e os Estados Unidos, circulando, então, como mercadorias (matérias-primas) "nobres", o ouro australiano, o algodão americano, o ópio indiano e o chá chinês, com o desenvolvimento e intensificação das atividades mercantis por todos os lados.¹⁴¹ O próprio crescimento da indústria inglesa já se tornara em grande parte dependente

¹³⁹ Vd. K. Marx, "Revue [République Chinoise: Liberté. Égalité. Fraternité]" e "La Revolution em China y en Europa", in *ibid.*, pp. 48 - 60.

¹⁴⁰ *Ibid.*, p. 54.

¹⁴¹ Cf. K. Marx, "La nueva Guerra China, III", e carta a Engels (6.3.1862), in *ibid.*, pp. 163 - 167 e 187.

do mercado asiático, como é o caso dos manufaturados em algodão - que tinham, então, na região leste da Índia, seu melhor mercado. A pródiga indústria inglesa, a essa altura, matinha intensas relações comerciais (de importação de matérias-primas e de exportação de manufaturados) com inúmeras zonas do globo, da Austrália aos Estados Unidos, da Índia e da China à América do Sul e Central, a ponto de se permitir avaliar, por comparação transaccional, a rentabilidade de cada mercado e reprogramar suas estratégias de intervenção econômico-política em cada área. Tal foi o procedimento intervencionista na Índia, de transferência inclusive de bases produtivas (em substituição às antigas fábricas do governo indiano), quando se apercebeu a Inglaterra que, num mercado potencial de mais de 300 milhões de consumidores, o consumo *per capita* de seus produtos era ali o mais baixo do mundo, comparativamente a outros países como o Chile, o Brasil, Cuba e Perú ¹⁴² - não por menos tendo a "questão indiana" se tornado, desde 1783, "uma questão inglesa, e uma questão ministerial".¹⁴³

Após séculos de colonialismo, a Ásia do Oitocentos apresentava-se como um vulcão de contestações e revoltas nativas contra o jugo europeu, dando testemunho, por meio de suas agudas contradições, de que o sistema capitalista já representava uma única engrenagem de dimensões mundializadas. Não à toa noticiava-se, a cada dia, nas capitais europeias, possibilidades de uma guerra mundial,¹⁴⁴ destacando-se no epicentro do conflito e da crise, a Inglaterra, àquela altura força inquestionavelmente hegemônica dentre os "traficantes da

¹⁴² K. Marx. "The East India Company - Its History and Results", in K. Marx e F. Engels. *The First Indian War of Independence, 1857 - 1859*. op. cit., pp. 30 - 31.

¹⁴³ *Ibid.*, p. 32.

¹⁴⁴ Cf. K. Marx. "La Revolucion en China y en Europa", in K. Marx e F. Engels, *China: ¿Fósil viviente o trasmisor revolucionario?*, op. cit., p. 59.

civilização".¹⁴⁵ Para demonstrar que o sistema capitalista, há muito, houvera deixado de depender unicamente dos humores e da temperatura dos acontecimentos restritos aos limites do solo do Velho Mundo, e que o termômetro da evolução da temperatura política de todo o organismo pulsante teria agora que medir também o estado de coisas em outras regiões da tessitura sociologicamente mais alargada e complexa do sistema (formatada pelo colonialismo secular), Marx reputa (em meados do séc. XIX) os efeitos de um agravamento da crise social na China e de uma possível revolução naquele aparentemente longínquo país, como diretamente mais determinante aos desdobramentos dos movimentos políticos de sublevação das camadas populares na Europa contra o regime e a ordem existentes, que propriamente qualquer outra causa política de natureza interna ao continente. Utilizando-se de uma imagem contida na idéia da "lei do contato dos extremos" - posta por Hegel em sua *Lógica* -, segundo a qual em todas as esferas da vida e da existência, do reino da natureza ao da história humana, vigoraria o axioma de que (dinamicamente) "os extremos se tocam", Marx estabelece uma paródia para evidenciar como, no contexto do capitalismo, isto é, no circuito de um modo de produção de dinamismo *mundial*, não há "opostos" que não se fundam, "longínquos" que não se toquem, "extremos" que não se liguem. Não havia, portanto, dessa perspectiva de entendimento, qualquer paradoxo em suas teses a respeito do "efeito chinês" sobre a situação econômica e social da Grã-Bretanha e, por tabela, desta para o restante de toda a Europa.¹⁴⁶

E para não ficar apenas em metáforas, com dados colhidos em documentos oficiais e relatórios do governo inglês, bem como em artigos e reportagens da revista *The Economist* (ligada aos interesses da indústria

¹⁴⁵ Vd. F. Engels, "Persia y China", in *ibid.*, p.118.

¹⁴⁶ Cf. K. Marx, "La Revolucion en China y en Europa", in *ibid.*, pp. 50 - 51.

inglesa),¹⁴⁷ Marx demonstra como, no plano das relações econômicas, as conjunturas do comportamento do comércio entre a Europa e a China (como, de resto, com a Índia) já interferiam decisivamente na estabilidade do quadro geral da acumulação do capital. O próprio desenvolvimento da nascente produção industrial britânica ficara em boa parte dependente do consumo de seus manufaturados pelo extenso e vigoroso mercado chinês, cujo retraimento, a qualquer tempo e por qualquer razão de natureza política, implicava uma crise de realização do valor agregado gerado, fato este que levara o *The Economist*, com base nos acontecimentos políticos em evolução à época, a alertar: "Não devemos nos iludir por haver encontrado um mercado tão extenso para nossa exportação como a China, pois o mais provável é que nosso comércio de exportação sofra uma diminuição e a demanda de nossos produtos de Manchester e Glasgow se torne ainda mais reduzida".¹⁴⁸

A questão é que os "extremos" já estavam interligados: a alta no preço do chá (importado da China) e a redução da demanda de manufaturados pelo "Celeste Império" imediatamente repercutiam na alta dos gêneros de primeira necessidade no Reino Unido, como a carne, o trigo e demais produtos agrícolas.¹⁴⁹ A estranha sensação do curioso espetáculo da China provocar desordens no mundo ocidental - "no mesmo instante em que os navios de guerra

¹⁴⁷ Isaiah Berlin, que escreveu uma importante biografia de Marx no início dos anos 60, observa a respeito do uso frequente que Marx fazia da revista *The Economist* (sobretudo de suas colunas financeiras diárias), o quanto esta tinha sido fundamental como fonte de validação empírica de suas hipóteses de trabalho, ao ponto de ter fornecido (juntamente com o material estatístico colhido nos Livros azuis governamentais) os dados mais preciosos que sustentaram e ilustraram "aquelas passagens de detalhada investigação social e histórica que constituem os melhores e mais originais capítulos de *O Capital*". In I. Berlin, *Karl Marx*, trad. Roberto Bixio. Alianza Editorial, Madrid, 1988, pp. 183 - 184.

¹⁴⁸ Cf. K. Marx, "La Revolución en China y en Europa". in K. Marx e F. Engels, *?China: Fósil viviente o trasmisor revolucionario?*, op. cit., pp. 55 - 57.

¹⁴⁹ Vd. *ibid.*, p. 57.

ingleses, franceses e norte-americanos impunham 'ordem' em Shanghai, Nankín e nas desembocaduras do Grande Canal"¹⁵⁰ -, vinha à tona também sob a forma de crise monetária, a qual, uma vez instalada, açodava todo o continente europeu. Tal foi o que aconteceu quando se deu o encarecimento do preço da prata em relação ao ouro no segundo quartel do Oitocentos - não obstante a imensa produção de ouro na Califórnia e na Austrália -, fato explicado pela fuga daquele metal precioso do Ocidente para a Ásia, especialmente à Índia e à China, num contexto de balança comercial momentaneamente favorável aos países orientais (fuga de divisas), que então tinham a prata como único meio aceitável de equivalente de intercâmbio.¹⁵¹ A reação "transcontinental" da Grã-Bretanha, diretamente atingida pela crise, foi imediata: extinguiu o monopólio comercial com o Oriente exercido pela Companhia das Índias Orientais (restrita sua ação apenas à China e à Índia) e abriu espaço para empresas privadas explorarem a comercialização entre os dois continentes, o que ativou a exportação de produtos industrializados para o Leste, inclinando a balança comercial progressivamente para a Europa e revertendo, assim, pelo refluxo de divisas, a carência de reservas de prata nos cofres da matriz do império.¹⁵²

Uma crise financeira gerada no comércio com a Índia podia causar efeitos mais catastróficos à Grã-Bretanha, e negócios mais "sujos" nos bastidores da política, que os acontecimentos trágicos vividos pela guerra militar indiana.¹⁵³

¹⁵⁰ Ibid., p. 58.

¹⁵¹ As "Guerras do Ópio", acima referidas, fazem parte deste contexto.

¹⁵² Vd. K. Marx, "La Crisis Monetaria en Europa", in *ibid.*, pp. 62 - 68.

¹⁵³ Cf. Carta de Marx a Engels, de 9/4/1859, in K. Marx e F. Engels, *The First Indian War of Independence, 1857 - 1859*, op. cit., pp. 215 - 216.

Uma rebelião na China já interferia nas eleições inglesas;¹⁵⁴ uma retração do livre acesso dos interesses europeus ao magnífico mercado asiático unia tradicionais inimigos, como Inglaterra e França, em campanhas belicosas contra o "Celeste Império", em nome da ética e da civilização;¹⁵⁵ uma sobreprodução nos mercados da Índia e da China afetava o estado da Bolsa de Londres.¹⁵⁶ Os motins que espocavam em território asiático, e que não estavam confinados a poucas localidades, expressavam, como um todo, a revolta das grandes nações orientais contra a supremacia inglesa no continente, contexto no qual uma revolta do exército anglo-indiano ou das tropas de Bengala estava, de alguma forma, intimamente conectada com as guerras na Pérsia e na China¹⁵⁷ - como no século XVII, as revoltas sociais que invadiram o continente europeu por todos os poros (a Fronda, na França; as revoluções catalã, napolitana e portuguesa durante a década dos 40; a revolução ucraniana de 1648-54, etc.)¹⁵⁸ estavam também, em alguma medida, determinadas por fatores comuns. Tudo interferia em tudo, e as causas para cada tempestade podiam provir dos quatro cantos do planeta, com o poder do sopro de um redemoinho demolidor a ameaçar os alicerces mais profundos da engenharia de toda ordem social.

¹⁵⁴ Cf. K. Marx, "Las Próximas Elecciones en Inglaterra", in K. Marx e F. Engels, *China: ¿Fósil viviente o trasmisor revolucionario?*, op. cit., pp. 92 - 96.

¹⁵⁵ Cf. K. Marx, "La Historia del Comercio del Opio", "Libre Comercio y Monopolio", "La Nueva Guerra China I", "La Nueva Guerra China II", "La Nueva Guerra China III" e "La Nueva Guerra China IV", in *ibid.*, pp. 121 - 171.

¹⁵⁶ Cf. Carta de F. Engels a Marx, de 7/10/58, in *ibid.*, p. 142.

¹⁵⁷ Cf. K. Marx, "The Revolt in the Indian Army", in K. Marx e F. Engels, *The First Indian War of Independence, 1857 - 1859*, op. cit., pp. 41 - 45.

¹⁵⁸ Cf. E. Hobsbawm, *As Origens da Revolução Industrial*, trad. de Percy Galimberti, Global Editora, São Paulo, 1979, pp. 16 - 17.

Num circuito econômica e politicamente interligado, não havia mais, no limite, separação entre tribos, segmentos sociais, grupos e classes, entre conflitos de classes e guerras anti-coloniais, repercutindo cada movimento particular, em alguma medida, mesmo aqueles aparentemente mais distantes e presumivelmente mais isolados, em todo o sistema geral de circulação do capital, da Europa à Ásia, dos Estados Unidos ao Japão. Se as revoltas nas colônias podiam amadurecer e precipitar levantes revolucionários em território europeu, revoluções na Europa podiam, em contrapartida, significar o caminho mais curto para a libertação nacional das colônias. Por isso - dizia Marx - "os indianos não colherão os frutos dos novos elementos da sociedade espalhados entre eles pela burguesia britânica, até que na própria Grã-Bretanha as classes governantes tenham sido suplantadas pelo proletariado industrial, ou até que os hindus, por si próprios, tenham crescido forte o bastante para lançar fora por completo o jugo inglês".¹⁵⁹ Marx e Engels viam, assim, uma relação potencialmente íntima não somente entre crise econômica e crise política, mas entre cada crise em particular (local, nacional, regional) e o sistema capitalista como um todo (mundial), não havendo mais, para eles, nesse contexto, causas específicas que não fossem, em alguma medida, condicionadas e tensionadas pelos efeitos mais gerais de uma economia mundializada em permanente contradição

Todos esses exemplos estão a demonstrar que o capitalismo, desde a vigência dos primórdios da era colonialista, organiza-se como um sistema sócio-econômico mundialmente articulado. Sua estruturação se efetiva através do próprio processo de subordinação paulatina e universal de toda a produção, de todos os modos de produção anteriores, a uma mesma e única lógica mercantil

¹⁵⁹ K. Marx, "The Future Results of the British Rule in India", in K. Marx e F. Engels, *The First Indian War of Independence, 1857 - 1859*, op. cit., p. 38.

mundializada; momento em que o comércio deixa de ser simplesmente uma função que possibilita às produções autônomas o intercâmbio de seus excedentes, para constituir-se, ele próprio, num suposto e momento essencialmente universais da própria produção, ora já subsumida à lógica do capital.¹⁶⁰ A constituição do modo capitalista de produção, portanto, é um processo que, desde suas origens, assume um caráter *internacionalista*. Tanto que a acumulação originária do capital - conforme posto - decorre de um conjunto de eventos deflagrados não somente nos séculos que antecedem o *boom* comercial quincentista, como continua nos séculos subseqüentes (em plena era capitalista) enquanto cadeia complexa de fenômenos não apenas restrita ao continente europeu, mas que se realiza por meio da subsunção progressiva e universal - via sistema colonial - de outros modos de produção aos interesses do capital, seja em sua forma comercial, industrial e/ou financeira.

O capitalismo pode ser visto como um modo de produção que, ao dinamizar-se, conjuga e recicla uma multiplicidade de elementos, instâncias e estruturas sociais segundo uma lógica mercantil dominante ditada pela mais-valia. Neste ensejo, tensiona e combina, ao mesmo tempo e de forma desigual, modos de produção e culturas os mais diversos, envolvendo formas e estágios diferenciados de divisão do trabalho e de desenvolvimento tecnológico, trocas desiguais, formas diversificadas de exploração do trabalho e níveis diferenciados de sua remuneração, tudo mediante processos de subordinação, mesclagem, extinção, recriação, aculturação, deculturação e todo tipo de operação social submetida ao bisturi do capital. Como num patamar historicamente inédito de interatividade, a era capitalista inaugura um novo capítulo da evolução humana onde cada particular (cada tribo, comunidade, nação, região e hemisfério), *pela ação do*

¹⁶⁰ K. Marx, *Grundrisse*, vol. 1, op. cit., p. 360.

mercado mundial, passa a estar sobredeterminado por uma dinâmica processual de sociabilidade (condicionada, em última instância, por motivações econômicas) que ultrapassa as escalas civilizatórias pré-modernas e que funde, num todo orgânico planetário (como num gigantesco organismo regado pelo mesmo sangue e pelas mesmas veias), todos os quadrantes do globo. Como bem notou Rosa Luxemburgo, "a dominação e o poder do capital espalham-se por toda a terra pela criação de um mercado mundial, [como] o modo capitalista de produção espalha-se também, pouco a pouco, sobre todo o globo (...) [sendo] uma necessidade inerente e uma lei vital da produção capitalista não permanecer estável, expandir-se sempre e cada vez mais depressa (...) produzir cada vez mais rápido enormes quantidades de mercadorias...".¹⁶¹

Nesse sentido, o capitalismo, como totalidade concreta, como modo de produção, *confunde-se com o mercado mundial*. Reproduz-se *enquanto mercado mundial*. Auto-recicla-se *na qualidade de e no patamar do mercado mundial*; na condição de um sistema desenvolvido de trocas no contexto do qual, no limite, não importa que a mercadoria seja originária (como se deu no início e para além da exploração do trabalho assalariado) da produção baseada na escravatura, ou naquela de camponeses (ingleses ou indianos), ou das comunas (tal qual as Índias Orientais holandesas), ou da produção estatal (como existia na Rússia seiscentista, baseada na servidão), ou de povos caçadores semi-selvagens, etc. O comércio, que criou os primeiros vínculos do capital com os continentes fora da Europa, não apenas incorporou, desde o começo (de uma forma ou de outra), esses espaços ao circuito da produção do valor (subsumindo-os à lógica do lucro e da exploração burguesa), como também serviu de mecanismo que

¹⁶¹ R. Luxemburgo, *Introdução à Economia Política*, trad. de Celso Leite, Livraria Martins Fontes Editora, São Paulo, s/d, p. 349.

transformou, desde então, as próprias relações de produção nesses contextos. Progressivamente determinou (o que depois veio a ser completado e aprofundado pelo industrialismo) os formatos da estrutura produtiva que pouco a pouco foram se impondo a esses povos, não obstante todas as formas de sobrevivências ou resquícios subordinados de sistemas pré-capitalistas aí secundariamente sobreviventes, assim como as condições e padrões desiguais de vida, legados a essas populações pela divisão internacional do trabalho gestada a partir dos interesses da acumulação capitalista nos países metropolitanos.¹⁶²

O "sistema global" que, segundo Eric Hobsbawm, apresentava-se já palpável no século XIX como resultado final do processo de colonização sistemática, era um mundo dividido em blocos desigualmente combinados (e interdependentes): o lado desenvolvido e o defasado (subdesenvolvido), o dominante e o dependente, o rico e o pobre - sendo que, enquanto era a condição de portadores do desenvolvimento capitalista o fator que unia o primeiro bloco (não obstante suas contradições internas), não era senão a dependência potencial ou real (econômico-política) em relação a este bloco, o único elemento que dava unidade ao segundo.¹⁶³ Tal constatação - que por certo ressoa as teses fundamentais de Marx sobre a natureza do colonialismo e suas consequências -

¹⁶² Exemplo extremamente ilustrativo desta percepção de Marx pode ser encontrado em suas análises sobre a "questão irlandesa". Em seus escritos sobre a Irlanda, Marx visa desmascarar, através de um estudo de caso, a falsa "naturalidade" ou "fatalidade" dos processos econômicos e sociais próprios do capitalismo, e em particular a especialização desigual da organização da produção em escala internacional, condicionada pela dinâmica do mercado mundial e imposta pelos países metropolitanos ao restante do planeta em função da acumulação de capital. No caso específico, o subdesenvolvimento irlandês - como de resto qualquer outra semelhante ocorrência - é relevado como fato que não tem nada de "natural": é produto da política e das exigências protecionistas da manufatura e da indústria inglesa que, através do Parlamento britânico (desde o final do século XVII até a promulgação da *Corn Law* no início do XIX), coibem o desenvolvimento da produção manufatureira em solo irlandês (via taxações, etc.) condenando o país a desempenhar o papel de simples produtor de matérias-primas agrícolas sob monopólio comercial da Inglaterra. Vd. K. Marx e F. Engels, *Imperio y Colonia: Escritos sobre Irlanda*, Cuadernos de Pasado y Presente, n. 72, México, 1979.

¹⁶³ Cf. E. Hobsbawm, *A Era dos Impérios, 1875-1914*, op. cit., p. 33.

encontra reverberação entre outros tantos marxistas contemporâneos, como Gunder Frank, para quem foi "a expansão econômica e política da Europa [ocorrida] depois do século XV [o fator que] levou à integração dos países atualmente subdesenvolvidos em uma corrente única da história mundial, a qual simultaneamente [pela natureza da exploração colonial] deu nascimento ao desenvolvimento atual de certos países e ao subdesenvolvimento também atual de outros tantos (...) Esta realidade [dos países subdesenvolvidos] - continua o autor - constitui o produto do mesmo processo histórico e do mesmo sistema estrutural que conduziu ao desenvolvimento dos países atualmente desenvolvidos: o sistema mundial (capitalista), enquanto uma cadeia na qual os países atualmente subdesenvolvidos vivem sua história depois de séculos - sendo a estrutura deste sistema a causa histórica ainda hoje determinante do subdesenvolvimento. E esta estrutura é onnipresente".¹⁶⁴

Paul Sweezy, também apoiado na tese da lei do desenvolvimento desigual e combinado,¹⁶⁵ tira deste mesmo princípio conclusão semelhante: a de que essa interligação indissolúvel e desigual entre as várias sociedades e regiões do planeta, costurada pelo capitalismo desde a sua gênese (colonialismo mercantilista), será um dado constante de plena verificação empírica ao longo de toda a sua história, seja na sua fase avançada de sistema global da última metade do século XX, como naquela predominantemente mercantil do período anterior à Revolução Industrial.¹⁶⁶ Some-se ainda, ao argumento em causa, a contribuição de

¹⁶⁴ A. Gunder Frank, *Le Développement du Sous-Développement: L'Amérique Latine*. Maspero. Paris., p. 47.

¹⁶⁵ Originariamente formulada por León Trotsky - como se sabe -, mas que tem raiz e inspiração em Marx. Vd. L. Trotsky, *Histoire de la Révolution Russe*, Éditions du Seuil. Paris, s/d. pp. 20 - 21; *La Révolution Permanente*, Gallimard, Paris, 1963.

¹⁶⁶ P. Sweezy, *Modern Capitalism and Other Essays*, op. cit., pp. 5 - 6.

Ernest Mandel, para quem "o modo de produção capitalista não se desenvolveu num *vacuum*, mas dentro de um arcabouço sócio-econômico específico caracterizado por muitas diferenças significativas, como, por exemplo, na Europa Ocidental, Europa Oriental, Ásia Continental, América do Norte, América Latina e Japão (juntamente com as sociedades da África e Oceania), (...) reproduzindo em formas e proporções variantes uma *combinação* de modos passados e presentes de produção, ou mais precisamente, de estágios sucessivos de modos de produção presente e passado variantes (...) [em que] o sistema capitalista mundial [representa] uma *função* da validade universal da lei do desenvolvimento desigual e combinado (e, os casos específicos, têm importância secundária face à primazia das características capitalistas comuns a todo o sistema)".¹⁶⁷

Nascido com o alargamento do mundo, o fato é que o capitalismo sempre encarnou, desde a sua gênese, a vocação à mundialização.¹⁶⁸ Sua bússola sempre apontou para os confins do planeta; sua tendência geral sempre foi a de constituir todos os pontos supostos da circulação em centros (re)produtivos da mesma, metamorfoseando paulatinamente todos os quadrantes e hemisférios, mares e oceanos, num único e gigantesco mercado:

¹⁶⁷ E. Mandel, *Late Capitalism*, Fifth Impression, Verso, London, 1993, pp. 22 - 23. Sobre outras abordagens a respeito da questão do *desenvolvimento/subdesenvolvimento* no contexto do capitalismo contemporâneo, vd. S. Amin, *Accumulation on a World Scale*, op. cit.; e R. Brenner, "The Origins of Capitalist Development: a Critique of Neo-Smithian Marxism", in *New Left Review*, n. 104, London, 1977.

¹⁶⁸ Pierre Dockès entende que, para Marx, desde o início da revolução comercial (mercantilismo) o capitalismo pode ser visto como um modo de produção em contínuo processo de expansão, que evolui de formas mais nacionais, localizadas a zonas restritas de incidência, para uma propagação em dimensões sempre mais mundializadas, integrando capilarmente o capital à dinâmica do mercado mundial. Para esse autor, a evolução dialética do capitalismo dar-se-ia pelo que denomina de "*propagação-mundialização*", querendo significar com este conceito exatamente a passagem entre um patamar restrito da formação do valor para aquele estruturado em plano mundial. O capitalismo jamais ter-se-ia tornado um modo de produção dominante se não alçasse seu dinamismo a um plano internacional, do que decorre ser o mercado mundial a *base material* de seu movimento e constituição. P. Dockès, *L'Internationale du Capital*, Presses Universitaires de France, Paris, 1975.

"(...) o ouro californiano se esparrama por toda a América e pelas costas asiáticas do Oceano Pacífico, empurrando os povos bárbaros e ariscos à corrente do comércio mundial, à civilização (...) Graças ao ouro californiano e à incansável energia dos yanques, as duas costas do Mar Pacífico logo ver-se-ão povoadas e abertas ao comércio e à indústria, como sucede hoje com as costas do Atlântico, de Boston a Nova Orleans. Nesse dia, o Oceano Pacífico cumprirá a mesma missão que hoje cumpre o Atlântico e que na Antiguidade cumpriu o Mediterrâneo; será a grande rota marítima do comércio mundial e o Oceano Atlântico ficará reduzido à importância de um mar interior, como o Mediterrâneo dos dias de hoje".¹⁶⁹

O colonialismo é, pois, a primeira manifestação histórica de materialização sistemática de mecanismos institucionais *supranacionalmente* articulados, voltados à realização da reprodução ampliada da acumulação do capital via expansão mundial das atividades comerciais, e cuja efetivação decorre da exploração e subordinação, pelos países metropolitanos (via associação Estado-empresas), do trabalho em regiões (nos cinco continentes) econômica e politicamente por estes subordinadas (colonizadas). Nessa dialética do comércio em ebulição intercontinental, cada zona do planeta tem sido, desde os primórdios, forçosamente incorporada à dinâmica da civilização da mercadoria, transformados seus produtos particulares em matérias-primas de consumo universal (em fatores retro-alimentadores de todo o maquinismo global da acumulação) e suas populações nativas - para além de sua condenação ao trabalho escravo ou "livre" - em usuárias umbilicais consumidoras de toda sorte de artifício.

¹⁶⁹ K. Marx e F. Engels, *China: ?Fósil viviente o trasmisor revolucionario?*, op. cit., p. 25.

A história do mercantilismo, do sistema colonial moderno, resume, por assim dizer, a etapa que inaugura toda essa dinâmica giratória da busca frenética do lucro; processo que, entretanto, continua a expandir-se e a aprofundar-se com o advento da Revolução Industrial. A partir deste momento, não somente processos tardios de acumulação originária passam a estar associados a outras formas mais desenvolvidas de acumulação do capital, como a própria *produção* de valores-de-troca, antes variável dependente da dinâmica do mercado (do capital comercial ou mercantil), torna-se, então, a principal força propulsora de sua própria expansão: espécie de *poder independente* que se recria, a si próprio, subordinando a esfera da circulação desenvolvida (o mercado mundial) à condição de momento subsumido de seu próprio processo de auto-renovação.

CAPÍTULO 3

DA MANUFATURA À GRANDE INDÚSTRIA

O capitalismo é um modo de produção, uma totalidade histórica, que se formata paulatinamente pela ampliação da escala das trocas e do volume da produção para além das necessidades internas e localizadas das comunidades e nações:

"A necessidade de assegurar a seus produtos a desobstrução à sua realização impele a burguesia a invadir o mundo inteiro. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos por todos os lados".¹⁷⁰

Tal *frenesi* de circulação de mercadorias, típico da dinâmica social inerente à moderna sociedade de mercado, impõe, assim, um desenvolvimento permanente e contínuo das forças produtivas e da divisão do trabalho em escala correspondente, fator este desconhecido de outros modos de produção ou formações sociais pretéritos. Sob o regime patriarcal, de castas, corporativo, feudal, a divisão do trabalho obedecia a regras fixas de organização, condicionadas pela estreiteza de uma produção voltada prioritariamente aos valores-de-uso, às necessidades imediatas de consumo circunscritas a uma espacialidade social extremamente limitada. Nessas comunidades, que se bastavam a si mesmas e se reproduziam constantemente da mesma forma - onde a estrutura dos elementos econômicos fundamentais não era atingida pelas tempestades da superestrutura política ou pela ebulição do mercado (ainda relativamente tímido) -, a dinâmica

¹⁷⁰ K. Marx e F. Engels, *Le Manifeste Communiste*, Alfred Costes Éditeur, Paris, p. 60.

que regulava a divisão do trabalho operava tal qual a força irresistível de uma "lei natural", sem significativas modificações ao longo do tempo.¹⁷¹ A típica oficina moderna, ao contrário, na qual as ocupações e destrezas já estão separadas entre si, onde a parcelização das tarefas já se instalou visando o aumento contínuo da produtividade do trabalho (agora sob a supervisão e gerência de uma única autoridade, o capitalista); aqui, o objetivo último de todo investimento é a produção crescente de valores-de-troca para um mercado em constante expansão. Daí porque esta nova unidade produtiva já representa, em si e por si, um salto qualitativo em relação à dinâmica social precedente, estampando a ruptura definitiva com o domínio da indústria doméstica e do artesanato - símbolos do antigo e estreito mundo da feudalidade. Tal é a razão do por que se encontrar na análise histórica da passagem da cooperação simples à indústria manufatureira, e desta à grande indústria, a chave para a compreensão lógica (sociológica) da mecânica que rege o desenvolvimento tendencial do modo capitalista de produção (sua *genética*), desde os seus primórdios formatado em função das necessidades de uma economia em processo crescente de mundialização.

Uma das condições indispensáveis para a implantação da manufatura, como já mencionado, fora a acumulação de capitais facilitada pelo aumento da disponibilidade de metais preciosos provenientes da descoberta do Novo Mundo. O crescimento dos meios de troca disponíveis e introduzidos regularmente na circulação, ativou o intercâmbio de mercadorias (Índias Orientais, Américas, entre países europeus, etc.), expandiu o mercado sobre os cinco continentes - via comércio marítimo e regime colonial - e, através da concentração dos lucros comerciais nas mãos da burguesia ascendente, deu o golpe de misericórdia na decadente aristocracia fundiária (a começar pela Inglaterra),

¹⁷¹ Cf. Karl Marx, *Capital*, vol. 1, cap. 14, p. 479 [e.b., Livro 1, vol. 1, cap. XII, p. 410].

liberando para as cidades uma massa de trabalhadores expulsos da terra que, de vagabundos, transformaram-se rapidamente na principal força motriz de fazer dinheiro para o capitalista. "O crescimento do mercado, a acumulação dos capitais, as modificações efetuadas na posição social das classes, uma multidão de pessoas que se encontravam privadas das suas fontes de rendimento, eis outras tantas condições históricas para a formação da manufatura".¹⁷²

As manufaturas, via de regra, não surgiram do seio das antigas corporações de ofício. Ainda que estas tenham cumprido um papel importante para o desenvolvimento daquelas - ao promover a separação, especialização e aperfeiçoamento dos ofícios -, contribuíram para tal apenas de forma indireta. As leis medievais que regulamentavam a organização das corporações as impediam de metamorfosear-se em unidades capitalistas de produção, a começar pela tácita proibição do emprego de trabalhadores (aprendizes) acima de um determinado limite pré-estabelecido. Isto fazia com que a instituição se defendesse contra o capital mercantil, opondo-se a que este tivesse qualquer interferência na dinâmica e na estruturação da divisão do trabalho no seio da oficina: "Um comerciante podia comprar (até) todos os tipos de mercadorias, mas não o trabalho como mercadoria"¹⁷³ - tolerado que era (o comerciante), tão simplesmente, como *distribuidor* dos produtos dos artesãos.

Serão as artimanhas do comerciante burguês, preocupado em reunir um maior número de trabalhadores e instrumentos de trabalho numa mesma oficina para, assim, saldar a diferença entre as demandas crescentes do comércio

¹⁷² K. Marx, *Misère de la Philosophie*, in *Oeuvres-Économie*, Éditions Gallimard, Paris, 1965, pp. 102 - 103. Não por menos Paul Sweezy lembra que a passagem da produção artesanal à manufatura faz parte - também ela - do "tormentoso processo" designado por Marx de "acumulação originária". Cf. P. Sweezy, *Modern Capitalism and Other Essays*, op. cit., p. 129.

¹⁷³ K. Marx, *Capital*, vol. 1, cap. 14, op. cit., p. 479 [e.b., Livro I, vol. 1, cap. XII, p. 411].

externo (as oportunidades do lucro) e a capacidade produtiva de seu atendimento, que o levarão a defrontar-se com o antigo mestre das corporações - com o regime feudal de produção e toda a sua superestrutura jurídico-político-ideológica - na qualidade de inimigo mortal.¹⁷⁴ Tanto que, a lógica da divisão do trabalho organizada, inicialmente, pela cooperação simples (espécie de forma primitiva da manufatura), em nada divergia, a princípio, daquela da corporação de ofício, a não ser no volume de braços reunidos num mesmo espaço e produzindo valores de troca em escala ampliada sob as ordens de um novo dono, o burguês: "a produção capitalista só começa, realmente, (...) quando cada capital particular emprega, simultaneamente, um número comparavelmente maior de trabalhadores, e quando, como resultado, o processo de trabalho é então conduzido sobre uma escala extensiva, fornecendo, relativamente, uma quantidade maior de produtos. Um grande número de trabalhadores atuando juntos, ao mesmo tempo, num mesmo local (ou, se se preferir, no mesmo campo de atividade), para produzir a mesma espécie de mercadoria sob o comando do mesmo capitalista".¹⁷⁵

Contudo, com a emergência do mercado mundial, a dinâmica do mundo já estava invertida. A capacidade produtiva do capital, alimentada pela expansão comercial, multiplicara-se em relação à massa de capital primitivo

¹⁷⁴ Paul Mantoux, em seu célebre estudo sobre a Revolução Industrial inglesa, demonstra como, nos condados do sudoeste da Inglaterra, desde os séculos XVI e XVII, é o mercador de tecidos (conhecido então como *mercador manufatureiro*) - sobretudo o grande negociante relacionado com o estrangeiro (habitado aos riscos das empresas longínquas) - que interfere na fabricação do produto desde o início. Além de comprar a lã bruta, era ele quem, na condição de um capitalista, mandava cardar, fiar, tecer, pisar e preparar por sua conta o metrial, contratando (assalariando) artesãos para a várias tarefas: "Os grandes mercadores de tecidos do século XVI ou os mestres-ferreiros do Sussex eram algo além de comerciantes e empresários. Donos do equipamento e dos locais industriais, eles organizavam o trabalho e o supervisionavam pessoalmente, submetendo seus numerosos operários a uma disciplina comum: em suma, eles dirigiam a produção. P. Mantoux, *A Revolução Industrial no Século XVIII: estudo sobre os primórdios da grande indústria moderna na Inglaterra*, trad. de Sonia Rangel, Ed. Unesp/Hucitec, São Paulo, s/d., pp. 40, 85 e 370.

¹⁷⁵ K. Marx, *Capital*, vol. 1., cap. 13, op. cit., p. 439 [e.b., Livro 1, vol. 1, cap. XI, p. 370].

originariamente mobilizado.¹⁷⁶ Além dos incentivos do comércio, a nova oficina fora simultaneamente beneficiada pela disponibilidade de camponeses expropriados, que para ela acorreram como um recurso contra as corporações - seu inicial refúgio contra os proprietários de terras, mas que agora os excluía ou lhes pagavam irrisoriamente.¹⁷⁷ O destino da produção já rompera as tímidas fronteiras dos localismos do passado. Os séculos XV e XVI, impulsionados pela descoberta da América e do caminho marítimo para as Índias (Oriente), demarcavam uma nova geografia econômica (e conseqüentemente política) para o mundo. Com a pilhagem das novas terras, a expansão das relações comerciais e a retaguarda da indústria manufatureira nascente, o período da maternidade do capitalismo entrou para a história como um ciclo espetacular de luta comercial *internacional*, que (conforme visto) efetivou-se através de guerras, invasões, direitos alfandegários e proibições, dotando o mercado de um significado político outrora jamais visto. A Europa conhece, nesse período, a passagem da cooperação simples à manufatura propriamente dita, que, em outras palavras, significa a primeira revolução *capitalista* no modo de produção *a fim de afiná-lo com as necessidades mundiais de um mercado (então) em contínua expansão.*

A manufatura é a primeira cria madura, no âmbito da produção, resultante do processo de expansão e dinamização internacional e intercontinental das relações de troca, da progressiva universalização desses atos num processo ininterrupto e sempre crescente de renovação. Responde a essas necessidades históricas do capital comercial e se estrutura, portanto, desde suas origens, para estimular um grau de produtividade do trabalho dimensionado em idêntica escala.

¹⁷⁶ Entre os séculos XVII e XVIII, o valor agregado das trocas comerciais entre a Inglaterra (berço da revolução manufatureira) e o resto do mundo obtivera um crescimento de quase 600%, enquanto a renda nacional, no mesmo período, quadruplicara. Vd. M. Beaud, *História do Capitalismo*, op. cit., p. 102.

¹⁷⁷ Cf. K. Marx e F. Engels, *A Ideologia Alemã*, vol I, op. cit., p. 68.

E não poderia deixar de ser, uma vez que a constituição acabada de uma sociabilidade movida pelo valor-de-troca (pela hegemonia absoluta deste sobre o valor-de-uso) supõe não apenas a emergência de um mundo formatado pela mercadoria (o mercado mundial), mas, ao mesmo tempo, uma divisão do trabalho efetivamente desenvolvida (uma produção dimensionada sobre o mundo) retroalimentando esse novo dinamismo.¹⁷⁸

Enquanto a antiga oficina do artífice fora uma força produtiva que floresceu no auge do feudalismo e que tinha sua produção, voltada fundamentalmente para o mercado *local* (as cidades circunvizinhas e seus arredores), protegida por regulamentações contra a concorrência de artigos similares trazidos do estrangeiro, a nova força produtiva - a manufatura (amadurecida a partir do sistema de cooperação simples) - passava a colidir com toda essa tradição: "A manufatura burguesa produzia uma enorme quantidade de artigos, empregava vasto número de trabalhadores, e prosperava na concorrência e no comércio. A manufatura transgrediu todas as leis dos monopólios das guildas nas cidades. 'As novas manufaturas se estabeleceram nos portos marítimos e em locais fora do alcance das antigas municipalidades e suas guildas' (Marx). A manufatura produzia para um *vasto mercado* (grifo meu), e os moradores levavam as mercadorias a toda parte. O comércio em expansão se chocava com o feudalismo".¹⁷⁹ É essa pressão de um mercado cada vez mais internacionalizado (mundializado) - com suas crescentes demandas e necessidades - que vai dar o

¹⁷⁸ Como bem notou Lipietz, desde seus estágios iniciais o comércio capitalista já era, acima de tudo, um fenômeno mundial, com suas estruturas flutuando como icebergs num mar de economia natural, mar este (da largura do mundo) onde as primeiras manufaturas tiveram de procurar seus clientes e consumidores. Cf. A. Lipietz, "Towards Global Fordism?", in *New Left Review*, n. 132, London, Mar/Apr 1982, p. 36.

¹⁷⁹ D. Rossy Gandy, *Marx e a História*, trad. de Nathanael C. Caixeiro. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1980, p. 47.

"aviso prévio" ao sistema feudal de produção e, ao mesmo tempo, afirmar a hegemonia de uma nova classe emergente (a qual só ocorre na razão direta da internacionalização da economia): a burguesia moderna. Diz Marx:

"A descoberta da América, o contorno da África, abriram novo campo de ação para a burguesia emergente. Os mercados das Índias orientais e da China, a colonização da América, o comércio com as colônias, o aumento dos meios de troca e das mercadorias em geral, deram ao comércio, à navegação, à indústria, um impulso antes jamais conhecido e, conseqüentemente, um rápido desenvolvimento ao elemento revolucionário da sociedade feudal em decomposição. O antigo modo, feudal ou corporativo (de produção), já não mais atendia às crescentes necessidades dos novos mercados. Ele foi então substituído pela manufatura (...) Entrementes, os mercados não pararam de crescer, a procura sempre a subir (...) O mercado mundial deu um imenso desenvolvimento ao comércio, à navegação e às comunicações por terra. Esse desenvolvimento, por sua vez, reagiu à extensão da indústria (...) Vemos, portanto, como a própria burguesia moderna é produto de um longo curso de desenvolvimento, de toda uma série de revoluções nos modos de produção e nos meios de comunicação".¹⁸⁰

A manufatura representa uma organização da produção fundada na divisão social e técnica do trabalho (ainda sem a utilização da máquina), na

¹⁸⁰ K. Marx e F. Engels, *Le Manifeste Communiste*, op. cit., pp. 56 - 57. Para o historiador Jean Baechler, a gênese histórica do burguês decorre da conjunção de inúmeros fatores oriundos do desenvolvimento civilizatório na Europa a partir da Baixa Idade Média, destacando-se, dentre as várias "originalidades" citadas, o renascimento das cidades, despojadas de toda função política e militar, condicionando seus membros, por isso mesmo, às atividades econômicas (comerciais). Para este historiador francês, a própria revolução burguesa é decorrente da extensão constante do mercado, em amplitude e intensidade (o grande comércio internacional), cuja dinamização teria levado a nova classe ascendente a sentir "a ausência de uma ordem política que abarcasse o conjunto da Europa Ocidental, [situação esta que carregou] decisivas conseqüências sobre a economia, tanto face ao exterior quanto ao interior". Cf. J. Baechler, *Los Orígenes del Capitalismo*, trad. de Amadeu Monrabà, Ediciones Península, Barcelona, Tercera Parte, cap. 1, "Génesis del Burgués", pp. 104 - 107.

decomposição da tradicional atividade do artesão polivalente em diversas operações distintas, confiadas cada uma a grupos diferentes de trabalhadores que passam a ocupar-se e a especializar-se exclusivamente naquela função. Complexa ou simples, contudo, a operação contínua e uniformemente cadenciada continua a ser manual, artesanal, ainda dependente, portanto, da destreza, força e habilidade do trabalhador individual e de sua intimidade no manuseio dos instrumentos de trabalho. Não obstante, constitui-se na primeira invenção do trabalhador coletivo, formado de muitos trabalhadores parciais, e cujo virtuosismo decorre da própria mutilação do trabalhador individual através de sua especialização em tarefas específicas dentro da oficina.¹⁸¹ É a fórmula inicialmente encontrada pelo capital para aumentar a produtividade do trabalho e dimensionar a oficina aos patamares das sempre crescentes exigências do mercado mundial em expansão:

"(...) circunstâncias externas logo levam o capitalista a utilizar de maneira diferente a concentração dos trabalhadores no mesmo local e a simultaneidade de seus trabalhos. É o caso de uma quantidade maior de um artigo que precisa ser entregue dentro de um determinado prazo. O trabalho é então redistribuído".¹⁸²

A manufatura é uma substancial mudança de marcha no ritmo de rotação da produção de mercadorias, uma vez que "a paz de lesma do progresso sob o [antigo] método de trabalho [herdado do período de infância da cidade medieval] *não se coadunava mais de jeito algum com as demandas comerciais do*

¹⁸¹ Vd. K. Marx, *Capital*, vol. 1, op. cit., cap. 14, pp. 457 - 459 [e.b., Livro 1, vol. 1, cap. XII, pp. 389 - 390].

¹⁸² *Ibid.*, p. 456 [e.b., *ibid.*, p. 388].

novo mercado mundial, que tinha sido criado pelas grandes descobertas dos finais do século XV".¹⁸³ Para além do capital usurário e mercantil - talhados ainda nos moldes do *ancien régime* -, o século XVI ansiava por mais revoluções.

A divisão manufatureira do trabalho pressupõe que a divisão do trabalho na sociedade, como um todo, tenha atingido certo grau de desenvolvimento. Entre meados do século XVI e o último terço do XVIII - período que, a *grosso modo*, predomina na Europa esse formato da produção capitalista -, foram a constituição do mercado mundial, pela ativação do comércio internacional ultramarino, e a correspondente dinamização do sistema colonial, os fatores preponderantemente responsáveis por esse desenvolvimento: "o sistema colonial e a extensão do mercado mundial figuram entre as condições gerais para a existência do período manufatureiro".¹⁸⁴ Ou seja, nos albores da era da produção capitalista, tornam-se determinantes: "a descoberta de ouro e de prata na América (...) a escravização de populações indígenas daquele continente, o início da conquista e pilhagem da Índia e a transformação da África numa reserva destinada à caça comercial de peles negras (...) [seguindo-se] a guerra comercial entre as nações europeias [a começar com a revolução dos Países Baixos contra a Espanha], que depois assume enormes dimensões com a guerra antijacobina da Inglaterra [e] prossegue sob a forma da guerra do ópio contra a China, etc."¹⁸⁵ - tudo tendo o *mundo* por palco. "O sistema colonial fez prosperar o comércio e a navegação (...) As riquezas apresadas fora da Europa pela pilhagem, escravização e matança refluíam para a metrópole onde se transformavam em capital".¹⁸⁶

¹⁸³ Ibid., cap. 31. p. 914 [e.b., Livro 1, vol. 2, cap. XXIV, p. 867].

¹⁸⁴ Ibid., cap. 14. p. 474 [e.b., Livro 1, vol. 1, cap. XII. p. 405].

¹⁸⁵ Ibid., cap. 31. p. 915 [e.b., Livro 1, vol. 2, cap. XXIV, p. 868].

¹⁸⁶ Ibid., p. 918 [e.b., p. 871].

As tensões do mercado mundial em formação impulsionam as transformações no modo de produção. Exigem formas mais elásticas de oferta; conseqüentemente, novas bases tecnológicas e padrões diferenciados de relações de produção. Em resposta, a divisão manufatureira do trabalho, com as novas capacidades produtivas desenvolvidas, reage (dialeticamente), por sua vez, sobre toda a sociedade (sobre a dinâmica econômica de todo o sistema), multiplicando e aprofundando ainda mais a divisão social do trabalho: "a divisão manufatureira serve o processo social de produção com uma [nova] subdivisão qualitativa e proporcionalidade quantitativa, criando assim determinada organização do trabalho social e desenvolvendo ao mesmo tempo nova força produtiva social do trabalho".¹⁸⁷ Ramos produtivos são subdivididos em manufaturas diversas, novas matérias primas são introduzidas, oficinas aumentadas. Projeta-se, progressivamente, um novo ciclo de acumulação do capital e se criam as bases para o salto a uma nova escala produtiva:

"À medida que a concentração dos instrumentos se desenvolve, desenvolve-se também a divisão, e vice-versa. Eis o que faz com que qualquer grande invenção na mecânica seja seguida de uma maior divisão do trabalho, e cada crescimento na divisão do trabalho conduza, por seu lado, a novas invenções mecânicas".¹⁸⁸

A criação da máquina é a resposta concreta, a versão melhor elaborada e o maior testemunho para o fato de que o trabalho organizado em padrões manuais já não mais satisfazia às exigências do desenvolvimento do

¹⁸⁷ *Ibid.*, cap. 14, p. 486 [e.b., cap. XII, p. 417].

¹⁸⁸ K. Marx, *Misère de la Philosophie*, op. cit., p. 104.

mercado.¹⁸⁹ O capital recorreu então à ciência e à técnica; incorporou as descobertas e os avanços da mecânica (como, mais tarde, da eletricidade, da eletrônica, etc.) e transformou o trabalho do cientista em sua mais importante força produtiva, dissolvendo os últimos vestígios dos elementos naturais que ainda teimavam em sobreviver no interior da antiga oficina. Nascia a ciência *aplicada* e a revolução industrial.

Enquanto o ponto de inflexão da revolução manufatureira fora o emprego mais racional da *força-de-trabalho*, o da indústria moderna repousa no *instrumental de trabalho*, na transferência da operação produtiva propriamente dita das mãos do homem para um maquinismo autônomo (máquina-ferramenta), potencializando, assim, o grau de intensificação da força produtiva do trabalho: "A máquina é um mecanismo que, após ser colocado em movimento, realiza com suas ferramentas as mesmas operações que um trabalhador realizava formalmente [manualmente] com ferramentas semelhantes".¹⁹⁰ É originariamente desta parte da maquinaria, a máquina-ferramenta (e não do motor/força motriz ou da cadeia de transmissão), que parte o fundamento de toda essa radical transformação no modo capitalista de produção, desencadeada a partir do final do século XVIII.¹⁹¹ O

¹⁸⁹ Entre o final do século XVII e aquele do XVIII, o volume de exportações inglesas para os demais continentes fora da Europa conheceu uma verdadeira explosão: com a América do Norte, as transações passaram de 6% em 1700 para 32% nos últimos anos do século. Em relação ao continente africano, às Américas Central e do Sul e à Ásia, as exportações saltaram dos 4 a 5% do início do período, para 12 a 14% entre 1772/1773. Cf. V. Castronovo, *La Rivoluzione Industriale*, Sansoni, Firenze, 1973, pp. 50 - 51.

¹⁹⁰ K. Marx, *Capital*, vol. I, op. cit., cap. 15, p. 495 [e.b., Livro 1, vol. 1, cap. XIII, p. 426].

¹⁹¹ Para Marx, a maquinaria desenvolvida consiste de tres partes distintas, ainda que conectadas: o motor (força motriz do mecanismo), a transmissão (composta dos mais variados dispositivos e engrenagens responsáveis pela transmissão da força motriz à máquina-ferramenta) e a máquina-ferramenta (que realiza a operação produtiva). Os dois primeiros elementos existem apenas em função de transmitir movimento à máquina-ferramenta, podendo variar sem que descaracterize a forma *industrial* de produção. Caso esta fosse determinada, por exemplo, pela força motriz, como pretendiam matemáticos, mecânicos e economistas à época de Marx (isto é, fosse o conceito de máquina formulado com base na idéia de força motriz distinta daquela regida pela força humana), então o arado puxado por bois, que pertence às mais

número de ferramentas com o qual a máquina passa então a operar se emancipa definitivamente dos limites orgânicos dos instrumentos manuais de produção que um artesão não podia ultrapassar.¹⁹² Por sua vez, será o contínuo aperfeiçoamento da máquina-ferramenta e do número de instrumentos (por ela) simultaneamente utilizados, o fator que irá exigir as revoluções sucessivas nas fontes da força motriz de todo o sistema: "A própria máquina-a-vapor, tal qual foi inventada ao final do século XVII durante o período manufatureiro, e tal como continuou a subsistir até o ano de 1780, não provocou nenhuma revolução industrial. Ao contrário, foi a invenção de máquinas-ferramenta que tornou necessária a revolução na forma da máquina-a-vapor".¹⁹³ Em consequência, com a emancipação da força motriz dos condicionamentos (limites) da força humana, novos desenvolvimentos tornam-se então possíveis na própria estrutura das máquinas-ferramenta (abolindo-se, com isso, inclusive, as imperfeições dos movimentos humanos em favor de operações mais uniformes, contínuas e rápidas):¹⁹⁴ às

diferentes épocas da história da produção (portanto, ao pré-capitalismo), seria uma máquina, e esta antecederia a própria manufatura. Cf. *Ibid.*, pp. 492 - 495 [e.b., *ibid.*, pp. 424 - 426].

¹⁹² O exemplo da máquina impressora, largamente utilizada em toda a Grã-Bretanha a partir do final do século XVIII, é assim referido por um jornalista inglês, George Dodd (especialista em reportagens sobre as inovações da indústria britânica), em 1858: "As máquinas de impressão, atualmente empregadas em um número mais largo de estabelecimentos neste país, exibem uma harmonia de movimento bastante supreendente. A força a vapor dá movimento ao conjunto [do organismo]; mas quão numerosos são os movimentos correntes em que a operação [como um todo] é dissolvida! Existem cabos, braçadeiras, fusos, rodas, eixos, dentes [de engrenagens], alavancas, cilindros, rolamentos - toda a parafernália dos trabalhos maquinais; mas isto é nada até que nós tracemos os numerosos, delicados e precisos movimentos que estes [elementos] impulsionam, com o apreciável controle que a força motriz - o vapor - exerce sobre o conjunto por inteiro. Inúmeras coisas estão sendo feitas de uma só vez. Enquanto uma fôrma de tipos está sendo tinturada, uma outra está imprimindo uma folha de papel; enquanto uma folha está então sendo impressa, uma outra está viajando no mesmo rumo para passar por processo similar; enquanto um grupo de rolos de tintura está fazendo seu trabalho, um outro está abastecendo-se do composto [para as operações seguintes]". G. Dodd, "The Times Printing Machine", in M. Berg (Ed.), *Technology and Toil in Nineteenth Century Britain*, CSE Books, London, 1979, p. 112.

¹⁹³ K. Marx, *Capital*, vol. 1, op. cit., cap. 15, pp. 496 - 497 [e.b., Livro 1, vol. 1, cap. XIII, p. 428].

¹⁹⁴ Assim observa as conquistas da máquina, o inglês Eric Roll, quem, em 1930, publicou um estudo de caso sobre a pioneira fábrica londrina Soho Engine Manufactory, de propriedade dos senhores Boulton e

máquinas independentes sobrevivem o sistema de máquinas (sistema orgânico de máquinas-ferramentas combinadas) e as máquinas que fabricam máquinas, inaugurando a fase da automação.¹⁹⁵ E como não poderia deixar de ser - já que, no capitalismo, a motivação da introdução da maquinaria e de suas revoluções permanentes é determinada pela busca da produção crescente da mais-valia ¹⁹⁶ -, "a

Watt: "O mais surpreendente avanço, entretanto, é o fato que a relação de máquinas contém propostas (...) novas velocidades, que eram evidentemente calculadas para servir como [novos] padrões. Geralmente, a velocidade proposta mostrava um aumento sobre a velocidade [até então] vigente. A pequena broca estava para ser apressada de 50 revoluções por minuto para 75 (...) [outros movimentos] passavam de uma velocidade de 65 revoluções por minuto (...) para 100 (...) De acordo com este fato, Soho corresponderia mais proximamente ao que é descrito como a prática de 'hoje' que com aquela de trinta ou quarenta anos atrás". E. Roll, "An Early Experiment in Industrial Organization: Boulton and Watt 1775 - 1805", in M. Berg (Ed.), *Technology and Toil in Nineteenth Century Britain*, op. cit., p. 29.

¹⁹⁵ Vd. K Marx, *Capital*, vol. 1, op. cit., cap. 15, pp. 499 - 503 [e.b., Livro 1, vol. 1, cap. XIII, pp. 431 - 435]. A automação, enquanto tendência inexorável do desenvolvimento cada vez mais sofisticado do capital fixo, já fora prevista por Marx desde os *Grundrisse*, ao definir que "a fábrica (...) em sua acepção mais rigorosa, implica [como tendência histórica e como dedução lógica da busca de ampliação da produção da mais-valia relativa] a idéia de um vasto *autômato*, composto de numerosos *órgãos mecânicos e intelectuais* que operam conjuntamente e sem interrupção, para produzir um mesmo objeto (...) O desenvolvimento do capital fixo revela até que ponto o conhecimento ou saber social geral se convertem em *força produtiva imediata* e, portanto, até onde as condições do processo da vida social mesma subordinaram-se ao controle do intelecto geral e foram remodeladas conforme o mesmo (...) até converter-se em processo automático". Neste sentido, o sistema automático se revela como a forma mais plena e adequada da máquina, herdeiro de suas sucessivas metaformoses históricas, capaz de levar às últimas consequências (tal qual um poder estranho) o domínio do trabalho *morto* (isto é, objetivado) sobre o trabalho *vivo* (força-de-trabalho) - a exploração do trabalho pelo capital - mediante a transformação do processo simples de trabalho em um processo científico cada vez mais sofisticado. K. Marx, *Grundrisse*, vol. 2, 10a. edição, trad. de Pedro Scaron, Siglo Veintiuno Editores, México, 1985, pp. 215 - 230.

¹⁹⁶ Como se sabe, a dinâmica básica do modo capitalista de produção, para Marx, é o aumento constante da mais-valia (da massa de valores produzidos por meio de trabalho não pago), sendo que as mudanças no processo de trabalho estão sempre conectadas com uma transformação no padrão dominante de extração desse trabalho excedente, evoluindo da forma "*absoluta*" à "*relativa*". Enquanto a mais-valia *absoluta* baseia-se no aumento da produção mediante a coerção de um regime (turno) de trabalho mais longo (ou pelo emprego de um número maior de força-de-trabalho), mantidas as mesmas técnicas produtivas, a mais-valia *relativa*, por sua vez, realiza-se mediante a introdução de novos métodos de trabalho e maquinaria (via aplicação da ciência e da tecnologia no âmbito do processo de trabalho), o que permite a ampliação da escala de produção por ganhos ainda maiores de produtividade. Com as transformações técnicas no processo de trabalho possibilitadas pela introdução da máquina, tem-se uma conseqüente elevação da produtividade do trabalho em geral (maior produção de valores-de-uso com a mesma quantidade de trabalho), resultando disso um encurtamento do tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria, bem como do valor real da força-de-trabalho; o que redundará (em função da massa superior de bens produzidos relativamente ao mesmo tempo de trabalho) numa elevação do valor agregado (excedente) apropriado pelo capital a cada jornada de trabalho (aumento da taxa de mais-valia), abrindo-se espaço para novas ondas de acumulação (concentração de capital). Vd. *ibid.*, cap. 12, "The Concept of Relative Surplus-Value" [e.b., *ibid.*, cap. X, "Conceito de Mais-Valia Relativa"].

revolução no modo de produção em um ramo industrial acaba se propagando a outros (...) Assim, a mecanização da fiação fez necessária a mecanização da tecelagem, e ambas tornaram compulsória uma revolução química e mecânica no branqueamento, na estampagem e na tinturaria (...) Da mesma forma, a revolução nos modos de produção da indústria e da agricultura tornaram necessária a revolução nas condições gerais do processo social de produção, isto é, nos meios de comunicação e de transporte".¹⁹⁷

A revolução nos meios de transporte e de comunicação constitui um capítulo especial e fundamental na história da indústria moderna. Esses, tais quais legados do período manufatureiro (mas já então modificados em função das tensões provocadas pelo desenvolvimento das trocas), logo haviam se tornado pesados obstáculos à produção em larga escala, que necessitava deslocar massas cada vez mais crescentes de capital e de trabalhadores de um ramo produtivo para outro e fazer circular um volume inusitado de mercadorias no circuito de um mercado mundializado. Não por menos a revolução nos meios de comunicação e transportes despontava, para Marx, como um dos desafios medulares à consolidação do sistema capitalista como um todo - e como condição primordial da própria acumulação.¹⁹⁸ Não fora ao acaso - como lembra em *Teorias da Mais-*

¹⁹⁷ Ibid., pp. 505 - 506 [e.b., ibid., p. 437]. Paul Sweezy destaca que, para Marx, esse desenvolvimento e difusão progressivos da máquina (atrelando cada vez mais as ciências naturais aos objetivos e imperativos do capital) dar-se-iam como condição imanente à própria dinâmica concorrencial do modo capitalista de produção, independentemente dos desejos ou intenções dos capitalistas ou cientistas individualmente considerados. Cf. P. M. Sweezy, *Modern Capitalism and Other Essays*, op. cit., p. 140. A esta correta observação deve ser acrescentado, porém, que, dada a natureza mundial do sistema capitalista, tal difusão alcança padronização internacional, pois - como lembra Eric Hobsbawm - "uma vez iniciada a industrialização na Grã-Bretanha, outros países podiam começar a gozar dos benefícios da rápida expansão econômica que a revolução industrial pioneira estimulava". In E. Hobsbawm, *A Era das Revoluções, 1789 - 1848*, 4a. edição, trad. de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1982, p. 49.

¹⁹⁸ A esse respeito, diz Paul Mantoux: "É o desenvolvimento dos transportes que permite ao produtor aumentar à vontade a extensão de seu mercado, sem outros limites senão os da terra habitada. Não

Valia - que a indústria de transporte (enquanto "quarta esfera da produção material") vivera também, tal qual a indústria extrativa, a agricultura e a manufatura, todas as etapas distintas da revolução produtiva na Europa, desde a indústria artesanal e a manufatura, até a indústria mecânica.¹⁹⁹

A razão última de todo esse encadeamento de transformações repousa no fato de que, numa economia de mercado mundializado, num circuito interativo que necessita ligar Liverpool a New York ou a Inglaterra à Austrália, "a distância do mercado onde as mercadorias são vendidas e o seu local de produção" é sempre causa de "diferenciação no tempo (...) de rotação",²⁰⁰ interferindo diretamente no ciclo de reprodução do capital. Ainda que a criação do valor seja um fenômeno restrito ao momento da produção, os custos da circulação (que são custos da divisão do trabalho e do intercâmbio) atingem diretamente sua composição, na medida em que representam *deduções* deste. "Os custos de circulação enquanto tais não põem valor, já que são apenas custos da realização dos valores".²⁰¹ Estamos, pois, diante de uma supressão relativa dos valores circulantes, sendo os custos da circulação - enquanto tempo "supérfluo", tempo de-não-trabalho, não-criador-de-valor - uma barreira à produtividade do trabalho permanentemente desafiada pelo *espírito* capitalista. Do que se depreende que,

acontecia o mesmo com a antiga indústria. Devido à lentidão do progresso técnico e à dificuldade das comunicações, a produção estava forçosamente limitada pelas conhecidas necessidades do mercado habitual. Fabricar para uma clientela desconhecida e distante, de consumidores prováveis, deve ter sido considerado uma loucura. Em suma, era pela situação das relações comerciais que a indústria devia se reger". P. Mantoux, *A Revolução Industrial no Século XVIII*, op. cit., p. 71.

¹⁹⁹ Cf. K. Marx, *Theories of Surplus-Value*, vol. 1, Lawrence & Wishart, London, 1969, p. 412.

²⁰⁰ K. Marx, *Capital*, vol. 2, op. cit., cap. 14, p. 327 [e.b., Livro 2, vol. 3, cap. XIV, p. 264].

²⁰¹ K. Marx, *Grundrisse*, vol. 2, op. cit., p. 137.

quanto maior a velocidade da circulação (de realização da mais-valia), maior a valorização do capital em geral:

"A valorização total do capital, pois, está determinada pela duração da fase de produção (...) multiplicada pelo número das rotações, ou renovações desta fase de produção em um lapso dado".²⁰²

Ora, a maior ou menor quantidade dessas rotações num dado período, depende não apenas da capacidade tecnológica instalada do setor produtivo, mas também do tempo de realização dos valores criados, isto é, da dinâmica de sua circulação, da coincidência entre a renovação do processo produtivo e sua finalização. Daí porque, numa economia mundializada, a diminuição dos custos de circulação - diferentemente das formas sociais de produção precedentes - impõe-se como tarefa permanente e essencial para o capital; e a redução do tempo e do espaço que separam os momentos da produção e da circulação - no limite, "a circulação sem tempo de circulação"²⁰³ -, seu ideal mais sublime. A consequência dessa dinâmica intrínseca ao modo de produção capitalista teria que resultar em estratégias concretas de redução do tempo de circulação, seja pelo desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte, seja pela invenção de mecanismos formais de redução artificial desse movimento - como o crédito -, seja ainda pela criação de um mercado de natureza contínua, em permanente expansão, que transformasse todos os espaços supostos de circulação em centros produtivos da mesma: "Os meios de comunicação correspondem aos meios modernos de produção, mesmo porque eles também têm servido de base às enormes sociedades por ações, constituindo ao mesmo tempo

²⁰² Ibid., p. 141.

²⁰³ Ibid., p. 143.

um novo ponto de partida para todas as outras sortes de sociedades por ações, a começar pelas sociedades bancárias. Eles têm dado até agora, em uma palavra, um impulso insubstituível à concentração do capital e também à atividade cosmopolita acelerada e imensamente desenvolvida do capital de pronto, encerrando, assim, o mundo inteiro, dentro de uma rede de patifarias financeiras e de endividamento recíproco: a forma capitalista da fraternidade 'internacional' ".²⁰⁴ Por isso é que o capital, desde a sua gênese, representa uma cruzada global que tende "a conquistar toda a Terra como seu mercado",²⁰⁵ anulando o espaço por meio da redução do tempo relativo de sua rotação:

"Se o progresso da produção capitalista e o conseqüente desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação reduzem o tempo de circulação para uma dada quantidade de mercadorias, o mesmo progresso e a oportunidade gerada pelo desenvolvimento desses meios introduzem a necessidade de trabalhar para mercados cada vez mais distantes, [isto é] em uma palavra, para o mercado mundial."²⁰⁶

Mas o grande *boom* industrial só ocorreu, na verdade, em pleno século XIX - não obstante já houvesse raras e localizadas experiências de uso de máquinas-ferramenta em algumas poucas oficinas inglesas desde o final do século

²⁰⁴ Carta de Marx a Danielson (10/4/1879), in K. Marx e F. Engels, *Letras sur "Le Capital"*, Éditions Sociales, Paris, 1964, p. 294. Nesta formulação lapidar, encontra-se resumido e antecipado todo o núcleo principal da tese de Hiferding sobre o desenvolvimento do *capital financeiro*, tal qual veio a ocorrer nos anos que se sucederam à morte de Marx. Além do mais ... quanta atualidade!

²⁰⁵ K. Marx, *Grundrisse*, vol. 2, op. cit., p. 31.

²⁰⁶ K. Marx, *Capital*, vol. 2, op. cit., cap. 14, p. 329 [e.b., Livro 2, vol. 3, cap. XIV, p. 266].

XVIII (assim como na França e na Bélgica).²⁰⁷ É o que ressalta Eric Williams, apoiado em inúmeros estudos de história econômica e em análises estatísticas colhidas em fontes primárias: "em 1833, nem uma só indústria britânica alcançara uma revolução técnica completa; os tipos antigos de organização subsistem em toda a parte e não simplesmente como fósseis ou curiosidades. A lã ainda era dada fora para ser fiada, o fio para ser tecido, a haste de ferro para ser tornada pregos, o couro para ser devolvido como sapatos. Os teares eram geralmente trabalhados à mão, as máquinas de fiar de madeira existiam aos montes e a palavra *spinter* se referia a uma categoria baseada na produção, isto é, significava 'fiandeira', e ainda não tinha ligação com o matrimônio, como acontece hoje que significa 'solteirona' (...) No início do século XIX, a força-a-vapor na indústria não era universal, nem difundida. O número total de máquinas existentes no Reino Unido era [apenas] de 321".²⁰⁸

Dentre os inúmeros fatores que contribuíram à arrancada da grande indústria (a Inglaterra na liderança), o mais importante e decisivo fora o avanço e a consolidação do mercado mundial garantido pelo sistema colonial e mercantilista,²⁰⁹ onde o comércio exterior se apresentava como a grande fonte de

²⁰⁷ Cf. E. Hobsbawm, *As Origens da Revolução Industrial*, op. cit., pp. 52 - 59. Neste sentido, a Revolução Industrial é um fenômeno que decorre de um lento processo de transformações que vai atingindo, inicialmente, certos setores manufatureiros e meios de produção, de local a local, de região a região, até envolver um país inteiro e universalizar-se por todos os ramos produtivos e entre nações. Cf. P. Kennedy, *The Rise and Fall of the Great Powers: Economic Change and Military Conflict from 1500 to 2000*. Unwin Hyman, London, 1993, p. 145. A respeito, diz Alan Thompson: "a organização da fábrica, o uso da força motriz na fabricação, a especialização do trabalho, são todos elementos que podem ser encontrados na Grã-Bretanha e em outros países antes da Revolução Industrial (...) Seria impossível que uma revolução econômica tivesse lugar da noite para o dia, como pode ocorrer, ao contrário, com um golpe de Estado (...) Existiram condições antecedentes essenciais à Revolução Industrial, e algumas delas se desenvolveram através de gerações e séculos". In A. Thompson, *La Dinámica de la Revolución Industrial*, Oikos-Tau Ediciones, Barcelona, 1976.

²⁰⁸ E. Williams, *Capitalismo e Escravidão*, op. cit., p. 142.

²⁰⁹ "Dentro da Europa - observa Tom Kemp -, a condição preparatória para a industrialização tinha sido implementada como um resultado da expansão do comércio e do crescimento de uma economia mercantil ao longo de um período de vários séculos, [sendo que] especialmente favorecidos neste sentido foram os

riqueza.²¹⁰ Tanto que, para Eric Hobsbawm, "não basta apenas sugerir (como faz Hoffmann) que 'o impulso inicial em direção à industrialização possa brotar tanto do exterior, quanto do interior de uma mesma economia'. [Pois] sob as condições do desenvolvimento capitalista, *antes* da revolução industrial, é mais provável que o [maior] impulso *provenha do exterior* (grifo meu).²¹¹ Por essa razão - conclui - está cada vez mais claro que as origens da revolução industrial da Grã-Bretanha não podem ser estudadas exclusivamente em termos de história britânica. A árvore da expansão capitalista moderna cresceu numa determinada região da Europa, mas suas raízes tiraram seu alimento de uma área de intercâmbio e acumulação originária muito mais ampla, que incluía tanto as colônias de além-mar ligadas por vínculos formais, quanto as 'economias dependentes' da Europa Oriental, formalmente autônomas".²¹²

As últimas décadas do século XVII já revelavam um desenvolvimento significativo do comércio externo britânico (para não falar de

países do Noroeste [europeu] que se tornaram o pivô dos vínculos comerciais com outros continentes, estabelecidos desde o final do século XV em diante". In T. Kemp. *Industrialization in Nineteenth-Century Europe*, second edition, Logman, London/New York, 1985, pp. 5 - 6.

²¹⁰ P. Mantoux. *A Revolução Industrial no Século XVIII*, op. cit., p. 81.

²¹¹ Aliás, dados de pesquisa revelam que, enquanto as exportações inglesas, para continentes fora da Europa, cresciam significativamente ao longo de todo o século XVIII, as exportações para países do Velho Continente declinavam da ordem de 85% em 1700, para apenas 49%, entre 1772/1773. Cf. V. Castronovo. *La Rivoluzione Industriale*, op. cit., pp. 50 - 51.

²¹² E. Hobsbawm. *As Origens da Revolução Industrial*, op. cit., p. 114. Para Phyllis Deane, o que explicaria a irreversibilidade do processo de industrialização a partir do final do século XVIII seria, acima de tudo (para além do desenvolvimento significativo das indústrias siderúrgica e algodoeira, do frenesi da construção de canais e estradas de ferro, do crescimento demográfico), "uma elevação acentuada no volume do comércio internacional que entrava e saía dos portos britânicos". Esta tese é compartilhada por inúmeros outros autores contemporâneos que buscaram explicações causas para o *boom* industrial do século XIX (e não apenas no terreno marxista) e que apontam o papel da economia mundial de mercado, o crescimento das trocas internacionais, como o núcleo (*core*) de todo o processo de mudanças. Cf., respectivamente, P. Deane, *A Revolução Industrial*, 2a. edição, trad. de Meton Porto Gadelha, Zahar Ed., Rio de Janeiro, 1973, p. 141; G. Dosi, R. Giannetti e P. A. Toninelli. *Technology and Enterprise in a Historical Perspective*, Clarendon Press, Oxford, 1992, p. 45.

outras nações mercantilistas, como Portugal, Espanha, Holanda, etc), então em franca expansão. Calculadas em milhões de libras esterlinas, as exportações inglesas haviam elevado-se, em menos de cinquenta anos, de 4,1 em 1660, para 6,4 em 1700. A partir de então (até a entrada do século XIX), os números não pararam mais de crescer: dos 15 milhões alcançados em 1784, passou-se a 16 no ano seguinte; a 20, em 1790; 27, em 1795; enfim, à soma inaudita de 41.877.000 de libras esterlinas em 1800.²¹³ Contemporaneamente, florescia grandes cidades portuárias, como Liverpool, que na condição de entrepostos concentravam, canalizando para o restante do Reino Unido e outras regiões da Europa, o tráfico internacional de mercadorias oriundas dos cinco continentes. Em pouco tempo, nesses centros, como sinal evidente deste gigantesco e inédito progresso econômico, explodiam as taxas de crescimento demográfico num ritmo anteriormente desconhecido na história do país. Liverpool, por exemplo, que nos finais do século XVI não passava de um pequeno vilarejo de duzentas casas, assistira, em 1700 - como produto do comércio colonial²¹⁴ -, sua população elevar-se a 7.000 habitantes, passando rapidamente a 10.000 e a 30.000 entre os vinte e cinquenta anos que se sucederam, respectivamente. Bristol viu também sua população dobrar na primeira metade do século XVIII, chegando a atingir 90.000 habitantes no ano de 1750.²¹⁵ Como uma avalanche sem freio, toda essa revolução material vivenciada em solo europeu expressava a elevada temperatura e o grau de

²¹³ P. MANTOUX. *A Revolução Industrial no Século XVIII*. op. cit., pp. 82 - 83.

²¹⁴ J. P. RIOUX. *A Revolução Industrial 1780 - 1880*. trad. de Waldirio Bulgarelli. Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1975, p. 38.

²¹⁵ P. MATHIAS. *A Primeira Nação Industrial: uma história econômica da Inglaterra, 1700 - 1914*, trad. de César de Oliveira e Eduardo Mendes. Assirio e Alvim, Lisboa, 1969, p. 82. Sobre o crescimento de Manchester, por idênticas razões, vd. P. MANTOUX. *A Revolução Industrial no Século XVIII*, op. cit., pp. 358 - 360.

ebulição a que havia chegado o mercado mundial, desde o Seiscentos aquecido pelo processo de colonização.

De todo o afluxo de mercadorias que, entre os séculos XVII e XVIII, penetravam nos principais portos da Inglaterra, eram das colônias os produtos que pouco a pouco assumiam a dianteira das transações. As grandes regiões de expansão eram a América do Norte, as Índias Ocidentais e Orientais e a África, perdendo relativamente terreno as zonas comerciais mais antigas do norte da Europa e do Mediterrâneo. Se, no início do Setecentos, 78% das exportações britânicas eram destinados ao continente europeu, um século depois essa porcentagem ficara reduzida para somente 45%, contra 55% diretamente voltados para as colônias de além-mar. O mesmo se verificava em relação às importações: do montante de 50% provenientes do restante da Europa no ano de 1700, caíra a porcentagem para 31% na entrada do Oitocentos. Entre 1700 e 1800, saltaram as importações inglesas de açúcar e de tabaco de meio milhão de quintais e 32 milhões de libras para, respectivamente, 3 e 50 milhões. Notáveis eram também as importações de café (meio milhão de quintais) e de algodão (50 milhões de libras).²¹⁶ Tres-quartos de todas as importações provenientes do além-mar eram gêneros alimentícios e matérias-primas, enquanto que 85% das exportações inglesas, em troca, constituíam-se de manufaturados, do que (dada a "troca desigual") decorria a acumulação acelerada do capital no seio da nação "rainha dos mares": "os tecidos de algodão, os fios, os ferros abertos e as máquinas inglesas eram trocados com grandes lucros pelo trigo da América ou da Europa oriental, pela carne da Austrália e da Argentina (...) pelos produtos tropicais do Império e da América Central, pelo estanho da Malásia, pelo ferro da América do Sul,

²¹⁶ Ibid., pp. 83 - 87.

etc."²¹⁷ Não por menos, nesse embalo, é que mais de um terço de toda a frota britânica destinada às frutuosas aventuras do comércio setecentista estava encarregada, exclusivamente, das rotas restritas ao Atlântico, sendo que, por volta de meados do Setecentos, mais de 200 navios eram tão-somente voltados ao tráfico do tabaco.²¹⁸

Eis que, já muito antes do final do século XVIII, o comércio externo ultramarino manifestara-se como fonte fundamental para o grande arranque econômico capitalista europeu, afetando o nível de riqueza acumulada, a diversificação das estruturas sociais e abrindo inusitadas possibilidades a novos desenvolvimentos técnicos no âmbito do setor produtivo, respaldadas pelas potencialidades emergentes de um elástico mercado de consumo no resto do mundo. "A abertura para os mercados estrangeiros significava [pois] que a extensão do mercado não se limitava à medida da procura interna [à Grã-Bretanha e/ou à Europa], nem tão pouco a sua taxa de expansão era limitada pela taxa de expansão dessa procura. Uma produção avultada e crescente [favorecida por um mercado mundializado] incentivava à divisão do trabalho e à introdução de inovações tecnológicas nos processos produtivos",²¹⁹ concorrendo, assim, decisivamente, a evolução do comércio internacional, às transformações que se seguiram no quadro da economia europeia, em geral, e inglesa, em particular, e que desaguaram no advento da Revolução Industrial.

²¹⁷ J. P. Rioux, *A Revolução Industrial 1780 - 1880*, op. cit., p. 110.

²¹⁸ P. Mathias, op. cit., pp. 83 - 87.

²¹⁹ Ibid., p. 91.

As bases *internacionais* da revolução industrial ficam ainda mais evidentes quando se toma como exemplo o caso do desenvolvimento da indústria têxtil inglesa, o primeiro setor da economia manufatureira a conhecer uma radical transformação nos métodos de produção.²²⁰ Representando 40 a 50% de todas as exportações britânicas durante o período pós-napoleônico, o algodão se desenvolveu na Grã-Bretanha "quase como um sub-produto do comércio colonial (e especialmente do tráfico de escravos), conforme pode ser deduzido da concentração da indústria nas imediações dos grandes portos que comerciavam com as colônias (Glasgow, Bristol e, principalmente, Liverpool). Sua matéria-prima provinha quase que exclusivamente de além-mar (primeiro, do Levante, e depois, a partir do século XVIII, das Índias Ocidentais e dos Estados Unidos, de 1790 em diante) e seus mercados de exportação foram, até a década de 1760-1770, a África e a América".²²¹ Se, em 1700, os mercados coloniais britânicos respondiam pelo consumo de aproximadamente 20% das exportações inglesas, setenta anos depois esse percentual havia subido para um terço (isso sem contar as exportações diretas para as colônias espanholas e portuguesas), e, no final do século, para 50%. No mesmo período, tomadas apenas as exportações de peças de algodão, esse mercado (incluindo a Irlanda) nunca absorveu menos do que 90% do todo o comércio britânico (!)²²² - tendência que continua a impor-se ao longo do

²²⁰ Até a década de 1830, o setor algodoeiro de tecelagem era único, em todo o Reino Unido, que empregava pesada maquinaria a motor no interior das fábricas, configurando-se, assim, na primeira indústria propriamente dita, no sentido moderno do termo. Cf. E. Hobsbawm, *A Era das Revoluções. Europa 1789 - 1848*, op. cit., pp. 53 - 54.

²²¹ E. Hobsbawm, *As Origens da Revolução Industrial*, op. cit., p. 117. Vd. Também, J. P. Rioux, *A Revolução Industrial 1780 - 1880*, op. cit., p. 38.

²²² Cf. E. Hobsbawm, *As Origens da Revolução Industrial*, op. cit., p. 71. Vd. também, do mesmo autor, *A Era das Revoluções*, op. cit., pp. 49 - 53.

século XIX.²²³ Não há, portanto, "revolução do algodão" dissociada do papel cumprido pelo mercado estrangeiro (sobretudo aquele de além-mar); como não há desenvolvimento posterior da indústria que não esteja atrelado ao circuito das exportações, ao alargamento das condições limitadas do simples mercado interno das modernas nacionalidades (incapaz de responder, de *per se*, pela gênese de toda essa gigantesca transformação intensificada a partir do Oitocentos).²²⁴

O surgimento da grande indústria demarca uma nova fase na história do capitalismo. E isto pode ser visto sob diversos ângulos. Por exemplo, a partir da análise política de um novo campo de correlações de força entre capital e trabalho, inaugurado pelos efeitos da introdução da primeira máquina-ferramenta, primeiro sinal de uma sucessiva série de "instrumentos de guerra" de amplo espectro, outrora jamais vistos, criados pelo capital na sua luta pela subsunção real e definitiva do trabalho à sua frenética lógica produtivista.²²⁵ Ou ainda, como uma

²²³ E. Hobsbawm (em *As Origens da Revolução Industrial*, op. cit., p. 119) apresenta os seguintes dados estatísticos relativos à evolução das exportações de têxteis da Grã-Bretanha:

CONSUMO DE TECIDOS DE ALGODÃO BRITÂNICOS EM MILHÕES DE JARDAS

	1820	1840	1860
Europa	128	200	201
Estados Unidos	24	32	227
América Latina	56	279	527
Índias Orientais	11	145	825
China	3	30	324

²²⁴ Ainda sobre o espetacular crescimento de produtividade do setor manufatureiro-industrial britânico a partir de meados do século XIX, com destaque para a indústria de têxteis de algodão (incluindo dados comparativos entre tal crescimento e a relativa queda dos custos do preço do trabalho), vd. R. Sylla e G. Toniolo (Eds), *Patterns of European Industrialization: The Nineteenth Century*, Routledge, London/New York, 1991, p. 116. No caso da indústria da lã, os caminhos são similares: e toda a Inglaterra participava da irradiação de sua atividade que, apesar de mais concentrada em regiões do Yorkshire (com Leeds e Halifax), de Norfolk (com Norwich) e o sudoeste (entre o canal da Mancha e o canal de Bristol), espalhava-se sobre toda a superfície do país. Cf. P. Mantoux, *A Revolução Industrial no Século XVIII*, trad. de Sonia Rangel, Unesp/Hucitec, s/d. pp. 30 - 31.

²²⁵ Diz Marx: "A máquina não é apenas o concorrente todo-poderoso do trabalhador, sempre pronta a torná-lo 'supérfluo'. Ela é para ele um poder inimigo, e o capital proclama este fato sonora e

revolução tecnológica em cadeia, no contexto da qual qualquer transformação no modo de produção de um ramo industrial acaba se estendendo a outros, de um setor produtivo aos demais, dos países de centro para a periferia, etc.²²⁶ Mas o final do século XVIII representa também, sob uma outra ótica, *a consolidação da vitória definitiva do mercado exportador sobre o doméstico*, da economia internacional sobre a local. Definia-se, de uma vez por todas, que a combustão de todo o processo (tal qual uma "sucção forçada", no dizer de Hobsbawm)²²⁷ que passou a impelir e a incentivar um número cada vez maior de empresas a ampliar seus raios de atuação e a aperfeiçoar seus métodos produtivos em vista da caçada de lucros cada vez maiores, esteve desde sempre assentada nas potencialidades do mercado mundial que, desde o mercantilismo, esteve em permanente ebulição e expansão.²²⁸

deliberadamente, tanto quanto faz uso disto. Ela é a arma mais poderosa para reprimir greves, as revoltas periódicas da classe trabalhadora contra a autocracia do capital (...) Poder-se-ia escrever toda uma história das invenções, feitas a partir de 1830, com o único propósito de suprir o capital com armas contra as revoltas da classe trabalhadora". In K. Marx, *Capital*, vol. 1, op. cit., cap. 15, pp. 562 - 563 [e.b., Livro I, vol. 1, cap. XIII, p. 499].

²²⁶ "A transformação do modo de produção de um ramo da indústria necessita uma transformação similar em outros ramos (...) Assim, a mecanização da fição torna necessária a mecanização da tecelagem e ambas ocasionam uma revolução química e mecânica no branqueamento, na estampagem e na tinturaria (...) Tanto quanto isto, a revolução nos modos de produção da indústria e da agricultura tornou necessária uma revolução nas condições gerais do processo social de produção, isto é, nos meios de comunicação e de transporte (...) os meios de comunicação e transporte, legados pelo período manufatureiro, logo se tornaram obstáculos insuportáveis para a grande indústria, dada sua velocidade febril de produção, sua enorme extensão, seu continuo deslocamento de capital e trabalho de um ramo da produção para outro e suas novas conexões criadas com o mercado mundial (...) [Por fim], a indústria moderna teve então de apoderar-se da própria máquina, seu instrumento característico de produção, e de produzir máquinas por meio de máquinas". In K. Marx, *ibid.*, pp. 505 - 506 [e.b., pp. 437 - 438].

²²⁷ Cf. E. Hobsbawm, *As Origens da Revolução Industrial*, op. cit., p. 61.

²²⁸ Paul Kennedy observa que, após a década de 1840, houve um espetacular crescimento de uma economia global integrada, que canalizou mais ainda regiões à rede transoceânica e transcontinental de finanças e comércio centrada na Europa Ocidental, e em particular na Grã-Bretanha. "As décadas da hegemonia econômica britânica foram acompanhadas por melhoramentos em larga escala nos transportes e comunicações, pelo rápido aumento de transferência de tecnologias industriais de uma região para outra, e por um imenso jorro [impulso] na produção manufatureira, que, por seu turno, estimulou a abertura de novas áreas de terras agrícolas e fontes de matérias-primas". In P. Kennedy, *The Rise and Fall of the Great Powers: Economic Change and Military Conflict from 1500 to 2000*, op. cit., p. 143. De

Trata-se, a Revolução Industrial, de um capítulo avançado na história da *mundialização* da economia, visto que antes da invenção da máquina, ainda que a produção manufatureira já estivesse voltada às satisfações de um mercado crescentemente mundializado, esta ainda funcionava nos limites produtivos tímidos do solo nacional, exercitando-se, preponderantemente, na transformação de matérias-primas provenientes, em sua maioria, do território circunvizinho: a lã, na Inglaterra; o linho, na Alemanha; na França, as sedas, etc. A grande indústria será (processualmente) o ato final de *desterritorialização da produção* de seu antigo patamar *nacional*. "Por meio de sua exploração do mercado mundial, a burguesia deu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários, *retirou da indústria sua base nacional* (grifo meu). As antigas indústrias nacionais foram aniquiladas e o são ainda todos os dias.²²⁹ São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão de vida ou morte para todas as nações civilizadas, por indústrias que não empregam mais matérias-primas autóctones, mas matérias-primas vindas de regiões as mais remotas; cujos produtos se consomem não somente no próprio país, mas em todas as partes do mundo. As antigas necessidades, satisfeitas pelos produtos nacionais, são substituídas pelas novas necessidades que requerem para sua satisfação os produtos dos países e dos climas mais longínquos. O antigo isolamento local e nacional, onde cada um se auto-satisfazia, cede lugar às relações universais, a uma interdependência universal das nações".²³⁰

tudo isso resulta que, primordialmente, são essas oportunidades objetivas que melhor explicam o "espírito inovador" do empresário capitalista, e não o contrário, como chegou a propor Schumpeter. Vd. J.A. Schumpeter. *The Theory of Economic Development: an inquiry into profits, capital, credit, interest and the business cycle*, Oxford University Press. London/Oxford/New York. 1969.

²²⁹ Haverá melhor imagem que esta para retratar o que foi não o século XIX. mas o XX ?

²³⁰ K. Marx e F. Engels. *Le Manifeste Communiste*, op. cit., pp. 60 - 61.

As antigas capitais dos grandes países, sentidas outrora na sua limitação "nacional", tornam-se, pouco a pouco, por efeito do dinamismo da economia internacionalizada (mundializada), centros cosmopolitas. "Uma cidade como Londres - diz Marx - (...) com esta colossal centralização, este conjunto de dois e meio milhões de seres humanos amontoados em um único ponto, multiplicou [graças à intensidade do comércio mundial e à revolução industrial] o poder desses dois e meio milhões por uma centena; elevou-se [Londres] à condição de *capital mundial do comércio* (grifo meu), criados os estaleiros gigantes e reunidas as milhares de embarcações que continuamente cobrem o Tâmisia".²³¹ A aplicação da máquina e do vapor pulverizou as fronteiras, encurtou o tempo, reduziu o espaço, ativou as trocas internacionais, consolidou o mercado mundial, multiplicou a produção, universalizou os padrões do consumo, suplantou as nacionalidades; enfim, criou, definitiva e *empiricamente*, um mundo à imagem e semelhança do capital.

A "cidade" e o "campo", por exemplo, ganharam dimensões *mundiais*: aquela passou a ser qualquer grande centro industrial do globo, e este, toda região do planeta (tornada) fornecedora de matérias-primas. "Desde o século XIX - argüi Pierre Dockès - a especialização internacional do trabalho está fundada tão-somente sobre o desenvolvimento do maquinismo do centro. Esta especialização não é explicável num momento dado, mas é produto do desenvolvimento da grande indústria mecanizada no centro do espaço invadido pelo capital e imposta pelos países desenvolvidos, 'arruinando pela concorrência - e aqui Dockès lembra Marx - a mão-de-obra indígena, [e transformando] forçadamente as regiões estrangeiras em campo de produção de matérias-primas de

²³¹ K. Marx e F. Engels, *On Britain*, second edition, Foreign Languages Publishing House, Moscow, 1962. p. 56.

que carece, (...) [convertido, assim] parte do globo em campo de produção agrícola para a outra parte que se torna o campo de produção industrial por excelência".²³² Diz, a respeito, Marx:

"Arruinando a produção artesanal de artigos produzidos em outros países, a máquina forçosamente transforma esses países em campos de produção de suas matérias-primas. Assim, a Índia foi compelida a produzir algodão, lã, cânhamo, juta, e anil para a Grã-Bretanha (...) Emerge uma nova divisão internacional do trabalho, adequada às demandas dos principais centros industriais, transformando uma parte do globo em áreas de produção predominantemente agrícola destinada ao suprimento da outra parte (primordialmente industrial)".²³³

A nova escala das relações produtivas não apenas redesenhou o mapa da geografia econômica e o sentido das localidades, países e regiões, como acabou por separar, em definitivo, a indústria manufatureira da indústria agrícola, numa inusitada escala ampliada (mundial) de articulação e contradição. Agora, na nova maquete do mundo, "o tecelão e o fiandeiro, reunidos não há muito numa só família, foram [de uma vez para sempre] separados pela máquina. Graças à máquina, o fiandeiro pode habitar em Inglaterra ao mesmo tempo que o tecelão vive nas Índias Orientais".²³⁴

²³² P. Dockès, *L'Internationale du Capital*, op. cit., pp. 166 - 167.

²³³ K. Marx, *Capital*, vol. 1, op. cit., cap. 15, pp. 579 - 580 [e.b., Livro 1, vol. 1, cap. XIII, p. 517]. Outra passagem que merece destaque a respeito, encontra-se n' *O Manifesto Comunista*: "A burguesia submeteu o campo à dominação da cidade. Criou cidades enormes, aumentou tremendamente a população urbana em relação à rural, arrancando, assim, uma importante parte da população do embrutecimento da vida rural. Assim como subordinou o campo à cidade, ela subordinou os países bárbaros e semibárbaros aos países civilizados, os povos camponeses aos povos burgueses, o Oriente ao Ocidente". In K. Marx e F. Engels, *Le Manifeste Communiste*, op. cit., pp. 62 - 63.

²³⁴ K. Marx, *Misère de la Philosophie*, op. cit., pp. 104 - 105.

A nova divisão internacional do trabalho advinda da Revolução Industrial - e todas as suas reestruturações sucessivas - passa(m) a estar assentada(s) numa inédita capacidade de transmutação e dinamicidade do capital tecnologicamente desenvolvido, exercitada cada vez mais em escala mundial. O capital, agora, graças à universalidade de sua aplicação tecnológica (pouco dependendo sua instalação das condições locais), pouco a pouco internacionaliza suas bases produtivas, ganhando inédita capacidade de mobilidade e de articulação *supranacional*.²³⁵ Se, até o final do século XVIII, ainda sob o domínio da manufatura, o deslocamento de capitais entre países se dava mais em decorrência da migração de trabalhadores - subsumido que estava ainda o capital à perícia do trabalhador manufatureiro²³⁶ -, dali em diante a máquina se torna o maestro de todo o movimento. Revertem-se os papéis: o trabalho e o mercado são domesticados à lógica da produção de massa. Se, antes, como no período manufatureiro, era a procura que determinava a oferta (o mercado mundial que impulsionava a produção) - seguindo a divisão do trabalho as necessidades do consumo -, agora, forçada pelos próprios instrumentos disponíveis a produzir em larga escala, a grande indústria já não pode sujeitar-se às seduções unilaterais do

²³⁵ E esta mobilidade - como observa John Holloway - é tanto *funcional* (metaformose do capital produtivo em mercadoria, em capital-dinheiro e vice-versa) quanto *espacial* (capital que flui através do mundo em busca dos meios de sua auto-expansão). Cf. J. Holloway, "Capital Moves", in *Capital & Class*, n. 57, London, Autumn 1995, p. 141. Já em meados do século XIX, além da Inglaterra, também a França, a Alemanha, a Itália e a Rússia, sobretudo com os incentivos dos investimentos estatais em estradas-de-ferro e infra-estrutura em geral, começam a experimentar a industrialização crescente de suas economias, com o aparecimento de empresas importantes (sobretudo metalúrgicas e de bens duráveis) e a necessidade de sua expansão em vista da conquista de fatias ampliadas do mercado mundial, seja à obtenção de novas fontes matérias-primas, como à destinação de seus manufaturados. Vd. T. Kemp, *Industrialization in Nineteenth-Century Europe*, op. cit., caps. 3, 4, 5 e 6 (dedicados a estudos de caso por país assinalado); R. Sylla e G. Toniolo, *Patterns of European Industrialization: The Nineteenth Century*, op. cit., caps. 7, 8, 9 e 10 (também estudos de caso); W. O. Henderson, *The Rise of German Industrial Power, 1834 - 1914*, Temple Smith, London, 1975.

²³⁶ Vd. K. Marx, *Capital*, vol. 1, op. cit., cap. 14, p. 490 [e.b., Livro 1, vol. 1, cap. XII., p. 421].

mercado: toma a iniciativa e inventa a procura (redesenhando o mercado mundial).²³⁷ Em outras palavras: se, no seu começo, a produção capitalista partia da circulação, das necessidades postas pela expansão do comércio decorrente da revolução mercantilista, com o alargamento progressivo do mercado e sua consolidação em escala mundial, ficaram então garantidas as bases para a auto-renovação e estabilidade definitiva do sistema produtor de mercadorias. Com a Revolução Industrial, a produção passa a comandar a circulação como sua própria condição. A partir de então, não apenas o processo produtivo está constituído enquanto momento do processo de circulação, como, dialeticamente, a circulação se transforma, ela própria, num momento intrínseco ao processo de produção tomado em sua totalidade.

Nesse contexto, a escala de reprodução do capital já se processa em um patamar mais alargado de efetividade. Quando Marx trabalha com o conceito de capital *formado*²³⁸ e classifica as fases de sua reprodução - criação da mais-valia (embutida no produto), circulação da mercadoria, sua realização através de sua conversão em dinheiro, reconversão do dinheiro em condições de produção, reprodução do capital originário e sua ampliação -, não está apenas trabalhando uma idéia do ponto de vista lógico; contemporaneamente, está subentendendo uma fase *histórica* de desenvolvimento do sistema em sua totalidade, em que a produção já adquiriu proeminência sobre a circulação, subordinando-a como seu próprio momento - ao menos como tendência universalmente posta, já então

²³⁷ Em *Misère de la Philosophie*, Marx observa: "A princípio não há troca de produtos, mas troca dos trabalhos que concorrem para a produção. É do modo de troca das forças produtivas que depende o modo de troca dos produtos. Geralmente, a forma de troca dos produtos corresponde à forma de produção. Muda-se a última e a primeira se encontrará, em consequência, mudada. Da mesma forma, vemos na história da sociedade o modo de trocar-se os produtos regular-se pelo modo de produzi-los". In op. cit., p. 50.

²³⁸ Cf. K. Marx, *Grundrisse*, vol. 2, op. cit., p. 129.

visivelmente evidente nos "domínios experimentais" do maior "laboratório social" disponível à época: a Inglaterra. Daí porque não parte mais (Marx) da circulação, da transformação do dinheiro em condições de produção (como se dera nos primórdios da civilização burguesa), mas da *produção*, da conversão do produto (mais-valia) em dinheiro, do processo produtivo para o mercado (retornando depois àquele).²³⁹

Desde o advento da grande indústria, o mercado se alarga, novas necessidades se criam em razão do próprio desdobramento da especialização da produção, da abertura de novos ramos produtivos e da ampliação proporcional dos antigos. "A produção mesma, com efeito, cria demanda ao empregar novos trabalhadores no mesmo ramo industrial e ao criar novos ramos, nos quais novos capitalistas empregam, por sua vez, novos trabalhadores e, ao mesmo tempo, correlativamente, transformam-se em mercado para os antigos ramos produtivos".²⁴⁰ Por conseguinte - prossegue Marx - "uma condição da produção fundada no capital é *a produção de uma esfera da circulação constantemente ampliada*, seja para que essa esfera se amplie diretamente, *seja para que em seu interior se criem mais pontos enquanto pontos de produção* (grifos no original). Se no princípio se apresentava a circulação como uma magnitude dada, aparece aqui

²³⁹ Aliás, esta a razão para Marx ter começado a escrever *O Capital* da perspectiva da *produção* (Livro 1), para tão-somente, então, introduzir suas análises sobre a circulação do capital (Livro 2). Paul Mantoux, analisando essa dialética entre produção e circulação, assim reverbera Marx: "O progresso da produção e o das trocas são tão estreitamente ligados e exercem entre si tantas influências recíprocas que, frequentemente, é difícil encontrar sua real filiação. Ora é o desenvolvimento da indústria que, obrigando-a a encontrar novos mercados, aumenta e multiplica as relações comerciais; ora é, ao contrário, a extensão do mercado comercial, com as novas necessidades que provoca, que suscita a empresa industrial. Atualmente - e Mantoux fala na virada do século XIX para o XX -, o primeiro caso é mais comum. A grande indústria, movida por uma força interior - a do maquinismo - arrasta em sua marcha o comércio e o crédito, que para ela empreendem a conquista do mundo. Aliás, parece natural que pela produção se regulem os outros fenômenos da vida econômica, da qual ela é, ao que parece, o ponto de partida necessário". P. Mantoux, *A Revolução Industrial no Século XVIII*, op. cit., p. 71.

²⁴⁰ K. Marx, *Grundrisse*, vol. 1, op. cit., p. 571.

como móvel e se amplia mediante a produção mesma".²⁴¹ Ou seja, para se reproduzir, para expandir a produção e o mercado, o capital necessita, permanentemente, como *lei intrínseca de seu próprio movimento* (por "genética" de sua constituição sociológica) *tender à mundialização*, invadir todo o globo, ultrapassar todos os limites e barreiras herdados da geografia econômica e da geopolítica tradicionais, subordinar todos os Estados e nações, deslocando, continuamente, os fundamentos da soberania. Contra tudo isso - por sua própria tendência intrínseca - exerce o capital o seu potencial revolucionário, tendo como única bandeira o desenvolvimento das forças produtivas, a diversificação da produção, a recriação ampliada das necessidades sociais (mercado) e a exploração sem fim do trabalho humano. E para cumprir essa epopéia global, lança mão de todos os mecanismos disponíveis e possíveis, domesticando, por seus desejos, a ciência, e, por seus interesses, instrumentalizando o Estado.²⁴²

A grande indústria tornou a concorrência entre capitais cada vez mais mundial. Primeiro estendeu a liberdade de comércio (*laissez-faire*), rompendo com inúmeros obstáculos à circulação erigidos pelas tradicionais barreiras alfandegárias herdadas do período mercantilista; ampliou, em seguida, os meios de comunicação e revolucionou aqueles de transporte; transformou (como tendência) todo capital em capital industrial; aperfeiçoou o sistema monetário e, pela necessidade cada vez maior de centralização dos capitais, *despatriou-se* logo em seguida. "Criou por todo lado as mesmas relações entre as classes da sociedade, destruindo por isso o caráter particular das diferentes nacionalidades. E finalmente, enquanto a burguesia de cada nação conserva ainda interesses

²⁴¹ Ibid., p. 359.

²⁴² Como já fora evidente no *boom* mercantilista e como viria a demonstrar-se de forma ainda mais saliente durante a fase imperialista da expansão capitalista (vd. capítulo seguinte).

nacionais particulares, a grande burguesia surge como uma classe cujos interesses são os mesmos em todas as nações e para o qual a nacionalidade deixa de existir (grifo meu); esta classe desembaraça-se verdadeiramente do mundo antigo e entra simultaneamente em oposição com ele".²⁴³

A era do capital industrial é a era da "tribalização do mundo", do estreitamento de seus circuitos de interação, da transformação definitiva de povos e nações em partes de um mesmo e único organismo vivo, ainda que sob a forma de uma *unidade dinâmica de heterogêneos*. Se o período colonial, em função dos interesses mercantilistas, já começara a trazer o mundo, enquanto *mundo*, à retina de seus atores, ensaiando - ainda que à distância - os vários papéis a ser desempenhados por cada um na dialética da nova trama (ou do drama) histórica(o), a nova divisão internacional do trabalho, inaugurada sob a mística da máquina, acabara por juntar os vários atores num mesmo e único palco para o arranjo final previsto pelo *script*. Aqui, cada personagem interfere diretamente no desempenho das demais: "Assim, se na Inglaterra se inventar uma máquina que, na Índia ou na China, tire o pão a milhares de trabalhadores e altere toda a forma de existência desses impérios, essa descoberta torna-se um fato da história universal";²⁴⁴ da mesma forma que, no século XVIII, Liverpool obtivera um grande crescimento tendo por base o tráfico negreiro ("seu método de acumulação originária"),²⁴⁵ ou na proporção que a escravidão dissimulada de assalariados no Velho Mundo precisara fundar-se naquela, sem máscaras, do Novo. Com o novo produtor - o grande capital industrial -, completa-se o processo de destruição do isolamento

²⁴³ K. Marx e F. Engels. *A Ideologia Alemã*, vol. 1, op. cit., p. 75.

²⁴⁴ *Ibid.*, p. 45.

²⁴⁵ Cf. K. Marx. *Capital*, vol. 1, op. cit., cap. 31, p. 925 [e.b., Livro 1. vol. 2. cap. XXIV. p. 878].

primitivo das diversas nações, transformando-se a história, *empiricamente* e de uma vez para sempre, em história *mundial*.

Foi a grande indústria "que criou verdadeiramente a história mundial na medida em que fez depender do mundo inteiro cada nação civilizada e, para satisfação das suas necessidades, cada indivíduo dessa nação, destruindo o caráter exclusivo das diversas nações que era até então natural".²⁴⁶ Através de sua ação no mundo, "miríades de organizações sociais e produtivas inofensivas e patriarcais foram desorganizadas e dissolvidas em suas unidades",²⁴⁷ como a pequena indústria de fiação e tecelagem hindu, varrida de Bengala e de Lancashire ante a presença da manufatura inglesa. O eco de sua ação na Ásia, dissolvendo as bases econômicas das pequenas semi-barbáricas e semi-civilizadas comunidades, o eco de seu impacto naquele continente, repita-se, na condição de uma "revolução social como jamais se teve notícia na Ásia", é o mesmo eco de sua ação no restante do planeta.²⁴⁸

A *ocidentalização* do mundo pode ser vista como um longo processo de subordinação progressiva das sociedades tradicionais aos padrões e parâmetros civilizatórios gestados na Europa burguesa e que, uma vez internalizados, acabaram por transformar todos os raios do globo num único e gigantesco organismo de diâmetro comum. Se, no começo (durante os séculos XVI, XVII e XVIII, em que predominou o sistema colonial), este movimento correspondeu ao frenesi do mercantilismo - que formatou as várias sociedades dos cinco continentes numa única totalidade orgânica (progressivamente constituída)

²⁴⁶ K. Marx e F. Engels. *A Ideologia Alemã*, vol. I. op. cit., p. 74.

²⁴⁷ K. Marx. "The British Rule in India", in K. Marx e F. Engels. *The First Indian War of Independence, 1857 - 1859*, op. cit., p. 20.

²⁴⁸ Cf. *ibid.*, pp. 19 - 21.

articulada e rearticulada segundo cada fase da dinâmica acumulativa do capital comercial -, depois, entre os anos de 1760 e 1860, como observa Harry Magdoff, "a expansão global da Europa Ocidental [já diferia] em muitos sentidos importantes do expansionismo e do colonialismo dos séculos precedentes (...) Temperos, açúcar e escravos tornam-se relativamente menos importantes com o advento da industrialização, ao passo que cresce a demanda por matérias-primas para a indústria (como o algodão, a lã, óleos vegetais, juta ...) e comida para as áreas industriais em dilatação (trigo, chá, café, chocolate, carne, manteiga)".²⁴⁹ Não tardou muito, então, para que o conteúdo de toda a ação, a partir do final do século XIX, tomasse a forma dominante de migração internacional de capitais (agora) *produtivos*, com inúmeras repercussões na própria dinâmica do mercado mundial, no papel dos Estados-nação, como na estruturação das empresas e de outras conformações institucionais sucessivas, decorrentes dessa nova escala de internacionalização da economia e da sociedade - tal qual veio a projetar-se ao longo do século XX. Com isso, inaugura-se a chamada "*fase imperialista*" do processo.

²⁴⁹ H. Magdoff, *Imperialism: From the Colonial Age to the Present*. op. cit., p. 17.

CAPÍTULO 4

O IMPERIALISMO

A Revolução Industrial demarca uma etapa decisiva no processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção, configurando um novo patamar de seu dinamismo e materialidade. Com a grande indústria inaugura-se um outro ciclo de expansão das economias nacionais e mundial, pautado num inédito padrão de acumulação - qualitativamente diverso daquele que presidira a época do mercantilismo (capital comercial) -, e que ora passa a estar ancorado nas novas possibilidades de desenvolvimento do capital *produtivo* abertas com as conquistas científico-tecnológicas. É ele que, estimulado pela concorrência, vai ao encontro de novos campos de investimento lucrativo, de uma maior quantidade de mão-de-obra e de fontes mais diversificadas de matérias-primas, inventando e projetando, como orgânica necessidade, mercados de dimensões ainda mais amplas para todo esse volume multiplicado e variado de produtos finais agregados.²⁵⁰

Cedo, as conquistas da revolução tecnológica oitocentista invadem outros ramos da produção social (para além do têxtil), proporcionando alicerces mais firmes e condições mais favoráveis à acumulação acelerada do capital. Ao lado da expansão de novas fábricas de bens de consumo surgem as indústrias de bens de capital (unidades fabris destinadas à própria fabricação de máquinas). Penetra-se, ao mesmo tempo, na era do carvão e do ferro, das estradas de ferro e

²⁵⁰ Como observa Paul Mantoux, "esse volume de mercadorias fabricadas, é preciso vendê-lo (...) A ambição dos produtores torna-os aventureiros: os recantos mais longínquos, os continentes recém-explorados, tornam-se suas presas. O mundo inteiro nada mais é do que um só e imenso mercado, que as grandes indústrias de todos os países disputam como a um campo de batalha". P. Mantoux, *A Revolução Industrial no Século XVIII*, op. cit., pp. 2 - 3.

dos navios a vapor, registrando-se taxas de crescimento econômico como em nenhuma outra época anterior da história do capitalismo. Sobretudo depois de 1840, graças às conquistas da Química Orgânica e do Eletromagnetismo, as transformações se fazem sentir em todos os setores da economia, abrindo-se oportunidades inéditas de exploração de campos produtivos até então desconhecidos. Ampliam-se os investimentos em pesquisa e renovam-se os padrões tecnológicos. As novas possibilidades de inversão lucrativa passam a exigir um tratamento mais eficiente das novas matérias-primas naturais que ainda eram estranhas para a época (como a borracha e o petróleo), impondo um processamento operacional em bases mais científicas.²⁵¹

Na Grã-Bretanha, então a *oficina mais avançada do mundo*, as estatísticas do crescimento (sobretudo dos novos setores) são notáveis. "Em nenhuma outra época, anterior ou posterior - afirma Eric Hobsbawm -, a taxa de crescimento das exportações britânicas aumentou tanto como entre 1840 e 1860, sendo muito maior do que a verificada no período pioneiro do algodão (1780-1800)".²⁵² E dentro daqueles dois decênios sobressai o período de 1845-55, quando a venda dos produtos britânicos no exterior cresceu a uma taxa de 7,3% ao ano. Essa explosão de exportações ancorou-se, sobretudo, nos novos bens de capital (máquinas), que em 1840-42 constituíram cerca de 11% do valor das exportações britânicas de manufaturados, subindo essa proporção para 22% em 1857-59 e 27% em 1882-84.²⁵³

²⁵¹ Cf. E. Hobsbawm, *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*, 4a. edição, trad. de Donaldson M. Garschagen, Forense-Universitária, Rio de Janeiro, 1986, pp. 160 - 164.

²⁵² *Ibid.*, p. 101.

²⁵³ *Ibid.*, *idem*.

As novas conquistas tecnológicas direcionavam o emprego inovador de matérias-primas como o ferro e o aço (metalurgia/siderurgia), mediante o que eram introduzidos, no sistema produtivo, novos equipamentos de ponta, como conversores (tal qual o Bessemer, em 1850), fornalhas (tipo Siemens-Martin, na década de 1860) e altos-fornos, cujo padrão de resistência permitia um notável aumento na capacidade e produtividade das instalações fabris, contribuindo, em contrapartida, para o próprio rebaixamento do preço desses insumos. Juntamente com todas essas melhorias (e em função delas), a conseqüente revolução operada nos meios de transporte, com a expansão de estradas-de-ferro e a invenção da navegação a vapor, vieram propiciar um decisivo impulso à abertura de novos mercados para a produção de ferro, aço e carvão, que por sua recente e variada utilidade passavam a ser requisitados em larga escala. Entre 1850 e 1880, a produção anual britânica de ferro gusa, aço e carvão cresceu de 2 milhões 250 mil, 49 mil e 49 milhões de toneladas, respectivamente, para cerca de 7 milhões 750 mil, 1 milhão 440 mil e 147 milhões.²⁵⁴ Em consequência, as leis que, no Reino Unido, desde a década de 1770 restringiam as exportações de maquinarias em nome do protecionismo da nascente indústria britânica, tiveram de ser revogadas pelo Parlamento no início dos anos 1840, por pressão dos novos *english machine makers*.²⁵⁵

As demandas externas pela aquisição e consumo do *know-how* inglês (inicialmente provenientes do resto do continente europeu), revelavam-se mercados irrecusáveis à própria expansão da indústria pesada britânica, cuja

²⁵⁴ Cf. *ibid.*, pp. 107 - 108.

²⁵⁵ Sobre o assunto, vd. dois importantes documentos publicados nos anos de 1826 e 1841 pelo Manchester Chamber of Commerce e pelo Manchester Committee of Machine Makers, respectivamente, e que constam da coletânea organizada M. Berg. *Technology and Toil in Nineteenth Century Britain*, op. cit., pp. 36 - 37 e 38 - 39.

capacidade de produção extrapolava os limites das necessidades nacionais internas, impulsionando as empresas capitalistas a aderir às novas e intransferíveis oportunidades de investimentos lucrativos. Desde então, as exportações de maquinaria aumentaram nove vezes.²⁵⁶ É também nesse período que se conhece o maior surto de criação de estradas-de-ferro e o crescimento da indústria naval vaporizada em toda a Europa (como na França, Alemanha, Itália, Rússia, Bélgica, Holanda)²⁵⁷ - fenômeno logo em seguida estendido aos Estados Unidos e (em menor intensidade) ao restante dos continentes (destacando-se as colônias britânicas, como a Índia).²⁵⁸ Por volta de 1830, o vapor está presente nos principais rios da Europa, como o Reno, o Ródano ou o Loire, bem como os *steamers* (descritos por Mark Twain) podem ser vistos ao longo de todo o Mississipi e seus afluentes.²⁵⁹ Tomando-se a título de ilustração apenas o caso da Alemanha, verifica-se que, entre o final dos anos 30 e a entrada dos 50 do século passado, o emprego de máquinas à vapor via proliferação de locomotivas, navios e rebocadores crescera de 400 para 1.200 unidades em atividade.²⁶⁰ Quanto às

²⁵⁶ Cf. G. Arrighi, *O Longo Século XX*, op. cit., p. 165.

²⁵⁷ Sobre o assunto, cf. R. Sylla e G. Toniolo, *Patterns of European Industrialization: The Nineteenth Century*, op. cit., e T. Kemp, *Industrialization in Nineteenth-Century Europe*, op. cit.

²⁵⁸ Fritz Sternberg demonstra como esses investimentos britânicos na Índia culminam com a consolidação, em 1890, de uma respeitável rede ferroviária de 27.000 km. de extensão, subindo, em 1911, para quase o dobro (52.838 km). No caso da China, também sob influência da Grã-Bretanha, os investimentos são mais tardios, mas nem por isso menos significativos: os poucos 200 km. de estradas-de-ferro existentes na entrada da última década do século XIX, ampliam-se para quase 10.000 km. vinte anos depois. Não por menos, na formulação de Lênin, os "caminhos-de-ferro" constituem o balanço mais evidente da expansão daqueles que eram os ramos mais importantes da indústria capitalista no início do século: a hulheria e a siderurgia: "A distribuição da rede ferroviária, a desigualdade dessa distribuição e do seu desenvolvimento, constituem um balanço do capitalismo moderno, monopolista, à escala mundial". Cf., respectivamente, F. Sternberg, *El Imperialismo*, Siglo Veintiuno Editores, México, 1979, p. 158; e V.I. Lênin, "O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo", in *Obras Escolhidas*, vol. 1., Ed. Alfa-Omega, São Paulo, 1979, p. 582.

²⁵⁹ J. P. Rioux, *A Revolução Industrial 1780 - 1880*, op. cit., p. 62.

²⁶⁰ Cf. W. O. Henderson, *The Rise of German Industrial Power, 1834-1914*, op. cit., p. 53. Tratam-se de progressos técnicos que modificam profundamente a dinâmica do comércio marítimo, e cujo resultado

estradas-de-ferro propriamente ditas, os números do progresso não são menos significativos. No caso da Europa, os tres maiores exemplos fornecem a devida ilustração:

Estradas de Ferro construídas (em milhares de km)

Ano	Grã-Bretanha	França	Alemanha
1850	10,5	3,0	6,0
1870	24,5	17,5	19,5

Fonte: J. P. Rioux, *La Révolution Industrielle, 1780-1880*
(apud M. Beaud, *História do Capitalismo*, op. cit., p. 141)²⁶¹

Da mesma forma, a construção de ferrovias no resto do mundo (como na América e na Ásia) possibilitou um ritmo ainda mais rápido de crescimento à indústria de meios de produção, aumentando enormemente sua taxa de lucratividade, como se deu no caso britânico. Como bem notou Fritz Sternberg, "a construção inglesa de ferrovias, sobretudo nas colônias inglesas, esteve acompanhada de uma forte expansão do capital inglês. A indústria inglesa de meios de produção se tornou assim independente em seu desenvolvimento (...) [ao

mais imediato é a abertura de novas fronteiras para os negócios em expansão, com um maior domínio do mercado pelo capital. Como observa Jean Pierre Rioux, "perante os pesados veleiros de madeira que levavam mais de um mes para atravessar o Atlântico, os 'clippers' americanos, velozes, com velames, ligam Nova York à Inglaterra em 14 dias, em 1830, e asseguram à navegação à vela uma boa rentabilidade. Os primeiros 'steamers' com suas rodas e suas velas de apoio, se não vão mais depressa do Este a Oeste, ganham 10 dias no trajeto de Oeste-Este. Mas, será necessário chegar a 1860, para que se generalize o uso da hélice que torna os vapores mais resistentes ao mau tempo, mais maleáveis, e à construção de pesadas unidades de ferro do 'Great Western', a rodas; e de 1.320 toneladas em 1838, passa-se aos navios e aos grandes transportes como o célebre 'Great Eastern', de 27.000 toneladas, em 1858". J. P. Rioux, *A Revolução Industrial 1780 - 1880*, op. cit., pp. 62 - 63.

²⁶¹ No caso da França, Jean Pierre Rioux oferece um quadro bastante detalhado da evolução desse crescimento, por decênio, desde 1825 até 1913. Cf. J. P. Rioux, *A Revolução Industrial 1780 - 1880*, op. cit., p. 67

mesmo tempo que essas ferrovias significavam] um passo decisivo na capitalização dos [próprios] territórios não-capitalistas".²⁶² Os reflexos desse desenvolvimento em plano mundial (com destaque para os Estados Unidos) são notáveis:

*Construção Mundial de Estradas de Ferro, por década
(em milhas)*

Década	Reino Unido	Europa	EUA	Resto do Mundo
1840-50	6.000	13.000	7.000	-
1850-60	4.000	17.000	24.000	1.000
1860-70	5.000	31.000	24.000	7.000
1870-80	2.000	39.000	51.000	12.000

Fonte: E. Hobsbawm, *Da Revolução Industrial ao Imperialismo*, op. cit., p. 106.²⁶³

Se a revolução comercial do Quinhentos, com a contínua expansão do mercado (sua progressiva mundialização), já estampara a lei inexorável da era capitalista (a busca sem limites da acumulação ampliada), o novo padrão de acumulação inaugurado pela Revolução Industrial (em todos os seus ramos de expressão) teria que resultar, por conseguinte, em *mais industrialização*, em novos escalonamentos e diversificação da produção, com ampliação das fontes fornecedoras de matérias-primas e expansão dos mercados de consumo - seja para

²⁶² F. Sternberg, *El Imperialismo*, op. cit., pp. 98 - 103.

²⁶³ Levando-se em conta a última década em questão, destacam-se os investimentos estrangeiros na América Latina (a partir de 1880, a extensão da rede ferroviária argentina, por exemplo, chegou a ser quintuplicada), e, particularmente, aqueles ingleses em estradas-de-ferro na Índia (que tinham por objetivo, dentre outras razões, melhor favorecer o escoamento da produção das vastas plantações de chá, borracha, café e anil, controladas por capital britânico). Cf. E. Hobsbawm, *A Era dos Impérios*, op. cit., p. 59, e K. M. Panikkar, *A Dominação Ocidental na Ásia*, op. cit., p. 149. Outro quadro detalhado sobre índices comparativos do desenvolvimento das ferrovias na Europa e nos EEUU e Japão, de 1840 a 1910, pode ser também encontrado em J. P. Rioux, *A Revolução Industrial 1780 - 1880*, op. cit., p. 69.

bens não-duráveis como para bens duráveis, incluídos os bens de produção.²⁶⁴ Com isso, dado o nível da acumulação de capital alcançado ao longo de todo esse período, redimensiona-se, *pari passu*, a escala da própria unidade empresarial, emergindo, pela primeira vez na história, uma economia composta de "um punhado de rochas" (no dizer de Hobsbawm):²⁶⁵ *os oligopólios*. Estes, para satisfazer sua sede de lucratividade, necessitam, então, invadir todo o globo, abocanhando fatias cada vez maiores do mercado mundial: "O desenvolvimento da máquina e de outras tecnologias avançadas nos campos da indústria, transporte e comunicação - ressalta Paul Sweezy - tornaram possível e necessária uma rápida expansão no *dimensionamento da unidade de produção* [propriamente dita] (grifo meu). A pequena propriedade capitalista ou de parceria, que caracterizava os estágios anteriores de desenvolvimento [como durante o período manufatureiro],²⁶⁶ cedeu [então] lugar à corporação, uma forma organizacional que permite uma ilimitada concentração e centralização do capital, e que ao mesmo tempo dá origem e é estimulada por uma superestrutura financeira de bancos extremamente sofisticada, mercados de ações, companhias *holding*, etc."²⁶⁷

No decorrer do século XIX, sobretudo após o desenvolvimento das indústrias têxtil e metalúrgica (os motores da época), o industrialismo finalmente alcançara a condição de principal força motriz de toda a dinâmica do sistema capitalista mundial. Haviam se multiplicado as fábricas por todo o continente europeu (e mesmo fora dele, como logo se sucedera com os Estados Unidos e com

²⁶⁴ Sobre o fenomenal crescimento do comércio internacional no período (séculos XV a XVIII), com destaque para o intercâmbio entre a Europa e os países asiáticos (particularmente Índia, China e Japão), vd. F. Sternberg, *El Imperialismo*, op. cit., pp. 151 - 154.

²⁶⁵ E. Hobsbawm, *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*, op. cit., p. 164.

²⁶⁶ Entre os séculos XVI e XVIII.

²⁶⁷ P. Sweezy, *Modern Capitalism and Other Essays*, op. cit., p. 7.

o Japão), e as condições infra-estruturais geradas ao longo do período (estradas-de-ferro, transportes e outros meios de comunicação, como o telégrafo) facilitavam novas ondas de expansão econômica. Alargavam-se os ramos produtivos e as invenções. É dessa época a criação dos vários tipos de turbinas e motores de combustão interna, que levariam ao automóvel (tornado operacional e comercial nos anos 1880, pela Daimler e Benz), e mais o telefone, o gramofone, o primeiro fonógrafo (Thomas Edison, 1877), o cinematógrafo, além do desenvolvimento da aeronáutica e da radiotelegrafia.²⁶⁸ As taxas anuais médias de crescimento da indústria e do comércio em todo o planeta, como testemunho irrefutável de toda essa revolução em andamento, vinham apresentando, desde o final do século XVIII, um desempenho progressivamente positivo:

Taxas Anuais de Crescimento da Indústria e do Comércio Mundiais

Período	indústria mundial	comércio mundial
Séc. XVIII	1,5	1,1
1780-1830	2,6	1,4
1830-1840	2,9	2,8
1840-1860	3,5	4,8
1860-1870	2,9	5,5

Fonte: W. W. Rostow, *The World Economy*, apud M. Beaud, *História do Capitalismo*, op. cit., p. 139.

A realização de investimentos no exterior, tal qual começou a ocorrer sobretudo a partir de meados do Oitocentos, representava "apenas uma parte do notável fluxo de lucros e poupanças [que se haviam acumulado] em busca de

²⁶⁸ E. Hobsbawm, *A Era dos Impérios*, op. cit., p. 49.

[novos] investimentos. Graças à transformação do mercado de capitais na era das estradas-de-ferro, o capital dispôs-se a procurar inversões não somente nos tradicionais bens imóveis e em títulos do governo, como também em ações industriais (...) Homens de negócios e financistas (...) buscavam um retorno para seu capital em qualquer parte da áurea economia mundial".²⁶⁹ Como mais tarde observaria com agudeza I. Helphand (1901), "há momentos em que o desenvolvimento está a tal ponto amadurecido em todas as áreas da economia capitalista - no terreno da tecnologia, dos mercados financeiros, do comércio, das colônias - que é preciso ocorrer uma expansão extraordinária do mercado mundial. O conjunto da produção mundial será aumentado a um nível novo e mais abrangente. Neste momento, o capital começa a entrar num período de avanço impetuoso".²⁷⁰

Pela primeira vez na história - tal como previsto por Marx -, o capital produtivo agigantado, oligopolizado, *despatriava-se literalmente* à procura de novas fontes de oxigenação. Ao grande capital, em sua epopéia reprodutiva, já não bastavam os velhos horizontes pátrios, limitados e incertos. Ao lado da tática de barateamento da força-de-trabalho na metrópole - esta cada vez mais difícil, à medida que as organizações sindicais se estruturavam e se fortificavam em toda a Europa -, cumpria uma única e alternativa saída à sustentação e elevação da taxa geral de lucro que nutria todo o sistema: a ampliação e aprofundamento do campo de exploração do trabalho e de matérias-primas *no estrangeiro* - fator que, além do mais (e em contrapartida), transformava-se em meio eficaz de tensionamento dos próprios padrões salariais estabelecidos nos países centrais, graças à ampliação do exército industrial de reserva a nível internacional. No final do século XIX,

²⁶⁹ E. Hobsbawm, *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*, op. cit., pp. 109 - 110.

²⁷⁰ Apud E. Hobsbawm, *A Era dos Impérios*. op. cit., p. 57.

como pontuou muito bem Maurice Dobb, "a força oculta [que opera] por detrás da [nova] expansão colonial não é o excedente do trabalho com respeito ao capital, mas [ao contrário] o excedente de capital com respeito à força-de-trabalho".²⁷¹

O aumento da exportação de capitais produtivos europeus já é significativo no segundo quartel do Oitocentos, e vem acompanhado por um acirramento do processo de colonização que, desde então, vai assumindo formas diferenciadas de manifestação. Entre 1830 e 1880, a política (neo)colonialista - movida pelos interesses hegemônicos do capital industrial - atinge raios ainda mais amplos de incidência, abrindo um novo ciclo de lutas (diferente no ritmo e no grau) entre países metropolitanos pela partilha do globo e pelo domínio do mercado mundial. Parte da África, mas sobretudo a Ásia e o sul do Pacífico, tornam-se os alvos centrais das nações mais industrializadas, que assim avançam seus tentáculos no controle de zonas que, mais do que nunca, apresentavam-se economicamente estratégicas à reprodução ampliada do capital (investimentos lucrativos).

A França, que já havia consolidado seu controle do Senegal (África ocidental) e estendido sua influência sobre toda a zona costeira mais próxima, ocupa então a região marítima da Argélia e outras extensas áreas do Sahara, enquanto que, em contra-partida, a Grã-Bretanha passa a investir sobretudo na África do Sul, onde colonos ocupam a maioria da região ao sul do Limpopo. Ao mesmo tempo, na Ásia, à Índia britânica são incorporados vários Estados independentes, como se sucede nas fronteiras do noroeste e do leste, onde são anexados Penjab, Sind, Asam, Arakán, Tenaserim, Manipur e a Baixa Birmânia. Os ingleses também se movimentam à sudoeste, onde tomam Hong Kong, fundam

²⁷¹ M. Dobb, *Economía Política y Capitalismo*, cuarta reimpressão, Fondo de Cultura Económica, México, 1974, p. 180.

Singapura e adquirem Malaca aos holandeses. Estes, por sua vez, ampliam seu controle efetivo no arquipélago indonésio, ao passo que os franceses se estabelecem, também, na Cochinchina e no Camboja. Na Ásia central, a Rússia invade as estepes do Kazaquistão e as zonas islâmicas do Turquestão, além de, no Extremo Oriente, as regiões de Amur e do Ussuri. No caso do Pacífico Sul, embora os franceses cheguem a atingir o Tahiti, as Marquesas e a Nova Caledônia, os maiores investimentos são sobretudo britânicos, estampados na colonização da Austrália, na anexação da Nova Zelândia e das ilhas Fidji.²⁷² Não sem razão, cerca da vultuosa soma (para a época) de 700 milhões de libras esterlinas estava investida, em 1870, em países estrangeiros (basicamente fora do eixo europeu),²⁷³ fato que era resultado do privilegiamento crescente que essas aplicações vinham obtendo, desde 1830, em regiões de outros continentes, como demonstra o quadro abaixo:

*Distribuição dos Investimentos da Grã-Bretanha
no exterior (em porcentagem)*

Ano	Europa	Estados Unidos	América Latina	Império Britânico	Outros
1830	66	9	23	2	-
1854	55	25	15	5	-
1870	25	27	11	34	3

Fonte: W. G. Hoffmann, *The Growth of Industrial Economics*, apud M. Beaud, *História do Capitalismo*, op. cit., p. 164.

²⁷² Cf. D. K. Fieldhouse, *Economía e Imperio: La expansión de Europa 1830 - 1914*, trad. de Juan A. R. de Elvira Prieto, Siglo Veintiuno Editores, Madrid, 1977, pp. 105 - 106.

²⁷³ Cf. E. Hobsbawm, *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*, op. cit., p. 109.

Com o incremento da acumulação e o crescimento da grande empresa, o capitalismo vai abandonando paulatinamente sua fase concorrencial clássica (*laissez-faire*), circunscrita basicamente à disputa entre pequenas unidades de capital, e que predominara até depois da metade do século XIX. À emergência dos primeiros oligopólios, desvenda-se uma nova etapa de enfrentamento entre capitais, agora de maior monta, cuja necessidade de sobrevivência, de autovalorização, consagra estratégias mais agressivas de ação desses conglomerados face ao domínio do mercado mundial. Com a industrialização crescente e a capacidade de poupança ampliada, os atores deste novo cenário multiplicam-se por dentre diversos países europeus, aos quais se somarão, logo em seguida, empreendimentos americanos e japoneses, numa radical redefinição da geo-economia e da geo-política planetária.

A Grã-Bretanha, que pelo vigor do monopólio das inovações tecnológicas, há dois séculos vinha detendo o cetro principal que lhe permitia reinar sobre todo o mercado mundial, pouco a pouco vai perdendo a sua hegemonia imperial. Nas indústrias do tipo científico-tecnológico, de grande escala, como a indústria química - em que fora pioneira na década de 1840 -, via a Inglaterra perder a sua dianteira para a nova Alemanha unificada e para os Estados Unidos, já em 1913 detentores de 24 e 34% de toda a produção mundial, respectivamente, contra apenas 11% da rival. A eletrotécnica, também inventada pelos ingleses (com aplicações como o telégrafo elétrico, de Wheatstone, ou a lâmpada incandescente com filamento de carvão, de Swann), havia, por seu turno, sido repatriada pelos concorrentes: no mesmo ano de 1913, a produção da indústria elétrica britânica era pouco superior a um terço da alemã e o volume de suas exportações praticamente emparelhado. Quanto à indústria siderúrgica (ferro e aço), pedra de toque de toda a "segunda revolução industrial" liderada pela nação matriz do industrialismo, qual não foi outro destino que vê-la, na última década do

XIX, passar à hegemonia de alemães, franceses e americanos (estes alcançando, em 1910, quase o dobro da produção britânica só em aço básico). E para completar o quadro, justamente o setor automatizado de máquinas produtoras de outras máquinas, orgulho maior de todos os súditos da Rainha, fora aquele que os demais países, principalmente os Estados Unidos, ganharam dianteira ainda mais significativa: "Já em 1860 - nota Eric Hobsbawm - os progressos americanos eram vistos com certa ansiedade, embora ainda não houvesse muito temor real. Na década de 1890, porém, foi dos Estados Unidos que veio o impulso para a adoção de máquinas-ferramentas automáticas; foi um americano, o Coronel Dyer, que liderou os empregadores britânicos associados em sua tentativa (completamente malograda) de quebrar a primazia do artífice qualificado na indústria, e foi uma companhia americana que obteve o monopólio da maquinaria para fabricação dos produtos da primeira indústria de bens de consumo plenamente mecanizada - a indústria de botas e sapatos".²⁷⁴

As novas tecnologias industriais aumentavam dia-a-dia a capacidade produtiva das grandes unidades empresariais em todo o mundo desenvolvido, ao passo que a criação de um mercado de massa, funcionalmente adequado a esse crescimento geométrico da produção de bens de consumo, corria a passos relativamente mais lentos. Mesmo no tocante aos bens de capital, dada a amplificada capacidade instalada total (ora disseminada pelas principais nações industrializadas), a carência de uma demanda efetiva proporcionalmente ajustada às novas possibilidades de fabricação de insumos básicos e máquinas fazia com que o fenômeno da superprodução também atingisse ramos estratégicos da

²⁷⁴ Ibid., pp. 167 - 168.

economia mundial, como aquele do ferro, cujo preço caiu 50% entre 1871-75 e 1894-98.²⁷⁵

Depois de um longo período de vertical crescimento econômico, que durou até a entrada dos anos de 1870, a Europa, como um todo, e os Estados Unidos (este ainda que em menores proporções) passaram a sentir os primeiros efeitos contraditórios dessa nova onda de *produção em excesso*, de *demasiada produtividade*, que se precipitou sobre a *economia-mundo capitalista* (como diria Braudel) como uma avalanche em cadeia, atingindo sucessivamente os setores mais dinâmicos de toda a máquina global de mais-valia. A crise que se abateu sobre mercado do ferro, por exemplo, atingiu não somente seu preço no atacado, como se refletiu num desaquecimento da fabricação de trilhos para estradas-de-ferro, seu principal escoadouro (ferro fundido), gerando, em contrapartida, falências em sociedades bancárias ao ramo associadas e pânico nas Bolsas de Valores. A construção civil e o setor têxtil passavam a viver também seus piores dias, experimentando uma vertiginosa queda da taxa de lucro, com conseqüente onda de desemprego, baixa dos salários e crise social. Na Inglaterra, país mais industrializado do mundo, "as exportações têm uma queda de 25% em 1872-1875; o número de falências aumenta (7.490 em 1873, 13.000 em 1879); estende-se o desemprego, os preços baixam (...) os proprietários de fundições [que] podiam produzir 2,5 milhões de toneladas de trilhos em 1873, [vêm] o consumo de trilhos baixar para [apenas] 500.000 toneladas; o preço cai 60% entre 1872 e 1881".²⁷⁶ O craque da Bolsa de Viena (1873) é seguido de falências bancárias na Áustria e na Alemanha, aí também com queda da produção do ferro fundido (21%, em 1874) e de seu preço correspondente (37%) - remetendo de volta, ao campo, parte do

²⁷⁵ Cf. E. Hobsbawm, *A Era dos Impérios*, op. cit., p. 62.

²⁷⁶ M. Beaud, *História do Capitalismo*, op. cit., p. 196.

operariado urbano. Em 1882, dá-se o craque da Bolsa de Lyon, na França, com fechamento do Banco de Lyon e do Loire. A companhia francesa encarregada da construção do canal do Panamá e a *Société des Métaux*, esta envolvida na especulação com cobre, vão à bancarrota em 1889.²⁷⁷

Queda generalizada de preços (de 1873 a 1896, a baixa dos preços de atacado foi de 32% na Grã-Bretanha, de 40% na Alemanha, de 43% na França e de 45% nos Estados Unidos); redução do volume total das produções; forte redução do valor realizado (queda da taxa de lucro); falências; desemprego (só na Grã-Bretanha, a taxa de desemprego que, em 1872, era de apenas 1%, sobe para 11% em 1879); redução dos salários reais: tal é o quadro da Grande Depressão (como ficou conhecido o período) que, entre a década de 1870 até a I Grande Guerra (1914), irá marcar a conjuntura da economia capitalista mundial - recolocando na ordem do dia algumas das teses substanciais de Marx. Se - como argüi Paul Sweezy - "mesmo à época do capitalismo concorrencial, a acumulação do capital sempre tendia a ultrapassar a expansão dos mercados, daí resultando crises e depressões periódicas através das quais muito capital era liquidado ou desvalorizado como um prelúdio necessário à retomada do processo de acumulação. [com muito maior razão] este problema de desequilíbrio entre acumulação e expansão de mercados é acentuado sob o capitalismo de monopólio".²⁷⁸

De fato, Marx já apontara, poucos anos antes, a tendência *estrutural* do capitalismo a crises cíclicas, bem como previra sua agudização sob o regime monopolístico de acumulação. Segundo o autor de *O Capital*, as crises cíclicas nada mais são que expressão (causa e efeito) desse movimento contraditório de

²⁷⁷ Ibid., pp. 195 - 197.

²⁷⁸ P. Sweezy, *Modern Capitalism and Other Essays*, op. cit., p. 8.

acumulação e expansão contínua das forças produtivas capitalistas e têm representado, sempre, momentos de reajuste da economia que têm conduzido a uma crescente e progressiva concentração/centralização das bases materiais do capital. E isto está dado pela própria natureza contraditória do movimento de autovalorização do capital que, por depender a realização da massa do valor gerado de sua contínua absorção pelo mercado, ao estender de tempos em tempos a oferta de produtos para além dos limites possíveis da demanda conjuntural, acaba por gerar, nesses contextos, uma *superprodução* (relativa) de mercadorias, com a consequente depreciação dos preços:

"O tremendo poder produtivo que é desenvolvido dentro do modo capitalista de produção, e - ainda se não no mesmo grau - o crescimento dos valores do capital (e não apenas de seu substrato material), ambos se dão proporcionalmente de maneira mais rápida que o aumento da população. Os dois fatos contradizem com a base em nome da qual este imenso poder produtivo opera, tornando-a sempre mais estreita em relação ao crescimento da riqueza, o que também se contrapõe às condições de valorização do capital que se expande. Daí as crises".²⁷⁹

À medida que a massa de produtos aumenta, aumenta também a necessidade de mercados mais amplos, e "assim se aperta cada vez mais o mercado mundial [decorrendo, em consequência] cada vez menos mercados a explorar [e modificando-se paulatinamente as condições que imperaram no passado], visto que todas as crises anteriores submeteram ao comércio do mundo [como saída] um mercado até então por conquistar ou apenas superficialmente

²⁷⁹ K. Marx, *Capital*, vol. 3, op. cit., cap. 15, p. 375 [e.b., Livro 3, vol. 4, cap. XV., p. 305].

inexplorado".²⁸⁰ Torna-se, então, o fenômeno da *superprodução*, um fato inexoravelmente *mundial*, ao qual Marx dá o toque de *lei universal* capitalista, demonstrando como o mesmo tipo de ocorrência se faz sentir em todos os quadrantes do globo, no contexto do capitalismo avançado:

"Que uma expansão súbita do comércio seja seguida de sua contração violenta, ou que um novo mercado, ao abrir-se, seja supersaturado de mercadorias inglesas, sem ter em conta, no fundo, as necessidades reais ou a capacidade aquisitiva dos consumidores, não é um fato exclusivamente próprio do comércio chinês. Na realidade, é um traço permanente em toda a história dos mercados do mundo. Quando caiu Napoleão, e abriu-se o continente europeu ao comércio, as importações britânicas se encontraram em tal desproporção com a capacidade de absorção do continente, que a 'transição da guerra à paz' foi mais desastrosa que o próprio sistema continental. O reconhecimento, por Canning, da independência das colônias espanholas na América motivou, assim mesmo, a crise comercial de 1825. Enviaram-se, então, ao México e Colômbia, mercadorias calculadas para o clima de Moscou. E em nossos dias, a mesma Austrália, apesar de sua elasticidade, não tem escapado da sorte comum a todos os novos mercados, e viu-se saturada de mercadorias que não podia aborver por limitações tanto de sua capacidade de consumo, como de suas possibilidades de pagamento".²⁸¹

²⁸⁰ K. Marx, "Trabalho Assalariado e Capital", in K. Marx, *Sociedade e Mudanças Sociais* (Coletânea de Textos), 2a. edição, Edições 70, Lisboa, s/d, pp. 208 - 209. Bukharine, que compreendeu corretamente o conteúdo desta tese da *superprodução*, de Marx, destaca a qualidade *relativa* (e não *absoluta*) do fenômeno, onde o excesso da oferta se dá relativamente à procura *efetiva* (possibilidade social de pagamento) e não em função das necessidades sociais absolutas. Por ser a produção do capital uma produção de mercadorias produzidas *capitalisticamente*, toda crise revela uma desproporção *temporária* entre oferta e procura, entre necessidade de expansão da produção e capacidade social de consumo (crise de realização da mais-valia), coincidindo, conseqüentemente, toda *superprodução* de capital, com uma *superprodução* relativa de mercadorias. Cf. N. Bukharine, "Imperialismo e Acumulação de Capital", in R. Luxemburgo e N. Bukharine, *Imperialismo e Acumulação de Capital*, op. cit., pp. 271 - 292.

²⁸¹ K. Marx, "El Primer Tratado Británico-Chino", in *China: ¿Fósil viviente o trasmisor revolucionario?*, op. cit., pp. 131 - 132.

Ainda que a Grande Depressão do final do século XIX possuísse suas características próprias, distintas das primeiras crises comerciais do Setecentos e das primeiras décadas do Oitocentos, as raízes de sua manifestação repousavam nos mesmos fundamentos de causalidade e, os desdobramentos de seus efeitos, seguiam a mesma lógica de movimento (tal qual outrora). Se o motivo geral mais convincente para a expansão colonial fora a procura de mercados mais alargados para a dinamização do fluxo entre matérias-primas e manufaturados - necessários à acumulação ampliada do capital à época -, a crise de superprodução inaugurada nos anos de 1870 teria que ser solucionada, novamente, por meio de um *vasto esforço de exportação*. Abre-se, então, um novo surto de mundialização, só que agora não mais apenas do comércio, como também das próprias bases produtivas dos grandes grupos empresariais (oligopólios), que ora se *internacionalizam*.

No epicentro do terremoto, está a necessidade de renovação dos estoques de matérias-primas estratégicas para a sustentação e o funcionamento da gigantesca máquina global de mais-valia (sobretudo das indústrias pesadas, de tecnologia de ponta) e o desafio de sua obtenção a custos mais reduzidos. Transformam-se, então, lugares e regiões, os mais remotos do planeta (depositários desses insumos em quantidade e a preços mais compatíveis com as exigências da conjuntura), em espaços de disputa pelas empresas em competição, ao mesmo tempo que se abrem possibilidades de exploração da força-de-trabalho *oversea* a taxas de mais-valia superiores àquelas praticadas nas metrópoles (aí já condicionadas por um razoável nível de organização da classe operária). O petróleo e a borracha, por exemplo - matérias-primas básicas seja (no primeiro caso) ao motor de combustão interna, seja (no segundo) ao isolamento dos novos fios elétricos e telegráficos e à fabricação de pneumáticos -, além das reservas

européias e norte-americanas, já dependiam, respectivamente, dos estoques do Oriente Médio e das florestas equatoriais do Congo e da Amazônia brasileira. O estanho, por seu turno, provinha da Ásia e da América do Sul. Os metais não-ferrosos, tão essenciais à fabricação de ligas de aço exigidas pela tecnologia de alta velocidade, estavam a requerer fontes alternativas para além daquelas limitadas ao mundo desenvolvido (notadamente os Estados Unidos); no caso do cobre (material utilizado nas indústrias elétricas e de motores), apresentavam-se o Peru e o Chile (na América do Sul), o Zaire e o Zâmbia (na África) como seus maiores produtores.²⁸²

A necessidade de assegurar mercados em face de concorrentes poderosos, começara por sugerir (às grandes potências) políticas nacionalistas extremamente protecionistas, ferindo os princípios e a prática do livre comércio, tradicionalmente sustentados pela Inglaterra desde os albores da Revolução Industrial: "A Grande Depressão fechou a longa onda de liberalismo econômico, ao menos no que tange ao comércio de matérias-primas. Começando com a Alemanha e a Itália (têxteis) no final dos anos 1870 (justamente após a unificação política de ambas as nações), as tarifas protecionistas se tornaram um elemento permanente no cenário econômico internacional, culminando, no início dos anos 1890, com as tarifas punitivas associadas aos nomes de Méline, na França (1892) e McKinley, nos EUA (1890) (...) Os governos eram mais propensos a dar ouvidos aos grupos de influência e de eleitores organizados, que os instavam a proteger o produtor nacional contra a concorrência de bens importados".²⁸³ Pouco

²⁸² Cf. E. Hobsbawm, *A Era dos Impérios*, op. cit., pp. 96 - 97.

²⁸³ *Ibid.*, pp. 63 - 64. No limite, este "liberalismo econômico", que teria hipoteticamente dominado a fase da expansão mercantilista entre os séculos XVI e XIX, é questionado em seus fundamentos por Maurice Dobb, ao demonstrar que, já na visão de economistas clássicos como Adam Smith, James Mill e David Ricardo (para não citar outros), revelava-se, em toda a sua clareza, as relações essenciais que sustentavam a complexa superestrutura de regulamentação econômica do mercantilismo: uma forma especial de política monopolista, destinada a beneficiar, unicamente, uma classe limitada de capitalistas na "mãe-

a pouco, o Estado, que na doutrina liberal sempre aparecia como um elemento estranho ao interferir nas operações autônomas e automáticas de um mercado supranacional auto-regulado por "Mão Invisível", passava a ser requisitado pelas grandes companhias como aliado maior e fator preponderante na afirmação dos espaços de reprodução para o "capital nacional" ameaçado - revelando, na prática, que o dogma liberal (pelo menos em certas conjunturas) carecia de maiores fundamentos à justificativa de toda a radicalidade de sua "fé".²⁸⁴

A industrialização e a Grande Depressão haviam transformado as várias "economias nacionais" - não obstante suas constantes práticas *internacionalistas* (exercitadas desde o mercantilismo) - em economias *rivais*, "em que os ganhos de uma pareciam ameaçar a posição das outras. A concorrência se dava não só entre empresas, mas também entre nações (...) O protecionismo era a reação política instintiva do produtor preocupado com a Depressão (...) Ela [a reação] resultava da combinação de concentração econômica e racionalização empresarial (...) na tentativa de ampliar as margens de lucro comprimidas pela concorrência e pela queda de preços".²⁸⁵ A "Mão Invisível" do mercado anônimo, de Adam Smith, era, assim, rapidamente

pátria". Do que decorre que as fronteiras entre o assim denominado *laissez-faire* e o subsequente protecionismo monopolista são mais tênues e imaginárias do que parece à primeira vista. Na mesma linha de raciocínio se coloca a posição de Samir Amin, para quem o *laissez-faire* "nunca foi além de uma expressão ideológica", já que "a gestão das relações de concorrência entre centros na época pré-imperialista passa igualmente pelo Estado". Cf., respectivamente, M. Dobb, *Economia Política y Capitalismo*, op. cit., p. 153; S. Amin, *Classe e Nação*, op. Cit., p. 30

²⁸⁴ Quanto ao mito smithiano da "Mão Invisível", é este assim *desencantado* nos termos de Giovanni Arrighi: "Foram 'igrejinhas' de negociantes que, objetivando o lucro e por meio da rede comercial cosmopolita que controlavam, agiram como a 'mão invisível' de uma organização imperialista - a Grã-Bretanha Imperial e a Espanha Imperial, respectivamente. Graças a essa 'mão invisível', ambas as organizações imperialistas puderam atingir e controlar um número e variedade maiores de redes de poder e de crédito do que jamais teriam conseguido pela mobilização da 'mão visível' de seus aparelhos estatais e de guerra". G. Arrighi, *O Longo Século XX*, op. cit., pp. 171 - 172.

²⁸⁵ E. Hobsbawm, *A Era dos Impérios*, op. cit., pp. 68 - 69.

substituída pela "Mão Visível" dos modernos oligopólios,²⁸⁶ associados à não menos visível intervenção dos Estados nacionais que, como forças concentradas (tal qual em outros momentos do passado), passavam a exercer diretamente a função de pontas-de-lança no contexto do novo surto de expansão territorial e/ou da ampliação das áreas de influência em prol da consolidação de zonas de produção e comercialização.²⁸⁷ A máquina burocrática do Estado assume, então, em nome dos vários nacionalismos, o primeiro plano no cenário mundial, convocada diretamente a influir na geração de novas oportunidades de investimentos lucrativos ao capital excedente, e garantindo, nos cinco continentes, pelo uso da força, o monopólio de amplas regiões para a expansão da grande indústria das várias matrizes coloniais. Ao final do Oitocentos, política e economia se apresentam tão intimamente entrelaçadas, que todos os principais acontecimentos políticos, à época, assumem, cada vez mais, causas econômicas manifestas, e todo prognóstico econômico, à sua vez, gira na órbita dos movimentos políticos.

Na verdade, uma leitura atenta da história da industrialização da Europa (como, de resto, dos demais continentes) verificará que o Estado sempre cumpriu papel *fundamental* (e mesmo decisivo) ao longo de todo o processo (tal qual o fizera desde os albores do mercantilismo). Ainda que, segundo determinado ponto de vista, possa-se afirmar (mesmo que apenas em parte) que a industrialização britânica (em particular) dependeu, em muito maior medida, da

²⁸⁶ Devo a idéia desta metáfora a Eric Hobsbawm. Vd. *ibid.*, p. 72.

²⁸⁷ Para Michel Beaud, na verdade, "o monopólio e a concorrência: a ação do Estado e a iniciativa privada: o mercado mundial e o interesse nacional estão, sob formas diferentes, [sempre] presentes juntos ao longo da formação do capitalismo". "Os governantes capitalistas - reforça Giovanni Arrighi - identificam o poder com a extensão de seu controle sobre os recursos escassos e consideram as aquisições territoriais (toda vez que isto é necessário e proveitoso) um meio e um subproduto da acumulação do capital". Cf., respectivamente, M. Beaud, *História do Capitalismo*, op. cit., p. 123 e G. Arrighi, *O Longo Século XX*, op. cit., p. 33.

iniciativa privada e/ou de capitais estrangeiros para o arranque de seu desenvolvimento,²⁸⁸ o mesmo não ocorreu do outro lado do Canal da Mancha, como do Atlântico e do Pacífico. Nesses casos, coube sempre aos diferentes Governos locais (nacionais), em meio à crise, a tarefa maior de incentivar a introdução e garantir a consolidação das novas técnicas industriais de produção, criando as pré-condições necessárias para tal empreendimento. "Mesmo nos Estados Unidos - lembra Peter Mathias -, nos princípios do século XIX, grande parte do capital aplicado na construção de canais, como o famoso Canal Erie que liga os Grandes Lagos ao rio Hudson, foi obtido pela venda de obrigações do Estado em Londres com juros garantidos pelas receitas fiscais locais, se necessário fosse; e os caminhos de ferro americanos prosperaram muitas vezes, como muito dos seus congêneres (como na França, na Alemanha, na Itália, na Rússia), devido a concessões territoriais feitas pelos governos de Estado. No século XX [em continuidade] muitos governos de países ainda não industrializados chegaram à conclusão de que uma revolução industrial é algo de indispensável em qualquer país e, então, tomaram a iniciativa do seu 'arranque'."²⁸⁹

É esta necessidade (de atuação direta do Estado) que, em potências industriais tardias (tais quais a Alemanha e a Itália), está na raiz de fenômenos como o nazi-fascismo, da mesma forma que em outras manifestações de propaganda nacionalista disseminadas, no período, nos vários países e/ou domínios

²⁸⁸ Nunca esquecendo, porém, que a Inglaterra foi extraordinariamente favorecida, no início do século XIX, pelos efeitos de uma agressiva política protecionista (barreiras alfandegárias, etc.) que vinha sendo praticada pelo Governo britânico desde os finais do século XVII, com altas doses nacionalistas, e que garantira, ao longo do período, o desenvolvimento do comércio ligado à expansão imperial colonialista e ao poderio naval, com fundos públicos financiando o tempo inteiro, dentre outras coisas, as constantes despesas militares, estratégicas à política de conquistas que marcou a ação do "país baluarte da liberdade" desde as primeiras ondas quinhentistas/seiscentistas de colonização sistemática. Vd. a respeito, P. Mathias, *A Primeira Nação Industrial*, op. cit., p. 19.

²⁸⁹ *Ibid.*, p. 15.

coloniais em todo o mundo. No primeiro caso, além do objetivo de dissolver as organizações independentes da classe trabalhadora que haviam se estruturado ao longo de décadas no continente europeu, a outra motivação que movia a onda de totalitarismo estava centrada no empenho do Estado em organizar e preparar *espiritualmente* a nação para a ambiciosa campanha de expansão territorial que, por meio de ações militares e governos autoritários, continuaria a suceder-se. "O fascismo foi chamado filho da crise - argüi Maurice Dobb -, [e] em certo sentido o é; porém - continua o autor -, o aforismo resulta demasiado simples. É filho [com maior precisão] de uma classe especial de crise, e um produto complexo de características especiais desta crise: a do capitalismo monopolista, que deriva sua especial gravidade do fato de que o sistema [como um todo] encontrara bloqueado o caminho tanto para um desenvolvimento extensivo como intensivo do campo de exploração".²⁹⁰ No limite, a política econômica dos Estados fascistas, e a sua forma política ditatorial (com todas as derivações singulares que, historicamente, daí decorreram), representam o exemplo histórico mais "puro" da essência do novo estilo de expansionismo neocolonialista que, desde o final do Oitocentos, sob a égide do intervencionismo estatal, ora revelava-se em sua forma mais madura de manifestação. Sob o regime do terror, alimentado pelos imperativos da acumulação do capital, sucumbiam as massas, tornando-se o Estado corporativo, a um só tempo, o instrumento privilegiado de controle e coerção dos conflitos do trabalho e a máquina, por excelência, garantidora de uma organização monopolista mais completa e firme da grande indústria - e não apenas no seio da mãe-pátria, como em territórios vizinhos e zonas e países distantes, colonizados.

Para além dos velhos mitos do liberalismo econômico, sobretudo numa situação histórica crucialmente marcada pela acirrada concorrência entre

²⁹⁰ M. Dobb, *Economía Política y Capitalismo*, op. cit., pp. 176 - 177..

capitais gigantes pelo controle do mercado mundial (potencializada, ainda mais, com a repentina aparição da Alemanha como aspirante a grande potência), tornava-se difícil (talvez como nunca) separar as motivações econômicas, para uma outra onda de *(neo)colonialismo*, da ação política necessária à consecução de tal fim. "Os interesses em ascensão da [grande] burguesia (...) industrial, portanto, *encontraram sua expressão através do Estado* (grifo meu). Nele vislumbraram um instrumento de favorecimento para seus negócios internos [*at home*] e meio para promover seus interesses contra aqueles de seus rivais externos [*foreign rivals*]"²⁹¹ *Imperialismo*, expressão que se popularizou a partir dos anos 1890 - quando passou a fazer parte do vocabulário político e jornalístico face aos acontecimentos internacionais marcantes do período²⁹² - tornou-se, então, o termo que passaria a consagrar as ações associadas entre oligopólios e Estados metropolitanos pela nova partilha territorial do mundo - como exemplarmente se dera na Conferência de Berlim, de 1884-85, que formulou as regras para a divisão da África.²⁹³ Recria-se, então, um novo conjunto de colônias formais e informais e de esferas de influência distribuído entre as grandes potências, na qualidade de uma onda sistemática de *internacionalização* (expansão mundial) dos espaços de produção e de realização da mais-valia, agora sob a égide do grande capital industrial

²⁹¹ T. Kemp, *Industrialization in Nineteenth - Century Europe*, op. cit., p. 9.

²⁹² Cf. E. Hobsbawm, *A Era dos Impérios*, op. cit., p. 92.

²⁹³ A disputa pela posse da África pode ser vista não apenas como "o mais dramático exemplo da partilha do mundo, ao final do século XIX, pela Europa e pela América (EUA), (...) [e] 'um dos mais marcantes episódios na história do mundo'", como também o evento mais heurístico e ilustrativo da significação histórica do imperialismo. O controle político que, apoiado em invasões militares, no espaço de pouco mais que uma década (1885-1900) diretamente se estabeleceu sobre praticamente todo o continente africano, significou uma apropriação de mais de 10 milhões de milhas quadradas de seu território pelos exércitos metropolitanos e a subordinação de mais de 100 milhões de indivíduos (de todas as tribos e dialetos) à lógica da exploração ditada pela nova ordem capitalista mundial. Vd. J. M. MacKenzie, *The Partition of Africa 1880-1900 and European Imperialism in the Nineteenth Century*, Methuen, London/New York, 1983, pp. 1 - 2.

(financeiro).²⁹⁴ Mais que em qualquer época anterior, os novos impérios formados a partir das duas últimas décadas do século XIX incumbiram-se da tarefa de avançar, até os últimos horizontes, a subsunção do planeta ao capital, ampliando-se os espaços periféricos organicamente subordinados aos interesses metropolitanos de acumulação: se em 1800, a proporção da superfície terrestre ocupada, de fato, pela colonização européia, chegara a atingir 35%, em 1880 (com a ação imperialista) este percentual havia se elevado para 67%, contra 84,4%, em 1914 (ano do início da I Guerra Mundial).²⁹⁵

Fato é que as imbricações orgânicas entre burguesia e Estado, que de forma tão transparente ficavam realçadas através do fenômeno do imperialismo (e que, afinal, costuram o seu conceito), já haviam sido apontadas e diagnosticadas por Marx desde seus escritos de juventude, ao destacar o que considerava ser a dimensão mais *essencial* do fenômeno estatal moderno: o de constituir-se um *comitê executivo dos negócios comuns de toda a burguesia*²⁹⁶ - condição nem

²⁹⁴ Sobre esta partilha imperialista, sintetiza Hobsbawm: "entre 1880 e 1914, à exceção da Europa e das Américas, a maior parte do mundo foi formalmente dividida em territórios sob governo direto ou sob dominação política indireta de um ou de outro Estado de um pequeno grupo: principalmente Grã-Bretanha, França, Alemanha, Itália, Holanda, Bélgica, Estados Unidos e Japão (...) Duas regiões maiores do mundo foram, para fins práticos, inteiramente divididas: África e Pacífico. Não restou qualquer Estado independente no Pacífico, então totalmente distribuído entre britânicos, franceses, alemães, holandeses, norte-americanos e - ainda em escala modesta - japoneses. Por volta de 1914, a África pertencia inteiramente aos impérios britânico, francês, alemão, belga, português e, marginalmente, espanhol, à exceção da Etiópia, da insignificante Libéria e daquela parte do Marrocos que ainda resistia à conquista completa. A Ásia conservava uma extensa área nominalmente independente, embora os mais antigos dos impérios europeus tenham ampliado e completado seus vastos domínios - a Grã-Bretanha, anexando a Birmânia ao seu império indiano e implantando ou reforçando a zona de influência nas áreas do Tibete, da Pérsia e do golfo Pérsico; a Rússia, avançando sobre a Ásia Central (...) os holandeses, implementando um controle mais firme nas regiões mais distantes da Indonésia. Dois impérios praticamente novos foram criados pela conquista francesa da Indochina (...) e pela conquista japonesa da Coreia e de Taiwan (1895), às custas da China e, posteriormente, de forma mais modesta, às custas da Rússia (1905) (...) Na América Latina, a dominação econômica e a pressão política, quando necessária, eram implementadas sem conquista formal". In E. Hobsbawm, *A Era dos Impérios*, op. cit., pp. 88 - 90. Particularmente sobre a ação imperialista na Ásia e no Pacífico (com destaque para os novos papéis cumpridos na região pelos Estados Unidos e Japão), vd. K.M. Panikkar, *A Dominação Ocidental na Ásia*, op. cit., pp. 192 - 228.

²⁹⁵ Cf. D. K. Fieldhouse, *Economia e Imperio*, op. cit., p. 7.

²⁹⁶ Vd. K. Marx e F. Engels, *Le Manifeste Communiste*, op. cit., p. 58.

sempre evidente nos chamados períodos de "normalidade democrática". Ao acentuar o caráter eminentemente *classista* do Estado moderno, fá-lo não apenas na perspectiva da dominação *nacional* de classe, mas, sobremaneira, tendo presente o fato de que, já em sua época, a dinâmica do mercado mundial e a hegemonia da grande indústria nesta arena se apresentavam como forças que paulatinamente iam subordinando e formatando os Estados nacionais aos interesses dinâmicos da *mundialização do capital*.²⁹⁷ Tanto que Marx não fala em soberania do Estado burguês moderno, mas em soberania da *indústria moderna* (isto é, do grande capital) *no* (através do) Estado representativo moderno. O Estado, na sua essência, é o comitê a serviço do capital *em geral*, cujo movimento é regido pela batuta do industrialismo mundial.

No contexto do capitalismo, todo desenvolvimento político (o papel e configurações cumpridos pelo Estado) está correlacionado, direta ou indiretamente, com aquele das forças econômicas (e sendo tendencialmente por estas sobredeterminado).²⁹⁸ Nos primórdios, a burguesia "por ser já uma *classe* e

²⁹⁷ Inúmeras tentativas de teorização a respeito do sentido marxiano das *relações internacionais* falham exatamente ao subordinarem a compreensão do poder econômico do capital à esfera do Estado-nação. Tal é o caso, por exemplo, de Antônio Celso Alves Pereira, para quem "no ideário marxista, todo aquele que pretenda compreender os fenômenos internacionais deverá analisá-los não apenas à luz das iniciativas ou motivações dos governantes, mas, sobretudo, considerando, primordialmente, os cálculos e os interesses dos detentores do poder econômico *no interior da nação* (grifo meu) (...) A política externa é, desta forma, determinada pela política interna [sic!]" A. C. Alves Pereira, "Marx e as Relações Internacionais", in L. Konder et alii (orgs.), *Por que Marx*, Graal Ed., Rio de Janeiro, 1983, pp. 33 e 30.

²⁹⁸ Sobre o tema, vd. M. Kaplan, "The Power Structure in International Relations", in *International Social Science Journal*, vol. XXVI, n. 1, 1974. Extremamente útil a este respeito é também o argumento de Cesare Luporini, para quem o modo de produção capitalista teria mudado radicalmente e em substância a dinâmica da relação entre o *econômico* e o *político* relativamente às demais formas pré-capitalistas de sociedade. Enquanto nestas é o político que determina o econômico, no capitalismo ocorre o contrário: "o fim imanente do modo de produção capitalista não é mais a manutenção de uma determinada forma social e tanto menos política (este está sempre disposto a revolucioná-las). O 'fim direto' e o 'motivo determinante' (...) é simplesmente a valorização do capital, isto é, sua expansão". C. Luporini, "Critica della politica e critica dell' economia politica in Marx", in *Critica Marxista*, n. 1, anno 16, op. cit., pp. 37 - 38.

não uma simples *ordem*, é constrangida a organizar-se à escala *nacional* (grifo meu) e já não exclusivamente num plano local, e a dar uma forma [mais] *universal* aos seus interesses comuns".²⁹⁹ Isto fora estratégico em sua luta contra a aristocracia fundiária, à emancipação da propriedade privada dos domínios da comunidade, à transformação do modo feudal de produção, mas também à criação das condições técnicas gerais do novo processo de produção (infraestrutura, meios de transporte, etc) e das condições sociais gerais afins às necessidades desse modelo de ordenamento social: normas legais, mercado nacional, delimitações territoriais, institucionalização do novo sentido de nacionalidade, moeda universal, padrões educacionais, política cultural, etc.³⁰⁰ Todos os métodos e sistemas que estenderam o domínio da burguesia sobre o globo - o colonialismo, o protecionismo, o moderno regime tributário, o imperialismo - utilizaram-se

²⁹⁹ K. Marx e F. Engels. *A Ideologia Alemã*, vol. I, op. cit., p. 95. Em outros termos, este é o entendimento que também Immanuel Wallerstein dá para a constituição de estruturas político-estatais no interior do capitalismo, tomado este como um sistema econômico de dimensões mundiais: "Enquanto, em um império [pré-capitalista], a estrutura política tende a ligar cultura com ocupação, em uma economia-mundo a estrutura política tende a ligar cultura com alocação espacial. A razão é que, em uma economia-mundo, o primeiro ponto da pressão política disponível para os grupos é a estrutura do Estado local (nacional). A homogeneização cultural tende a servir aos interesses dos grupos-chaves e as pressões favorecem a criação de identidades nacional-culturais. Este é particularmente o caso em áreas avançadas da economia-mundo - que nós chamamos estados-centrais. Em tais estados, a criação de uma maquinaria estatal poderosa acoplada com uma cultura nacional, fenômeno este correntemente referido como integração, serve tanto como um mecanismo para proteger disparidades que cresceram dentro do sistema-mundo, como de máscara ideológica e justificação para a manutenção dessas disparidades". In I. Wallerstein. *The Modern World-System*, vol. I, op. cit., p. 349.

³⁰⁰ Nessa linha de raciocínio, observa Norbert Elias que "o desenvolvimento do intercâmbio e da circulação monetária conjuntamente com as formações sociais nas quais estes se dão, encontra-se em relação de interdependência com a forma e o desenvolvimento do monopólio político dentro de uma zona determinada: as duas linhas de desenvolvimento se influenciam continuamente e o avanço de uma suscita o da outra (...) De outro lado, o mesmo florescimento da divisão do trabalho, da segurança das estradas e dos mercados em grandes superfícies territoriais, a cunhagem da moeda e do conjunto do gráfico monetário, a proteção da produção pacífica frente à violência física e outras medidas de coordenação e de regulação, dependem em grande parte da constituição de grandes centros de poder monopolista e centralizado [a razão do surgimento dos modernos Estados 'nacionais'] (...) Sem a existência de organizações monopolistas da violência física e dos impostos dentro dos âmbitos nacionais, não seria possível manter durante muito tempo a limitação desta luta pelas oportunidades 'econômicas' dentro dos meios da violência 'econômica' e da manutenção de suas regras fundamentais de jogo nos respectivos Estados". N. Elias, *El Proceso de la Civilización*, op. cit., pp. 355 e 394.

também do poder do Estado, na condição de força concentrada, como parteiro violento da nova sociedade, como potência econômica travestida de violência política. "O Estado é apenas uma instituição transicional que é usada na luta, na revolução, para manter sob domínio e pela força os adversários, daí ser puro *nonsense* falar-se de um Estado popular livre" - argumentava Marx, em carta, a August Bebel.³⁰¹

O Estado fora (e tem sido), também, diretamente essencial ao próprio desenvolvimento das forças produtivas:

"Um país, por exemplo os Estados Unidos, pode sentir na esfera produtiva mesma a necessidade de vias férreas, não obstante, a vantagem imediata que delas derivam para a produção pode ser demasiado exigua como para que a inversão não pareça *à fonds perdu*. Então o capital faz carga sobre os ombros do estado ou bem, ali onde este ocupa tradicionalmente ainda uma posição superior com respeito ao capital; o estado, todavia, tem o privilégio e a vontade de compelir a coletividade [a inverter] uma parte de seu *crédito*, não de seu capital, em tais trabalhos de utilidade pública, que ao mesmo tempo se apresentam como condições gerais da produção e, portanto, não como condição *particular* para este ou aquele capitalista (e enquanto o capital não adota a forma da sociedade por ações, busca sempre apenas as condições particulares de sua valorização; as *coletivas* as transfere ao país inteiro na qualidade de necessidades nacionais)".³⁰²

Tal como nos primórdios do mercantilismo, a organização estatal continuou a cumprir, no contexto da revolução industrial, papel histórico

³⁰¹ K. Marx, *Selected Works in One Volume*, Lawrence and Wishart, London, 1968, p. 335.

³⁰² K. Marx, *Grundrisse*, vol. 2, op. cit., p. 21.

preponderante no processo de acumulação do capital, além do cumprimento da função particular de arma de ponta às várias burguesias nacionais na guerra pelo domínio do mercado mundial:

"A concentração do comércio e da indústria num único país, (como) a Inglaterra, tal como se desenvolveu sem interrupção no século XVII, criou progressivamente para esse país um mercado mundial razoável e suscitou por isso uma procura dos produtos ingleses manufaturados que as forças produtivas industriais anteriores já não podiam satisfazer. Esta procura, que ultrapassava as forças produtivas, foi a força motriz que suscitou o terceiro período da propriedade privada desde a Idade Média, criando a grande indústria - a utilização das forças naturais para fins industriais, o maquinismo e a divisão do trabalho mais intensiva".³⁰³

E, não por menos, o exemplo britânico é também aqui resgatado por Marx como ilustração para o argumento. Por ter sido a nação que possuía a supremacia no comércio marítimo e o poder colonial mais extenso, conseguiu a Inglaterra, num primeiro tempo (relativamente a outros países), acumular mais capital e comandar a expansão quantitativa e qualitativa da manufatura - o que lhe permitiu liderar a guerra pela hegemonia do mercado mundial. Da mesma forma, por ter desenvolvido (mais que os outros) a manufatura e o controle do mercado mundial, foram os ingleses que detonaram a Revolução Industrial e, assim, asseguraram seu domínio por mais um ciclo histórico de acumulação. Além do mais - e isto é evidenciado nas análises de Marx -, o que estava em jogo no campo de batalha não eram os interesses "*nacionais*" do *povo* inglês enquanto tais, mas aqueles do *capital* inglês, originalmente "*pátrio*" em função de um

³⁰³ K. Marx e F. Engels. *A Ideologia Alemã*, vol. I, op. cit., p. 73.

determinado estágio de formatação da concorrência mundial e respectiva correlação de forças no plano internacional. A forma *nacional* do Estado, assim, no limite, não passa mais que *de uma ponte para uma fase de estruturação da acumulação do capital em patamar ampliado*; não é mais que uma etapa do próprio processo de mundialização do capitalismo, no âmbito da qual o Estado torna-se um instrumento estratégico de ordenamento e de imposição do novo tipo de racionalidade requerida às relações de produção e sociais em geral:

"A burguesia suprime cada vez mais a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população. Aglomerou a população, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos. A consequência necessária disso foi a centralização política. Províncias independentes, ligadas apenas por laços federativos, tendo seus interesses, suas leis, seus governos, suas tarifas, foram comprimidas em uma só nação, com um só Governo, uma legislação única, um só interesse nacional de classe, uma só fronteira alfandegária".³⁰⁴

Desde o século XIII - como demonstra Fernand Braudel e como pontua Giovanni Arrighi -, o poder de Estado já era objeto do controle de oligarquias mercantis emergentes - como acontecera com algumas cidades-estado, como Veneza e Gênova -, as quais visavam o aumento da lucratividade dos negócios, ora via aquisições territoriais, ora pelo domínio de rotas comerciais e/ou da canalização e concentração de meios de pagamento (espécie de embrião de capital financeiro). Todas as segmentações dos domínios políticos, a partir de então, são vistas como uma contínua mobilização dos poderes estatais pelas

³⁰⁴ K. Marx e F. Engels, *Le Manifeste Communiste*, op. cit., p. 63.

respectivas burguesias, face às suas posições competitivas no contexto do mercado mundial. "A expansão do poder capitalista nos últimos quinhentos anos - diz Arrighi - esteve associada não apenas à competição interestatal pelo capital circulante, como enfatizou Weber, mas também à formação de estruturas políticas dotadas de capacidades organizacionais cada vez mais amplas e complexas para controlar o meio social e político em que se realizava a acumulação de capital *em escala mundial* (grifo meu) (...) Esse movimento (...) reflete a natureza autolimitante e a dialética de todas as inovações organizacionais que, ao longo da história, impulsionaram os processos de acumulação de capital em escala mundial para fora e para adiante no espaço e no tempo".³⁰⁵

Como poucos, Rudolf Hilferding resumiu com admirável agudeza esse papel "instrumental" cumprido pelo Estado na história do desenvolvimento do capitalismo: ora enaltecido como alavanca estratégica à acumulação do capital, ora questionado como instrumento de intervenção no livre jogo do mercado.³⁰⁶ "A concepção burguesa [liberal] de Estado - diz o autor - nasce nas lutas contra a política mercantilista, na luta contra o poder centralizador e dispensador de privilégios que é o Estado. Reflete os interesses da incipiente manufatura e fábrica capitalista frente aos privilégios e monopólios das grandes companhias comerciais

³⁰⁵ G. Arrighi, *O Longo Século XX*, op. cit., pp. 14, 32 - 37. A própria formação do Estado nacional inglês - completa o autor - não passou de um *affair* entre os banqueiros mercantis ingleses - que já dominavam, na segunda metade do século XVI, o sistema monetário e comercial europeu, a partir de Antuérpia e outros mercados continentais - e a rainha Elizabeth, "que em meados do século, herdara um governo levado à falência pelas tentativas fracassadas da dinastia Tudor de recuperar a proeminência da Inglaterra na política europeia". Ibid., p. 212.

³⁰⁶ Aliás, como observa Giovanni Arrighi, Henri Pirenne já havia observado "uma 'regularidade surpreendente' na alternância de fases de 'liberdade econômica' e fases de 'regulação econômica'. A livre expansão do comércio cedeu lugar ao espírito regulatório que é característico da economia urbana, o qual, por sua vez, foi seguido pelo ardor individualista do Renascimento. Este atingiu seu auge na segunda metade do século XVI, quando o pêndulo começou novamente a oscilar na direção oposta. Assim como o espírito regulatório da economia urbana seguiu-se à liberdade do século XII, 'o mercantilismo impôs-se ao comércio e à indústria nos séculos XVII e XVIII' ". Vd. Ibid., p. 251.

e coloniais, de um lado, e a indústria artesanal fechada em forma de grêmios, de outro. *Porém, a luta contra a intromissão do Estado só se pôde levar a êxito quando se demonstrou que a legislação estatal era supérflua e prejudicial para a vida econômica* (grifo meu). Frente às leis do Estado teve que demonstrar-se a autonomia legítima das leis econômicas e sua superioridade sobre a legislação estatal".³⁰⁷

Mas a burguesia (sobretudo britânica), que desde a Revolução Industrial se sentira suficientemente forte para dominar o mercado mundial sem a tutela do Estado, e que há muito vinha abandonando as teses mercantilistas em favor da valorização da doutrina da livre-troca, muito cedo teve de rever os fundamentos mais caros de sua propalada ideologia. Diante de uma situação econômica mundial de crise - quando a depressão generalizada dos preços soava como espécie de trombeta apocalíptica nas mentes de empresários e economistas -, num ambiente de luta entre grandes oligopólios por novos mercados, quando a força se mostrava (mais uma vez) o parteiro mais adequado à construção de uma nova ordem internacional afinada aos interesses monopolísticos em cena, o Estado, em nome dos mais nobres "interesses nacionais", passava a ser novamente interpelado. Num contexto onde o monopólio avançava às custas da livre concorrência de mercado, as sociedades anônimas às custas das firmas privadas individuais (familiares), as grandes empresas comerciais e industriais às custas das menores; onde o controle do mercado e a eliminação da concorrência, em seus moldes clássicos, constituíam apenas um aspecto do processo geral de

³⁰⁷ R. Hilferding. *El Capital Financiero*, Instituto Cubano del Libro. Havana. 1971. p. 337. Movimento semelhante - é bom observar - ocorre hoje sob a avalanche do neoliberalismo, após uma fase de investimentos centralizados e apoiados num modelo estatal altamente concentrado, tal qual se deu após a Segunda Guerra Mundial até o final dos anos 70 (Estado keynesiano) - o que demonstra ser este, também, um movimento cíclico, determinado por fases diferenciadas do processo de acumulação capitalista a nível mundial. Sobre a questão, vd. I. Adams, *Political Ideology Today*, Manchester University Press, Manchester. 1995. pp. 273 - 274.

concentração e centralização do capital (ávido por novas e ampliadas possibilidades de acumulação). o Estado, mais que qualquer outro recurso, tornava-se, então, o instrumento privilegiado na guerra imperialista pelo mercado mundial.³⁰⁸

Por isso é que, para Marx, já no século XIX, a independência do Estado - isto é, sua "autonomia relativa" face às classes - "só existe nos países menos desenvolvidos, onde as ordens ainda não se desenvolveram ao ponto de constituírem classes e onde ainda desempenham um certo papel: países esses em que existe uma situação híbrida e onde, conseqüentemente, nenhuma parte da população pode dominar as outras".³⁰⁹ O Estado nacional nada mais é que a armadura de que se vale a grande burguesia não apenas à organização dos vários mercados internos (nacionais), como em sua conquista do mercado *mundial*, sendo a guerra entre nações nada mais que a forma travestida da luta entre grandes capitais pelo "terreiro" do mundo.

Toda a teoria que, após Marx e no campo do marxismo, esteve centrada no tema do imperialismo, tem por base todos esses pressupostos. A começar por Lênin, que reputava tratar-se, a questão, do problema *econômico* fundamental no contexto do estágio alcançado pelo desenvolvimento do capitalismo desde a virada do século, sem cuja inteligibilidade toda e qualquer

³⁰⁸ Segundo Fritz Sternberg, sem o imperialismo o sistema capitalista não resistiria aos ciclos de crise aguda e tornar-se-ia definitivamente ameaçado em seus fundamentos, do que resultaria, "como uma necessidade matemática", seu desmoronamento como modo de produção. É uma guerra, porém, onde apenas os mais fortes sobrevivem: "Na época do imperialismo (diz o autor) - que é uma época de concorrência entre diferentes metrópoles imperialistas -, para os *diferentes* estados imperialistas não só se trata da possibilidade de reprodução (do capital) em escala ampliada, mas também das possibilidades de concorrência com outros estados imperialistas. Estas são determinadas, significativamente, pela existência das matérias-primas necessárias. É por isso que, para a metrópole imperialista, o *próprio* território não capitalista também tem, junto a todas as demais funções, a de fazer independente a metrópole das contingências geográficas desta reserva própria de matérias-primas". Vd. F. Sternberg, *El Imperialismo*, op. cit., pp. 91 e 101.

³⁰⁹ K. Marx e F. Engels, *A Ideologia Alemã*, vol. I, op. cit., p. 95.

tentativa de decifração dos fenômenos políticos mundiais àquela altura - e, particularmente, aquele da I Grande Guerra - careceria de êxito.

Escrito entre janeiro e junho de 1916, e publicado, pela primeira vez, como brochura, em meados do ano seguinte, em Petrogrado (em plena Guerra Mundial e meses antes da Revolução Russa), *O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*, é a tese que ficou mais famosa e popularmente divulgada a respeito da temática.³¹⁰ Trata-se, em última instância (pode-se dizer), de uma teoria que chama a atenção para as mudanças na *estrutura* do sistema capitalista como um todo em sua fase de acumulação avançada, e que implica a ampliação do raio de ação do grande capital sobre o globo, na busca de divisão e redistribuição das colônias e esferas de influência entre oligopólios concorrentes, patrocinadas por guerras entre Estados e blocos de Estados: "o capitalismo transformou-se num sistema universal de subjugação colonial e de estrangulamento financeiro da imensa maioria da população do planeta por um punhado de países 'avançados'. A partilha desse 'saque' efetua-se entre duas ou tres potências rapaces, armadas até os dentes (América, Inglaterra, Japão), que dominam o mundo e arrastam todo o planeta para a *sua* guerra pela partilha do *seu* saque".³¹¹

O Imperialismo, de Lênin, é uma formulação teórica bastante rigorosa (com rica demonstração de dados empíricos) da efetiva e incontestável configuração do capitalismo como um *sistema mundial*, cujo nível de concentração da produção e de sua progressiva monopolização estampa-se e sintetiza-se na

³¹⁰ Segundo Charles Barone, a teoria leninista do imperialismo adquiriu tal *status* (o de palavra "oficial" sobre o tema) não apenas em face do valor intrínseco das idéias do autor, mas também em função de seu eventual papel desempenhado durante a Revolução de Outubro de 1917, e que o tornou a principal liderança mundial do socialismo contemporâneo. Cf. C.A. Barone, *Marxist Thought on Imperialism: Survey and Critique*, MacMillan, London, 1985, p. 45.

³¹¹ V. I. Lênin, "O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo", in *Obras Escolhidas*, vol. 1, op. cit., p. 582.

figura da "*empresa combinada*": um tipo de firma-gigante que passa a reunir, sob um só comando, diferentes ramos da produção industrial, trabalhando sucessivas fases de transformação das várias matérias-primas num processamento articulado supranacionalmente. A transformação do capitalismo concorrencial em imperialismo é vista como a passagem da livre concorrência (entre pequenas empresas) para uma fase de cartelização do mercado mundial entre grandes capitais (monopolismo), que passam a dominar todos os principais circuitos da produção, em todo o planeta, desde a apropriação das fontes de matérias-primas em países dos cinco continentes (conforme suas potencialidades naturais) até o controle de ramos industriais de ponta (como a indústria siderúrgica, a de eletricidade e a de transformação de petróleo), passando pelo monopólio da mão-de-obra qualificada, dos meios de comunicação e da ciência. É o movimento de acumulação do capital que induz à associação e à expansão, à fusão e à internacionalização de setores produtivos e bancários que tradicionalmente operavam separadamente e que, induzidos pelas necessidades de reprodução ampliada do capital, fundem-se em grandes oligarquias universais (o *capital financeiro*),³¹² encarnando e materializando, pela primeira vez a cores vivas, a vocação do capital à progressiva mundialização.

Na fase imperialista, já não se trata simplesmente do alargamento do capital (de sua reprodução ampliada) por meio do mecanismo da exportação de *mercadorias*: agora, são também exportados *capitais produtivos*; capitais excedentes que já não encontram nos países de origem campo propício (ou suficiente) para sua alocação lucrativa, enquanto que, nos chamados "países atrasados", de capitais escassos, o preço da terra, os baixos salários e as matérias-

³¹² Aqui, Lênin empresta o conceito que fora trabalhado poucos anos antes pelo marxista austríaco Rudolf Hilferding, cuja obra *O Capital Financeiro* (vd. referência a seguir) teve um forte impacto à época e serviu de base principal aos argumentos do líder da revolução bolchevique.

primas baratas e abundantemente disponíveis, representam uma atração irresistível e uma saída irrecusável para uma nova onda de acumulação e de formação de uma taxa favorável de mais-valia e de lucro para o capital em geral. A partilha do mundo entre os grandes oligopólios capitalistas, capitaneada pelos respectivos Estados representativos ou por suas associações, manifesta, para Lênin, o resultado de uma marcha "natural" da dinâmica econômica do capitalismo enquanto modo de produção: "As associações de monopolistas capitalistas - cartéis, sindicatos [patronais], trusts - partilham entre si, em primeiro lugar, o mercado interno, apoderando-se mais ou menos completamente da produção do país. Mas sob o capitalismo, o mercado interno *está inevitavelmente entrelaçado com o externo* (grifo meu). Há já muito que o capitalismo criou o mercado mundial. E à medida que foi aumentando a exportação de capitais e se foram alargando, sob todas as formas, as relações com o estrangeiro e com as colônias e as 'esferas de influência' das maiores associações capitalistas, a marcha 'natural' das coisas levou a um acordo universal entre elas, à constituição de cartéis internacionais (o *supermonopólio*). É um novo grau de concentração mundial do capital e da produção, um grau incomparavelmente mais elevado que os anteriores".³¹³

O caso da indústria elétrica é ilustrativo. Dos sete ou oito grupos empresariais que dominavam o setor nos Estados Unidos e na Alemanha em 1900 (cada um deles composto por inúmeras sociedades e articulados com várias instituições bancárias), já por volta de 1907/1912 haviam restado apenas um ou dois: as companhias Felten e Guillaume, Lahmeyer e Union AEG, fundiram-se na AEG (Sociedade Geral de Eletricidade); as companhias Siemens e Halske, Schuckert e Co., Bergmann e Kummer (esta falida), fundiram-se na Siemens e Halske-Schuckert. Tais *trusts*, americano e alemão, em estreita "cooperação" pelo

³¹³ V. I. Lênin, op. cit., p. 625.

domínio do mercado mundial, estabeleceram em 1907 um acordo para suprimir a concorrência: o *trust* americano "recebeu" o Canadá e os Estados Unidos, enquanto que ao alemão, além da Alemanha, "couberam" a Áustria, a Rússia, a Holanda, a Dinamarca, a Suíça, a Turquia e os Balcãs. "Firmaram-se acordos especiais, naturalmente secretos, em relação às filiais, que penetram em novos ramos da indústria e em países 'novos' ainda não incluídos formalmente na partilha. Estabeleceu-se [entre os dois conglomerados internacionalizados] o intercâmbio de inovações e experiências".³¹⁴

Da mesma forma transcorriam negociações no interior do setor petrolífero, do cimento e da marinha mercante. Em 1909, fundava-se o Sindicato Internacional do Zinco, que coordenou a distribuição do volume da produção entre cinco grandes fábricas da Alemanha, da Bélgica, da França, da Espanha e da Inglaterra. Por sua vez, o cartel internacional dos carris de ferro, desde 1884 em franca articulação, conseguia estabelecer, na entrada do século (passada a fase mais aguda da Grande Depressão), um acordo para os subscritores do pacto, segundo o qual não haveria competição entre os mesmos em seus respectivos mercados internos (nacionais), enquanto que aqueles externos eram distribuídos na proporção do tamanho das empresas: 66% para a Inglaterra (incluída a Índia), 27% para a Alemanha e 7% para a Bélgica. São ainda, dessa mesma época, os primeiros movimentos de *internacionalização patrimonial* dos Bancos na Europa, tal qual o exemplo dos Bancos russos (Banco Russo de Comércio e Banco Comercial Internacional de Petersburgo) que, de 1906 a 1912, já vinham em parte sendo dominados por inversões de Bancos estrangeiros: 55% de franceses, 35% de alemães e 10% de ingleses.³¹⁵

³¹⁴ Ibid., pp. 626 - 627.

³¹⁵ Cf. *ibid.*, pp. 615 e 628 - 631.

O imperialismo revela-se o corolário de um longo processo de reprodução ampliada do capital, que implicou a subsunção progressiva dos diversos ramos e formas não-capitalistas de produção, em todo o globo, à lógica da mais-valia. É neste sentido que Fritz Sternberg, referindo-se a uma demarcação temporal desse movimento de expansão do capital (e inspirado em Rosa Luxemburgo), escreve em seu *Le conflit du Siècle* (1956): "perto da metade do século XIX, o capitalismo não constituía ainda senão uma ilha cercada por todos os lados por um imenso oceano pré-capitalista; meio século mais tarde, perto de um terço da humanidade já estava submetido ao novo modo de produção. Mais ainda: mesmo os territórios sobre os quais ainda dominavam os métodos de produção pré-capitalistas, passavam a sofrer, sem recurso possível, o domínio político e econômico do capitalismo triunfante e a perder uns após outros sua independência".³¹⁶

No processo de dilatação das bases da produção moderna, pode-se inferir que, embora o berço do capitalismo seja o século XVI (e a sua infância o mercantilismo), a fundação de sua verdadeira maioria só advém com o Oitocentos - antes do que, o modo capitalista de produção (se tomado unicamente no sentido mais restrito do conceito) talvez só pré-existisse em solo britânico (como insinuaram Marx e Engels no *Manifesto de 1848*). A Revolução Industrial do século XIX é, portanto, o estopim de uma nova etapa na mundialização do capital, arquitetada sob um novo formato (e conduzida inicialmente sob a hegemonia inglesa), sendo que, o imperialismo, passa a traduzir uma fase histórica mais avançada desse movimento, em que os capitais, já tendo então se apropriado de todas as regiões do planeta, e uma vez transformados em grandes oligopólios,

³¹⁶ Apud M. Pedrosa. *A Crise Mundial do Imperialismo e Rosa Luxemburgo*. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1979. p. 21.

passam a disputar o monopólio do controle dos territórios do globo previamente subordinados.³¹⁷

Rosa Luxemburgo, ainda que tenha feito uma referência mais sintética à questão do vínculo orgânico entre monopólios e Estado e o fenômeno do imperialismo em sua *Acumulação de Capital* - publicada em 1913 (antes do texto de Lênin, portanto) -, ressalta entretanto, na *Anticrítica* (1921), que Marx já houvera notado que a característica mais notável do desenvolvimento moderno era a ânsia do capitalismo em expandir-se rapidamente por todo o globo, derivando dessa premissa o conceito de *imperialismo* - espécie de estágio supremo desse movimento tendencial de incorporação de toda a civilização mundial à lógica do produtivismo (e do consumismo) burguês. Observa, também, que, embora Marx não tivesse presenciado em vida o surgimento do imperialismo no cenário mundial, a dominação final e absoluta do capital sobre todo o planeta se constituía no pressuposto teórico básico de toda a sua análise do capitalismo. E uma vez efetivada, em seus limites últimos, essa escala de dominação do modo capitalista de produção - inaugurada pelo imperialismo -, toda a sua tese tornar-se-ia (então) objetivamente validada.

Rosa Luxemburgo, por uma série de análises, havia chegado à conclusão de que nem a classe dos capitalistas, nem a do proletariado dos países

³¹⁷ Para Harry Magdoff, cinco principais características marcariam a nova face do capitalismo industrial em sua fase imperialista: 1) o aparecimento em cena de indústrias com maior *background* tecnológico (como as indústrias químicas, de alumínio, de refinamento de petróleo, automobilística, etc.) a requerer uma incomum escala de produção e de realização; 2) a incorporação definitiva da ciência como fator básico da transformação do processo produtivo e de garantia da implementação das inovações requeridas pelo novo estágio de concorrência entre grandes capitais; 3) a criação de demandas por novas matérias-primas e pela ampliação das fontes de recursos básicos retroalimentadores da produção industrial, o que condicionou o capital a incorporar novos territórios do globo ao ciclo direto de sua reprodução; 4) uma maior integração do mercado mundial, envolvendo a institucionalização de um sistema único de pagamentos internacionais e uma política mundial de preços para as mercadorias em circulação; 5) a emergência do Estado como instância estratégica na solução de conflitos entre as grandes corporações capitalistas. Cf. H. Magdoff, *Imperialism: From the Colonial Age to the Present*, op. cit., pp. 167 - 169.

de centro, não-somente, garantiam um mercado suficiente para o consumo de todo o gigantesco volume agregado de mercadorias produzidas e em contínua expansão, havendo que ocorrer outras fontes de demanda para que o processo de acumulação pudesse ser efetiva e continuamente renovado. Sua concepção de "terceiro mercado", como um estrato de consumidores estruturalmente diferenciados (e para além das duas principais classes produtivas), buscado na relação travada pelo capital com outros povos situados "fora" do círculo da produção capitalista dos países centrais (mas dependentes do consumo de suas mercadorias), foi a resposta encontrada para o problema: "a produção capitalista, como produção em larga escala, depende dos consumidores camponeses e artesãos nos países antigos, e dos consumidores de todos os países; por motivos técnicos, ela não pode existir sem os produtos destes estratos e países. Portanto, tem de se desenvolver desde o início uma relação de troca entre a produção capitalista e o meio não capitalista, através da qual o capital não só encontra a possibilidade de realização da mais-valia em metal sonante para capitalização ulterior, como também recebe várias mercadorias para alargar a produção e, finalmente, adquire nova força de trabalho através da proletarianização, devido à desintegração dos modos de produção não capitalistas". Do que resulta que o *imperialismo* é a tradução histórica da necessidade capitalista em manter em prosseguimento o processo de acumulação - *em si, inerentemente expansionista*.³¹⁸

Bukharine (em *Imperialismo e Acumulação de Capital*, 1924), fazendo um retorno a Lênin - e criticando o acento dado por Rosa Luxemburgo ao viés analítico baseado na expansão do *mercado* (circulação) como elemento explicativo primordial à dinâmica da acumulação -, recoloca em cena uma análise

³¹⁸ Cf. R. Luxemburgo, "A Acumulação do Capital - Uma Anticrítica", in R. Luxemburgo e N. Bukharine, *Imperialismo e Acumulação de Capital*, op. cit., p. 80 (é toda a parte final sobre "Imperialismo").

do processo que parte da *produção*, no intuito de demonstrar que é a sua lógica interna própria, alimentada pelo estado concorrencial entre capitais, que impele mais e mais os capitalistas a acumular, transformando-se, por conseguinte, a acumulação, *num fim em si mesmo* para o capital, isto é, na "razão motivadora" primordial de todo o seu dinamismo. Segundo Bukharine, o advento do período imperialista coincide e expressa a busca de novas oportunidades (a taxas de lucro mais favoráveis) de investimentos, pelo capital dos "velhos países", no restante do mundo, expressando, em última análise, a condição política da acumulação ampliada do capital num novo e inédito contexto histórico, em que se disputa o controle das esferas de influência em toda a Terra, tendo em vista a garantia da reprodução dos oligopólios.

Retomando uma passagem de *O Capital*, que também vem citada em seu livro *Economia Mundial e Imperialismo* - escrito em 1915 (anterior ao *Imperialismo*, de Lênin), mas só publicado em 1918 -, assim resume Bukharine o que entendia ser o *sumo* de todo o processo em curso: "Se o capital é exportado para o estrangeiro, não é porque não pudesse de todo ser investido internamente, mas sim *porque pode ser investido com uma taxa de lucro mais elevada* num país estrangeiro".³¹⁹ Seria, então, a caça de lucros máximos (e não a busca da possibilidade de realização em novos mercados), o fator preponderante do movimento de expansão do capital (e do imperialismo), ou seja, a utilização de uma força de trabalho mais barata, com taxa de exploração (mais-valia) mais elevada, a razão última de toda a guerra - sendo a constituição de novos mercados

³¹⁹ Citação contida em "Imperialismo e Acumulação de Capital", in R. Luxemburgo e N. Bukharine, *Imperialismo e Acumulação de Capital*, op. cit., p. 302. Aliás, esta premissa já tivera sido observada, antes de Marx, por David Ricardo, que ressaltava que "quando os comerciantes investem seus capitais no mercado estrangeiro (...) isto sempre ocorre por uma opção, e nunca por necessidade; porque ali seus lucros serão de alguma forma maiores que no mercado interno". In D. Ricardo, *On The Principles of Political Economy and Taxation*, Cambridge University Press, Cambridge, 1970, p. 48.

e o movimento das mercadorias variáveis dependentes da lei da perequação da taxa de lucro.

Diz ainda Bukharine: "as *formas específicas* que assume a luta concorrencial (o deslocamento do aspecto dominante da luta por preços mais baixos para a pressão crescente exercida pelo capital financeiro e, finalmente, para a guerra) são a consequência, em primeiro lugar, da estrutura monopolista do capitalismo moderno; em segundo lugar, do fato de a importância da luta por matérias-primas e por territórios para exportação de capital (onde a concorrência através de preços mais baixos não é possível) ter aumentado, devido à condição da propriedade monopolizada nestes territórios; em terceiro lugar, do fato de o problema do mercado se colocar em termos completamente diferentes hoje em dia, porquanto já não se trata de uma concorrência entre empresários com condições idênticas, mas sim da luta entre gigantescos '*trusts* de capitalismo de Estado', apoiados pelo poder do Estado (...) Assim, a moderna expansão capitalista difere da anterior [colonialista] pelo fato de *reproduzir o novo tipo histórico das condições de produção a um nível alargado, i. e., o tipo das condições do capitalismo financeiro*".³²⁰

Desde 1910, o austríaco Rudolf Hilferding também já houvera detectado, com extrema acuidade, as profundas transformações em operação na economia capitalista, então em fase inicial de mundialização de suas estruturas produtivas. Em seu clássico *O Capitalismo Financeiro*, dedica-se a expor as razões que conduziram o capital em geral a empreender um novo ciclo de concentração, que importava, por um lado, a abolição progressiva do antigo estágio de *livre concorrência* experimentado até o último quartel do século XIX e, por outro, a fusão cada vez mais estreita entre capital industrial e capital

³²⁰ N. Bukharine, *ibid.*, pp. 316 - 317.

bancário: o *capital financeiro*. As necessidades de agilização da rotação de capitais volumosos, de alta taxa de composição orgânica e com níveis progressivamente rebaixados de taxa de lucro, impulsionavam a aproximação e fusão de indústrias de grande porte e instituições bancárias, tendo em vista garantir a contínua reconversão do capital fixo em capital monetário (e vice-versa) no contexto de períodos de rotação do capital de longa duração.

Através dessa estratégia, grandes empresas capitalistas passaram a canalizar, com maior facilidade, recursos monetários para seus próprios investimentos através do sistema bancário associado (transformado em doador de crédito e instituto financeiro) e, os bancos, em contrapartida, a beneficiar-se dos lucros diferenciais advindos dos ramos produtivos incentivados, que passavam a dominar faixas cada vez maiores do mercado mundial. Os bancos, pouco a pouco, deixavam de ser instituições abertas de financiamento de toda ordem de negócios e empresas, para se concentrar em algumas poucas com as quais passavam a formar uma associação de interesses exclusivos. "O Banco tinha que limitar seus créditos (...) Enquanto empresas competidoras são suas clientes, o Banco não pode esperar de sua concorrência nada mais que prejuízos. Por isso, o desejo absoluto do Banco é a supressão da concorrência entre empresas em toda a parte. [E como está] interessado no maior lucro possível (...) este alcançará de novo seu maior nível com a completa supressão da concorrência em um ramo da indústria. Daí a aspiração dos Bancos para criar o *monopólio*".³²¹

Hilferding, em plena entrada do século XX, está tematizando a monopolização da economia, em escala mundial, por grandes oligopópios capitalistas - tal qual prevista por Marx (e por este verificada, a seu tempo, apenas como *tendência posta*). Não foi preciso mais que poucas décadas para que a teoria

³²¹ R. Hilferding, *El Capital Financiero*, op. cit., p. 210.

encontrasse sua reverberação empírica. A era do capital financeiro coincide com a era das grandes combinações de empresas numa escala de internacionalização já considerável. As oscilações das taxas de lucro e a acirrada concorrência no mercado mundial geravam insegurança para os pequenos negócios ou para as empresas de porte restrito, tensionadas pelas ondas imprevisíveis do jogo internacional do mercado. A empresa combinada, ao unificar num só negócio setores e ramos diferenciados da produção, estabiliza o fornecimento recíproco de matérias-primas a nível interno do conglomerado, e recupera, assim, a taxa de lucratividade mediante a eliminação da concorrência e o controle monopolista dos preços. O mundo passa a ser invadido por *cartéis* (comunidades monopolistas de interesses) e *trusts* (fusão de empresas com os mesmos fins dos cartéis), todos unidos a organizações bancárias e tendo por finalidade única a maximização do lucro. Neste clima, as iniciativas são variadas e múltiplas. "Um Banco que, por exemplo, esteja interessado em uma mina de carvão, aproveitará sua influência em uma fundição de ferro para se converter em cliente da mina. Existe aí o gérmen de uma combinação. Ou seu interesse por duas empresas similares induz o Banco ao intento de fazê-las chegar a um acordo - já está a caminho a comunidade de interesses ou a fusão homogênea".³²² Ampliam-se, assim, os negócios. Tal qual organizações estatais de domínio político, as uniões monopolistas passam a exercer (por meio da ação econômica) um controle progressivo do planeta, onde "a relação de *cartel*, sindicato [patronal] e *trust* encontra sua alegoria na relação de Federação de Estados, Estado federado e Estado unitário".³²³

A expansão da indústria desenvolve a concentração de bancos e o sistema bancário concentrado transforma-se em motor importante de novas ondas

³²² Ibid., p. 220.

³²³ Ibid., p. 229.

de expansão industrial. O próprio cartel pressupõe um grande banco como garantidor de crédito contínuo e premanente da produção e circulação de suas mercadorias, intensificando, nesse sentido, a relação orgânica entre indústria e sistema financeiro. O banco, ao canalizar recursos monetários de todas as classes sociais, sob os mais variados tipos de depósitos, coloca também esse montante à disposição das indústrias associadas (como capital de reserva), fazendo-o girar e produzir dividendos para seus usuários e transferindo, por essa via, a propriedade da renda social. Assim como os industriais não podem mais dispor de todos os recursos necessários para novos investimentos senão através da contribuição dos bancos, estes, por sua vez, têm de fixar na indústria uma parte cada vez maior de seus capitais a fim de fazê-los crescer. O *capital financeiro*, para Hilferding, expressa exatamente esta passagem do capital *bancário* (dinheiro) a capital *industrial* (produtivo), numa associação que se desenvolve por meio de sociedade por ações e alcança seu apogeu com a monopolização da indústria, a subordinação de faixas inteiras do mercado mundial à ação dessas novas formas de conglomerados e o domínio derradeiro da indústria sobre a classe dos comerciantes, a qual entra em fase progressiva de degradação.³²⁴ Todo o comércio internacional passa, então, a ficar subsumido às novas regras da cartelização.

Se, nos albores do capitalismo, era o comércio que comandava o ritmo da produção de mercadorias e concentrava a maior parte da riqueza monetária da sociedade (capital mercantil), impulsionando a dinâmica de toda a economia, depois do desenvolvimento do capital industrial e, mais particularmente, em sua fase monopolista, a esfera da circulação perde sua preeminência originária. Ela passa a ficar subordinada aos circuitos controlados pelos fabricantes, os quais, desde então, por si mesmos, organizam os canais para a

³²⁴ Cf. *ibid.*, pp. 251 - 255.

saída de seus produtos, articulando diretamente as transações comerciais em todo o globo. "Assim, pois, a concentração na indústria origina não somente concentração, como também demonstra o caráter supérfluo do comércio [e do comerciante] (...) Se as associações industriais parciais diminuem, por de pronto, o comércio, [as] combinadas o fazem diretamente, ao tornar supérfluas as operações comerciais em geral. Porém, as associações monopolistas têm a tendência de suprimir a independência do comércio (...) Por conseguinte, o resultado de todo o processo é uma diminuição do capital comercial e, conseqüentemente, das deduções que este provoca no lucro industrial".³²⁵ O capital industrial vai desbancando, pouco a pouco, a posição dominante que o capital comercial detinha no período da manufatura, num processo que é definitivo, onde o capital financeiro (fase superior do monopólio industrial) "reduz absoluta e relativamente o comércio, e transforma o comerciante, antes tão orgulhoso, em um agente da indústria monopolizada pelo capital financeiro".³²⁶

Para Hilferding, o imperialismo representa um movimento de *exportação de capitais* (produtivos) premido pela própria lei do desenvolvimento da acumulação capitalista, mas precipitado pelos efeitos do processo de cartelização da economia mundial: "A cartelização significa lucros extraordinários, muito grandes, e já temos visto como se capitalizam estes lucros extraordinários e afluem aos bancos como massas concentradas de capital. Porém, ao mesmo tempo, os cartéis significam um retardamento da inversão de capital. Nas indústrias cartelizadas, porque a primeira medida do cartel é a limitação da produção; nas não cartelizadas, porque a redução da taxa de lucro atemoriza aos investidores de capital. Assim cresce rapidamente, de um lado, a massa de capital determinado

³²⁵ Ibid., pp. 234 - 239.

³²⁶ Ibid., p. 255.

para a inversão, enquanto que, de outro, contrai-se sua possibilidade de inversão. Esta contradição exige sua solução e a encontra na *exportação de capital*. A exportação de capital não é, por si mesma, uma conseqüência da cartelização. É um fenômeno que é inseparável do desenvolvimento capitalista. Porém a cartelização acrescenta, subitamente, a contradição, e cria a necessidade aguda da exportação de capital".³²⁷

Desde então, a história do século XX se transforma na história da mundialização do capital produtivo. O capitalismo financeiro amplia a noção de magnitude do espaço econômico, chocando-se com as fronteiras criadas pelo protecionismo nacional/estatal, legado do período anterior de organização de capitais a nível interno de cada país. O grande capital, a grande unidade empresarial, o conglomerado industrial-financeiro, exige um dilatamento de seu espaço de ação, um público consumidor à altura de sua estatura, uma possibilidade de venda que compense os altos investimentos contraídos e a necessária queda proporcional dos custos da produção. Novos mercados potenciais, associados a condições naturais favoráveis e perspectivas de maior produtividade do trabalho, resumem a fórmula de nova equação expansionista do capital em sua fase imperialista, colocado o globo por inteiro sob a mira dos cálculos estratégicos. Quanto mais amplo o espaço de movimento, mais diversificada a produção, mais intensa a reprodução do capital, como maiores as possibilidades de redução dos custos das importações (da circulação) e maiores as garantias contra os riscos das catástrofes naturais e das crises econômicas.

O livre câmbio, espírito absoluto da produção capitalista desenvolvida, ao unificar todo o mercado mundial em uma gigantesca área econômica *única*, passa a garantir uma maior produtividade do trabalho em

³²⁷ Ibid., p. 264.

escala global e uma divisão internacional do trabalho mais racional. A ideologia do mercado sem fronteiras, contudo, é simplesmente o artifício legitimador da ação dos grandes cartéis, que se distribuem, por "acordos de cúpula", zonas de venda e política de preços mundiais, uma vez que aqui não se trata mais de associação de fabricantes isolados no mercado mundial (como ocorria, vez por outra, na fase oitocentista da livre concorrência), mas de associações *multinacionais* entre grandes empresas. Ao mesmo tempo, com a cartelização aumenta extraordinariamente a importância direta da magnitude do espaço econômico para o nível do lucro: "quanto maior seja a área econômica - continua Hilferding -, tanto maior será o benefício do cartel. E quanto maior seja este, tanto mais elevadas podem ser as matérias-primas de exportação, isto é, tanto mais forte será a capacidade de concorrência no mercado mundial (...) Enquanto a moderna política protecionista contribui para reforçar o impulso sempre existente do capital pela contínua expansão de sua área econômica, a concentração de todo o capital monetário ocioso em mãos dos bancos conduz à organização planejada de exportação de capital. Os vínculos dos bancos com a indústria permitem sujeitar a concessão de capital monetário à condição de que este se empregue em indústrias que sejam dinâmicas e lucrativas. Com isso se acelera extraordinariamente a exportação de capital em todas as suas formas".³²⁸ Tão logo os novos mercados deixam de ser simples áreas de venda para se converterem em zonas diretas de inversão de capital produtivo, modificam-se as posturas dos países exportadores de capital frente ao novo quadro de concorrência e, conseqüentemente, de correlação de forças políticas a nível mundial.

A multiplicação descomunal de exportação de capitais redundava, por força das circunstâncias (da violência concorrencial entre grandes *trusts* e cartéis),

³²⁸ Ibid., pp. 351 - 353.

na anexação de regiões estrangeiras às matrizes capitalistas mediante uma política neocolonial. O objetivo é incluir no mercado nacional partes do mercado mundial (fundir mercados). Para Hilferding, é esse enfrentamento direto entre grandes conglomerados industriais-financeiros pela posse do mercado mundial que repercute no antagonismo entre Estados e que conduz ao *imperialismo*.³²⁹ O imperialismo traduz a política do capital financeiro, a busca da consecução de seus objetivos máximos: a criação de um espaço econômico o maior possível; a exclusão da concorrência estrangeira via domínio de mercados; a conversão das faixas de mercado sob controle em área de exportação para os grupos monopolistas associados.³³⁰ Nesse sentido, as relações políticas são a capa das relações econômicas em curso, onde o exército e o direito, a guerra e a diplomacia, a ciência e as comunicações, todos estão a serviço da exportação de capitais. "A aspiração nacional, que encontrou seu limite natural na formação da nação como fundamento do Estado - porque reconhecia o direito de cada nação à sua própria forma de Estado e, por conseguinte, via as fronteiras do Estado nas fronteiras naturais da nação - transformou-se, agora, na aspiração de uma nação ao domínio sobre outras. O novo ideal é a conquista da hegemonia mundial pela própria nação, um esforço tão ilimitado como o que lhe dá origem, *o esforço do capital para obter lucros. O capital se converte no conquistador do mundo* (grifo meu), e com cada novo território conquistado estabelece uma nova necessidade econômica, já que qualquer restrição diminui o lucro do capital financeiro, reduz sua capacidade concorrencial e, finalmente, pode fazer de uma região econômica menor a simples tributária de outra maior. Economicamente fundado, justifica-se ideologicamente

³²⁹ Em sua conquista do mundo, o grande capital financeiro necessita da assistência de um Estado forte que cuide de seus interesses de forma coordenada e concentrada, e com o recurso direto da força, se necessário for.

³³⁰ Cf. R. Hilferding, *ibid.*, p. 367.

por esse notável desvio da idéia nacional, que já não reconhece o direito de todas as nações à autodeterminação e independência política, e que já não é uma expressão da crença democrática na igualdade de todas as nacionalidades (...) Deste modo, a ideologia do imperialismo se levanta sobre a tumba dos velhos ideais liberais".³³¹ A política do capital financeiro, ao traduzir uma expansão mais enérgica do capital via abertura de novas zonas de inversão e de mercado, completa a difusão do capitalismo por todo o globo e assenta as bases de todo o processo subsequente de intensa transnacionalização da economia que, até a primeira metade do século XX, apenas ganhava seu primeiro fôlego.

Não obstante todas as semelhanças e/ou diferenças de pontos de vista ou enfoques que autores como Hilferding, Rosa Luxemburgo, Lênin, Bukharine (e tantos outros) atribuíram às causas para o fenômeno do imperialismo,³³² o que importa, para a presente reflexão, é que estes autores, cada um a seu modo (e independentemente de coincidências analíticas ou discordâncias teóricas), estão premidos pelos fatos de seu tempo a dedicar-se à tematização (e decifração) da "natureza" da *nova etapa de mundialização do capitalismo*, que desde o final do século XIX passara a conhecer um impulso inédito (em novas bases institucionais)

³³¹ Ibid., pp. 379 - 380.

³³² Uma síntese do debate a respeito da temática do imperialismo, no campo marxista, pode ser encontrada in V. G. Kiernan, *Marxism and Imperialism*, St. Martin's Press, New York, 1975, e C. A. Barone, *Marxist Thought on Imperialism: Survey and Critique*, op. cit.. Outras obras a respeito do tema: A. Arzumanian, *El Imperialismo*, Editorial Cartago, Buenos Aires, 1965; T. Kemp, *Theories of Imperialism*, Dobson Books, London, 1967; D. K. Fieldhouse, *Economics and Empire: 1830 - 1914*, Cornell University Press, New York, 1973 e *Colonialism 1870 - 1915. an Introduction*, Macmillan, Houndmills, 1988; B. A. Passarelli, *Colonialismo y Acumulacion Capitalista en la Europa Moderna*, Preamar, Buenos Aires, 1973; M. Barratt Brown, *The Economics of Imperialism*, Penguin Books, Baltimore, 1974; F. Sternberg, *El Imperialismo*, op. cit.; V.G. Kiernan, *Marxism and Imperialism*, St. Martin's Press, New York, 1975; H. Arendt, *As Origens do Totalitarismo (II): Imperialismo, a Expansão do Poder - uma análise dialética*, trad. de Roberto Raposo, Ed. Documentário, Rio de Janeiro, 1976; M. Dobb, *Political Economy and Capitalism*, cap. VII, "Imperialism"; B. Warren, *Imperialism: Pioneer of Capitalism*, NLB, London, 1980; S. Amin, *Imperialismo e Desenvolvimento Desigual*, trad. de Eneide Araújo, Ed. Vértice, São Paulo, 1987; E. Hobsbawm, *A Era dos Impérios, 1875 - 1914*, op. cit..

e que traduzia, em última instância (como notara Rosa Luxemburgo), a materialização das previsões de desenvolvimento do sistema preconizadas, anos antes, por Marx. Seja pela equação da *procura de maiores lucros* (com base em taxas mais favoráveis de mais-valia), seja pela fórmula da *possibilidade de realização* (expansão de mercados) - fatores que, por sinal, não são excludentes, mas interdependentes numa perspectiva marxiana -, o que está em causa, para toda uma geração de intelectuais, é a nova configuração e dinâmica que o capital monopolista (mais concentrado e centralizado) passara, então, a apresentar no cenário mundial. Da mesma forma, esse olhar pousa sobre as consequências econômicas e políticas desse novo contexto histórico, em que o globo por inteiro, por meio da guerra imperialista (como uma nova onda universal de neocolonialismo), tornava-se alvo da dominação do grande capital e de sua sede de lucro, num movimento articulado através da ação dos Estados e fomentado em nome do aparente "interesse nacional".³³³

O *imperialismo*, assim decifrado como movimento de *internacionalização* das bases produtivas e de ampliação das zonas de influência (domínio de mercados) dos grandes oligopólios em luta pela dilatação de seus espaços de acumulação e reprodução, traduz, por certo, uma etapa avançada do processo de mundialização do capitalismo, só que não a sua "etapa superior"

³³³ De fato, já na virada de século, não apenas a Inglaterra, como a França e a Alemanha, na Europa, e os Estados Unidos, no outro lado do Atlântico, haviam assumido as rédeas da política mundial, anunciando, no seu nascedouro, pela I Grande Guerra, o que representaria esse novo capítulo da história, traduzido por Erich Hobsbawm em *A Era dos Extremos* (1995), ou seja, o século mais curto e mais sangrento de toda a trajetória humana. Cabe ainda lembrar, aqui, a tese de Karl Kautsky sobre o "*ultra-imperialismo*", defendida em ensaio que publicou em 1914 sob o título de *Der Imperialismus*, e que considerava a possibilidade (como a história depois comprovou) não da derrocada do sistema capitalista mundial após a guerra, mas, pelo contrário, de um acordo *internacional* do capital, do ingresso do capitalismo numa nova fase onde dar-se-ia a passagem da política dos cartéis à esfera da política externa, espécie de *supercapitalismo* - o que o coloca como um dos precursores da teoria do capitalismo mundial. Comentário extremamente interessante e sucinto a respeito do tema pode ser encontrado em M. L. Salvadori, "Kautsky entre ortodoxia e revisionismo", in E. Hobsbawm (org.), *História do Marxismo*, vol. 2, trad. de Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1982, pp. 329 - 335.

(como pressupunha Lênin, seguido por outros intérpretes contemporâneos).³³⁴ Como depois vieram a demonstrar os desdobramentos históricos que se seguiram às duas Grandes Guerras, uma nova e mais complexa fase de formatação do grande capital já estava, então, em andamento, o que sugere que o papel cumprido historicamente pelo imperialismo acabou sendo aquele de uma *etapa intermediária* (de transição) no desenvolvimento do modo capitalista de produção: "A vasta expansão do comércio e do investimento exterior depois de 1850 - nota David Harvey - encaminhou as principais forças capitalistas para a trilha do globalismo, [fazendo-o inicialmente] por intermédio da conquista imperial e da rivalidade inter-imperialista, que viriam alcançar seu apogeu na Primeira Guerra Mundial - a primeira guerra global. *En route*, os espaços do mundo foram *desterritorializados*, privados de suas significações precedentes e *reterritorializados* (grifos meus) segundo a conveniência da administração colonial e imperial".³³⁵

A verdade é que, desde a Revolução Industrial, o mundo já vinha experimentando a gestação de um novo patamar de materialidade societária progressivamente fertilizado pela concorrência mundial entre grandes empresas monopolistas, e que resultou naquilo que Eric Hobsbawm, posteriormente, cunhou de "o fato maior do século XIX", isto é: "a *criação de uma economia global única* (grifo meu), que atinge progressivamente as mais remotas paragens do mundo, como uma rede cada vez mais densa de transações econômicas,

³³⁴ A ideia de que o imperialismo se constitui na "fase suprema" do capitalismo radica-se na tese básica de que este modo de produção teria, finalmente, atingido o fim de sua fase de expansão mundial e que, graças ao advento de um ciclo crônico de crise de acumulação, abrir-se-ia, tendencialmente, um tempo de transformação revolucionária em direção ao socialismo - o que, efetivamente, não ocorreu. Vd., por exemplo, S. Amin, *Classe e Nação*, op. cit., cap. VII ("A Libertação Nacional e a Transição Socialista").

³³⁵ D. Harvey, *Condição Pós-Moderna: uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*, trad. de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves, Edições Loyola, São Paulo, 1993, p. 240.

comunicações e movimentos de bens, dinheiro e pessoas ligando os países (...) entre si".³³⁶ Com o avanço da mundialização do capital (e para além das realizações do imperialismo), o capitalismo entra finalmente na sua fase do *globalismo* (como será visto mais à frente), etapa na qual o capital atinge o seu grau mais desenvolvido de *concentração e centralização, transnacionalizando-se*.

No coração do processo de globalização, de fato, está o movimento de *concentração e centralização do capital*, sua principal força motriz; aspecto que, destacado e demonstrado em sua efetividade empírica, inegavelmente ressoa o núcleo central (*core*) de toda a tese de Marx sobre os fundamentos da "lei" de desenvolvimento do capitalismo, e para o qual convergem todos os desdobramentos teóricos contidos nas páginas de *O Capital*: aquilo que Marx denominou de "A Lei Geral da Acumulação Capitalista" (*The General Law of Capitalist Accumulation*). Trata-se, esta "lei", do sumo de toda a sua concepção lógico-sociológica da mecânica de funcionamento do modo capitalista de produção (sua *lei tendencial de movimento*), e que, em última instância, exprime (e explica) as tendências postas de sua processualidade histórica, iluminando, inclusive, a inteligibilidade das conformações mais típicas de sua formatação global mais recente.

³³⁶ E. Hobsbawm, *A Era dos Impérios*, op. cit., p. 95.

CAPÍTULO 5

MODO DE PRODUÇÃO MUNDIAL

O objetivo de toda a obra de Marx está voltado - afirma ele no prefácio à primeira edição inglesa de *O Capital* - à descoberta e revelação da(s) lei(s) econômica(s) que determina(m) o movimento da moderna sociedade burguesa; à inteligibilidade, portanto, da *mecânica* do modo capitalista de produção, da dinâmica de suas correspondentes relações de produção, com as "tendências que operam e se lhe impõem com férrea necessidade", conformando seu *devoir*.³³⁷

Não há, no domínio da história - segundo Marx -, leis eternas e invariáveis, válidas *ad infinitum*. Cada período histórico possui suas próprias "leis", "que regem o nascimento, a existência, o desenvolvimento e a morte de um determinado organismo social, e sua substituição por outro de mais alto nível".³³⁸

³³⁷ K. Marx, *Capital*, vol. 1, op. cit., Preface to the First Edition, pp. 91 - 92 [e.b., pp. 5 e 6]. O sentido de "lei", aqui (ou a metáfora da "férrea necessidade"), não deve ser tomado segundo os parâmetros mais exatos de regularidade e/ou de previsibilidade que regem o movimento e constituição dos fenômenos naturais. As leis *sociais* (que são produto das ações coletivas e contraditórias dos homens) são apenas (por isso mesmo) leis *tendências*, que decorrem do predomínio de certos padrões de organização da vida social em cada período histórico - tendências hegemônicas gerais de direção de mudança -, e que condicionam, de uma maneira geral, a lógica do desenvolvimento das instituições (seu movimento tendencial de reprodução), conformando a vida e o comportamento dos indivíduos. "Os homens fazem sua própria história - diz Marx -, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos". K. Marx, *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*, 4a. edição, trad. de Leandro Konder e Renato Guimarães, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978, p. 17.

³³⁸ K. Marx, *Capital*, vol. 1, op. cit., Preface to the Second Edition, p. 102 [e.b., Livro 1, vol. 1, p. 16].

Toda formação histórica (da mais simples à mais complexa) possui sua maneira própria de organizar a vida social, seu *modo de produzir* (divisão do trabalho, da propriedade, codificação de direitos e deveres, sistema de valores e crenças, etc.), cuja dinâmica interna, seja nas sociedades mais modernas como nas mais antigas, está sempre condicionada (ainda que de forma não unilateral) pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas que, por sua vez, são, em si mesmas, um produto histórico e social. Delas dependem concretamente as possibilidades maiores ou menores de diversificação das atividades sociais, da divisão do trabalho, das estratégias de distribuição diferenciada dos encargos e papéis sociais entre os membros de uma coletividade, das hierarquizações, das estratificações, das ramificações das esferas de manifestação da vida econômica, política e cultural, a rotação e o ritmo de toda a dinâmica social, a capacidade de reprodução e renovação dos padrões societários, o potencial civilizatório, etc. Aquilo que os indivíduos *são*, a forma de ser e existir de uma dada sociedade (as várias expressões materiais típicas de sua sociabilidade, de sua institucionalidade societária, de sua dinâmica social), está sempre, necessária e primordialmente, correlacionado(a) (ainda que não mecanicamente) com as condições materiais básicas de sua produção; depende, em última instância, tanto daquilo *que se produz* (técnicas de produção, padrões de consumo), como da forma *como se produz* (relações sociais de produção).³³⁹ A combinação dinâmica e interdeterminante desses elementos (sempre variável no tempo e no espaço) é o fator que confere identidade, singularidade e especificidade (e, portanto, diferenciação) às várias formas de manifestação da organização da vida social entre os diversos povos e civilizações ao longo da história. Por fim - é bom lembrar -, "uma organização social nunca desaparece antes que se desenvolvam

³³⁹ K. Marx e F. Engels, *A Ideologia Alemã*, vol. 1, op. cit., p. 19.

todas as forças produtivas que ela é capaz de conter; e nunca relações de produção novas e superiores se lhe substituem antes que as condições materiais de existência destas relações se produzam no próprio seio da velha sociedade".³⁴⁰

O capitalismo é a mais completa e desenvolvida organização histórica da produção - diz Marx nos *Grundrisse*.³⁴¹ Neste sentido (enquanto modo de produção), é uma totalidade *histórica e lógica* que possui suas próprias "leis" de organização e desenvolvimento, suas tendências intrínsecas de estruturação e evolução, sua capacidade potencial de reprodução e expansão.

Antes de mais nada, o modo capitalista de produção é, numa primeira dimensão, um *modo de produção de mercadorias*. Um mundo (o primeiro na história) *plasmado pelo mercado*, pela produção voltada para a *venda* (e não para o uso direto dos produtores), onde o *valor-de-troca* já se alçou à condição de finalidade última e fundamento de toda a atividade econômica - o estatuto de força motriz e vetor hegemônico e universal de impulsão e dinamização das relações sociais de produção.³⁴²

Esta metabolização de todos os produtos a valores-de-troca, e de todas as atividades produtivas a processos de criação de novos valores-de-troca, supõe - como temos visto - o desenvolvimento do comércio, das relações monetárias, bem como a superação dos vínculos de dependência pessoal, de sangue e de educação que marcaram formas pretéritas (pré-capitalistas) de organização produtiva, voltadas, prioritariamente, à realização de valores-de-uso. à

³⁴⁰ K. Marx, Prefácio à *Contribuição à Crítica da Economia Política*, op. cit., p. 25.

³⁴¹ K. Marx, *Grundrisse*, vol. 1, op. cit., p. 26.

³⁴² Bem entendido, não é a produção de mercadorias, *como tal*, aquilo que distingue o capitalismo de outros modos de produção, mas a circunstância da *predominância* desse caráter mercantil da produção sobre outras formas possíveis. Cf. K. Marx, *Capital*, vol. 3, op. cit., cap. 51, p. 1019 [e.b., Livro 3, vol. 6, cap. LI, p. 1007].

satisfação do consumo direto. Em outras palavras: 1) uma divisão social do trabalho desenvolvida; 2) atos universais de troca, em movimento ininterrupto de renovação; e 3) a incorporação de um valor abstrato ao produto (preço) passível de quantificação no circuito das trocas (monetarização da economia).³⁴³

É nesse contexto das relações generalizadas de troca que o uso do dinheiro se consolida, assumindo este o papel de equivalente geral (padrão universal de referência) no circuito ampliado das transações: "A necessidade de um dinheiro distinto do tempo de trabalho surge precisamente da necessidade de expressar a quota do tempo de trabalho não em seu produto imediato e particular, mas em um produto mediato e universal".³⁴⁴ No começo, "a autonomização do valor-de-troca em dinheiro, desvinculado dos produtos, corresponde à autonomização da troca (do comércio) como função desvinculada daqueles que trocam (separação da compra da venda, enquanto atos espacial e temporalmente independentes um do outro). O valor-de-troca [equivalente] era a medida da troca simples das mercadorias; porém sua finalidade era a apropriação da mercadoria trocada, isto é, seu consumo (seja que este consumo consista em servir como produto diretamente para satisfazer necessidades, ou bem, à sua vez, como instrumento de produção)".³⁴⁵ Com o tempo, porém, e com a dinamização da

³⁴³ K. Marx. *Contribuição à Crítica da Economia Política*, op. cit., p. 89. Esse salto se reflete, com muita propriedade, já nas observações dos teóricos da economia política moderna, particularmente desde Adam Smith, a partir de quem a *divisão social do trabalho* (distribuição das diversas atividades econômicas em ramos distintos de ocupação e especialização produtiva) passara a ser concebida como a estrutura fundamental de toda sociedade (tomada a moderna como modelo *par excellence*) e, o mercado, "o lugar da *vontade geral* (...) o horizonte ulterior à vontade e à consciência do indivíduo (...) o âmbito no qual, pela ausência de qualquer assimetria, o tratamento do útil individual deságua, de *per se* (e *ultima ratio*), no tratamento do útil de todos". R. Finelli, "La riflessione sul moderno in Smith, Ricardo e Marx", in *Crítica Marxista*, n. 4, anno 25, Editori Riuniti Riviste, Roma, 1987, pp. 44 - 45.

³⁴⁴ P. Dockès, *L'Internationale du Capital*, op. cit., p. 218.

³⁴⁵ K. Marx, *Grundrisse*, vol. 1, op. cit., p. 74.

economia de mercado, a finalidade do comércio deixa de ser aquela do simples intercâmbio de valores-de-uso e passa a ser a da aquisição do dinheiro propriamente dito, nascendo então desta "duplicação da troca - da troca como função de consumo e da troca como função da troca - uma nova desproporção".³⁴⁶

O advento da sociedade de mercado envolve, assim, inicialmente, a passagem de um ciclo da vida econômica onde o dinheiro é apenas (ou predominantemente) utilizado como mero equivalente de troca entre mercadorias de utilidades diversas,

M - D - M,

[Mercadoria - Dinheiro - Mercadoria]

para um outro,

D - M - D,

em que o objeto da transação já não é mais a simples obtenção final da mercadoria de utilidade diferenciada, mas do próprio dinheiro *em si*, ora transformado em padrão material referencial de riqueza (abstrata).³⁴⁷ De fim, a mercadoria vira meio; e, o dinheiro, de meio, fim último de toda a operação mercantil. Este movimento que evolui de {M - D - M} para {D - M - D} expressa, logicamente, as profundas transformações históricas na celeridade do próprio giro social das mercadorias, e, mais do que isso, o advento definitivo de um tipo de dinâmica econômica onde o objetivo primordial inscrito na raiz das operações de troca já é a busca da acumulação de riqueza, sintetizada na fórmula: *comprar para vender*. Trata-se de uma nova situação em que, pelas razões indicadas, o dinheiro,

³⁴⁶ Ibid. *idem*.

³⁴⁷ Esta passagem, portanto, de uma fórmula à outra, não é apenas uma formulação lógica, mas também histórica; ou melhor dizendo, *só é lógica porque é histórica*.

de escravo do comércio, torna-se então seu déspota - no dizer de Boisguillebert (citado por Marx);³⁴⁸ em que já não é mais o dinheiro (D) que representa a mercadoria (M), mas é esta que passa a representar aquele - ora alçado à condição de instrumento impiedosamente objetivo de medição de todas as coisas, na plástica expressão de Georg Simmel.³⁴⁹

Como resultado da intensificação e difusão do mercado, o dinheiro, além de meio de troca e de medida universal de valor (equivalente geral), vai também assumindo (contraditoriamente) uma terceira determinação, que o torna cada vez mais autônomo em relação à própria circulação: desponta como *fonte de acumulação*, meio para gerar e expandir riquezas, ou seja, inaugura-se um novo ciclo, em que

$$D - M - D$$

evolui para

$$D - M - D'$$

Num primeiro momento, isto é realizado no interior do próprio ato de troca, onde uma classe (a dos comerciantes) especializa-se na atividade do comércio com o objetivo precípua de comprar para *vender mais caro*. Esta *química* fora experimentada desde a Antiguidade - prática que se convencionou conceituar como *capital usurário* - e disseminada então, em escala ampliada, a partir da Baixa Idade Média, mediante a expansão e consolidação do comércio

³⁴⁸ K. Marx. *Grundrisse*, vol. 1. op. cit. p. 133.

³⁴⁹ G. Simmel. *Philosophie de l'Argent*, Presses Universitaires de France, Paris, 1987, p. 548.

como atividade de maior importância econômica, surgindo o capital comercial como forma regular de acumulação e enriquecimento.³⁵⁰

A simples dinâmica da circulação, porém, não é capaz de elucidar (*de per se*) a permanente valorização do capital (a acumulação): pois, se assim o fosse - e considerando que o dinheiro não tem nenhuma capacidade mágica imanente de autovalorizar-se -, ter-se-ia de explicar o capitalismo, simplesmente, por atos generalizados de fraude.³⁵¹ Logo, a consideração de que, no mercado, trocam-se efetivamente equivalentes, coloca um novo problema à compreensão da dinâmica do modo capitalista de produção, um novo obstáculo ao equacionamento do fenômeno da acumulação, exigindo a incorporação e o tratamento de outros fatores causais explicativos:

"A transformação do dinheiro em capital - argüi Marx - tem de ser desenvolvida na base das leis imanentes da troca de mercadorias, de tal forma que o ponto de partida seja a troca de equivalentes. O proprietário do dinheiro, que é ainda apenas um capitalista em sua forma embrionária, deve comprar suas mercadorias pelo seu valor, vende-las pelo seu valor, e colher ainda da circulação, ao final do processo, mais valor que aquele nela por ele lançado ao começo. Sua metamorfose em capitalista (como de uma larva em borboleta) deve ocorrer dentro da esfera da circulação e, ao mesmo tempo, *fora dela* (grifo meu). Tais são as condições [reais] do problema".³⁵²

³⁵⁰ Vd. F. Braudel, *Civilização Material, Economia e Capitalismo - Séculos XV - XVIII*, vol. 2 (Os Jogos das Trocas), op. cit.; N. Elias, *El Proceso de la Civilización*, op. cit.; e G. Arrighi, *O Longo Século XX*, op. cit.

³⁵¹ A propósito, lembra Marx: "a totalidade da classe capitalista não pode burlar-se a si mesma o tempo todo". K. Marx, *Capital*, vol. 1, op. cit., cap. 5, p. 266 [e. b., Livro 1, vol. 1, cap. IV, p. 183].

³⁵² *Ibid.*, vol. 1, cap. 5, pp. 268 - 269 [e. b., Livro 1, vol. 1, cap. IV, p. 186].

Abre-se, aqui, por conseguinte, uma segunda dimensão da teoria marxiana do capitalismo, que já não mais se restringe às observações de superfície, limitadas ao plano mais aparente do livre jogo do mercado, onde toda a riqueza se apresenta como uma "imensa coleção de mercadorias".³⁵³ À medida que o segredo da acumulação capitalista não pode ser explicado, na raiz, por simples atos de troca, ou pela "generalização da fraude", uma outra instância constitutiva da dinâmica econômica burguesa terá de possuir a chave do enigma. As atenções analíticas se deslocam, então, da esfera da circulação para a da *produção*, domínio em que se efetiva o próprio ato de consumação de mercadorias (aqui na condição de valores-de-uso, insumos) tendo em vista a fabricação de novas mercadorias. Trata-se de averiguar como (e se) é possível, por meio deste procedimento, o capitalista obter, ao final do processo, uma soma de valor superior àquela que utilizou na origem do empreendimento. No limite, isto significa dizer que "nosso amigo, o dono do dinheiro, deve ser felizardo o suficiente para encontrar, dentro da esfera da circulação, uma mercadoria cujo valor-de-uso possua a propriedade particular de ser (em si mesma) fonte de valor, cujo consumo real seja, ele próprio, uma objetivação de trabalho - daí, portanto, a criação de valor."³⁵⁴ Como, todavia, só o trabalho pode *criar* valor, esta "mercadoria especial" tem de ser - destaca Marx - a *força-de-trabalho*; a capacidade de trabalho dos indivíduos que, despossuídos de qualquer meio de produção (e, portanto, dos meios de sustento), o capital irá encontrar à sua mercê no mercado.³⁵⁵

³⁵³ Vd. páginas de abertura dos primeiros capítulos de *Contribuição à Crítica da Economia Política* e de *O Capital*.

³⁵⁴ K. Marx, *Capital*, vol. 1, op. cit., cap. 6, p. 270 [e.b., Livro 1, vol. 1, cap. IV, p. 187].

³⁵⁵ Como o fenômeno do surgimento e desenvolvimento de uma classe de trabalhadores livres já foi analisado historicamente no capítulo primeiro deste estudo, dedicar-me-ei, em seguida, apenas a reflexões de cunho mais lógico sobre as implicações da utilização do trabalho assalariado na dinâmica da acumulação do capital.

Assim como a produção capitalista é, antes de tudo - conforme arguido -, produção de mercadorias, na qual o que conta não é tanto a qualidade particular e imediata de utilidade do produto (seu valor-de-uso) mas a sua propriedade mediata e universal de objeto conversível em dinheiro (seu valor-de-troca), da mesma forma e pela mesma lógica, o trabalho humano passa também a ser contabilizado não mais por sua natureza *concreta*, de criação de produtos particulares (*trabalho concreto*), mas pela objetivação de seu caráter mais geral, abstrato, de força produtiva que gera riquezas (*trabalho abstrato*) - desvinculado, portanto, da capacidade ou destreza mais específicas do trabalhador. Para o capitalista - o proprietário do dinheiro e dos meios de produção que visa acumular riquezas com o emprego de suas posses -, interessa alugar o trabalhador unicamente como "força motriz" que, ao ser consumida como valor-de-uso (ao executar trabalho), *cria valor*, isto é, gera novas mercadorias (valores-de-uso como valores-de-troca) aptas a se metaformosear em mais dinheiro. O trabalhador, assim, para o capital (no contexto desta forma de relação social de produção), é simplesmente *força-de-trabalho*; mercadoria adquirida no mercado e que tem seu valor determinado, como qualquer outra mercadoria, pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção (no caso, pelo valor dos meios de subsistência necessários à sua manutenção e reprodução *física*).³⁵⁶

Ora, o fato é que esta mercadoria, *força-de-trabalho*, não é uma mercadoria qualquer. É uma mercadoria especial (a única) que, ao ser consumida, *produz* novas mercadorias, um novo valor. Esses produtos são valores-de-uso (sapatos, carros, televisores) que pertencem ao capitalista (que alugou as horas de trabalho do operário) e têm por destinação precípua a *venda* - são, portanto,

³⁵⁶ K. Marx. *Capital*, vol. 1, op. cit., cap. 6, pp. 274 - 276 [e.b., Livro 1, vol. 1, cap. IV, pp 191 - 193.

mercadorias, valores-de-troca; mercadorias, contudo, que têm por finalidade (ao ser vendidas) obter um valor total (soma de dinheiro) *superior* àquele que o capitalista antecipou e gastou com matérias-primas e com o pagamento da força-de-trabalho: um valor excedente (*mais-valia*) que represente a possibilidade de renovação do ciclo produtivo, ora em escala ampliada, ora com mais riqueza acumulada pelo proprietário dos meios de produção. Logo, "como o fim imediato e [o] *produto por excelência* da produção capitalista é a *mais-valia*, temos que só é *produtivo aquele trabalho* - e só é *trabalhador produtivo* aquele que emprega a força-de-trabalho - que diretamente *produza mais-valia*; portanto, só o trabalho que *seja consumido* diretamente no processo de produção com vistas à valorização do capital".³⁵⁷

O valor da força-de-trabalho (representado pelo montante de salário contratado) e o valor que ela cria ao ser utilizada pelo capitalista durante o processo de trabalho, apresentam-se, todavia, como *magnitudes desproporcionais*, localizando-se nesta diferença (e não nas artimanhas do comércio) a fonte explicativa de todo o valor excedente apropriado pelo capitalista:

"Comparando o processo de criação do valor com o processo de valorização [produção da mais-valia], veremos que este último é nada se não há a continuidade [da produção] para além de um determinado ponto. Se o processo não é conduzido para além do ponto onde o valor pago pelo capitalista à força-de-trabalho é recolocado por um equivalente exato, ele é simplesmente um processo de criação de valor, mas se ele avança sobre este ponto, ele se torna um processo de valorização".³⁵⁸

³⁵⁷ K. Marx, *O Capital*, Livro I, Capítulo VI (inédito), trad. de Eduardo Sucupira Filho, Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., São Paulo, 1978, p. 70.

³⁵⁸ K. Marx, *Capital*, vol. 1, op. cit., cap. 7, p. 302 [e.b., Livro 1, vol. 1, cap. V, p. 220].

Isto significa que, ao longo de uma jornada de trabalho, o trabalhador cria não só um valor correspondente à sua manutenção (que lhe é devolvido pelo capitalista sob a forma de salário), como também *valor extra, mais-valia*, que por não lhe pertencer (dadas as condições do contrato de trabalho) entra na contabilidade do capital como fonte de acumulação.

A real singularidade da dinâmica do capitalismo se revela, agora, em *quase* toda a sua plenitude; pois fica configurado que sua lei econômica de movimento não se pauta, apenas, na produção de simples mercadorias, de meros valores-de-troca, mas na de mercadorias, valores-de-troca *excedentes: mais-valia*.³⁵⁹ Do que resulta que, mais do que um modo de produção de mercadorias, o modo capitalista de produção se traduz também (e fundamentalmente) como um *modo de produção de mais-valia* - sua segunda dimensão.

Mas a "estória" não acaba aí. Ela apenas começa!

O caráter básico do capitalismo - conforme visto - é a apropriação do trabalho humano pelo capital *com o objetivo precípua de sua permanente valorização*. Seja pelo prolongamento da jornada de trabalho (estratégia pela qual o capital extrai mais-valia *absoluta*), seja pelo incremento da própria produtividade do trabalho (da sua capacidade de produzir mais mercadorias num mesmo período de tempo)³⁶⁰ mediante o emprego de tecnologia mais desenvolvida

³⁵⁹ "O produto do processo de produção capitalista - diz Marx - não é simplesmente *produto* (valor-de-uso), nem simples *mercadoria* (um produto que tem um valor-de-troca). Seu *produto específico* é a *mais-valia* (...) No processo capitalista de produção, o *processo de trabalho* só se manifesta como *meio*: o *processo de valorização* ou a *produção de mais-valia*, é o fim". K. Marx. *O Capital*. Livro I. Capítulo VI (inédito). op. cit., p. 32.

³⁶⁰ O que leva ao barateamento ainda maior do valor da força-de-trabalho (em termos relativos).

de produção (mais-valia *relativa*),³⁶¹ a lei que vigora é sempre aquela da valorização constante do capital, a de produzir-se permanentemente e com intensidade cada vez mais desenvolvida uma quantidade de valores-de-troca que tenda à expansão do capital. Configura-se, dessa feita, seu inelutável e irresistível movimento à *acumulação*, o qual se confunde, em última instância, com aquele de sua própria *reprodução ampliada* - que não conhece mais limites. Em termos de movimento histórico, isto significa que "a lei do valor - isto é, a dinâmica social fundada na produção ilimitada de mercadorias - supõe, para o seu completo desenvolvimento, a sociedade da grande produção industrial e da liberdade de concorrência"³⁶² - tendência esta que, lógica e historicamente, torna-se sinônimo de *universalização* da forma *capitalística* de produzir.

Marx observou, em *O Capital*, que qualquer que seja a forma social do processo de produção, em qualquer tempo ou lugar, "tem este de ser contínuo, deve ele repetir periodicamente as mesmas fases (...) As condições da produção são simultaneamente as condições da reprodução".³⁶³ Segue-se logicamente, desta premissa, que se a produção tem a forma *capitalista*, assim o será, também, a reprodução. Ora, o fato é que, diferentemente de outros modos de produção - onde a reprodução significa simplesmente (pelas leis rígidas que ali regem a divisão do trabalho) a renovação das condições de produção originárias, sua reprodução *simples* -, o capitalismo representa um modo de produção através do qual o valor antecipado de capital que entra no circuito produtivo das mercadorias é valor *que*

³⁶¹ O desenvolvimento das forças produtivas materiais no contexto do capitalismo - segundo Marx - é determinado pela necessidade de acumulação, a qual, por sua vez, está condicionada pelo nível da concorrência entre capitais e pela luta de classes. Não é, portanto, a tecnologia que obriga o capitalista a acumular, mas, ao contrário, é a necessidade de acumular que o obriga a desenvolver incessantemente os poderes da tecnologia.

³⁶² K. Marx, *Contribuição à Crítica da Economia Política*, op. cit., p. 59.

³⁶³ K. Marx, *Capital*, vol. 1, op. cit., cap. 23, p. 711 [e.b., Livro 1, vol. 2, cap. XXI, p. 659].

se expande no próprio ato de produção (M - D - P - D' - M'),³⁶⁴ reproduzindo-se, assim, tendencialmente, sempre em *escala ampliada*. Não há, portanto, para o conjunto do sistema, reprodução *simples* sem *acumulação* (expansão). No limite, mesmo que "deixando de lado a [análise da] acumulação propriamente dita, a mera continuidade do processo de produção [a sua reprodução simples], cedo ou tarde, transforma necessariamente todo capital em capital acumulado, ou mais-valia capitalizada"³⁶⁵ - ora aumentando o seu valor pelo emprego de mais força-de-trabalho (capital variável), ora pela conversão de parte da mais-valia (trabalho não pago) em novos instrumentos (aperfeiçoados) de trabalho (capital constante). Trata-se, em suma, de um modo de produção *geneticamente* destinado a *expandir-se* às custas da rotação cíclica deste pressuposto e *em escala crescentemente progressiva*.

Quando Marx, no capítulo XXI do livro primeiro de *O Capital*, tematiza o que está denominando de *reprodução simples*, na verdade o faz apenas com o propósito precípuo de dar relevo, inicialmente, à inteligibilidade *lógica* básica do funcionamento do modo capitalista de produção em sua pureza típica. Tanto que abstrai, temporariamente (por razões didáticas), "todos os fenômenos que dissimulam o funcionamento interno do seu mecanismo"³⁶⁶ - tais como o mercado, a concorrência, a luta de classes. Tal recurso *metodológico* permite que a própria estrutura *intrínseca* à produção capitalista (sua dinâmica interna) - a conversão do trabalho excedente não-pago (mais-valia) em mais capital (acumulação) - ganhe então a devida clareza e centralidade no contexto da

³⁶⁴ Esta, aliás, com a incorporação de P (produção), a fórmula desenvolvida do modo capitalista de produção.

³⁶⁵ K. Marx, *Capital*, vol. 1. op. cit., cap. 23, p. 715 [e.b., Livro 1, vol. 2, cap. XXI, p. 663].

³⁶⁶ *Ibid.*, cap. 22, p. 710 [e.b., cap. XX, p. 658].

arquitetura analítica pretendida. Marx, contudo, vai além dessa fundamental e necessária abstração inicial, explicando, em seguida, que, no plano da realidade, da totalidade do processo social enquanto movimento real (*devir*), a renovação da produção capitalista não se realiza numa ilha perdida qualquer, o capitalista não é um Robson Crusoe, nem as mercadorias vão ao mercado com seus próprios pés. Os atores da história são *classes* sociais, o palco real da encenação é o mercado e, o cenário, o mundo. O circuito da circulação das mercadorias é o mundo da *competição*, o capital em geral é o conjunto de capitais individuais *em competição entre si*, enquanto o desenvolvimento das forças produtivas e o barateamento do preço das mercadorias - resultante do incremento da produtividade do trabalho e do rebaixamento do tempo médio socialmente necessário à produção dos valores - são a principal arma de guerra.

A conquista de mercados e a busca dos lucros são o significado intrínseco de todo esse processo de competição: "[O] desenvolvimento da produção capitalista torna necessária a elevação contínua da quantidade de capital empregado num dado empreendimento industrial, e a concorrência subordina cada capitalista individual às leis imanes da produção capitalista, como leis coercitivas e externas. Compele-o a manter a expansão contínua de seu capital, e ele só pode expandi-lo por meio da acumulação progressiva".³⁶⁷ A própria Revolução Industrial representa a tradução dessa máxima, na medida em que é uma revolução na *composição técnica* do capital - um salto para um novo patamar na composição orgânica do capital a partir do qual a máquina (capital constante) ganhou definitiva e progressivamente a preeminência sobre o trabalho subjetivo (capital variável); fenômeno que é provocado pela tensão contínua (imposta pela concorrência) à conversão de parte substancial da mais-valia em

³⁶⁷ *Ibid.*, cap. 24, p. 739 [e.b., cap. XXII, p. 688].

mais capital, com o objetivo de multiplicar as forças produtivas do trabalho e acelerar, assim, ainda mais, a sua capacidade de produzir mais-valia ampliada.

A concorrência, para Marx, é a "*natureza interna do capital*",³⁶⁸ sua atmosfera vital - visto que o capital só poder existir enquanto pluralidade de capitais (não importa se pequenos ou grandes); do que decorre, no plano de sua própria historicidade, que a autodeterminação do capital em geral (o incremento constante das forças produtivas) se manifesta como ação (tensão) recíproca dos capitais entre si - e, esta sua tendência interna, como necessidade exterior para o conjunto dos capitais individuais. Ou seja, a concorrência é o combustível da progressiva expansão do capital, de sua permanente reciclagem, de sua reprodução ampliada. O objetivo último e o motivo determinante do modo capitalista de produção - diz, repete e sublinha Marx - é sempre a *valorização do capital*, fato este que, organicamente, coincide com o próprio movimento de sua contínua expansão - e isto tem de ser ponderado e levado ao limite de suas implicações lógicas.

Todos os fundamentos contidos no que Marx denomina de "a Lei Geral da Acumulação Capitalista", repousam nesta função orgânica (intrinsecamente estrutural) cumprida pela concorrência na formatação última do tipo de dinâmica social que, desde as origens, tem plasmado a civilização da mercadoria. E, se isto já pode ser vislumbrado com certa nitidez desde o capítulo 23 do livro primeiro de *O Capital* (onde a "Lei Geral" é tratada especificamente como tema), torna-se ainda mais evidente no livro terceiro, quando é levada em consideração a análise do processo de produção capitalista na sua totalidade, na efetividade de seu ciclo completo de reprodução tal qual emerge no contexto do mercado, na superfície de suas manifestações mais complexas de materialidade.

³⁶⁸ K. Marx, *Grundrisse*, vol. 1, op. cit., p. 366.

No plano real do mercado, a dialética não se resume às relações contraditórias entre capital e trabalho, mas envolve também aquelas dos capitais entre si, e de vendedores e compradores. Fica então demonstrado que, embora a mais-valia se origine (sempre) diretamente no processo de produção pela exploração do sobretabalho (não pago) pelo capital, sua *realização efetiva*, para cada capitalista *em particular*, irá depender do jogo da concorrência, da capacidade de cada um em colocar seus produtos à venda com preços competitivos, decorrendo o maior ou menor ganho (e mesmo prejuízo), para as partes envolvidas, desse exercício de "logro recíproco" - e não apenas da exploração direta do trabalho. Aqui, já não basta ter-se ciência das influências que a luta direta entre capital e trabalho tem na transformação das bases materiais do modo capitalista de produção. A medalha tem duas faces: a competição entre capitais joga, também, um papel decisivo na conformação da lei geral da acumulação capitalista.

No circuito da concorrência, onde se processa a reprodução ampliada do capital - tema do livro terceiro de *O Capital* -, as atenções de Marx se transferem do espaço em que a mais-valia é gerada (tema do livro primeiro) para aquele no qual ela se *realiza*; mas agora de uma forma mais completa que as análises contidas no livro segundo (que já trata da circulação). Na superfície da trama histórica trazida à cena, defrontam-se capitais concorrentes entre si, todos ávidos em maximizar a mais-valia auferida nos subterrâneos escondidos de suas fábricas. E nada garante, *a priori*, o sucesso deste objetivo. Tudo dependerá da capacidade produtiva, da demanda efetiva, das condições de preço e da capacidade de compra, da qualidade e da quantidade das mercadorias, da situação dos concorrentes e de seus produtos, etc. Neste cenário, não basta mais medir a taxa de mais-valia (que é a razão entre trabalho não pago e capital variável), isto é, o grau de exploração da força de trabalho; a contabilidade, agora, tem que

registrar também medições de outra natureza e que decorrem da relação do capital consigo próprio: surge a *taxa de lucro* (isto é, a razão entre a mais-valia e a totalidade do capital). E aqui a metamorfose é considerável, pois se mais-valia e lucro, em geral, coincidem em volume e magnitude, taxa de mais-valia e taxa de lucro, ao contrário, diferem quantitativa e qualitativamente entre si por simbolizarem unidades de medida diversas. A análise da reprodução do capital ganha novas cores, tridimensionaliza-se. A teoria da acumulação do capital ganha outros elementos ao ser agora projetada, com maior nitidez, sua dinâmica de superfície (mas que também é parte substantiva e constitutiva do real): as contradições do capital consigo mesmo (que é aquela dos diversos capitais entre si).

No mundo real, os diversos ramos, setores e unidades do capital não se apresentam como estruturas homogêneas em movimento. Tomados em suas singularidades, verificar-se-á que diferem quanto à composição orgânica (razão entre capital constante e capital variável na formação do valor), grau de exploração da força de trabalho (taxa de mais-valia) e tempo de rotação na produção e circulação das mercadorias e sua venda (realização da mais-valia). Além do mais, o caminho entre a fábrica e o mercado, entre a criação do valor e a sua realização revela-se uma trajetória extremamente acidentada, sinuosa, carregada de mediações. O espaço da circulação é um campo de guerra, de infinitas batalhas, de estratégias e segredos, táticas e artimanhas; onde se mata e se rouba; onde os vitoriosos são apenas aqueles que conseguem transformar (através da venda) o valor excedente não pago contido em suas mercadorias em dinheiro e, os derrotados, todos os demais frustrados em seus idênticos ideais. Neste frenesi, em meio a um carnaval de preços, risos e lamentações, valores em circulação são transferidos de mãos; os frutos da exploração do trabalho são repartidos e

saboreados em porções desiguais pelos participantes da festa: superlucros e falências se revesam como movimentos opostos de uma mesma gangorra.

Marx exercita inúmeras situações hipotéticas para demonstrar como, no processo real, nem sempre altas taxas de mais-valia correspondem a altas taxas de lucro; e como, em contra-partida, dependendo da relação entre oferta e demanda, pequenas taxas de lucro contidas no valor final de um produto convertem-se, muitas vezes, em superlucros para seu dono.³⁶⁹ Tudo isso porque nem sempre o mercado (a demanda social efetiva) está predisposto ou capacitado a consumir todas as mercadorias em oferta, tornando-se, neste caso, seletivo quanto às condições de preço à disposição. "A hipótese de que as mercadorias dos diferentes ramos são vendidas pelos valores [nelas contidos] nada mais significa que este valor é o centro de gravidade em torno do qual os preços giram e em relação ao qual seu constante crescimento e queda é contrabalançado. Além disso, entretanto, existe sempre um *valor de mercado* distinto do valor individual das diversas mercadorias particulares produzidas pelos diferentes produtores".³⁷⁰ O valor de mercado é aquele correspondente ao valor médio das mercadorias produzidas num determinado ramo ou setor (em função do tempo médio socialmente necessário à sua produção), traduzindo-se em preços médios incorporados aos produtos finais postos em oferta. Do que decorre que, pela diferenciação das condições de produção particulares a cada capital ou ramo de capital (composição orgânica, produtividade, taxa de mais-valia, tempo de rotação, etc.), haverá valores/preços individuais de mercadorias ofertados na média, abaixo ou acima daqueles de mercado, sucedendo que, nas situações em que o valor médio satisfaz conjunturalmente a procura corrente, "realizam as

³⁶⁹ Vd. partes primeira, segunda e terceira do livro 3 de *O Capital*, op. cit.

³⁷⁰ *Ibid.*, vol. 3, cap. 10, p. 279 [e.b., Livro 3, vol. 4, cap. X, p. 202].

mercadorias de valor individual abaixo do valor de mercado, mais-valia extra ou superlucro, enquanto que as de valor individual acima do valor de mercado não podem realizar parte da mais-valia nelas contida"³⁷¹ - tendendo, para essas, a procura ser cada vez menor. Afora tais contextos de "normalidade", somente em conjunturas excepcionais as mercadorias produzidas nas piores ou melhores condições (acima ou abaixo do tempo médio de trabalho socialmente necessário) passam a regular o valor de mercado: no caso de demanda excessiva, o fiel da balança é transferido para as mercadorias produzidas em piores condições, ocorrendo o inverso quando a oferta excede a demanda.

Com todo esse argumento, o que interessa a Marx é chamar a atenção para o fato de que, na prática, é apenas a concorrência dos capitais nos *diferentes* ramos que dá origem ao preço de produção que uniformiza as taxas de lucro entre aqueles ramos. Ou seja: no plano histórico-concreto, a realização da mais-valia lucro entre aqueles ramos.³⁷² Em outras palavras, no plano histórico-concreto, a realização da mais-valia geral não se confunde com a realização da mais-valia para cada capital individual, da mesma forma que *a reprodução global do capital não é a reprodução de todos os capitais individuais*. No circuito do mercado e da concorrência, salvo nas situações extraordinárias - como acima referido -, apenas os capitais mais competitivos, capazes de oferecer seus produtos a preços vantajosos, tornam-se aptos a prosperar, na medida em que canalizam, para si, as opções da demanda efetiva.

A dinâmica da concorrência impõe, progressivamente, aos capitais, um investimento cada vez maior em tecnologia produtiva, o que se traduz em melhoramentos nas condições de fabricação das mercadorias (redução do tempo

³⁷¹ Ibid. idem.

³⁷² Ibid. p. 281 [e.b., p. 204].

de trabalho necessário à sua criação) e sua adequação competitiva relativamente ao valor médio de mercado. Esse esforço contínuo, visando o aumento da produtividade, leva, então, a uma sempre crescente *concentração de capital*, a uma variação do grau de sua composição orgânica pelo aumento de sua parte constante (maquinaria) relativamente àquela variável (força de trabalho). Esse fator é responsável, em última instância, pela redução dos preços das mercadorias, na medida em que cada produto individual passa a conter, incorporada em si, menor quantidade de trabalho vivo. Em conseqüência, o gradual decréscimo do capital variável em relação ao constante, refletindo-se na ascensão progressiva da composição orgânica do capital social médio, faz com que a taxa geral de lucro (que é a razão entre a mais-valia e a totalidade do capital) tenda continuamente a cair. Daí porque, para Marx, ser da própria essência do modo capitalista de produção a circunstância de, "ao desenvolver-se [o capital], a taxa média geral de mais-valia tenha de ser expressa em uma taxa geral cadente de lucro"³⁷³ - e isto não pela diminuição da exploração do trabalho, e sim pela redução relativa de seu emprego face ao capital aplicado.

A queda geral da *taxa* de lucro não significa, contudo, diminuição da *massa* de mais-valia e de lucro geradas.³⁷⁴ Apenas indica que, "com o decréscimo relativo do capital variável, e portanto com o desenvolvimento da produtividade social do trabalho, massa cada vez maior de capital é necessária para pôr em movimento a mesma quantidade de força de trabalho e para absorver a mesma quantidade de trabalho excedente, (...) [sendo que] se a taxa de lucro diminui de 50% [por exemplo], tem então o capital que duplicar-se para manter a

³⁷³ *Ibid.*, cap. 13, p. 319 [e.b. cap. XIII, p. 243].

³⁷⁴ Uma vez que esta advém não do decréscimo absoluto e sim *relativo* da parte variável do capital em geral.

mesma massa de lucro".³⁷⁵ Além do mais, do ponto de vista do capitalista individual [e mesmo do capital em geral], é necessário que a redução do lucro por unidade de produto seja compensada por um acréscimo relativo no número de mercadorias postas em circulação, garantindo-se, ao final, por essa via, o aumento da massa do lucro. "De fato - diz Marx - a queda dos preços das mercadorias e o aumento da massa de lucro sobre o crescimento da massa maior de mercadorias mais baratas, é apenas outra expressão da lei da taxa cadente de lucro no contexto de um acréscimo simultâneo da massa de lucro".³⁷⁶ Explicando melhor, a cada redução da taxa média de lucro, uma massa maior de capital concentrado (constante) é exigida para compensar a queda do valor médio das mercadorias pelo aumento da quantidade numérica dos valores produzidos, cuja massa de mais-valia passa a ser realizada (no mercado) cada vez mais pelo atacado e cada vez menos pelo varejo. O resultado de todo esse processo, desenvolvido em cadeia, é que apenas os capitais de composição (orgânica) superior - porque capazes de sobreviver em contextos de baixa taxa média de lucro (pelas razões acima apontadas) - tendem a sustentar-se nessa escalada concorrencial. A concorrência leva à concentração e, esta, à eliminação progressiva dos mais débeis. Os mais fortes, então, apropriam-se de faixas cada vez maiores do mercado (monopolização) e realizam, em consequência, um montante maior de lucro (pela expansão de suas vendas), apesar da queda da taxa (refletida na redução dos preços unitários das mercadorias). Impõe-se a lei férrea da acumulação capitalista.³⁷⁷

³⁷⁵ Ibid., cap. 13. pp. 328 - 329 [e.b., cap. XIII, p. 254].

³⁷⁶ Ibid., p. 338 [e.b., p. 264].

³⁷⁷ Pode-se então, aqui, entender melhor as razões que, com a Grande Depressão do final do século XIX (superacumulação, queda generalizada de preços, da taxa de lucro), levaram ao imperialismo ... *and so on*.

Na dinâmica do capitalismo, contudo, devido à concorrência, *cada acumulação se torna meio para nova acumulação*. Crescem constantemente a massa de capital (o capital social), as bases materiais da produção e a concentração de riquezas, deslocando a todo instante a *escala* em que se realiza a concorrência em geral: "O crescimento do capital social realiza-se através do crescimento de muitos capitais individuais (...) Ao mesmo tempo, ramificações se destacam dos capitais originais e começam a funcionar como novos capitais independentes (...) A parte do capital social localizada em cada ramo particular da produção reparte-se entre muitos capitalistas que se confrontam como produtores de mercadorias mutuamente independentes e competitivos (...) Por isso, a acumulação se apresenta, de um lado, como aumento da concentração dos meios de produção e do comando sobre o trabalho, e, do outro, como repulsão recíproca de muitos capitais individuais".³⁷⁸ Contudo, embora o número de capitalistas possa aumentar em termos absolutos, à medida que se desenvolve e se expande a produção e a acumulação, tal crescimento se dá - relativamente a contextos anteriores - em proporções cada vez menores, em razão da escala progressivamente ampliada em que o processo de trabalho se efetiva e (o que é sinônimo) dos desembolsos crescentes que passam a ser exigidos a cada estabelecimento particular para poder entrar (ou permanecer) no "campo de guerra".

Note-se que essa tendência de proliferação do capital social em muitos capitais individuais é, ao mesmo tempo, contrariada pelo movimento oposto de atração entre os mesmos, fenômeno este forçado pelos imperativos da corrida que conduzem à acumulação. Quando isso passa então a ocorrer, "não se

³⁷⁸ K. Marx, *Capital*, vol. 1, op. cit., cap. 25, pp. 776 - 777 [e.b., Livro 1, vol. 2., cap. XXIII, pp. 726 - 727].

trata mais de simples concentração dos meios de produção e do comando sobre o trabalho, a qual é idêntica à acumulação. O que temos agora é a concentração de capitais já formados, a destruição de suas autonomias individuais, a expropriação do capitalista pelo capitalista, a transformação de muitos pequenos em poucos grandes capitais. Este processo se distingue do primeiro porque pressupõe apenas uma mudança na repartição de capitais que já existem e estão funcionando. Seu campo de ação não está, portanto, limitado pelo crescimento absoluto da riqueza social ou, em outras palavras, pelos limites absolutos da acumulação. O capital se acumula, aqui, nas mãos de um só, porque escapou das mãos de muitos noutra parte. Esta é a *centralização* propriamente dita (grifo meu), que não se confunde com a acumulação e a concentração".³⁷⁹ Para Marx, a razão deste salto é explicada pelo fato de a centralização representar uma estratégia de aceleração da própria acumulação, uma vez que a aglutinação quantitativa de capitais precipita, por efeito desse adensamento, transformações qualitativas em sua própria composição técnica. Dito de outra forma, por ativar com maior rapidez a concentração propriamente dita, a centralização é fenômeno que estende e amplia a capacidade de intervenção do capital no espaço social: "o mundo ainda estaria sem estradas de ferro se tivesse tido que esperar até que a acumulação houvesse capacitado alguns capitais individuais a estarem adequados o bastante para a construção de uma ferrovia. A centralização, entretanto, por meio da organização de sociedades anônimas, executou isto num piscar de olhos".³⁸⁰

O movimento de concentração do capital deságua, lógica e historicamente, na *centralização* de capitais, o que demarca um novo patamar da luta concorrencial entre capitais individuais, agora sempre mais robustos e

³⁷⁹ Ibid., p. 777 [e.b., p. 727].

³⁸⁰ Ibid., p. 780 [e.b., p. 729].

agigantados: sua fase *monopolista*.³⁸¹ Tal é a *lei tendencial da evolução do capitalismo*. Com o monopólio, redesenha-se o mercado mundial e a geopolítica de todo o sistema global na razão direta da busca, pelo grande capital (industrial/financeiro), de novas fontes de oxigenação - dado que já não se mostravam suficientes aquelas circunscritas aos territórios anteriormente limitados dos invólucros nacionais de suas matrizes. Envolve-se "todos os povos na rede do mercado mundial e, com isso, [consolida-se ainda mais] o crescimento do *caráter internacional* (grifo meu) do regime capitalista".³⁸² Amplia-se e ramifica-se o sistema de crédito como veias artificiais (redes internacionais) que ajudam a canalizar do mundo inteiro os recursos financeiros dispersos, proporcionando uma melhor pulsação e circulação para todo o sistema e um ritmo mais acelerado dos batimentos de seu coração: o capital monopolista.³⁸³

O monopólio é uma nova escalada do processo de concentração e centralização do capital. Por isso não é fórmula, é *movimento*:

"O monopólio produz a concorrência, a concorrência produz o monopólio. Os monopolistas fazem entre si a concorrência, os concorrentes tornam-se monopolistas. Se os monopolistas restringem a concorrência entre si por meio de associações parciais, a concorrência aumenta entre os operários; e quanto mais a massa dos proletários cresce em face dos monopolistas de uma nação, mais

³⁸¹ Ao contrário do que muitos arguem, "a concorrência econômica não é [a princípio] o contrário de uma ordem monopolista", como observa corretamente Norbert Elias. Apenas que, pela própria dinâmica contraditória do movimento de acumulação do capital, "esta concorrência transcende seus próprios limites e se converte em seu contrário". Cf. N. Elias, *El Proceso de la Civilización*, op. cit., p. 531.

³⁸² K. Marx, *Capital*, vol. 1, op. cit., cap. 32, p. 929 [e.b., Livro 1, vol. 2., cap. XXIV, p. 881].

³⁸³ "Concomitantemente ao desenvolvimento da produção capitalista e da acumulação - argüi Marx - projeta-se o desenvolvimento das duas mais poderosas alavancas da centralização - a competição e o crédito" [que é o capital financeiro]: fatores que aceleram o processo de constituição de monopólios. K. Marx, *ibid.*, cap. 25, pp. 778 - 779 [e.b., Livro 1, vol. 2, cap. XXIII, p. 728].

desenfreada se torna a concorrência entre os monopolistas das diferentes nações. A síntese é tal, que o monopólio apenas pode manter-se passando continuamente pela luta da concorrência".³⁸⁴

O império do monopólio é governado pela "lei das selvas", onde reinam os mais fortes. A sobrevivência dos pequenos capitais depende da dinâmica do desenvolvimento dos vários ramos e setores da produção, que é determinada, em última instância (e a partir de certo estágio de evolução do capitalismo), pelo movimento dos grandes capitais - em relação aos quais toda a economia passa a gravitar. Tendencialmente, aqueles estão sempre na iminência de serem tragados por estes, valendo aqui um efeito correspondente ao da lei da gravitação universal: matéria atrai matéria na razão direta das massas.

O fato é que a necessidade de auto-valorização dos grandes conglomerados os torna invasores de todo o planeta, consumidores de todo o mercado mundial. A única possibilidade de resistência a essa ação por parte dos pequenos capitais repousa em sua própria capacidade de acumulação, o que os empurra, igualmente, para a centralização. "Esta é a lei que empurra constantemente a produção burguesa para além dos seus velhos limites e obriga o capital a mobilizar sempre mais forças produtivas do trabalho, pela mesma razão que ele já se mobilizou anteriormente; a lei que não lhe permite um momento sequer de sossêgo, sussurrando-lhe incessantemente ao ouvido: Avante! Avante! (...) [Portanto, se compreendemos] esta agitação febril projetada ao mesmo tempo sobre *todo o mercado mundial* (grifo de Marx), formaremos uma idéia de como o crescimento, a acumulação e a concentração do capital trazem consigo uma divisão do trabalho, uma aplicação de nova maquinaria e um aperfeiçoamento da

³⁸⁴ K. Marx. *Misère de la Philosophie*, op. cit., p. 116.

antiga num processo que segue ininterruptamente, com uma velocidade febril e em uma *escala cada vez mais gigantesca*" (grifo meu).³⁸⁵

No campo de batalha, que é o *mundo*, vencem os capitais mais ativos e inovadores. "A centralização completa a tarefa da acumulação, capacitando os capitalistas industriais a ampliar a escala de suas operações".³⁸⁶ O ciclo de reprodução ampliada do capital atinge, então, um outro ritmo na espiral de seu desenvolvimento, a ponto de não haver mais, tendencialmente, acumulação sem centralização; mudança (sócio-econômica) sem contínuas "alterações qualitativas na estrutura tecnológica, institucional e atitudinal do sistema econômico [como um todo]".³⁸⁷ A esse nível, a reprodução ampliada do capital (que coincide com a intensificação de sua centralização) não conhece mais limites: "Em qualquer ramo industrial - e Marx pensa em termos de *mercado mundial* -, a centralização terá alcançado seu limite extremo quando todos os capitais individuais ali investidos tiverem sido fundidos em um único capital. Em uma dada sociedade, este limite terá sido alcançado apenas quando todo o capital social estiver unificado ou nas mãos de um único capitalista individual [*single capitalist*], ou de uma única empresa capitalista [*single capitalist company*]"³⁸⁸

Concentração, centralização e reprodução ampliada do capital. O capitalismo se apresenta como um modo de produção que, por sua própria dinâmica interna de auto-expansão constante (sua *lei geral de acumulação*), vai transformando, progressivamente, o planeta por inteiro, numa única e gigantesca

³⁸⁵ K. Marx. *Trabajo Asalariado y Capital*, Editorial Nova Terra, Barcelona. 1970, pp. 48 - 49.

³⁸⁶ K. Marx. *Capital*. vol. 1, op. cit., cap. 25, p. 779 [e.b., Livro 1, vol. 2, cap. XXIII, p. 728].

³⁸⁷ J. E. Elliott, "Karl Marx's Theory of Socio-Institutional Transformation in Late-Stage Capitalism", in *Journal of Economic Issues*. vol. XVIII, n. 2, Jun 1984, p. 383.

³⁸⁸ K. Marx. *Capital*. vol. 1, op. cit., cap. 25, p. 779 [e.b., Livro 1, vol. 2, cap. XXIII, p. 728].

fábrica global de mercadorias e mais-valia. Revela-se, portanto, pouco a pouco, não apenas como um modo de produção (1) de mercadorias e (2) de mais-valia,³⁸⁹ mas também (e *essencialmente*) como (3) um *modo de produção mundial* - sua terceira dimensão.

É nesse sentido que Rosa Luxemburgo, atenta a esta característica singular do capitalismo, já observara que "o que distingue o modo de produção capitalista dos modos de produção anteriores, é a sua tendência interna a estender-se a toda a Terra e a expulsar qualquer outra forma de sociedade antiga (...) [dando,] a todos os países, a mesma forma econômica e unindo-os numa só e grande economia capitalista mundial".³⁹⁰

De fato, numa leitura atenta não só das páginas de *O Capital*, como dos principais escritos de Marx, verificar-se-á que a lógica e a história do surgimento, organização, funcionamento, sistematização e desenvolvimento do capitalismo (falo aqui de *capital-ismo* e não de *capital*),³⁹¹ vêm sempre tratadas referencialmente a uma totalidade que se efetiva e se conforma *num patamar inter-supranacionalizado de materialidade*. As leis desse processo se constituem, desde suas origens, num único e orgânico movimento (em espiral) de *mundialização progressiva*, que das entranhas de um mundo dilatado inicialmente

³⁸⁹ Vd. K. Marx. *Capital*, vol. 3. op. cit., cap. 51. pp. 1019 - 1020 [e.b., Livro 3. vol. 6. cap. LI. pp. 1007 - 1008.

³⁹⁰ R. Luxemburgo. *Introdução à Economia Política*. op. cit. p. 344 Reportando-se à semelhante perspectiva de inteligibilidade. Fredric Jameson destacou recentemente que o capitalismo "não é simplesmente um sistema ou um modo de produção, mas o *mais elástico e adaptável modo de produção que jamais apareceu na história da humanidade* (grifo meu)". Vd. F. Jameson. "Five Theses on Actually Existing Marxism", in *Monthly Review*, vol. 47. n. 11. April 1996. p. 2

³⁹¹ Isto é, de um *modo de produção* onde o capital já se tornou a forma dominante e determinante das relações econômico-sociais - posto que o capital, tomado em si, é manifestação que antecede historicamente o capitalismo e que já se apresenta, ainda que embrionária e fortuitamente (capital usurário, comercial), em formações sociais pré-capitalistas. Vd., a respeito, capítulo primeiro do presente estudo.

pela operação mercantilista de um comércio ora razoavelmente mundializado, *já nasce grávida de globalidade*.

O capitalismo é um modo de produção que já emerge tensionado pelas interpelações de um mercado de efervescência *supranacional*. Desenvolve-se como uma teia que vai agregando cada canto da Terra a um único, imenso e entrelaçado organismo voltado à produção e circulação de mercadorias. Consolidase como um sistema *mundial* fortemente articulado e interdependente (ainda que de maneira desigual), em cujo âmbito toda a dinâmica social vigente e suas manifestações fenomênicas mais salientes - como as grandes inovações tecnológicas e de padrões de consumo, as formas institucionais de organização do poder político, e mais a sucessão cíclica de períodos de crescimento econômico e de crise generalizada - já não constituem senão expressões dessa cadeia mais alargada e multifacetada de interacionismo. Nesse contexto, necessidades e interesses, demandas e ofertas, inovações e contradições, já estão de alguma forma (em qualquer tempo ou lugar) condicionados, em ritmo e grau, pelo metabolismo mundializado de funcionamento do sistema como um todo, este determinado, em última instância, pelos imperativos da reprodução ampliada do capital, de suas estratégias de acumulação e lucratividade. A história da produção moderna, neste sentido, é a *história da subsunção do mundo* (literalmente falando) *ao capital*. E o circuito mundializado da produção - esse *dever* realizado pela grande indústria -, a escala real (historicamente concreta) de manifestação do modo *especificamente capitalista* de produção.

O capitalismo, enquanto *formação histórica, modo de produção* e processo constitutivo de um tipo de *civiltà*, já possuía, na percepção de Marx, desde o início - herdeiro que era das contribuições da filosofia hegeliana da história e da economia política inglesa de um Adam Smith ou de um David

Ricardo -, um dinamismo e uma formatação societária dimensionados em escala *mundial*.³⁹²

Com Hegel - para quem a história, *em geral*, era essencialmente o desenvolvimento do Espírito no *Tempo*, como a Natureza era o desenvolvimento da Idéia no *Espaço*³⁹³ -, Marx afinara sua compreensão *processual* da História; a percepção dos "tempos modernos" como a era da verdadeira história *mundial*; do entrelaçamento efetivo e dinâmico dos vários continentes (o "*Velho*" e o "*Novo*" Mundo)³⁹⁴ enquanto inédita *totalidade dialética* sob a direção vital da "velha-nova" Europa.³⁹⁵ Tal qual Hegel e todos os grandes pensadores europeus que viveram, o *Século das Luzes* o deslumbramento do alargamento visível do planeta e dos horizontes de sua inteligibilidade, autores como Adam Smith e David Ricardo - ambos, também, fundamentais à formatação sintética do pensamento de Marx - haviam igualmente elevado suas reflexões sobre as relações sociais de produção e de troca segundo os parâmetros dos novos tempos. Concebiam-nas numa escala superior de equacionamento, em que o *mercado mundial* (então realidade já palpável) passara a ser o invólucro referencial de toda dedução e de toda e qualquer contabilidade científica. As conquistas dos grandes

³⁹² O conceito de "*capitalismo histórico*", empregado por Immanuel Wallerstein, por exemplo, está acoplado diretamente a essa idéia de capitalismo enquanto "sistema social histórico" no qual o capital (anteriormente existente, mas de manifestação limitada e subordinada) veio a ser usado com o objetivo básico de *auto-expansão*, o que implicou a mundialização da lógica da produção mercantil e, conseqüentemente, a passagem do capital da condição de relação subordinada à de relação social universalmente dominante. Cf. I. Wallerstein, *O Capitalismo Histórico*, trad. de Denise Bottmann, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1985.

³⁹³ G. W. F. Hegel. *The Philosophy of History*, translation by J. Sibree. Dover Publications, Inc., New York, s/d, p. 72.

³⁹⁴ *Ibid.*, Introduction, item sobre "Geographical Basis of History", pp. 79 - 102.

³⁹⁵ Utilizando-se aqui, como inspiração, a pergunta genial de G. Arciniegas: "em verdade, onde ocorreu o Novo Mundo que surgiu no XVI: do lado ocidental do Atlântico, ou em uma Europa que despertava para uma outra vida e um outro destino, e que até a véspera não era senão um Velho Mundo?". In G. Arciniegas, *America en Europa*, Plaza & Janes, Editores Colombia Ltda., 1980, p. 29.

descobrimientos e do progresso material trazidas pela expansão do comércio e pela subordinação dos outros três-quartos do globo às artérias do "coração pulsante" (a Europa) - as mesmas razões que provocaram a revolução filosófica iluminista -, são também, aqui, o substrato empírico que induz à fundação de uma nova ciência econômica, justamente no seio da nação que passara a liderar todo o processo de ocidentalização do mundo a partir do século XVIII.

Adam Smith, desde 1776, entendera que a Europa, no contexto da mundialização progressiva das relações de mercado, deveria ser pensada como um *grande e único país* (precursando, assim, há duzentos anos, a ideia de "bloco" e de "mercado comum"), com plena liberdade comercial entre os países membros; e que o desenvolvimento industrial (manufatureiro) europeu (e não somente o inglês) e a satisfação elástica das necessidades materiais dos povos, já não podiam mais autosustentar-se sem os ligames que articulavam a economia no Velho Continente às colônias da América e do resto do mundo:

"O descobrimento e a colonização da América, como é evidente, contribuíram para o aumento da indústria, em primeiro lugar, de todos os países que têm um comércio direto com ela, como a Espanha, Portugal, França e Inglaterra e, em segundo lugar, de todos os que, não tendo comércio direto com ela, todavia para ela enviam, através de outros países, mercadorias por eles produzidas, como a Flandres austríaca e algumas províncias da Alemanha que, por intermédio dos países anteriormente mencionados, enviam para a América uma quantidade considerável de linho e de outros bens. Todos estes países passaram, evidentemente, a ter um mercado mais vasto para a sua produção excedentária e, conseqüentemente, terão sido encorajados a aumentar a sua quantidade".³⁹⁶

³⁹⁶ A. Smith, *A Riqueza das Nações*, vol. II, 2a. edição, trad. de Luís Cristóvão de Aguiar, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, s/d., pp. 143 - 144.

O novo mercado, intercontinental, "que nada retirava do velho mas, ao contrário, que apenas lhe acrescentava",³⁹⁷ é o tema de fundo de toda a obra smithiana, de toda a nova lógica econômica que passara a compreender e teorizar a interconexão visceral entre ampliação do comércio, aumento da produção e reprodução do capital.

O capitalismo nascente estampava-se, já, como uma economia de vitalidade *internacional* (intercontinental). Por isso - observara, à sua vez, David Ricardo - nenhum país podia mais, por muito tempo, apenas importar, sem, ao mesmo tempo, exportar (ou vice-versa).³⁹⁸ Todos estavam interligados a todos e essa interdependência se constituía na única possibilidade de progresso material e de expansão e saúde dos negócios. Em muitos casos, os grandes lucros já brotavam mais dos arroubos do comércio exterior que daquele tradicionalmente restrito aos limites internos, europeus, dos territórios vizinhos. Ricardo, além de Smith (e mais do que ele), é um dos primeiros teóricos a conceber o capitalismo como um "*sistema*", fundado sobre o comércio mundial e destinado a envolver, progressivamente, todo o globo numa única rede de articulações. Daí porque afirmava - num contexto em que o sistema manufatureiro inglês mais avançado, o têxtil, já dependia da lã e do algodão de vários países, assim como das colônias da América e da Ásia a maioria das tintas que imprimiam as cores vivas da moda européia (para não falar da pele de foca importada da Groelândia)³⁹⁹ - que, "sob um sistema de perfeito livre comércio, cada país naturalmente destina seu capital e trabalho àqueles empregos que lhe tragam maiores benefícios, [mas onde, porém,]

³⁹⁷ Ibid. idem.

³⁹⁸ Cf. D. Ricardo, *On the Principles of Political Economy and Taxation*, op. cit., p. 263.

³⁹⁹ Cf. *ibid.*, p. 218.

cada vantagem individual está admiravelmente conectada com o bem universal do todo [do sistema por inteiro] (...) [Da mesma forma que,] enquanto pelo aumento da massa geral de produtos difunde-se o benefício geral, e se une a todos por um laço comum de intercâmbio de interesses, a *sociedade universal das nações* (grifo meu) estabelece por toda parte o mundo civilizado. E este é o princípio que determina que o vinho possa ser produzido na França e em Portugal, que o milho possa crescer na América e na Polônia e que ferramentas e outros bens possam ser manufaturados na Inglaterra".⁴⁰⁰

Em *Teorias da Mais-Valia* - compêndio onde se encontram formuladas as principais sínteses dos exercícios teóricos empreendidos a respeito de toda a tradição do pensamento econômico europeu à época, e que preparou (juntamente com os *Grundrisse*) o esboço de *O Capital* -, Marx deixa outras pistas que permitem verificar o quanto boa parte da teoria econômica (sobretudo na Inglaterra e na França) já havia incorporado (ainda que em graus distintos de sistematização) um certo nível de reflexão a respeito da dimensão *internacional* do capitalismo enquanto ordem econômica. Para tanto, basta citar, *en passant*, contribuições de autores como Sir Dudley North, quem, sob influência direta de William Petty (*A Treatise of Taxes and Contributions*, London, 1667), em seu *Discours upon Trade* (London, 1691), afirmava que "uma nação no mundo, por sua relação ao comércio, é, em todos os sentidos, como uma Cidade em um Reino, ou uma Família em uma Cidade";⁴⁰¹ ou, como David Hume (*Essays*, Londres, 1772), que atribuía à expansão contínua do comércio (e o estímulo ao consumo) a única saída recuperadora para a tendência de queda do lucro médio das

⁴⁰⁰ Ibid., capítulo VII, "On Foreign Trade". pp. 133 - 134.

⁴⁰¹ Vd. K. Marx, *Theories of Surplus-Value*, vol. I, op. cit., p. 371.

companhias, provocada pelo crescimento da produção;⁴⁰² ou ainda Cherbuliez, economista francês de meados do século XIX, que, no texto *Richesse au Pauvreté* (Paris, 1841), prognosticara o amplo domínio do capital e de sua lei de apropriação sobre o mundo, provocando, em consequência, a eliminação das "antigas distinções sociais em todas as partes, para as substituir pela simples classificação de homens ricos e pobres; os ricos que desfrutam e governam, os pobres que trabalham e obedecem" - o que significa uma antecipação da tese marxiana do surgimento de classes universais sob o capitalismo.⁴⁰³

Todos esses antecedentes teóricos de referência, somados à evidência dos acontecimentos que, impulsionados pela Revolução Industrial, marcavam a história do expansionismo comercial no século XIX, levavam a que Marx concebesse o capitalismo como um gigantesco processo de mundialização das relações e estruturas econômico-sociais, movido pela busca contínua da acumulação de capital. Tal movimento vem vislumbrado através da constituição progressiva do *mercado mundial* e da expansão do capital produtivo concentrado e centralizado, a *grande indústria*, que nunca foi (na essência) pensada, estaticamente, apenas como empresa "nacional", ou como tipo de empreendimento restrito exclusivamente ao território das modernas nacionalidades. Ao contrário - afirmava Marx -, "por meio da exploração do mercado mundial, a burguesia deu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países, retirando da indústria, para desespero dos reacionários, sua base nacional. As antigas indústrias nacionais foram aniquiladas e o são ainda todos os dias (grifo meu)".⁴⁰⁴

⁴⁰² Cf. *ibid.*, p. 375.

⁴⁰³ Vd. *ibid.*, vol. 3 da edição argentina *Teorias sobre la Plus-Valia*, Editorial Cartago, Buenos Aires, 1974, p. 329.

⁴⁰⁴ K. Marx e F. Engels, *Le Manifeste Communiste*, *op. cit.*, p. 60.

O processo de reprodução ampliada do capital se confunde tanto com a mundialização progressiva dos espaços de sua realização (o mercado mundial), como de suas bases produtivas (o oligopólio empresarial). O *movimento da mundialização* faz parte da *genética* do capital. é-lhe *essencial*, sendo impossível pensar o capitalismo, a partir de Marx, senão como um movimento permanente e crescente de articulação das relações econômicas, políticas e culturais em patamares cada vez mais globalizados. Para Marx, efetivamente, "a base do modo de produção capitalista - tanto lógica quanto historicamente - é constituída pelo mercado mundial". O capitalismo *supõe* o alargamento das relações de troca e a emergência de um comércio mundializado, confundindo-se, desde as suas origens, com o próprio processo de constituição progressiva desse mercado, a ponto de a própria gênese do capital moderno dar-se no circuito da circulação ampliada das mercadorias. A formação do mercado mundial tanto fora imprescindível à acumulação originária do capital - conforme visto no primeiro capítulo -, quanto em sua versão mais desenvolvida continua a balizar o horizonte estratégico natural da ação dos grandes oligopólios (desde o advento da grande indústria).

A percepção do processo de mundialização embutido na dinâmica do capital, desde a expansão quinhentista/seiscentista do comércio (capital comercial) até às primeiras manifestações mais evidentes, no Oitocentos, do regime de concentração/centralização de suas bases produtivas (capital industrial), estampa-se, em Marx, não somente como um dado histórico - devidamente registrado e relevado -, mas também como *lei sociológica intrínseca ao movimento do capital* (tendência hegemônica posta), com base na qual todo o dinamismo de seu potencial, então manifesto, como as tendências de seu desenvolvimento futuro, já vinham sendo devidamente equacionados. Tanto assim

procede, que o fôlego do sistema capitalista já havia sido claramente por ele percebido e explicitamente relacionado à crescente capacidade de alargamento, pelo sistema, das bases materiais de seu domínio, fato que transformava, dia após dia, cada região da Terra - incluída a própria Europa - num simples canto (*little corner*) do imenso tabuleiro planetário. Esta a razão, aliás, para Marx suspeitar que todo e qualquer movimento revolucionário, circunscrito unicamente aos terrenos limitados das nacionalidades, estivesse fadado ao fracasso. "A tarefa específica da sociedade burguesa - escrevia a Engels, em 1858 - é o estabelecimento do mercado mundial, ao menos em linhas gerais, e da produção baseada sobre este mercado mundial. Como o mundo é redondo, isto parece ter sido completado pela colonização da Califórnia e da Austrália e a abertura da China e do Japão. A questão difícil para nós é esta: sobre o Continente [europeu] a revolução [como tendência então posta] é iminente e imediatamente assumirá um caráter socialista. Não estará [contudo] destinada a ser massacrada neste pequeno canto [do mundo], considerando-se que, num território muito mais vasto, o movimento da sociedade burguesa *ainda está em plena ascensão?*"⁴⁰⁵ (grifo meu).

⁴⁰⁵ Carta de Marx a Engels (Londres, 8/10/1858). in K. Marx e F. Engels. *Selected Correspondence*, op. cit., p. 111. Numa outra passagem, esta também emblemática, assim Marx tematiza as possibilidades da revolução no contexto de um modo de produção que, notoriamente, apresentava-se-lhe como *mundial*: "Poderá esta revolução [socialista] acontecer num único país? Não. A grande indústria, criando o mercado mundial, já ligou todos os povos da Terra, especialmente os civilizados, a tal ponto que cada povo depende do que ocorre com o outro. Além disso, ela nivelou o desenvolvimento social em todos os países civilizados, de sorte que em todos esses países burguesia e proletariado tornaram-se as duas classes decisivas da sociedade, e a luta entre estas duas classes tornou-se a luta principal de nossos dias. Assim, a revolução comunista não será uma revolução somente nacional; será uma revolução que ocorrerá *simultaneamente em todos os países civilizados, ou seja, pelo menos na Inglaterra, Estados Unidos, França e Alemanha*". K. Marx e F. Engels. *Opere*, vol. 6, Editori Riuniti, Roma, 1976, p. 372, apud R. A. Medvedev, "O Socialismo num só país", in E. Hobsbawm (Org.), *História do Marxismo*, vol. 7, trad. de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio N. Henriques e Amélia Rosa Coutinho, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1986, p. 46. Fredric Jameson, numa tentativa de atualização do tema, infere que o conteúdo central do desafio, hoje, posto à razão transformadora (sobretudo pós-Guerra Fria), não é tanto o conceito *em si* de revolução ou as possibilidades de sua viabilidade enquanto tal (seja sob que forma esta se desenvolva), mas se, no contexto de um *sistema mundial*, esta é possível para algum segmento social que

Por funcionar o capitalismo como um modo de produção estruturado em escala *mundial*, a dinâmica das relações sociais e institucionais deixa de processar-se exclusivamente no interior de espaços societários mais restritos (localidades, nação, região), para alcançar, na qualidade de *mercado (sistema) mundial*, contornos mais abrangentes (globais) e *desterritorializados* (como dir-se-ia hoje) de sociabilidade e institucionalidade: "o desenvolvimento das forças produtivas - afirma Marx (como verdadeiro precursor da "teoria do desencaixe", tão cara aos sociólogos da chamada "alta modernidade") -, que implica já que a existência empírica atual dos homens *decorra no âmbito da história mundial e não no da vida local* (grifo meu), é uma condição prática prévia absolutamente indispensável [da sociabilidade moderna] (...) Ele constitui, igualmente, uma condição prática *sine qua non*, pois é unicamente através desse desenvolvimento universal das forças produtivas que é possível estabelecer um intercâmbio universal entre os homens (...) tornando cada um deles dependente das perturbações dos restantes e fazendo com que, finalmente, os homens empiricamente universais vivam de fato a história mundial, em vez de serem indivíduos vivendo numa esfera exclusivamente local".⁴⁰⁶

Neste circuito mundialmente articulado e/ou cruzado de interesses, níveis e instâncias mais particulares e/ou localizados de materialidade societária (capitais individuais, grupos, comunidades, nacionalidades, regiões) passam, então, a ficar dependentes (ainda que em graus desiguais) em relação ao mercado mundial, revelando, enfim, o verdadeiro caráter do modo capitalista de produção:

esteja voltado apenas para um projeto de autonomia *nacional*. Cf. F. Jameson, "Five Theses on Actually Existing Marxism", *op. cit.*, p. 6.

⁴⁰⁶ K. Marx e F. Engels. *A Ideologia Alemã*, vol. 1, *op. cit.*, p. 42.

"envolve-se todos os povos na rede do mercado mundial e, com isso, consolida-se o caráter *internacional* (grifo meu) do regime capitalista".⁴⁰⁷

O local, a nação, a região, ora passam a estar *formalmente* subsumidos à dinâmica do mercado mundial, às estratégias produtivistas dominantes - reciclando o capital, nesses casos, traços e formas culturais herdados de tradições precedentes -, ora inserem-se definitivamente nos padrões típicos gestados no interior da ordem industrialista burguesa: *subsunção real*. Mundialização, contudo (e por isso), não significa *homogeneização*. Em cada momento ou fase de evolução do capitalismo, o mundo, como uma unidade (dialética) de heterogêneos, é conjugado em *graus e combinações diversos e desiguais* nessa escala de subordinação. O próprio período colonial clássico é uma ilustração deste fato, na medida em que combinava um misto de processo concluído de acumulação originária no berço da mãe-pátria, a Europa (trabalho assalariado, aplicação da maquinaria ao processo produtivo, etc.), com formas mais atrasadas e mais violentas de domesticação do trabalho nas colônias (escravidão, servidão, etc.) -, entrando na equação da mais-valia global tanto o trabalhador livre quanto o escravo.

Em verdade, quando Marx trabalha os conceitos de *subsunção formal* e *subsunção real* do trabalho ao capital,⁴⁰⁸ não quer se referir, exclusivamente (ainda que este seja o sentido mais *stricto* de seu argumento), a uma ocorrência circunscrita unicamente ao universo mais específico da organização do processo de trabalho em si. A materialização da produção, enquanto processo de *reprodução do capital*, além de significar a geração pura e

⁴⁰⁷ K. Marx, *Capital*, vol. 1, op. cit., cap. 32, p. 929 [e.b., Livro 1, vol. 2, cap. XXIV, p. 881].

⁴⁰⁸ K. Marx, *O Capital*, Livro I, capítulo VI (inédito), op. cit.

simples de mercadorias e formas específicas de exploração do trabalho, *supõe a reprodução incessante da própria estrutura social mais geral que sustenta as condições dessa relação.*⁴⁰⁹ Quando Marx fala, por exemplo, da transformação do camponês (antes independente e que produzia valores de uso para satisfazer suas necessidades de consumo) em diarista perante o agricultor burguês, ou do artesão convertido em assalariado no interior da oficina, está se referindo, também, às alterações nas *estruturas societárias e hierárquicas mais amplas* que marcaram o servilismo, o corporativismo, um padrão cultural, um modo de produção até então predominante, e que passam a ser modificadas - ainda que mantidas certas aparências características do passado - pelo *pattern and life-style* burguês.⁴¹⁰ O conceito de *subsunção real* não diz respeito tão-somente à (e não se extingue na) modificação da figura real do modo de produção em sua expressão tecnológico-organizacional, à natureza real do processo de trabalho (*modo especificamente capitalista de produção*); ao mesmo tempo, refere-se às *relações de produção em geral*, à disseminação de um novo padrão e um novo princípio de estruturação do sistema produtivo como um todo, bem como à escala e horizontes em que este se processa e se instala:

"O resultado *material* da produção capitalista, além do desenvolvimento das *forças produtivas sociais do trabalho*, está constituído pelo *aumento do volume de produção*, e *acréscimo e diversificação das esferas produtivas e de suas ramificações*".⁴¹¹

⁴⁰⁹ Cf. K. Marx, *Capital*, vol. 3, op. cit., cap. 51, p. 1019 [e.b., Livro 3, vol. 6, cap. LI, p. 1007].

⁴¹⁰ Cf. K. Marx, *O Capital*, Livro I, capítulo VI (inédito), op. cit., p. 51.

⁴¹¹ *Ibid.*, p. 68.

Marx, desde os textos de juventude, já trabalhava a idéia de capitalismo numa perspectiva globalizante - como denota esta passagem de *A Ideologia Alemã* (1845):

"[O capital] criou por todos os lados as mesmas relações entre as classes da sociedade, destruindo por isso o caráter particular das nacionalidades (...) A grande burguesia surge como uma classe cujos interesses são os mesmos em todas as nações e para a qual a nacionalidade deixa de existir".⁴¹²

Nessa mesma linha de argumento, o *Manifesto Comunista*, de 1848, (pode-se dizer) chega a ser um verdadeiro "*manifesto da mundialização*", provavelmente o primeiro da história:

"Em lugar do antigo isolamento local e da auto-suficiência das nações, desenvolvem-se, em todas as direções, um intercâmbio e uma interdependência universais. E isso tanto na produção material quanto na intelectual. As criações intelectuais de uma nação tornam-se propriedade comum de todas. A estreiteza e o exclusivismo nacionais tornam-se cada vez mais impossíveis e, das numerosas literaturas nacionais e locais, surge a literatura universal. Com o rápido aprimoramento de todos os meios de produção, com as imensas facilidades dos meios de comunicação, a burguesia arrasta todas as nações, mesmo as mais bárbaras, para a civilização (...) Força todas as nações a adotarem o modo burguês de produção; força-as a adotarem o que ela chama de civilização, isto é, a se tornarem burguesas. Em uma palavra, cria o mundo à sua imagem".⁴¹³

⁴¹² K. Marx e F. Engels, *A Ideologia Alemã*, vol. I, op. cit., p. 75.

⁴¹³ K. Marx e F. Engels, *Le Manifeste Communiste*, op. cit., pp. 60 - 61.

No mesmo plano analítico, desenha-se a arquitetura de seus trabalhos científicos mais densos, como aquela de *O Capital*. O conjunto de raciocínios lógicos, mesmo quando, por razões didáticas, abstrai dos contextos concretos nos quais as relações e estruturas efetivamente se processam, articulam e manifestam, não deve dissuadir o fato de que, na superfície terrena dos acontecimentos, o capital se movimenta como uma avalanche de alcance *supranacional, mundial*, interligando mares e oceanos, continentes e hemisférios, metrópoles e colônias. O exercício das análises (digamos) *tipológicas* empreendidas por Marx para conceituar: processo de trabalho, mais-valia, circulação, taxa de lucro, concentração, centralização e tantas outras dimensões constitutivas da forma capitalista de produção, deve ser sempre compreendido como um esforço de deslindamento da dinâmica de um tipo singular de formação social que só existe e pulsa (se desenvolve e se consolida) dimensionado (e dimensionando-se) em escala *mundial*: "o mercado mundial é o *verdadeiro ser* (grifo meu), a verdadeira base e a atmosfera em que vive o modo capitalista de produção".⁴¹⁴ Assim sugere ele também em *Trabalho Assalariado e Capital* (1849): uma vez entendida logicamente a dinâmica de "como se subvertem e se revolucionam incessantemente o modo de produção e os meios de produção, [isto é,] como a divisão do trabalho arrasta necessariamente uma maior divisão do trabalho, [e] o emprego de maquinaria maior emprego de maquinaria", o passo seguinte torna-se compreender e projetar "toda esta agitação febril" no plano "*do mercado mundial*" (grifo meu), patamar real da reprodução ampliada do capital, a partir do qual "poderemos [então] formar uma idéia [justa] de como o crescimento, a acumulação e a concentração de capital trazem consigo uma divisão do trabalho, uma aplicação de novas máquinas e um aperfeiçoamento das

⁴¹⁴ K. Marx, *Capital*, vol. 3, op. cit., cap. 6, p. 205 [e.b., Livro 3, vol. 4., cap. VI, p. 123].

antigas, em uma velocidade atropelada e ininterrupta, *numa escala cada vez mais gigantesca*" (grifo meu).⁴¹⁵

Da mesma forma, quando Marx elege o contexto de um *país* ou de um ramo produtivo qualquer para proceder a medição - digamos - do grau médio de exploração do trabalho e da taxa de mais-valia, ou aquele da taxa geral de lucro; ou ainda, quando toma duas indústrias isoladamente para comparar níveis diferenciados de composição técnica e/ou orgânica do capital, fá-lo, fundamentalmente, na condição de estudos de caso (ainda que hipotéticos) que ajudam a fixar a lógica de seu argumento, as propriedades mais essenciais de suas equações, os elementos moleculares de suas formulações. Mas, uma vez isso atingido, há que se tomar conhecimento (para além daqueles *micro-cosmos* analíticos) de que: a descoberta do ouro californiano e australiano influenciou no ciclo de acumulação geral do capital por volta de meados do século XIX; que a abertura do canal do Suez, levando à Ásia Oriental o tráfego a vapor, impulsionou ainda mais o desenvolvimento da indústria náutica na Europa, além de reduzir o tempo de circulação de mercadorias transacionadas com aquela região de doze meses para doze semanas; que os novos processos de produção do ferro e do aço, descobertos por firmas diferentes na Alemanha e Inglaterra, reduziram a um mínimo (e com custos relativamente menores) o tempo exigido à sua fabricação, revolucionando, em consequência, o padrão tecnológico internacional até então dominante; que a revolução nos transportes e nas comunicações, ao aproximar de 70 a 90% a América e a Índia, dos países industriais europeus, reduziu, naqueles países, grande parte de sua capacidade social explosiva (demonstrada, por exemplo, nas crises de 1825-1857);⁴¹⁶ que, no contexto do mercado mundial, onde

⁴¹⁵ K. Marx, *Trabajo Asalariado y Capital*, op. cit., pp. 48 - 52.

⁴¹⁶ Vd. K. Marx, *Capital*, vol. 3, op. cit., cap. 4, p. 164 [e.b. Livro 3, vol. 4, op., cap. IV, pp. 79 - 80].

as nações são partes intergrantes de um todo dinâmico, qualquer alteração na produtividade do trabalho ou no valor do salário de um país interfere na média internacional do conjunto.⁴¹⁷

Além dos indicadores acima mencionados, também as periódicas e permanentes crises sistêmicas, que abalavam indistintamente e de forma combinada (ainda que desigual) os vários níveis, instâncias e setores da vida social em todas as regiões do planeta - como "grandes tempestades do mercado mundial onde explodia o conflito entre todos os elementos do processo de produção burguesa"⁴¹⁸-, já evidenciavam, com extrema nitidez, a interdependência supranacional dos processos econômicos. Em suma, esse conjunto complexo de situações indicava que, no capitalismo, não há particular fora do geral e generalidade que não se concretize em novo particular; local dissociado do universal; nação que não esteja (ou logo se torne) interligada ao pulmão do mundo. Assim como o telégrafo "cinge todo o globo" (Marx) - diríamos hoje, a internet -, qualquer progresso, em qualquer ramo da indústria, na Inglaterra ou nos Estados Unidos, na Alemanha ou no Japão, da produção de metais à de máquinas, de tecidos aos transportes e comunicações, são operações (sem exceção) que incidem no volume, ritmo e composição do comércio, da produção, na lei do valor e nos costumes em todo o mundo:

"O que se aplica aos diversos níveis sucessivos de desenvolvimento de um país, aplica-se também aos demais que se encontram simultaneamente em níveis diferentes de desenvolvimento".⁴¹⁹

⁴¹⁷ K. Marx, *Capital*, vol. 1, op. cit., cap. 22, pp. 701 - 702 [e.b., Livro 1, vol. 2, cap. 20, pp. 647 - 649].

⁴¹⁸ K. Marx, *Contribuição à Crítica da Economia Política*, op. cit., p. 170.

⁴¹⁹ K. Marx, *Capital*, vol. 1, op. cit., cap. 13, p. 320 [e.b., Livro 3, vol. 4, cap. XIII, p. 245]. Carece, portanto, de fundamento, a tese de Samir Amin de que a análise do processo de acumulação, em

Em Marx, o conceito de "*modo de produção*", mais do que uma conotação meramente estruturalista (e portanto *sincrônica*),⁴²⁰ implica, basicamente - é preciso frisar -, uma dimensão de *processo* (diacrônica).⁴²¹ Processo através do qual (e só pelo qual) - no dizer de Shlomo Avineri - a *universalidade* se constitui também em uma "dimensão geográfica".⁴²² Processo que se articula sob combinações diversas e complexas, configurando-se enquanto *totalidade social única* (embora multifacetada), em relação à qual (mercado mundial) tudo se encontra ou se torna subsumido.

É nesse sentido que, para Immanuel Wallerstein, todo nível de compreensão sociológica e histórica relativamente à natureza do sistema capitalista depende do *patamar* do recorte epistemológico, do ponto de partida da inflexão da análise: "é a Inglaterra ou o México, ou as Índias Ocidentais (com seus proletários, escravos e servos no século XVII) a unidade de análise? Terá cada país

O Capital, é referida exclusivamente ao âmbito *da nação*, e que, por isso, o modelo de Marx estaria defasado em face dos novos desenvolvimentos do capitalismo em escala mundial, promovidos pelo imperialismo. Trata-se, no caso, de uma leitura enviesada do próprio método de exposição marxiano.

⁴²⁰ Foram Louis Althusser e Etienne Balibar quem, na década de 70, com sua leitura estruturalista da obra de Marx (sobretudo de *O Capital*), estabeleceram uma diferenciação entre os conceitos de "*formação sócio-econômica*" (entendido em sentido mais alargado e complexo, como articulação de vários modos de produção) e aquele de "*modo de produção*" (tomado enquanto estrutura de conexões diferenciadas de forças produtivas e relações de produção). Desde então, não apenas escritores franceses da então denominada "nova antropologia econômica" (tais como Meillassoux, Godelier, Terray, Dupré, Rey) passaram a utilizar largamente este *approche* althusseriano, como também sociólogos marxistas que se viram envolvidos no debate com a chamada "sociologia do desenvolvimento", como Gunder Frank e Ernesto Laclau. Cf. C. Luporini, "Per l'interpretazione della categoria 'formazione economico-sociale'", in *Critica Marxista*, n. 3, anno 15, Editori Riuniti, Roma, 1977; A. Foster-Carter, "The Modes of Production Controversy", in *New Left Review*, n. 107, London, 1978.

⁴²¹ Para Pierre Dockès, no pensamento de Marx é a *diacronia* que dita a sincronia, a estrutura: "Não se encontra análise sincrônica como um fim em si mesmo, mas somente como meio para o estudo das consequências dessa estrutura sobre sua evolução". P. Dockès, *L'Internationale du Capital*, op. cit., p. 144.

⁴²² S. Avineri, *The Social & Political Thought of Karl Marx*, op. cit., p. 165.

um específico 'modo de produção'? Ou esta unidade (para os séculos XVI / XVIII) é [já] a economia-mundial européia, incluindo a Inglaterra e o México, sendo que, neste caso, como pode vir a ser definido o 'modo de produção' desta economia-mundial?".⁴²³ Em outras palavras, visto o capitalismo também como um *processo* e não somente como uma "*estrutura*" (ou um *tipo ideal*), ou melhor dito, como conjunto estrutural em permanente *devenir*, mas cujo movimento se articula *em escala mundial* (economia-mundial, mercado mundial), o conceito de "modo de produção", conseqüentemente, jamais pode ficar circunscrito a manifestações particulares separadas analiticamente do conjunto orgânico como um todo, muito menos serem os Estados-nação uma *unidade de análise fundante* da inteligibilidade última desse processo. Ao contrário, o capitalismo foi, desde o começo, um *affair* da *economia-mundial* desenhada pelo capital mercantil em associação com os Estados-nação. Assim, "o capital nunca permitiu que suas aspirações fossem determinadas pelas fronteiras nacionais numa economia-mundial capitalista, e até a criação das barreiras 'nacionais' - genericamente, o mercantilismo - não foram historicamente outra coisa que um mecanismo de defesa usado por capitalistas localizados em Estados e que se encontravam num nível abaixo do ponto mais elevado de poder dentro do sistema - como foi o caso da Inglaterra *vis-à-vis* a Holanda em 1660-1715, da França *vis-à-vis* a Inglaterra em 1715-1815, da Alemanha *vis-à-vis* a Grã-Bretanha no século XIX, da União Soviética *vis-à-vis* os Estados Unidos no século XX".⁴²⁴

⁴²³ I. Wallerstein, *The Capitalist World-Economy*, Cambridge University Press, Cambridge, 1979, p. 10.

⁴²⁴ *Ibid.*, p. 19.

A tendência à mundialização do capital, à disseminação de suas estruturas econômicas (e políticas) de poder e sua articulação em patamares sempre mais ampliados de materialidade, por mais que não tenha (enquanto tema) merecido explicitamente, da parte de Marx, um tratamento mais sistemático e particularmente destacado no contexto de sua obra, constitui-se, contudo, o *arcabouço de toda a sua teoria da acumulação*.⁴²⁵ No limite, as análises do processo de concentração e centralização - e que envolvem a noção de aumento de força, densidade e autonomia crescentes das organizações empresariais - conduzem, logicamente, à idéia da mundialização do capital como condição básica da universalização de seu poder de intervenção.

"A centralização do capital - diz Marx - é *essencial para a existência do capital como um poder independente* (grifo meu).⁴²⁶ A influência destrutiva que a centralização causa sobre os mercados do mundo revela, nas mais amplas dimensões, as leis orgânicas inerentes da atual economia política sobre o

⁴²⁵ Sobre a ausência desta maior sistematização de uma teoria marxiana da mundialização do capital, observa Giovanni Arrighi: "Marx não estabeleceu (explicitamente) uma ligação entre sua observação sobre a reciclagem do capital monetário, no espaço-tempo da economia mundial capitalista, e sua observação concernente a uma reciclagem análoga, passando do âmbito organizacional das empresas comerciais 'incapazes de agir por si' para os domínios de organizações comerciais mais poderosas. Se tivesse chegado a escrever o sexto volume de *O Capital* - descrito na sinopse original como 'volume sobre o mercado mundial e as crises' - é possível que Marx houvesse precisado estabelecer esta ligação". G. Arrighi, *O Longo Século XX*, op. cit., p. 243. De qualquer maneira - como argüi Daniel Little - a tendência da economia [capitalista] em direção à concentração, à centralização, à racionalização crescente do processo de produção, como à extensão do mercado em novas regiões do mundo [ou seja, uma tese da mundialização do capital], constituem-se aspectos fundamentais para se pensar uma teoria do capitalismo em Marx. Cf. D. Little, "Does Marx have a Theory of Capitalism?", in *The Social Science Journal*, vol. 22, n. 1, Jan 1985, pp. 65 - 87.

⁴²⁶ Não se encontra, porventura, aqui elaborado, implicitamente, um genial *insight* daquilo que hoje representa o capital transnacional, e que é verdadeiramente o capital mundialmente centralizado como um "poder independente"? E não é a conquista dessa autonomia e desse poder concentrado do capital privado (global) que leva a historiadores do porte de um Norbert Elias a reconhecer que, hoje em dia, as relações interestatais estão subsumidas aos interesses de organizações monopolistas *privadas*, cuja violência é garantida pelo emprego de *armas econômicas*? Cf. N. Elias, *El Proceso de la Civilización*, op. cit., pp. 521 - 523.

trabalho em todos os lugares civilizados".⁴²⁷ Não por menos o livre-câmbio, enquanto expressão da livre concorrência - este "ideal sagrado", hoje reivindicado pelo neoliberalismo como a "receita milagrosa" deste final de século⁴²⁸ -, já se demonstrava, para Marx, como um dos fenômenos singulares mais evidentes dos imperativos impostos pelas necessidades de desenvolvimento e consolidação do mercado mundial, o território do grande capital. É uma necessidade *estrutural* dos grandes conglomerados, dos oligopólios que monopolizam inteiros ramos industriais de assegurar-se do domínio definitivo de todo o mercado global. O livre-câmbio é a política adequada que garante, em última instância, o desenvolvimento real do capital, isto é, a "justa liberdade" para sua efetiva e inevitável concentração e centralização.

A preleção de Marx sobre o tema, pronunciada em discurso durante sessão pública da Associação Democrática de Bruxelas, em 7 de janeiro de 1848, tinha justamente por finalidade afirmar esta tese.⁴²⁹ Marx sabia que a liberdade de comércio, a quebra do sistema protecionista entre as nações, era o caminho mais curto para rebaixar o preço das mercadorias *everywhere* - e não apenas no contexto do capitalismo concorrencial do século XIX, mas enquanto condição *estrutural* da própria lógica de movimento do capital *any time*. Da mesma forma, mostrava-se, também, uma poderosa arma para reduzir o valor da massa real dos salários *em todo o mundo*, mediante a redução média do tempo socialmente

⁴²⁷ K. Marx. "The Future Results of British Rule in India". in K. Marx e F. Engels. *The First Indian War of Independence, 1857 - 1859*, op. cit., pp. 39 - 40.

⁴²⁸ Sobre o tema, vd. ilustrativa coletânea de ensaios organizada por M. L. Malaguti, M. D. Carcanholo e R. A. Carcanholo. *A Quem Pertence o Amanhã? - Ensaios sobre o Neoliberalismo*, trad. dos organizadores e de Nicolás N. Campanário, Edições Loyola, São Paulo. 1997.

⁴²⁹ Vd. K. Marx, "Discours sur le Libre-Échange", in K. Marx, *Oeuvres - Économie*, Éditions Gallimard, Paris, 1965.

necessário à produção daquelas mercadorias, induzida pela livre concorrência internacional. O resultado último do livre-câmbio torna-se o aumento das forças produtivas, uma maior acumulação e centralização de capitais, uma maior divisão do trabalho, a redução relativa do salário, o desemprego e uma maior concorrência entre os proletarizados. E quanto mais aumenta o capital produtivo, "mais este é forçado a produzir para um mercado que não conhece as necessidades, mais a produção precede o consumo, mais o oferta tenta forçar a procura e, por conseguinte, as crises aumentam em intensidade e rapidez".⁴³⁰ Acelera-se, então, outro ciclo de centralização de capitais, aprofundando-se, ainda mais, para todos, a dependência do mercado mundial.

Marx encara o estabelecimento de protecionismos nacionais de mercado apenas como um "meio artificial de fabricar fabricantes, ou de explorar trabalhadores independentes, de capitalizar os meios nacionais de produção e subsistência";⁴³¹ como simples fase passageira e conjuntural (interna a cada país) de criação da grande indústria. Mais cedo ou mais tarde, isto significa condenar inexoravelmente todos os povos a depender do mercado mundial. E, no momento em que se depende do mercado mundial, está a dinâmica da produção e do mercado pretensamente *nacional* definitivamente subsumida aos ditames do livre câmbio *internacional*. O protecionismo, no máximo, constitui-se num simples ensaio de livre concorrência em moldes internos. E se este sistema foi importante, em certo momento histórico, à consolidação da burguesia como classe dominante no interior de cada país, como arma estratégica na sua vitória contra o latifúndio

⁴³⁰ Ibid., p. 223.

⁴³¹ K. Marx. *Capital*, vol. 1, op. cit., cap. 31, p. 921 [e.b., Livro 1, vol. 2, cap. XXIV, p. 875].

feudal e os governos absolutos - como foi o caso recente da Alemanha, no final do século XIX, ou mesmo na afirmação de independências nacionais tardias, como testemunha parte da história do século XX -, no contexto de um capitalismo mundial consolidado torna-se um instrumento conservador.⁴³²

O livre-câmbio, ao destruir as antigas identidades nacionais, dá o toque de transparência à natureza de todo o sistema: os senhores da festa, na verdade, não são (nem nunca foram) os Estados-nação. São os *capitais*:

"A livre concorrência é a relação do capital consigo mesmo como outro capital, vale dizer, o comportamento real do capital enquanto capital. As leis internas do capital - que nos albores históricos de seu desenvolvimento aparecem somente como tendências - que apenas agora estão colocadas [de fato] como leis; a produção fundada no capital só se põe em sua forma adequada, na medida e enquanto se desenvolve a livre concorrência, posto que esta é o desenvolvimento livre do modo de produção fundado no capital (...) A livre concorrência é o desenvolvimento real do capital." ⁴³³

Pierre Dockès, ao refletir sobre a evolução do sistema capitalista desde suas origens até o surgimento e a consolidação das Corporações Transnacionais, no pós-guerra, admite (ratificando Marx) que o capitalismo, ao se expandir, produz não somente as nações, mas, simultaneamente, *dissolve-as*, "já que não pode continuar a desenvolver-se sem integrar-se cada vez mais no mercado mundial".⁴³⁴ O livre-câmbio - diz Marx - "é a liberdade do capital (...) e

⁴³² Cf. K. Marx, "Discours sur le Libre-Échange", in K. Marx, *Oeuvres - Économie*, op. cit., p. 156.

⁴³³ K. Marx, *Grundrisse*, vol. 2, op. cit., pp. 167 - 168.

⁴³⁴ P. Dockès, *L'Internationale du Capital*, op. cit., pp. 143 - 144.

todos os fenômenos destruidores que a livre concorrência faz nascer no interior de um país, *reproduzem-se em proporções mais gigantescas no mercado mundial*" (grifo meu).⁴³⁵ Daí porque, como reverbera Dockès, ser o capitalismo monopolista transnacional "soldado pela livre-troca das mercadorias, dos capitais e pela integração da produção".⁴³⁶ Ao Estado-nação, ao final de tudo - além de encontrar-se na condição de um operário que só pode trabalhar nas condições impostas pelo patrão (ou não trabalha de modo algum)⁴³⁷ -, ainda sobra uma única "riqueza", e "que é realmente objeto da posse coletiva de todos; aliás, a única 'propriedade' efetivamente *socializada* pelo capital: a dívida pública"⁴³⁸ - espécie de "último emblema da nacionalidade":

"Com a dívida pública cresceu um sistema internacional de crédito, que frequentemente dissimulava uma das fontes da acumulação primitiva neste ou naquele povo (...) Os empréstimos capacitam o governo a enfrentar despesas extraordinárias sem recorrer imediatamente aos contribuintes, mas estes acabam levando o governo a aumentar necessariamente os impostos como uma consequência (...) A tributação excessiva não é uma ocorrência acidental; é, antes de tudo, um princípio".⁴³⁹

Mundialização do mercado (da circulação das mercadorias) + *mundialização da produção* (da produção das mercadorias enquanto processo de valorização), representam, na condição de faces (momentos) de uma mesma e

⁴³⁵ K Marx, "Discours sur le Libre-Échange", op. cit., pp. 154 - 155.

⁴³⁶ P. Dockès, op. cit., p. 259.

⁴³⁷ Ibid., p. 226.

⁴³⁸ K. Marx, *Capital*, vol. 1, op. cit., cap. 31, p. 919 [e.b. Livro 1. vol. 2, XXIV, p. 872].

⁴³⁹ Ibid., p. 921 [e.b., p. 874].

única totalidade histórica (e lógica), a correta *escala* de visualização e de compreensão do dinamismo do modo de produção capitalista em sua dimensão eminentemente *processual*. O que significa sublinhar que, para promover e garantir a acumulação ampliada, o capitalismo necessita tender, continuamente, ao deslocamento progressivo de seus padrões institucionais em direção a um patamar efetivamente *mundial* de materialidade (produção da *mundialidade*), *sem o que ele não existe e nem se reproduz enquanto modo de produção*. Esse processo, embora alcance uma superior densidade e uma maior visibilidade somente neste final de século - após as novas conquistas tecnológicas (como a microeletrônica), que possibilitaram e impulsionaram um salto qualitativo no ritmo e no grau de racionalização da vida social em todo o planeta -, já se manifestava em andamento, conforme visto, pelos menos desde os séculos XV e XVI, com os feitos das grandes navegações, da expansão intercontinental do comércio e a criação da primeira rede *mundial* de intercâmbio entre povos e culturas: o sistema colonial.⁴⁴⁰

O capitalismo envolve, assim, uma *tripla dimensão* (histórica e lógica) de reprodutibilidade, dialeticamente interdeterminante: 1) a *produção ampliada de mercadorias*; 2) a *produção ampliada de mais-valia* (valorização do capital) e, 3) a *produção* (gradativa e cada vez mais complexa) *da mundialidade* - a qual não apenas é *resultado*, mas também (e ao mesmo tempo) *fundamento* (condição) de todo o seu processo de constituição, de seu dinamismo intrínseco globalmente unitário e diversificado, eclético e contraditório, múltiplo e combinado. Um aspecto *essencial* de sua lei de movimento, *sem o qual os outros dois careceriam da possibilidade de sua própria efetividade*; pois, não é possível

⁴⁴⁰ É neste sentido que Octavio Ianni observa que, "de acordo com a *teoria marxiana*, sobre a gênese e os desenvolvimentos do capitalismo, este modo de produção (...) [já] *nasce transnacional*" (grifo meu). Cf. O. Ianni, *A Era do Globalismo*, op. cit., p. 267.

pensar-se no modo capitalista de produção (na dinâmica da reprodução ampliada do valor) apenas na circunscrição dos limites territoriais das nacionalidades.

Nesse sentido, em termos mais esquemáticos, o capitalismo pode ser vislumbrado (desde as suas origens) como um longo e gigantesco processo (gradativo e ininterrupto) de *surtos de mundialização*, com sucessivos reescalamentos dos patamares de sua efetivação e materialidade societárias, cada período produzindo uma combinação dialeticamente original e dinamicamente hierarquizada entre os espaços (e sentidos de) local / nacional / internacional / mundial; movimento, esse, hegemonicamente dirigido e condicionado pelos contínuos e permanentes esforços de valorização do capital - o *vetor* de todo o processo -, e que veio conduzindo a civilização burguesa a etapas diferenciadas e sempre mais complexas de manifestação de suas configurações institucionais.

Num primeiro momento, é a *mundialização do comércio*, com suas formas de institucionalização dos mecanismos de acumulação originária, que dá o tom de toda a sinfonia - e, não por menos, Marx elege o século XVI como aquele do surgimento do modo capitalista de produção. O comércio supranacional, intercontinental - primeira manifestação do mercado mundial nascente - apresenta-se não apenas como o patamar real da dinâmica do capitalismo comercial, como é ele que irá tensionar (pelo incremento da demanda efetiva) as estruturas produtivas herdadas da medievalidade européia, transformando-a, paulatinamente, até à emergência da manufatura - a primeira forma capitalisticamente concreta de organização da produção.

A revolução das bases produtivas capitalistas - basicamente a passagem da manufatura à grande indústria - será o arcabouço de um novo *surto* de mundialização, na medida em que, com a consolidação da produção industrial de grande escala, novas ondas de expansão do mercado mundial passam a ser

continuamente requeridas (novos espaços de realização da mais-valia agregada), subsumindo-se, então, de uma vez por todas, a dinâmica da circulação das mercadorias às necessidades de reprodução ampliada do capital produtivo - seu movimento de concentração e centralização.

O século XX, em particular (incluídas as duas últimas décadas do XIX), apresenta-se como o cenário historicamente concreto e ilustrativo de toda essa nova fase (mais avançada) da processualidade mundializada do capital produtivo, ora metamorfoseado em capital financeiro: primeiro, o *Imperialismo*, como etapa de mundialização *horizontal* (*inter-nacional*) das bases produtivas do capital (centralização *inter-nacional*); mais recentemente, o *Globalismo*, como etapa de mundialização *vertical* dessas mesmas bases, via *trans-nacionalização* do capital produtivo/financeiro (centralização *trans-nacional*). Cada uma dessas fases sucessivas reciclam-se no tempo e no espaço, sendo que as formas e configurações anteriores de manifestação do processo recriam-se constantemente à cada etapa seguinte, recicladas e subsumidas, porém, a um sempre novo e mais complexo patamar de dinamismo do capital e de sua formatação institucional, *como uma unidade mundialmente hierarquizada de diversidades continuamente (re)articuladas, de forma desigual e combinada, segundo cada contexto histórico*. O Imperialismo contém e reproduz formas recicladas e diversificadas de acumulação originária e colonialismos (como de nacionalismos, etnicismos, tribalismos, etc.). O Globalismo, outras tantas e mais imperialismos.

O *Globalismo* é o momento histórico que se consagra (ao contrário do que previra Lênin) como a verdadeira *etapa superior* do capitalismo. Um outro patamar (para além do Imperialismo) de materialidade e de dinamismo societários (da economia, da política e da cultura), que se configura como o resultado último, o corolário de todo esse longo processo de mundialização há 500 anos costurado pelo bisturi do capital, e que somente agora (*a posteriori*), no

apogeu de sua manifestação, ganha finalmente sua plena inteligibilidade à luz do observatório mais elevado que é o tempo presente - o qual, aliás (como dizia Marx), sempre considera as formas passadas como tantas outras etapas que para ele se movem e confluem, dando-lhe pleno sentido.⁴⁴¹

⁴⁴¹ K. Marx, *Grundrisse*, vol. 1, op. cit., p. 27.

CAPÍTULO 6

O GLOBALISMO

Numa leitura atenta da história do capitalismo, pode-se constatar que para cada fase ou etapa delineada de seu desenvolvimento, a cada novo grande ciclo de acumulação (com suas formas e mecanismos característicos de processualidade), para cada novo surto de expansão e reconfiguração de suas articulações mundiais de ordenamento, correspondeu a formulação de conceitos próprios e singularizantes, destinados a conferir inteligência e destaque às manifestações mais específicas e típicas de cada contexto histórico referido. Assim como a longa fase de desenvolvimento do capitalismo comercial (séculos XVI a XIX), voltada para a criação de um mercado mundial e costurada pela dinâmica das trocas desiguais entre metrópoles e colônias, levou à consagração dos conceitos de *mercantilismo* e de *colonialismo*, da mesma forma emerge, na virada do século XIX para o XX, aquele de *imperialismo*, sinalizando o advento de uma nova e diferenciada fase de expansão capitalista, distinta da anterior. Desde então, ganha centralidade o movimento de exportação de capitais produtivos das metrópoles para áreas coloniais, num processo de internacionalização crescente das bases industriais de grande escala que, sob os auspícios e proteção da intervenção estatal (das grandes potências), respondia às necessidades de dominação direta, pelos conglomerados monopolistas, dos mercados de trabalho e de matérias-primas em todo o mundo. Tanto num caso, como no outro, os conceitos definem e demarcam tempos diferenciados, formas singulares e ritmos (acelerações)

específicas de manifestação do processo histórico de constituição da sociedade mundial burguesa, dotando-o, assim, de plausível inteligibilidade.

O conceito de *globalismo* vem se conformando somente na fase mais recente de desenvolvimento do capitalismo (particularmente nas duas últimas décadas), associado (como idéia) à hipótese da emergência de um *novo patamar* de ordenamento da vida social, institucionalmente articulado em *plano supra-nacional*, em que o centro das atenções se volta para a constituição de uma realidade (relações, processos e estruturas) não mais simplesmente determinada (como no passado) através da expansão e/ou difusão *horizontal centrífuga* de ações econômicas, políticas e culturais *entre* nações (sob impulso e primazia daquelas hegemônicas) - *internacionalização* -,⁴⁴² mas configurada por meio de uma dinâmica progressivamente *transversal centrípeta* de efetividade societal, plasmada em plano concretamente *trans-nacional (global)* de materialidade.

Não obstante produto cumulativo de múltiplos processos sociais, econômicos, políticos e culturais, por vezes em germinação desde o nascimento da civilização do capital, por vezes deflagrados com o colonialismo e/ou o imperialismo,⁴⁴³ o fato é que a *era do globalismo* (assim denominada) vai se revelando "aos poucos, seja à observação, seja ao pensamento",⁴⁴⁴ assim como assumindo contornos mais nítidos a partir do final da II Guerra Mundial, quando, então, ocorre o fabuloso surto de desenvolvimento econômico que ficou conhecido

⁴⁴² Daniel Nicolas, em linha semelhante de raciocínio, concebe o conceito de "internacionalização" como uma "expansão que parte de um centro de poder, difunde-se, polariza o espaço circundante e busca adequá-lo à sua própria lógica espaço-temporal". Cf. D. H. Nicolas, "Tempo, espaço e apropriação social do território: rumo à fragmentação na mundialização?", in M. Santos et alii (orgs.), *Território: Globalização e Fragmentação*, Ed. Hucitec/Anpur, São Paulo, 1994, p. 90.

⁴⁴³ O. Ianni, *A Era do Globalismo*, op. cit., pp. 236 - 237; R. Ortiz, *Um Outro Território: Ensaio sobre a Mundialização*, Ed. Olho d'Água, São Paulo, 1997, p. 13.

⁴⁴⁴ O. Ianni, *A Era do Globalismo*, op. cit., p. 236.

sob a alcunha de "anos dourados" (*Golden Age*). Foi este novo ciclo de expansão da produção e do mercado "que criou, pela primeira vez na história [consolidando um processo já anteriormente em andamento], uma singular, crescentemente integrada e universal economia mundial, operando amplamente por sobre as fronteiras dos Estados ('transnacionalidade') e, portanto, também cada vez mais para além das fronteiras da ideologia estatal".⁴⁴⁵

É nesse período, em realidade, que emergem manifestações mais evidentes e impetuosas dos novos padrões societários, configurados em escala propriamente *trans*-nacional, demarcando um novo e inédito patamar de institucionalidade: corporações empresariais transnacionais,⁴⁴⁶ federações interestatais (como a Organização do Tratado Atlântico Norte/OTAN e a Organização das Nações Unidas/ONU), blocos regionais de mercado comum (inicialmente o Mercado Comum Europeu/MCE e, mais recentemente, o Tratado de Livre Comércio da América do Norte/NAFTA, a Comunidade de Estados Independentes/CEI, a Associação das Nações do Sudoeste Asiático/ASEAN, o Mercado Comum do Sul/MERCOSUL), organismos mundiais de política econômica (como o Fundo Monetário Internacional/FMI, o Banco Mundial/BIRD e a Organização Mundial do Comércio/OMC, antigo Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio/GATT),⁴⁴⁷ padrões tecnológicos globais de produção, redes

⁴⁴⁵ E. Hobsbawm. *Age of Extremes: The Short Twentieth Century 1914 - 1991*, Abacus, London, 1994, pp. 9 - 10. Aqui, a expressão "ideologia estatal" deve ser compreendida como ideologia do Estado *nacional*, visto que, logo a seguir (p. 10), Eric Hobsbawm especifica o sentido da colocação: "As próprias unidades básicas da política, a territorial, a soberania e os 'Estados-nação' independentes, incluídos os mais antigos e estáveis, encontram-se sugados pelas forças de uma economia supranacional ou transnacional".

⁴⁴⁶ Não apenas grandes empresas individualmente consideradas, instaladas em múltiplos países e atuando inclusive contemporânea e combinadamente em setores diversos da economia mundial, como também associações transnacionais de empresas, organizadas por setores e/ou regiões, a exemplo dos "Eurogrupos" tipo Comitê de Construtores Automobilísticos do Mercado Comum - CLCA.

⁴⁴⁷ Vd. M. Tanzer, "Globalizing the Economy: the influence of the International Monetary Fund and the World Bank", in *Monthly Review*, vol. 47, n. 4, London, September 1995, pp. 1 - 15.

intercontinentais de comunicação (com transmissões diretas via satélite), assim como todas as demais possibilidades abertas com a universalização da revolução informática,⁴⁴⁸ etc.

Contrariamente ao que afirma François Chesnais, o qualificativo "global" não surgiu tão-somente por volta do começo dos anos 80, pois já estava formulado pelo menos desde a década de 60, com a publicação de *A Aldeia Global* (*The Global Village*), de McLuhan (1962).⁴⁴⁹ Contudo, será nos anos 80 que o conceito alcançará uma maior afirmação dentro da Academia, como nas escolas americanas de administração de empresas, de Universidades de ponta (*business management schools*), tais como Harvard, Stanford e Columbia, ganhando em seguida popularidade através da veiculação de artigos de consultoria em estratégias de marketing e por meio da imprensa anglo-saxã voltada para matérias econômicas e financeiras. Desde então, o termo invade todo o discurso econômico e político em todo o mundo (capitaneado, sobretudo, pela perspectiva do neoliberalismo), cotidianizando sua instrumentação.⁴⁵⁰ Expressões tais como "mundo sem fronteiras", "empresas sem nacionalidade", "tecno-globalismo" - ou "aldeia global", "fábrica global", "sistema-mundo", "economia-mundo", e tantas outras *metáforas* (como alude Octavio Ianni) que ajudam a taquigrafar os novos significados da realidade em mutação e a avançar desafios teórico-metodológicos

⁴⁴⁸ Vd. A. Schaff, *A Sociedade Informática*, 4a. edição, trad. de Carlos Eduardo Jordão Machado e Luiz Arturo Obojes. Ed. Unesp/Brasiliense, São Paulo, 1993; J. Lojkine, *A Revolução Informacional*, trad. de José de Paulo Naetto. Ed. Cortez, São Paulo, 1995.

⁴⁴⁹ Sobre a origem do conceito "global", vd. também A. Mattelart, *La Communication-Monde: histoire des idées et des stratégies*, Éditions La Découverte, Paris, 1992, pp. 255 - 258.

⁴⁵⁰ F. Chesnais, *A Mundialização do Capital*, trad. de Silvana Finzi Foá. Ed. Xamã, São Paulo, 1996, p. 23.

de enfrentamento de sua inteligibilidade⁴⁵¹ -, foram ganhando, cada vez mais, espaço no imaginário internacional, e chamando a atenção da sociedade mundial para fenômenos e ocorrências que, embora já viessem se processando há décadas (ou mesmo há séculos), neste novo contexto histórico, certamente, assumiram maior *concretude e visibilidade*.

Sob a avalanche dos novos acontecimentos e o impacto das transformações em cena, passam então a multiplicar-se as perspectivas de abordagem dessa surpreendente *aceleração contemporânea*⁴⁵² (ou do novo *mapa-mundi*), com significativas variações de enfoque e/ou de angularidade no tratamento do tema, segundo referenciais de análise os mais diversos. Roland Robertson, por exemplo, referindo-se mais especificamente à dimensão da percepção humana vinculada ao seu próprio contexto histórico de imersão, atribui basicamente ao conceito de "*globalização*" o de uma formulação recente que é resultado de uma maior intensificação da consciência social relativamente à compreensão do mundo como um "*todo*" (enquanto unidade integrada, sociologicamente falando). Essa consciência, segundo o autor, já vinha sendo progressivamente elaborada há vários séculos, mas somente agora teria ganho uma centralidade e um desenvolvimento focal determinante, como *problema* e como *objeto especificamente delimitado de investigação teórico-científico-filosófica*.⁴⁵³

⁴⁵¹ O. Ianni, *Teorias da Globalização*, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1995, cap. I, "Metáforas da Globalização", pp. 13 - 44.

⁴⁵² Empresto aqui a metáfora utilizada por Milton Santos em seu texto "A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo", in M. Santos et alii (org.), *Fim de Século e Globalização*, Ed. Hucitec, São Paulo, 1993, p. 15.

⁴⁵³ R. Robertson, *Globalization: Social Theory and Global Culture*, third impression, Sage Publications, London, 1994, p. 8.

Ampliando a reflexão, Tony Spiby, apropriando-se do conceito giddensiano de "*modernidade reflexiva*",⁴⁵⁴ afere que a questão central da sociedade moderna neste final de século residiria no fato de que não haveria mais ninguém, em todo o planeta, que pudesse participar da vida social sem alguma referência a instituições globalizadas, de uma forma ou de outra;⁴⁵⁵ fato que, na acepção de Serge Latouche, ressoa como sinal da emergência de uma "*meta-sociedade mundial*", assim definida como um "*mecanismo*" de trocas (não unicamente econômicas) que, baseado na concorrência universal e impessoal entre indivíduos (e para além da mera hegemonia de Estados-nação, como a Inglaterra ou os Estados Unidos), coloca em relação todas as partes do planeta, impondo-se definitivamente, como espécie de "*força corrosiva*", sobre todas as civilizações.⁴⁵⁶ Renato Ortiz fala ainda de uma "*mega-sociedade*", de um conjunto articulado de relações sociais planetárias que, enquanto totalidade *sui generis* (em termos durkheimianos), penetra e atravessa transversalmente as diversas configurações sociais existentes (grupos, classes, nações, civilizações), recriando-as (ou redefinindo-as) num outro patamar (globalmente sobredeterminado) de institucionalidade.⁴⁵⁷

Sob todos os aspectos, é inegável que o fenômeno da globalização, pelos desafios postos à sua inteligibilidade, institui, por certo, novos horizontes heurísticos para as ciências sociais e a filosofia, abrindo espaços para novas

⁴⁵⁴ Referente ao fenômeno da intensificação, no contexto da chamada "alta-modernidade", do grau e ritmo de incidência dos processos massificados de informação no comportamento cotidiano dos indivíduos e nas formas (permanentemente alteradas) de engajamento social daí resultantes. Vd. A. Giddens, *As Consequências da Modernidade*, trad. de Raul Fiker, Ed. Unesp, São Paulo, 1991.

⁴⁵⁵ T. Spiby, *Globalization and World Society*, Polity Press, Cambridge, 1996, p. 9.

⁴⁵⁶ S. Latouche, *L'Occidentalisation du Monde*, Éditions La Découverte, Paris, 1992, p. 53.

⁴⁵⁷ R. Ortiz, *Mundialização e Cultura*, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1994, pp. 16 - 17 e *Um Outro Território*, op. cit., pp. 13 - 15.

reflexões, hipóteses, conceitos e teorizações sobre a sociedade e a história. Como há que se considerar - conforme sugerem Anthony Giddens e Barrie Axford -⁴⁵⁸ a necessidade de abordagens "multi-dimensionais" na tentativa de deslindamento desse novo "sistema global" emergente. Não obstante - e para além de todos esses interessantes e fecundos recortes de análise -, não deve ser ofuscado o fato de que, "na base do globalismo, nos termos em que se apresenta no fim do século XX, anunciando o século XXI, *está o capitalismo* (grifos meus)".⁴⁵⁹ O que significa dizer que, para além de todas as demais (e importantes) dimensões e potencialidades envolvidas na questão⁴⁶⁰ - e a despeito da observação de Barrie Axford, que nega a possibilidade de uma única lógica causal na raiz do fenômeno -,⁴⁶¹ continua a ser a *acumulação do capital* (seu movimento de concentração/centralização) o *substrato* de todo o processo em andamento, o *vetor* de todo este novo *surto de mundialização* em curso. Assim como "a concentração e centralização fundamentam o colonialismo e o imperialismo, são [estas também e primordialmente] indispensáveis à inteligência do globalismo".⁴⁶²

Neste cenário - é preciso não perder de vista -, são as novas combinações entre os investimentos internacionais, a colaboração recíproca (para além da concorrência) entre grandes empresas oligopólicas e uma maior

⁴⁵⁸ A. Giddens. *A Contemporary Critique of Historical Materialism*. Macmillan. London. 1981; B. Axford. *The Global System: Economics, Politics and Culture*. Polity Press. Cambridge. 1995.

⁴⁵⁹ O. Ianni. *A Era do Globalismo*, op. cit., p. 236.

⁴⁶⁰ Como, por exemplo, a tese de Renato Ortiz, que sugere que, no contexto histórico em causa, existiriam processos (manifestações culturais) que, por sua condição *global* de incidência, transcenderiam não apenas grupos e nações, mas também as próprias *classes sociais*, constituindo-se, então, em fatores potencialmente fundadores de uma ordem qualitativamente diversa de sociabilidade humana. Cf. R. Ortiz, *Mundialização e Cultura*, op. cit.. Vd. também, J. Chesnaux, *Modernité-Monde*, Éditions La Découverte, Paris, 1989; A. Mattelart, *La Communication-Monde: histoire des idées et des stratégies*, op. cit..

⁴⁶¹ Cf. B. Axford, *The Global System*, op. cit., p. 33.

⁴⁶² O. Ianni, *A Era do Globalismo*, op. cit., p. 267.

racionalização das operações de mercado em escala mundial, os fatores que passam a exigir uma reestruturação mais radical de todo o sistema político-institucional e econômico-financeiro internacional,⁴⁶³ tendo em vista a adequação de sua formatação às necessidades de um novo e emergente ciclo de acumulação: *a centralização transnacional do capital*. Vai-se, então, progressivamente, configurando um novo patamar de institucionalidade societária, forjado a partir da liberação das "forças do mercado" dos entraves interpostos ao movimento dos negócios durante mais de meio século pela divisão imperialista clássica, e que traduz, em última instância, o próprio estágio avançado do processo de concentração/centralização do capital, hoje efetivamente globalizado. Tal fato é corolário de todo um processo que já estava em marcha desde o século passado (e mesmo antes), como desdobramento das possibilidades abertas pela Revolução Industrial.⁴⁶⁴

De fato, as primeiras manifestações de organização *supra*-nacional do capital vêm logo à tona no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX (ainda que como fenômenos raros e isolados), num quadro desenhado pela hegemonia do capital financeiro e pela concorrência imperialista, quando as primeiras corporações transnacionais privadas emergem como "empresas especializadas num determinado ramo de negócios, em múltiplos territórios e jurisdições (...) minando progressivamente a centralidade do sistema interestatal como *locus* primário do poder mundial".⁴⁶⁵ Paul Kennedy, a propósito, lembra

⁴⁶³ F. Chesnais, *A Mundialização do Capital*, op. cit., pp. 15 - 28.

⁴⁶⁴ "A história da economia mundial desde a Revolução Industrial - argui Eric Hobsbawm - foi aquela da aceleração do progresso técnico, do contínuo, ainda que desigual, crescimento econômico, e da ampliação da 'globalização', isto é, de uma divisão mundial do trabalho cada vez mais elaborada e intrincada, de uma densa rede de escoamentos e trocas que amarrou cada parte da economia mundial ao sistema global". E. Hobsbawm, *Age of Extremes*, op. cit., p. 87.

⁴⁶⁵ G. Arrighi, *O Longo Século XX*, op. cit., p. 251.

que os bancos privados cosmopolitas de fins do Oitocentos (cujo crescimento foi favorecido pela "revolução das comunicações" realizada antes pelo telégrafo), representaram as primeiras formas (ainda que embrionárias) de articulação institucional *internacional* de interesses capitalistas. "A Casa Rotschild, por exemplo, tinha, em 1900, filiais em Frankfurt, Viena, Paris e Londres, em contato diário umas com as outras. O Lloyds de Londres segurava, antes de 1914, a maioria do transporte marítimo alemão e estava preparado para pagar indenizações por perdas mesmo no caso de uma guerra anglo-germânica. São numerosos os exemplos de [outras] empresas multinacionais [além dos bancos], como os Lever Bros (precursores da Unilever), com instalações de produção que iam da África Ocidental até a Índia; ou de grandes companhias petrolíferas que vasculhavam o mundo em busca de novos poços e levavam os produtos refinados de um mercado para o outro. Também a Ford tornou-se 'global' ao decidir fabricar automóveis e caminhões na América e na Europa".⁴⁶⁶

Já nessa época, formas muito concentradas de produção e de comercialização perfilavam a organização de alguns dos setores de ponta da economia mundial, anunciando que um *higher degree of cartelisation* (centralização) já estava em curso. Além da indústria elétrica ou do petróleo, dentre outras, a de extração e tratamento de metais não-ferrosos (como o alumínio) destacava-se como uma daquelas onde o processo de concentração/centralização avançava a um ritmo verdadeiramente avassalador. Retrato de uma das mais intensas competições jamais havidas na história do desenvolvimento industrial, em poucos anos (de 1898 a 1900) assistiu o estratégico ramo produtivo de metais não-ferrosos a um repentino e vasto

⁴⁶⁶ P. Kennedy, *Preparando para o Século XXI*, trad. de Waltensir Dutra, Ed. Campus, Rio de Janeiro, 1993, p. 47.

movimento de fusão de capitais, os Estados Unidos na cabeça. Em 1901, alguns dos grandes grupos norte-americanos, associados sob o domínio dos impérios financeiros de Carnegie, Morgan e Moore, fundavam a U.S. Steel Corporation, uma "combinação de combinações" que em pouco tempo passaria a dominar mais de 65% de toda a capacidade produtiva instalada do setor a nível interno do país, e que, nas décadas seguintes, assumiria o controle de nada menos que a metade de toda a produção líquida mundial.⁴⁶⁷ Não demorou, então, para que a Europa reagisse aos *trusts* americanos: em 1926, os industriais franceses e alemães do alumínio concretizavam, na onda de euforia da cartelização inter(multi)nacional, a fusão de suas companhias na gigantesca IRG (International Steel Cartel), poucos anos depois (1933) transformada, com a entrada dos ingleses, em IREG (International Steel Export Cartel) - fato que ampliava, ainda mais, a idéia de acordos entre grandes empresas pela instituição de um mercado transnacional horizontal cada vez mais dinâmico.⁴⁶⁸

A progressiva internacionalização das bases produtivas do capital industrial (financeiro), com o acirramento da concorrência entre oligopólios e o cruzamento de interesses entre grupos empresariais de diversas nações, preparava, assim, não só o terreno para novos ciclos de crise (superprodução) e de guerras imperialistas de espectro mundial, como ensaiava fusões *multi*-nacionais de empresas, fermentando, já à época, os primeiros projetos de um novo ordenamento sistêmico da economia e da política, arquitetados em plano global. Não por acaso Gramsci tematizava, em 1918, o surgimento (e significado) da proposta de criação de uma instituição denominada *Liga das Nações*, espécie de

⁴⁶⁷ Cf. W. Adams (Ed.), *The Structure of American Industry*, sixth edition. Macmillan Publishers. New York/London, 1982, pp. 74 - 75.

⁴⁶⁸ Cf. V. R. Berghahn, *The Americanisation of West German Industry, 1945-1973*, Cambridge University Press, Cambridge, 1986, pp. 23 - 24.

idéia precursora da ONU, e que traduzia uma das primeiras tentativas de institucionalização representativa dos interesses burgueses a nível internacional, num momento de franca reordenação do capitalismo em plano mundial determinada pelo contexto da I Grande Guerra:

"Para a burguesia, Liga das Nações quer dizer dissoluções das reliquias políticas do feudalismo. A economia burguesa, num primeiro momento, dissolveu as pequenas nacionalidades, os pequenos grupos feudais; libertou os mercados internos de todas as peias mercantis que embaraçavam o tráfico, que impediam que a produção se transformasse e se expandisse. A economia burguesa suscitou, assim, as grandes nações modernas. Nos países anglo-saxões ultrapassou esta posição; a prática liberal criou, no interno, maravilhosas individualidades, energias seguras e aguerridas para a luta e para a concorrência, descentralizou os Estados, desburocratizou-os; a produção, não insidiada continuamente por forças não econômicas, desenvolveu-se com um respirar de amplitude *mundial* (grifo meu), despejou nos mercados mundiais montes de mercadoria e riqueza. Continua a operar: sente-se sufocada pela sobrevivência do protecionismo em muitos mercados europeus e do mundo (...) Neste período de vida do mundo lança a ideologia da Liga das Nações. Ela representa para a burguesia liberalista anglo-saxônica a garantia política da atividade econômica *de amanhã e do ulterior desenvolvimento capitalista* (grifo meu). É a tentativa para adequar a política internacional às necessidades das trocas internacionais (...) É o grande *estado burguês supranacional*⁴⁶⁹ (grifo meu) que dissolveu as barreiras alfandegárias, que ampliou os mercados, que ampliou o respirar da

⁴⁶⁹ A tradução portuguesa manteve o termo "*supranacional*", tal qual aparece no texto original em italiano "*il grande Stato borghese supranazionale*", que poderia ser traduzido, também, numa linguagem mais atual, como "*supranacional*". Cf. A. Gramsci, *Scritti Politici*, vol. I, a cura di Paolo Spriano, Editori Riuniti, Roma, 1978, p. 149.

livre concorrência e permite as grandes empresas, as grandes concentrações capitalistas internacionais".⁴⁷⁰

Mas, a organização mais sólida de um sistema (econômico, político) mundial capitalista, ainda tardaria um pouco até encontrar mecanismos mais adequados à sua efetiva consolidação. Os desníveis que, após a I Grande Guerra, haviam se estabelecido entre a economia norte-americana e a européia (esta atingida, sobremaneira, pelos efeitos devastadores do conflito), criavam sérias dificuldades ao funcionamento mais fluente e estável da economia internacional durante os anos 20. Os Estados Unidos, já à época, despontavam como a nova grande potência mundial (em substituição à Inglaterra), chegando a deter, em 1929, cerca de 42% do total da produção mundial, contra apenas 28% das três principais potências industriais européias (Inglaterra, França e Alemanha) somadas. De país devedor (antes da guerra), os norte-americanos haviam se alçado à condição de principal credor internacional, assumindo, além do mais, uma certa autonomia relativamente à importação de capitais e mesmo de mercadorias de outras regiões (à exceção de matérias-primas). Suas exportações - embora internacionalmente importantes - contribuía proporcionalmente menos à formação da renda nacional que em qualquer outra nação industrial.⁴⁷¹ Tais disparidades e assimetrias causavam progressivos e cumulativos desequilíbrios nas balanças de pagamentos, sobretudo dos países europeus (onde estava concentrada, aliás, a maior soma dos investimentos americanos),⁴⁷² o que cedo levou ao colapso do sistema, com o conhecido *crash* de Wall Street, em 1929.⁴⁷³

⁴⁷⁰ A. Gramsci, "A Liga das Nações", (Il Grido del Popolo, 19/1/1918), in *Escritos Políticos*, vol. I, trad. de Manuel Simões, Editora Seara Nova, Lisboa, 1977, pp. 188 - 189.

⁴⁷¹ Cf. E. Hobsbawm, *Age of Extremes*, op. cit., pp. 97 - 100.

⁴⁷² Segundo Mira Wilkins, desde 1902 o volume de investimentos americanos na Europa já se mostrava bastante significativo, ao ponto de os europeus falarem, à época, de uma "invasão americana". Em 1914, o

O quadro de estagnação e depressão (*Great Slump*) que marcou o interregno de 1929-1933, seguido pelos conseqüentes conflitos políticos que fermentaram o nazi-fascismo e que desagüaram em mais uma Guerra Mundial, em 1939, revelava, como nunca, de uma forma nítida e inquestionável, que o capitalismo já não podia mais organizar-se e/ou manter-se senão como um sistema efetivamente organizado e planejado em escala global, uma vez que - tal como Marx antecipara - cada crise particular já interferia no conjunto (e vice-versa), ameaçando-o. Logo, como condição à estabilidade de longo prazo e de defesa contra outras crises futuras, a dinâmica capitalista do pós-guerra passava a exigir fundações menos frágeis que aquelas que haviam sustentado a economia mundial até os anos 20/30, apresentando-se o desafio de formas mais globais de planejamento e de acordos macroeconômicos entre as potências industriais como o único caminho à salvaguarda do sistema como um todo.

O keynesianismo (com sua fórmula do Estado regulador/investidor e de Bem Estar) e o fordismo (como universalização do modelo produtivo americanista pautado na produção e consumo de massa) emergem, então, como padrões institucionais *mundiais* de estabilização sistêmica - *modo de regulação*,

investimento direto de os Estados Unidos no exterior (sendo a maior concentração na Europa) chegara a 7% do PIB, mantendo-se esta tendência ao longo dos anos 20. Cf. M. Wilkins, *The Emergence of Multinational Enterprise*, Cambridge University Press, Cambridge, 1970, p. 71.

⁴⁷³ No fim da década de 20, os empréstimos e investimentos diretos dos Estados Unidos no exterior haviam acumulado ativos líquidos em contas particulares no valor de mais de US\$ 8 bilhões, assumindo progressivamente um caráter especulativo à medida que se agravavam dos desníveis nas balanças de pagamentos dos países europeus. Nessa situação, todo o sistema financeiro internacional ficara sensível a movimentos repentinos de uma alta ou uma baixa especulativa nos Estados Unidos, como acabou ocorrendo a partir do final de 1928, quando uma alta da Bolsa de Valores de Wall Street começou a desviar os recursos dos empréstimos externos para a especulação interna, cancelando os bancos norte-americanos, seus empréstimos ao Velho Continente. O preço pago pela experiência foi alto. O comércio mundial, no período, reduziu seus negócios em cerca de um terço do volume médio previamente alcançado, enquanto que as exportações americanas despencaram para menos de um quarto do total anteriormente atingido: dos US\$ 1 bilhão, de 1928, restringiram-se a apenas US\$ 200 milhões, em 1929. Cf. G. Arrighi, *O Longo Século XX*, op. cit., p. 282; E. Hobsbawm, *Age of Extremes*, op. cit., p. 98.

diria Michel Aglietta⁴⁷⁴ -, responsáveis pela ampliação das demandas efetivas que garantiriam, durante os vinte e cinco anos que se seguiram a 1945 (*Golden Years*), a acumulação capitalista a uma taxa média de crescimento econômico jamais conhecida na história. Nesse movimento, a centralização do poder financeiro internacional se torna ainda maior, passando os Estados Unidos, praticamente, a desfrutar do monopólio da liquidez mundial, em 1947 simbolizado na equivalência de suas reservas de ouro ao percentual de 70% do total disponível no planeta.⁴⁷⁵

Desde então, o que passa a suceder é uma contínua e substancial reestruturação das bases institucionais do capitalismo legadas pelo imperialismo, avançando-se a criação de mecanismos *trans*-nacionais efetivos de regulação econômica e política, com os Estados Unidos na cabeça do sistema. O unimundismo da doutrina do New Deal, de Roosevelt, implicava o sentido de o planeta passar a ser concebido não mais como um conjunto de nações com interesses díspares, mas como um único sistema tendencialmente harmônico, inextricavelmente articulado enquanto um só mercado mundial, no contexto do qual, portanto, a ajuda norte-americana à Europa Ocidental (Plano Marshall) "reativaria o crescimento econômico, estimularia o comércio transoceânico e, desse modo, ajudaria a economia americana a longo prazo"⁴⁷⁶ - uma vez que a saúde desta (como os norte-americanos haviam aprendido) dependia da saúde do todo.⁴⁷⁷ O novo sistema monetário mundial que resultou do acordo de Bretton

⁴⁷⁴ M. Aglietta, *Regulación y Crisis del Capitalismo*. Siglo Veintiuno Editores. Madrid. 1979.

⁴⁷⁵ Cf. G. Arrighi, *O Longo Século XX*, op. cit., p. 284. Sobre a preeminência mundial da economia norte-americana no pós-guerra, vd. também C. Furtado, *Transformação e Crise na Economia Mundial*, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1987, particularmente caps. I e II.

⁴⁷⁶ G. Arrighi, op. cit., p. 285.

⁴⁷⁷ "O mundo tornou-se tão interdependente - escrevia um banqueiro de Wall Street e ex-subsecretário de Estado, Norman Davis, às vésperas do Grande Craque de 1929 - (...) [que] as unidades da economia

Woods (e que definiu o dólar como padrão universal de equivalência), nada mais fora que um reflexo desta nova percepção globalizada do sistema capitalista, onde também a "produção" do dinheiro mundial passara a ser assumida e controlada por uma rede de organizações governamentais - o FMI, o BIRD, o Sistema da Reserva Federal dos Estados Unidos - "agindo em concerto com os bancos centrais dos [diversos países] aliados"⁴⁷⁸ e em nome da "saúde sistêmica".

Pari passu, as grandes corporações, ao sabor desse espetacular avanço na globalização da economia e das estruturas de poder, como um punhado de "cavalos de Tróia"⁴⁷⁹ também se expandem *trans*-nacionalmente, invadindo os mercados internos dos vários Estados-nação, mobilizando recursos externos em prol de sua própria expansão burocrática, e assumindo, com a passagem a combinações ainda mais complexas de composição do capital, uma formatação concreta e crescentemente *supra*-nacional de materialidade, com autonomia de locomoção e de gestão historicamente inéditas.⁴⁸⁰ "Uma nova divisão internacional do trabalho começou [então] a minar a mais antiga. A firma alemã

mundial devem trabalhar juntas, ou apodrecer separadamente". Citado por A. Jeffrey Frieden, in *Banking on the World* (1987), apud G. Arrighi, op. cit., p. 303.

⁴⁷⁸ Ibid., p. 287.

⁴⁷⁹ Empréstos aqui esta simbólica metáfora de Giovanni Arrighi. in *ibid.*, p. 304.

⁴⁸⁰ Giovanni Arrighi - como fica ressaltado na seguinte passagem de sua tese - mostra que nem o Estado norte-americano, centro do novo sistema internacional emergido no pós-guerra, foi capaz de controlar toda essa *autonomização* do grande capital: "a incorporação da Europa Ocidental nas redes de poder do Estado norte-americano após a Segunda Guerra Mundial, foi realizada pelo próprio governo americano. Depois que a ação governamental preparou o terreno para a transplantação lucrativa das empresas norte-americanas, estas invadiram a Europa em grande quantidade, mas seu papel na consolidação do domínio norte-americano foi apenas o de internalizar em suas próprias tecnoestruturas os componentes fundamentais do mercado e da força de trabalho europeus. Embora o governo norte-americano tentasse manter um certo controle sobre essa transplantação das empresas do país para o solo europeu, sujeitando suas subsidiárias estrangeiras às leis de comércio dos Estados Unidos e tomando providências para regulamentar a saída do capital norte-americano, aquele processo adquiriu quase imediatamente uma dinâmica própria. O governo norte-americano, agindo sozinho ou mesmo em concerto com os governos europeus, não pôde controlá-lo. Pior que isso, quanto mais autônoma tornou-se essa dinâmica, mais foi solapada a centralidade de Washington na produção e regulação do dinheiro mundial". *Ibid.*, p. 318.

Volkswagen montou fábricas de automóveis na Argentina, Brasil, Canadá, Equador, Egito, México, Nigéria, Perú, África do Sul e Iugoslávia - como usualmente, principalmente após meados dos anos 60, as novas indústrias do Terceiro Mundo passaram a suprir não apenas seus inchados mercados locais, mas também todo o mercado mundial (...) As indústrias locais *tornavam-se parte de um processo transnacional de manufatura* (...) [onde] a linha de produção agora se movia não [mais] por meio de hangares gigantes situados num único e simples terreno, mas através do globo".⁴⁸¹

Na raiz de todo esse *boom*, contudo, estava também a Guerra Fria (*the major engine of the the great global boom*),⁴⁸² que cedo encorajou os *policy-makers* americanos "a assumir uma visão mais ampla [do processo] - também motivada pelos saldos desastrosos da experiência do entre-guerras -, convencendo-os de que a ajuda o mais rápido possível em favor do crescimento de seus futuros competidores [europeus e japoneses] era politicamente urgente".⁴⁸³ Como uma genial "maquinação" que fornecia um ambiente ideológico propício à aceleração das costuras necessárias ao novo ordenamento do capitalismo mundial, logo o medo das ações revolucionárias conduziu a que a edificação da Europa Ocidental e do Japão, como a "integração" da América Latina, apresentassem-se como prioridades mais concretas e imediatas ao efeito-demonstração da viabilidade da receita de um "mundo livre", do que propriamente a recomposição do planeta por inteiro à imagem norte-americana. E não por menos a ideologia unimundista de Roosevelt é logo reciclada por Truman, que, para os propósitos perseguidos, já não mais falava de um "mundo unido", mas de *dois mundos*

⁴⁸¹ E. Hobsbawm, *Age of Extremes*, op. cit., p. 280.

⁴⁸² *Ibid.*, p. 275.

⁴⁸³ *Ibid.* idem.

*irremediavelmente opostos entre si: um, sob influência norte-americana e, outro, sob aquela da União Soviética.*⁴⁸⁴

É nesse clima de tensão política - onde "a ameaça do comunismo, ainda que mais imaginada que real, certamente acelerava a reconstrução do Ocidente sob a liderança da América (EUA) e com o dinheiro americano"⁴⁸⁵ - que se refazem as estratégias e as doutrinas do desenvolvimento, como as táticas de dominação. Diferentemente das formas diretas e assuntosas de controle político típicas da fase do imperialismo, as forças capitalistas articulam, agora, mecanismos mais "informais" de controle do mercado mundial, respondendo à avalanche dos movimentos de independência política, deflagrados com o processo de descolonização pós-45, com o "quieto" (mas eficaz) exercício do poder econômico concentrado. Com a consolidação das ramificações internacionais do capital financeiro, sob a hegemonia norte-americana e o Plano Marshall, os acordos de Bretton-Woods e a marcha ascendente da multinacionalização das bases produtivas do grande capital segundo o modelo *americanista*,⁴⁸⁶ puderam então os Estados Unidos (em nome da *lógica do sistema* e de sua hegemonia mundial) pressionar pela dissolução dos impérios britânicos e franceses, desistir das Filipinas (e de outras ambições *territoriais*) e forçar o exército holandês a retirar-se da Indonésia. O que agora interessava (dada a nova conjuntura histórica),

⁴⁸⁴ Vd. G. Arrighi, *O Longo Século XX*, op. cit., pp. 286 e 305.

⁴⁸⁵ V. R. Berghahn, *The Americanisation of West German Industry, 1945-1973*, op. cit., p. 72.

⁴⁸⁶ Numa perspectiva crítica, a chamada *Pax Americana*, do pós-guerra, pode ser vista como uma tentativa do capital mundial, sob a liderança dos Estados Unidos, de reconstruir as organizações capitalistas internacionais sob formas compatíveis de gestão de um mercado (neo)liberal-multilateral, tendo em vista a estabilidade futura do sistema (e consideradas as catástrofes de 1929 e 1939). Vd. V. R. Berghahn, op. cit., p. 328.

não era mais tanto o "império formal" (como no passado), mas aquele "informal", da dominação econômica - "surda" e inelutável.⁴⁸⁷

Não por acaso, é nessa época que emergem teorias como a do "imperialismo do livre mercado" (1953), dos historiadores britânicos J. Gallagher e R. Robinson,⁴⁸⁸ colocando em discussão o sentido do próprio conceito de imperialismo (seu sentido clássico) face aos desdobramentos dos novos acontecimentos. A nova realidade impunha novas questões: "Continua o imperialismo em diferentes formas ou teve seu caráter essencialmente alterado? Estão as potências imperiais continuando a exercer sua influência num sentido ou noutro - informalmente mais que formalmente (...)? Apoiar-se-iam [os novos mecanismos de dominação] nas tradições imperialistas? (...) Se o controle político é apenas uma forma de imperialismo - entre outras -, a perda e a recuperação da independência política, ao menos do ponto de vista dos povos colonizados, conferir-lhes-ia alguma diferença qualitativa em sua posição?"⁴⁸⁹ - todas reflexões que, fundadas na percepção das significativas mudanças então em andamento no plano da economia e da política mundiais, *colocavam em suspenso o entendimento das novas conexões entre capital (multinacional) e Estado (nacional)*. Além do mais, tratava-se de averiguar e caracterizar o que parecia ser uma outra etapa da história do capitalismo, marcada pelo aparecimento de estruturas empresariais mais complexas (as firmas multinacionais), uma nova divisão inter(trans)nacional

⁴⁸⁷ Vd. H. L. Wesseling. "Imperialism and Empire: An Introduction", in W. Mommsen and J. Osterhammel (Eds.), *Imperialism and After: Continuities and Discontinuities*. Allen & Unwin (Publishers), London, 1986, p. 2.

⁴⁸⁸ J. Gallagher and R. Robinson, "The imperialism of free trade", in *Economic History Review*, vol. 6, Cambridge, 1953, pp. 1 - 15 (apud H. L. Wesseling, op. cit.).

⁴⁸⁹ H. L. Wesseling. "Imperialism and Empire: An Introduction", in W. Mommsen and J. Osterhammel (Eds.), *Imperialism and After: Continuities and Discontinuities*. op. cit., p. 3.

do trabalho e o crescimento de um sistema financeiro ainda mais integrado e sem fronteiras.

Analisada com atenção, a história do século XX (e, particularmente, de sua segunda metade) apresenta-se, em termos gerais, como um movimento contínuo de reescalonamento progressivo das bases materiais do grande capital (sua progressiva centralização *trans*-nacional), cuja produção global - como demonstra o quadro abaixo -, foi adquirindo taxas e índices cada vez mais gigantescos de crescimento ao longo do período (particularmente nas décadas subsequentes ao final da II Grande Guerra), o que exigiu, em consequência, transformações institucionais profundas a cada nova etapa de reestruturação da divisão internacional do trabalho e de dinamização do mercado mundial:

Produção Mundial das Indústrias de Manufaturas, 1900 - 1980

Ano	Produção Total	Taxa Anual de Crescimento (%)
1900	100,00	2,6
1913	172,4	4,3
1928	250,8	2,5
1938	311,4	2,2
1953	567,7	4,1
1963	950,1	5,3
1973	1.730,6	6,2
1980	3.041,6	2,4

Fonte: Estatísticas extraídas do texto de P. Bairoch, "International Industrialization Level from 1750 to 1980" (in *Journal of European Economic History*, vol. 11, 1982), apud Paul Kennedy (op. cit.).⁴⁹⁰

⁴⁹⁰ P. Kennedy, *Preparando para o Século XXI*, op. cit., p. 46.

Excluídos os setores de serviços, como bancos, publicidade, fornecimento de alimentos e comunicação, além daqueles da agricultura e da extração e comercialização de matérias-primas (como o petróleo), o quadro acima permite visualizar o ritmo intenso do crescimento contínuo da economia global desde a entrada do século, sendo que, a partir de 1945, num volume agregado ainda maior do que aquele ocorrido em toda a história anterior à II Grande Guerra. É também no pós-guerra, outrossim, que irá ocorrer um salto ainda mais significativo no processo de concentração e centralização de capitais, como ilustrativamente demonstram os dados referentes à distribuição percentual do total da produção manufatureira britânica relativamente às cem maiores empresas do país (que evolui da faixa dos 20% característicos da década de 20 e dos anos imediatamente posteriores à guerra, para fatias sempre mais crescentes do mercado, a partir de então):

Distribuição das cem maiores empresas (inglesas) em produção líquida de manufaturados

	1909	1924	1935	1949	1953	1958	1963	1968	1970
Distr. (%)	16	22	24	22	27	32	37	41	40/41

Fonte: Britain Census Data (1970), apud S. J. Prais,⁴⁹¹

⁴⁹¹ S. J. Prais, *The Evolution of Giant Firms in Britain: A Study of the Growth of Concentration in Manufacturing Industry in Britain, 1909 - 1970*, second impression, Cambridge University Press, Cambridge, 1981, p. 4.

Ao longo do período, o fenômeno da concentração/centralização do capital vai assumindo contornos cada vez mais nítidos, vultos de maior densidade, materializando, numa escala crescentemente ampliada, as tendências de evolução já apontadas por Marx em sua teoria da Lei Geral da Acumulação Capitalista. Como nota Theotonio dos Santos, "nas empresas, assistimos desde o pós-guerra a evolução de antigos trustes e cartéis e monopólios nacionais para a constituição das firmas multinacionais. Nestes cinquenta anos elas se fizeram transnacionais e, na década de 80, [já tendiam] a converter-se em empresas globais (...) complexos produtivos planetários".⁴⁹² É o que efetivamente demonstram dados mais recentes: nas duas últimas décadas (com todos os reequacionamentos que se seguiram à crise dos anos 70),⁴⁹³ o grau da centralização multiplicou-se ainda mais significativamente, atingindo patamares nunca antes alcançados. Conforme o tipo de produto considerado, o controle exercido pelas maiores firmas transnacionais (em cada ramo) chega a atingir a ordem de 50%, 70%, 90% ou até mesmo 100% de todo o mercado mundial:

⁴⁹² T. dos Santos, "A Globalização reforça as particularidades", in M. Santos et alii (orgs.), *Território: Globalização e Fragmentação*, op. cit., p. 74.

⁴⁹³ Crise determinada, sobretudo, pela súbita alta do preço de alguns insumos primários estratégicos, como o petróleo cru importado pelos países da OCDE, e que, numa conjuntura de "explosão dos salários reais" na Europa e nos Estados Unidos (1968 - 1973), levou a uma contração significativa (à época) dos lucros do capital investidos no comércio e na produção. Vd. G. Arrighi, *O Longo Século XX*, op. cit., pp. 315 - 316.

Indicadores de Concentração Mundial

Automóveis	1984	12 empresas respondem por	78% da produção mundial
Peças de vidro p/ automóveis	1988	3 empresas respondem por 7 empresas respondem por	53% da produção mundial 88% da produção mundial
Pneus	1988	6 empresas respondem por	85% da produção mundial
Processamento de dados / DRAM	1987	5 empresas respondem por 10 empresas respondem por	65% da produção mundial 100% da produção mundial
Processamento de dados / ASIC	1988	4 empresas respondem por 12 empresas respondem por	54% da produção mundial 100% da produção mundial
Material médico Produtos	1989	7 empresas respondem por	90% da produção mundial
Petroquímicos:			
Polipropileno	1980	4 empresas respondem por 8 empresas respondem por	34% da produção mundial 50% da produção mundial
Polistireno	1980	4 empresas respondem por 8 empresas respondem por	51% da produção mundial 69% da produção mundial
ABS	1980	4 empresas respondem por	53% da produção mundial

Fonte: OCDE, Centro de Desenvolvimento e Estudos de Caso Industriais da CEE/FAST, apud F. Chesnais.⁴⁹⁴

No setor estratégico da informática, os índices de concentração/centralização são ainda mais impressionantes. Somente a multinacional Intel Corporation, a gigantesca pesquisadora e produtora de *chips*, detém, atualmente, nada menos que 80% de todo o mercado global de microprocessadores; fenômeno que, semelhantemente, repete-se com a Microsoft

⁴⁹⁴ F. Chesnais, *A Mundialização do Capital*, op. cit., p. 95.

no que tange à produção de aplicativos importantes (como o processador de texto Word, as planilhas eletrônicas Excel, os arquivos Access, os agendadores Project, os compostos Office, a enciclopédia Encarta, etc): sem eles, 85% de todos microcomputadores que hoje são produzidos no mundo simplesmente nem poderiam começar a funcionar.⁴⁹⁵

Outros indicadores de expansão do capitalismo mundial são também notáveis e variados, expressando, a cores vivas, aquilo que Tony Spytbey apropriadamente cunhou de "*re-privatização do mundo*".⁴⁹⁶

Estatísticas do FMI, por exemplo, revelam que a produção industrial continuou a crescer nos últimos vinte anos, passando nos países industrializados (CEE, Estados Unidos, Japão e Canadá) de um percentual de 73%, em 1975 (tomando-se por base referencial de cálculo o ano de 1985 = 100%), para 113%, em 1993.⁴⁹⁷ Cresceram também os mercados de capitais, como bem ilustra o caso da Ásia, hoje o mercado de maior ascensão em todo o planeta. Sobre tudo no Leste asiático - estima um estudo do Banco Mundial ("The Emerging Asian Bond Market") -, os negócios deverão saltar de uma faixa de US\$ 300 bilhões registrada em 1994, para mais de US\$ 1 trilhão por volta do ano 2004. Um outro estudo ("The Financial Silk Road") prevê que, em torno do ano 2010, o mercado de capitalização naquela região emergente (incluindo-se agora a Índia e a China) terá aumentado para 11% do esperado total mundial de \$ 31.1 trilhões, bem acima dos 6% do total de \$ 14.9 trilhões registrados em 1994.⁴⁹⁸

⁴⁹⁵ R. A. Dreifuss, *A Época das Perplexidades - Mundialização, Globalização e Planetarização: Novos Desafios*, 2a. edição, Ed. Vozes, Petrópolis, 1997, pp. 51 - 52.

⁴⁹⁶ Cf. T. Spytbey, *Globalization and World Society*, op. cit., p. 70.

⁴⁹⁷ Cf. *O Mundo Hoje - Anuário Econômico e Geopolítico Mundial*, Ed. Ensaio, São Paulo, 1996.

⁴⁹⁸ Cf. "Bulls, bears and tigers", in *Euromoney* (Magazine), May 1996, pp. 32 - 37.

Mas a Ásia é apenas um espelho do ritmo de expansão do capital global que, não obstante a propalada crise dos anos 70/80, não parou de evoluir geometricamente desde o pós-guerra. O comércio mundial, por exemplo, cresceu mais que 2 vezes desde 1950; a contar dos anos 70, a expansão de investimentos diretos de capitais no estrangeiro (comparativamente ao registrado nas matrizes) teve um aumento real de 50%, conhecendo, este mesmo período, o mais astronômico crescimento em reservas internacionais, contratos e mercados de câmbio da história, resultando tudo isso numa inédita expansão das oportunidades globais de investimento, na universalização da competição e na maior onda de fusões de empresas jamais vista, agora em escala *supranacional*.⁴⁹⁹

A centralização de antigas companhias nacionais (industriais e de serviços) em grande firmas transnacionais, a unificação regional de mercados e a nova onda de fusão de bancos (bancos regionais, etc.) dão o clima do novo ritmo da acumulação capitalista em todo o mundo. A revista *Euromoney*, em seu número de agosto de 1996, ao mesmo tempo que fala das empresas Nestlé, Unilever e ABB não mais como firmas suíça, alemã ou sueca, mas como companhias "européias" (para não dizer "mundiais"),⁵⁰⁰ anuncia como inevitável, perante a ameaça concorrencial de oligopólios financeiros norte-americanos e asiáticos (o Japão na cabeça), uma maior consolidação e enxugamento do setor bancário na Europa, processo este que já começou a deslanchar, como demonstram os dados coletados entre janeiro de 1995 e julho de 1996: o UK Bank é comprado pelo Lloyds Bank of TSB (valor: US\$ 15.315 bilhões); o Gruppo Bancario Credito Romagnolo, pelo Credito Italiano (US\$ 2.34 bilhões); o Kansallis-Osake-Pankki pelo Unita (US\$ 827 milhões); o Crédite Lyonnais Bank Nederland, pelo Général

⁴⁹⁹ Cf. "How the World will Change", in *Fortune* (Magazine), n. 2, Jan 1990, pp. 22 - 26.

⁵⁰⁰ In *Euromoney* (Magazine), cit., p. 5.

de Banque (US\$ 731 milhões); além das aproximações entre o Crédit Local de France e o Crédit Communal de Belgique e outros tantos "casamentos" em vista.⁵⁰¹

Na ordem global, as finanças do mundo são cada vez mais controladas por bancos privados (associados a grandes conglomerados industriais) e o serão cada vez mais nas próximas décadas, conforme indicam as novas estratégias de investimentos hoje em discussão entre o Banco Mundial e seus filiados. Basta para isso ter presente que, em 1993, "só a liquidez concentrada nas mãos dos fundos mútuos de investimento (*mutual funds*), companhias de seguro e fundos de pensão, atingia 126% do PIB dos Estados Unidos e 165% do PIB do Reino Unido. No mesmo ano, as administradoras americanas e europeias desses fundos (menos de 500, as que realmente interessam) concentravam em suas mãos, sem contar os bancos e fundos japoneses, [nada menos que] 8 trilhões de dólares".⁵⁰² Entre junho de 1995 e junho de 1996, enquanto o Banco Mundial emprestou para países pobres um total de US\$ 21.4 bilhões, o capital privado alocou nos chamados "mercados emergentes" a gigantesca cifra de US\$ 170 bilhões, o que significa um controle cada vez maior dos investidores privados sobre as economias nacionais.⁵⁰³ Se há uma guerra mundial em curso (ainda que em surdina), esta é entre grandes conglomerados financeiros. E não são somente os grupos sediados nos Estados Unidos ou no Japão que hoje dominam o mercado; desde 1995, Manhattan está sendo invadida por grandes bancos comerciais europeus - como o Germany's Deutsch Bank, o Union Bank of Switzerland, além do Britain's Barclays Bank - que, numa ação coordenada, almejam desenvolver

⁵⁰¹ Cf. "Eat or be Eaten", in *ibid.*, pp. 28 - 39.

⁵⁰² F. Chesnais, *A Mundialização do Capital*, op. cit., p. 29.

⁵⁰³ Cf. "All of a sudden every banker is a World Bank", in *The Economist* (Magazine), Jul 27th - Aug 2nd, 1996, p. 61.

ainda mais seu império global de investimentos, concorrendo inclusive no setor de seguros com as gigantescas firmas seguradoras norte-americanas.⁵⁰⁴

Da mesma natureza é a "revolução cultural" que está se dando, atualmente, na China. Capitaneados pelo Banco da China, os bancos chineses lutam para se transformar de braços de departamentos governamentais em modernas e ágeis entidades financeiras de dinamismo globalizado, atuando amplamente no mercado mundial. Já em 1995, mais de 60% dos lucros auferidos pelo Banco da China originaram-se das *oversea operations*. Hoje, 89 setores e sub-setores do Banco se encontram espalhados por vários continentes: América do Norte, Europa, Oceania, com 500 escritórios no estrangeiro empregando 20.000 pessoas e preparando-se para ser o maior investidor mundial por volta do ano 2010.⁵⁰⁵ Resume-se ainda melhor todo esse movimento de pujança do capital concentrado e centralizado no fato de que, enquanto a economia global (dos países somados) cresceu em 1995 a uma média de 2.4%, o ganho médio entre as 500 maiores corporações privadas foi de 15% (!) - exatamente aquelas que se encontram fincadas e ramificadas em todos os continentes. "O mercado para nossos produtos - declara o *chairman* Gordon Moore, da U.S. Chipmaker Intel (a companhia que teve maior performance no período: 20,4%) - está tornando-se crescentemente global". Os lucros individuais de vários desses conglomerados chegam a superar muitos saldos positivos obtidos em balanças comerciais por inúmeros países ao longo dos últimos anos. Em 1995, o lucro da Royal Dutch/Shell Group (n. 10 do ranking) atingiu a soma de US\$ 6.9 bilhões, seguido de perto por outras tres companhias, a General Motors (n.4), a General Electric (n. 20) e a Exxon (n. 9), todas na casa dos US\$ 6 bilhões líquidos.

⁵⁰⁴ Cf. "Coming to America (again)", in *The Economist*, Sep 14th - 20th, 1996, p. 75.

⁵⁰⁵ Cf. "Bank of China's cultural revolution". in *Euromoney* (Magazine), Apr 1996, pp. 148 - 150.

Da mesma forma, o faturamento médio desses oligopólios multinacionais supera a maioria dos PIBs nacionais de mais da metade do "clube das nações". As cinco maiores firmas do mundo faturaram, em 1995, mais de US\$ 150 bilhões cada uma: a Mitsubishi (n. 1) chegou à estratosfera dos US\$ 184 bilhões e 365 milhões de dólares; a Mitsui (n. 2), US\$ 181 bilhões e 518 milhões; a Itochu (n. 3), US\$ 169 bilhões e 164 milhões; a General Motors (n. 4), US\$ 168 bilhões e 828 milhões; a Sumitomo (n. 5), US\$ 167 bilhões e 530 milhões.⁵⁰⁶ Neste ritmo, o capital globalizado vai ampliando cada vez mais os corredores de dinamização da economia mundial, interfaciando todas as regiões do planeta por meio de amplas avenidas de investimentos, pavimentadas ao sabor das necessidades de acumulação. E as vias alternativas se multiplicam com a intensificação desses corredores entre Europa-Ásia, Ásia-Oceania, África-Ásia, América do Norte-Ásia, Europa-América Latina, etc. É o caso do novo corredor que está atravessando o Pacífico e unindo diretamente a Ásia à América Latina. Firms sul-coreanas de automóveis e eletro-eletrônicos (para não falar no Japão) anunciam um investimento dez vezes maior na região para os próximos três anos (relativamente aos US\$ 170 milhões aplicados desde 1991). Os US\$ 800 milhões de Taiwan, previstos para breve, também representam um crescimento decuplicado face ao que já vinha sendo canalizado em 1995. E não são apenas grandes conglomerados. Pequenas empresas asiáticas (inclusive da China) também se instalam em território latino-americano sob o patrocínio (atenção) do Banco de Boston e do New England Bank (!), tendo Hong Kong por sede das negociações.⁵⁰⁷

⁵⁰⁶ Cf. "A Bigger Richer World", in *Fortune*, n. 15, Aug 1996, pp. 72 - 85.

⁵⁰⁷ Cf. "Crossing the Pacific", in *The Economist*, Aug 24th - 30th, 1996. p. 51. Não por acaso - como ainda ressalta a reportagem -, metade de uma dezena de presidentes do Cone Sul visitaram, em 1995, a China, cujo atual comércio de US\$ 6 bilhões está crescendo a um ritmo invejável de 30% ao ano.

Não é por menos, portanto, ante todo esse cenário, que novas estratégias voltadas para uma maior mobilidade do capital transnacionalizado passam a determinar a geopolítica do mundo e a combinar uma gama de atividades *transfronteiras*, num ritmo e num grau verdadeiramente alucinantes de incidência: exportações e abastecimento no estrangeiro, investimentos diretos em regiões fora do eixo tradicional dos países centrais, alianças internacionais, novas ondas de fusões interempresariais a nível supranacional, diversificações das operações nos planos locais de produção (com reestruturação da divisão do trabalho e especializações regionalizadas), ampliação das trocas (exportações) *intra-corporativas*⁵⁰⁸ ... *and so on*. Todo esse processo busca agilizar a capacidade instalada de mobilização e flexibilização do grande capital produtivo mundializado, isto é, aquela de engajar-se e desengajar-se, investir e desinvestir, aglutinar e sub-contratar (*terceirização*), implantar-se e desenraizar-se, conforme os ventos favoráveis (ou não) de cada contexto e oportunidade.⁵⁰⁹

A visualização da passagem da *inter-nacionalização* à *trans-nacionalização* do capital (com todas as mudanças aí implicadas) *não* operou, contudo, desde as primeiras formulações teóricas dedicadas à análise das transformações da ordem mundial pós-45, uma correspondente passagem ou superação da noção (ou conceito) de *imperialismo*. Ao contrário, os principais e iniciais esforços foram na tentativa de "alargar" ainda mais o significado deste conceito, transformado em "alguma coisa mais geral que (...) a mera desigualdade de poder entre diferentes nações (...) [e que deveria] encampar também [o sentido

⁵⁰⁸ Segundo François Chesnais, do total das movimentações do comércio exterior durante o ano de 1993, 65,9% couberam às firmas multinacionais, sendo que, deste montante, 33,3% operaram-se a nível interno às próprias firmas - o que coloca em questão o próprio conceito de "exportação" (ou, no mínimo, sua relativização) face ao novo cenário da economia mundial. Cf. F. Chesnais, *A Mundialização do Capital*, op. cit., p. 225.

⁵⁰⁹ Vd. *ibid.*, pp. 15 - 28.

de] dominação informal, incluindo [todas] as relações de dominação dentro do mundo industrialmente avançado".⁵¹⁰

O paradigma do imperialismo e, na esteira deste, a centralidade do papel do Estado-nação, ainda amarrava, entre os anos 60 e a primeira metade dos 70, as conclusões de alguns dos mais importantes herdeiros do marxismo, impedindo que se produzissem, nesse contexto, rupturas epistemológicas mais significativas *vis-à-vis* os desafios lançados pelo já visível processo de globalização ora em curso. Tal é o exemplo de cinco das principais obras escritas à época a respeito da temática: *Depois do Imperialismo*, de Michael Barratt Brown; *Capitalismo Monopolista*, de Paul Baran e Paul Sweezy; *O Capitalismo Tardio*, de Ernest Mandel, *A Economia Mundial Capitalista*, de Christian Palloix e *A Acumulação em Escala Mundial*, de Samir Amin. Mesmo que ainda amarradas ao paradigma do imperialismo (como será demonstrado e problematizado a seguir), todas essas análises já apontam (cada uma a seu modo) para o que consideram ser o advento de uma *nova era* do capitalismo, qualitativamente distinta daquela anterior à II Grande Guerra, tematizando assim, por vias transversas, o globalismo, sem contudo conseguirem formulá-lo, equacioná-lo e/ou assumi-lo *enquanto conceito*. Tratam-se, não obstante, de formulações que se apoiam e vêm ancoradas nas teses mais substantivas de *O Capital*, de Marx, com base nas quais procuram elucidar os novos desdobramentos do avanço do capitalismo no pós-guerra.

No que toca a Barratt Brown, o mérito maior deste autor inglês repousa no fato de ter sido o primeiro marxista, após a geração de Lênin, a elaborar um ensaio de fôlego versando sobre os novos desdobramentos do

⁵¹⁰ K. Schwabe, "The Global Role of the United States and its Imperial Consequences, 1898 - 1973", in *ibid.*, p. 16.

capitalismo mundial na sua nova fase de expansão pós Segunda Guerra Mundial. Sua tese chegou a ser reputada por Ernest Mandel, um ano após sua primeira publicação (1963), como "uma das obras econômicas mais importantes dentre as que se publicaram recentemente em inglês - e provavelmente a mais importante do ponto de vista da teoria e prática socialista".⁵¹¹

Curiosamente, a expressão "After Imperialism", no contexto da obra, significa não um *estágio presente* (à época) do desenvolvimento do capitalismo, mas uma *possibilidade futura* (tendencialmente posta), um desdobramento do movimento do capital já (então) em curso, em direção a uma economia institucionalmente internacional, identificada pelo autor não no sentido kautskyano de um internacionalismo mais alargado, mas naquele leniniano de divisão do mundo ainda mais aguçada. O mundo previsto há mais de trinta anos atrás por Barratt Brown é o mundo dos "blocos de comércio", dos "mercados comuns" (como realmente está se sucedendo neste final de século), articulados pelos agentes dos "novos impérios": as *corporações empresariais gigantes*.⁵¹² A diferença deste novo quadro, relativamente ao passado, estaria em que os mecanismos de controle do mercado mundial, e do exercício de hegemonia a nível internacional, deixam de ancorar-se, fundamentalmente, nas antigas formas de intervenção política - diretamente exercida por Estados em nome dos interesses oligopolistas nacionais (tal qual à época do imperialismo clássico) -, para se efetivarem, então, por meio de estratégias *tipicamente econômicas* (*sob controle do grande capital privado*), como o domínio monetário, a imposição de padrões tecnológicos em escala mundial, etc. A Guerra Fria e os movimentos de libertação nacional (tal qual ocorridos ao longo dos anos 50/60, sobretudo na África e na

⁵¹¹ E. Mandel, "After Imperialism. What about?". in *New Left Review*, n. 25, Mai/Jun, 1964.

⁵¹² Vd. M. Barratt Brown, *After Imperialism*, third edition, Heinemann Ltd., London, 1973, Parte 3.

Ásia) - além do trauma deixado pelas duas Guerras Mundiais -, são fatores que passam a interferir profundamente no ordenamento da economia mundial e nas estratégias de sua condução.

Barratt Brown percebe mudanças substanciais no reordenamento da economia mundial pós-45. Reconhece tratar-se, a conjuntura do pós-guerra, de um inédito momento do desenvolvimento do sistema econômico capitalista mundial, concebido como um "único mundo"⁵¹³ - aquele do "capitalismo sem império" -, articulado agora, diretamente, por grandes firmas, cada vez mais centralizadas em plano internacional. Não obstante, ainda que formalmente - como posto - dê todos os elementos para se poder pensar a superação da fase imperialista e o ingresso do capitalismo numa etapa inédita de seu desenvolvimento monopolista (multinacionalização da economia, domínio das firmas multinacionais, etc.), paradoxalmente joga este *insight* para o futuro (talvez porque ainda estava preso ao compromisso de entender o papel de seu país, a Inglaterra, neste novo contexto),⁵¹⁴ admitindo ser ainda, o *imperialismo*, a chave-conceitual de todo entendimento para os acontecimentos de seu tempo:

"Alguns amigos propuseram-me adicionar uma interrogação após o título. Eu não o fiz porque isto sugeriria precisamente aquilo que as mais violentas críticas me acusam: que eu devo acreditar que, mesmo se o imperialismo não está definitivamente superado, existem algumas questões pendentes sobre esta matéria. Pelo contrário, minha crença é que o imperialismo é ainda, fora de questão, a força mais poderosa no sentido que eu usei o termo, para descrever um complexo de relações econômicas, políticas e militares através das

⁵¹³ Ibid., Introdução, "One World".

⁵¹⁴ Como reiteradamente admite ao longo de todo o trabalho, cuja trajetória narrativa, aliás, é dedicada o tempo inteiro a verificar a condição inglesa (e seu futuro) no novo quadro emergente da economia mundial do pós-guerra.

quais as terras economicamente menos desenvolvidas [ainda] estão subordinadas àquelas mais desenvolvidas".⁵¹⁵

Logo após Barratt Brown, Paul Baran e Paul Sweezy (1965/6) deslocam o olhar da Inglaterra para o novo centro hegemônico do sistema capitalista mundial, tentando decifrar, tal qual o companheiro inglês, as razões para o novo *boom* de crescimento da economia no pós-guerra e seu novo formato organizativo. Tomando por base os Estados Unidos da América como sociedade contemporânea típica para as análises do desenvolvimento recente do capitalismo (dado seu nível avançado de industrialização) - como servira, a Inglaterra, de laboratório privilegiado à época de Marx -, Baran e Sweezy concentram-se em verificar quais são os mecanismos que, numa fase monopolista avançada de concentração e centralização do capital, permitem a efetiva absorção do "valor excedente" gerado - curiosamente não trabalham diretamente com o conceito de *mais-valia* (!) - e as consequências econômicas e políticas desse novo contexto dinâmico de reprodução do capital.

Para estes autores, a um certo nível da história da acumulação capitalista mundial, modificam-se as formas organizacionais das empresas e as estratégias e dinâmica da concorrência entre capitais, relativamente à conjuntura que imperava na fase clássica da chamada livre concorrência capitalista (século XIX). Enquanto o centro do mundo econômico, àquela altura, girava em torno não da empresa, mas do magnata (que controlava pessoalmente e com a família os vários negócios e atividades de sua companhia), com a chegada do novo século, herdada uma longa trajetória de acumulação de capital em vários setores e ramos produtivos, o panorama da economia (sobretudo nos países mais industrializados,

⁵¹⁵ Ibid., Prefácio, p. VIII.

como os Estados Unidos) ganha novos contornos. Inaugura-se, então, o império da "sociedade anônima gigante", das empresas com alta taxa de concentração de capital, que pouco a pouco passam a expandir suas bases produtivas e a controlar faixas importantes do mercado mundial, e cuja nova "anatomia", já então amadurecida e consolidada no período subsequente às duas Grandes Guerras, vem expressa, exemplarmente, no pronunciamento de Henri Ford II, a 28 de abril de 1955, num discurso perante a Associação Americana de Diretores de Jornais (devidamente tomado por Baran e Sweezy como ilustração do "espírito de época"):

"A companhia moderna, ou o capitalismo da empresa conjunta, substituiu em grande parte o capitalismo do magnata. A companhia-de-um-homem-só, proprietário-administrador, está sendo rapidamente substituída por uma nova classe de administradores profissionais, dedicados mais ao progresso da empresa do que ao enriquecimento de uns poucos donos".⁵¹⁶

Neste novo contexto, a substituição do capitalista individual pelo capitalista da sociedade anônima, a passagem do controle da política e ação empresariais a uma administração coletiva e impessoal constituída por uma camada de tecnocratas-executivos treinados especificamente para a tarefa, é o sinal externo de que a dinâmica da economia de mercado e o inédito grau de concorrência inter-capitais (agora oligopolizados) estavam a exigir níveis crescentes de racionalidade administrativa. Na guerra pela maximização do lucro, no interior de uma dinâmica de mercado dominado por grandes firmas, a capacidade de sobrevivência de longo prazo, por meio de reinvestimentos

⁵¹⁶ In P. Baran e P. Sweezy, *Capitalismo Monopolista*, trad. de Waltensir Dutra, Zahar Ed., Rio de Janeiro, 1966, p. 40.

constantes, torna-se fator essencial para qualquer empresa - o novo capitalista coletivo. O horizonte temporal limitado de vida dos antigos proprietários individuais é substituído pelo princípio da imortalidade da companhia *qua empresa*, inaugurando-se, com isso, um novo patamar institucional de existência do capital.

Nesse novo regime, a expansão constante da empresa se torna vital, ressaltando os autores a importância que adquirem, então, os investimentos no exterior como mecanismo de retroalimentação da produção de valor excedente e, conseqüentemente, da capacidade de reprodução ampliada do próprio capital.⁵¹⁷ Intensifica-se a internacionalização dos negócios. As corporações dominantes no conjunto da economia internacional tornam-se tão fortes e gigantescas que, praticamente, conseguem estabelecer, a partir de um certo momento (e após um longo aprendizado assimilado durante uma fase inicial de concorrência sem planejamento), um controle definitivo (e acordado) sobre a política de preços em todo o mercado mundial, ao mesmo tempo que partem (como nova opção de maximização do lucro) para uma política sem precedentes de intensificação das inovações tecnológicas no sistema produtivo, e que conduz, por sua vez, a uma redução progressiva e geral dos custos de fabricação e no aumento da produtividade. Então, com o tempo, vai se produzindo, paulatinamente, um *gap* crescente entre *custos de produção* (sempre mais baixos) e *preços de venda* (estabilizados), do que resulta um aumento da taxa média de lucro e o crescimento desmesurado do "excedente econômico", a ponto de a empresa passar a autofinanciar-se independentemente dos bancos (opostamente à época de Hilferding), quando não se tornando, a própria agência financeira, uma filial da firma gigante.

⁵¹⁷ Cf. *ibid.*, cap. 4, pp. 109 - 112.

O problema passa a ser, então, na fase do capitalismo monopolista, "exatamente o contrário do que dizem os livros didáticos: não como utilizar da melhor forma os recursos escassos, mas como dispor dos produtos dos recursos superabundantes".⁵¹⁸ A absorção desse excedente gerado, que já não pode ser consumido inteiramente pelos capitalistas (cujas necessidades particulares não crescem no mesmo ritmo), nem reinvestido integralmente no processo produtivo, cria um tremendo excesso de capacidade instalada, sem garantias da realização lucrativa futura dos novos produtos derivados, gerando crise e estagnação (como ocorreu em 1929). No interior desse quadro - argüem Baran e Sweezy - a saída encontrada pelo capital é tríplice, cujo dinamismo vai ganhando fôlego sobretudo a partir da I Guerra Mundial, mas que atinge seu ápice após o final da II Guerra, nos anos 50: a) o crescimento das campanhas de venda (publicidade); b) o financiamento dos gastos governamentais (empréstimos para "programas desenvolvimentistas"); c) a expansão dos gastos militares (legitimados pelas ameaças da Guerra Fria).

As implicações internacionais de semelhante política - implantada em todo o planeta para favorecer o grande capital (o capital de monopólio) - refletem-se, então, em novas formas de imperialismo, materializado através do endividamento externo crescente dos países devedores (e conseqüente processo inflacionário), do fomento de guerras, do aparelhamento do armamento nuclear, resultando de tudo isso a destruição ecológica e toda sorte de irracionalismo a que o sistema capitalista mundial passa a estar condicionado. As corporações monopolistas, submetidas a uma feroz concorrência entre seus pares pelo domínio de faixas cada vez maiores do mercado global, transformam-se em imensos conglomerados associados aos vários Estados nacionais e organismos

⁵¹⁸ Ibid., p. 113.

multinacionais, ocupando, ao final do processo, todos os espaços de mediação política a nível interno dos países e em escala planetária, tomando o mundo nas mãos, a ponto de não restar mais qualquer via de reação ou resistência, por parte das forças sociais contrárias, capaz de ameaçar a ordem sistêmica estabelecida.

Ernest Mandel irá resumir conceitualmente esta nova etapa do processo de concentração/centralização do capital como "*terceira idade*" (*troisième âge*) do capitalismo (na versão francesa do original alemão, *Der Spatkapitalismus*, 1972) ou como "*capitalismo tardio*" (*late capitalism*), naquela inglesa. Nomenclaturas à parte, trata-se de caracterizar o que é essencial no processo histórico em curso (e que coincide, *grosso modo*, com a tese de Baran e Sweezy): o aumento gigantesco dos custos dos grandes projetos de acumulação do capital, os quais, dados os enormes riscos de investimentos determinados por uma rentabilidade lenta dos oligopólios de alta taxa de composição orgânica, tiveram de ser bancados diretamente pelos orçamentos estatais, a partir do que se garantiu a reprodução ampliada do capital às custas da socialização da dívida pública em todo o planeta.

As condições materiais gerais da produção, sua infra-estrutura básica e o financiamento dos demais empreendimentos estratégicos, tornaram-se, neste período, tarefa do Estado (keynesianismo), que amplia assim suas esferas de ação para além dos tradicionais dogmas do liberalismo.⁵¹⁹ "O 'capital de Estado' - diz Mandel - funciona [aqui] como sustentação (*soutien*) do capital privado

⁵¹⁹ Histórico das despesas do Estado dentro do PNB dos EUA, entre 1913 e 1970, referidas por Ernest Mandel (*Late Capitalism*, op. cit., p. 487):

1913	7,1%	1955	27,8%
1929	8,1%	1960	28,1%
1940	12,4%	1965	30,0%
1950	24,6%	1970	33,2%

[sobretudo do capital monopolista] (...) O capitalismo tardio é caracterizado por crescentes dificuldades quanto à valorização do capital (sobrecapitalização, superacumulação). O Estado tenta vencer estas dificuldades, ao menos em parte, assegurando a estes capitais possibilidades suplementares de investimentos rentáveis dentro da esfera da indústria de armamento, da 'indústria do meio-ambiente', da 'ajuda ao desenvolvimento' no estrangeiro, dos trabalhos em infraestrutura, etc., a uma escala até então desconhecida (além de controlar as crises econômicas e sociais cada vez mais explosivas)⁵²⁰ (...) A hipertrofia e a autonomia crescentes do Estado do capitalismo tardio⁵²¹ correspondem, historicamente, ao corolário do crescimento das dificuldades de reprodução do valor do capital e da realização da mais-valia (...) [Por outro lado], a justaposição de uma articulação privada dos interesses de classe burguesa, e da centralização crescente das decisões políticas dentro dos aparatos técnico-administrativos do Estado propriamente dito, conduz a uma 'síntese', pela união pessoal entre grandes trusts e os altos funcionários do governo, que então se torna a regra dentro de numerosos países".⁵²²

⁵²⁰ Do que decorre que, a gestão da crise, pelo Estado, transforma-se na *crise fiscal permanente do Estado*, como muito bem retratou (também em cima do caso dos Estados Unidos) James O' Connor, in *USA: A Crise do Estado Capitalista*, trad. de João Maia, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.

⁵²¹ Toda a discussão que marcou época, nas décadas de 1960 e 70, a respeito da natureza do Estado e de seu papel estrutural no contexto da sociedade capitalista *em geral* (e conceitos decorrentes, como o de *autonomia relativa*), pode ser lida, enquanto produção teórica, ela própria, como um reflexo de um tipo de conformação estatal historicamente condicionada por esse período de capitalismo monopolista, cujas reflexões merecem hoje uma reavaliação no contexto de um novo quadro internacional, de forte influência neoliberal, em que o estatuto do Estado-nação passa a ficar progressivamente subsumido a novas instâncias de articulação do poder político e econômico em plano global e a "soberania", deslocada de seus referenciais tradicionais. Sobre o debate dos anos 60/70 a respeito da temática do Estado, vd., sobretudo, R. Miliband, *The State in Capitalist Society*, Quartet Books Limited, London, 1973; N. Poulantzas, *Pouvoir Politique et Classes Sociales*, Maspero, Paris, 1971 e *L'Etat, le Pouvoir, le Socialisme*, Press Universitaire de France, Paris, 1978; C. Offe, *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*, Ed. Tempo Brasileiro, São Paulo, 1984 e *Stress and Contradictions in Modern Capitalism*, Lexington, Toronto, 1975.

⁵²² E. Mandel, *Late Capitalism*, op. cit., pp. 484 - 491.

A fase do capitalismo monopolista não implica, porém, que o monopólio representaria, então, um fenômeno inédito na história da civilização burguesa, ou que a concorrência teria terminado. A novidade reside no fato de os vínculos entre concorrência e monopólio se exercitarem a partir de um grau de concentração e de centralização do capital *qualitativamente diverso daquele do passado*, do chamado capitalismo da livre concorrência. Dadas as dimensões astronômicas dos capitais acumulados, e que constituem uma "barreira formidável à penetração de outros capitais dentro dos ramos de produção monopolizados, prolonga-se consideravelmente, em conseqüência, a duração da apropriação dos super-lucros".⁵²³ Amplia-se a escala da produção, acirra-se a concorrência, mundializa-se, cada vez mais, o capital. Outros ramos da atividade produtiva são incorporados àquele da formação do valor. Expande-se o setor de serviços, desenvolvem-se os transportes e as telecomunicações, ativa-se a indústria de guerra, deflagra-se a terceira revolução tecnológica - que deságua na informatização de todos os ramos produtivos e na emancipação do processo contínuo de produção do contato direto com as mãos humanas -⁵²⁴ tudo num esforço conjunto do capital para elevar a taxa de lucro no período que se sucede à II Grande Guerra.

⁵²³ Ibid., p. 530.

⁵²⁴ Sobre a temática da robotização do processo produtivo e tendências atuais na nova organização técnica do processo de trabalho industrial, vd. B. Coriat, *Science, Technique et Capital*, Éditions du Seuil, Paris, 1976; "Automação Programável: Novas Formas e Conceitos de Organização da Produção", in H. Schmitz e R. de Q. Carvalho (orgs.), *Automação, Competitividade e Trabalho: A Experiência Internacional*, Editora Hucitec, São Paulo, 1988; *L'Atelier et le Robot*, Christian Bourgois Éditeur, Paris, 1990; K. Hoffman e R. Kaplinsky, *Driving Force: The Global Restructuring and Components Industries*, Westview Press, Boulder, 1988; W. Cavestro, "Automation, New Technologies and Work Content", in S. Wood (ed.), *The Transformation of Work? Skill, Flexibility and the Labour Process*, Unwin Hyman, London, 1989; H. Kern e M. Schumann, "New Concepts of Production and the Emergence of the Systems Controller", in *Technology and the Future of Work*, University of Goettingen, Goettingen, 1990; J.P. Womack, D.T. Jones & D. Roos, *The Machine that Changed the World: The Triumph of Lean Production*, Rawson, New York, 1990.

Todas essas mudanças não significam, contudo, para Mandel, que a "terceira idade" do capitalismo implique a caracterização de um período de mudança na *essência* do fenômeno do imperialismo da primeira metade do século (teorizado por Lênin, Rosa Luxemburgo, Bukharine, Grossman e outros). Os desdobramentos do capitalismo a partir dos anos 1950⁵²⁵ são vistos, pelo autor, não como uma etapa distinta daquela do imperialismo, mas como uma *exacerbação do mesmo*, espécie de "alto-imperialismo", caracterizado pelo império definitivo do capital monopolista *transnacionalizado* e o seu controle sobre o planeta através de sua associação direta com os aparelhos de Estado em todo o globo - conservando e dando validade, assim, às teses básicas de Lênin.⁵²⁶ Não haveria, para Mandel, mudanças radicais de conteúdo entre a "segunda idade" do capitalismo (o imperialismo clássico) e a "terceira" (o capitalismo tardio), como houvera entre a "primeira" (o capitalismo concorrencial) e a do imperialismo. O capitalismo tardio representaria, fundamentalmente, não uma transformação *qualitativa* do processo em curso (como no caso anterior), senão tão-somente um aprofundamento da reprodução desigual do desenvolvimento capitalista internacional, agora com diferenciação em níveis de *produtividade, renda: salário e prosperidade* entre países imperialistas e países subdesenvolvidos (ou entre regiões do globo).⁵²⁷

⁵²⁵ Que, num outro ensaio, vem indicado pelo autor como período do apogeu do *neoliberalismo*. Cf. E. Mandel. "La Economía del Neoliberalismo", in *Ensayos sobre el Neoliberalismo*. op. cit., p. 11.

⁵²⁶ Interessante é acrescentar que, para Mandel, tal como exposto em seu ensaio "A Economía do Neoliberalismo", publicado oito anos antes de *O Capitalismo Tardio*, o novo *modus operandi* do capital no período do pós-guerra não se deve, exclusivamente, às suas necessidades orgânicas de acumulação, como é também precipitado pela Guerra Fria, pelo avanço das forças anti-capitalistas em todo o mundo. Cf. E. Mandel. *Ensayos sobre el Neoliberalismo*. op. cit., p. 17.

⁵²⁷ Cf. *ibid.*, pp. 68 - 74.

O cerne da questão situar-se-ia na nova articulação que se estabelece, nesse contexto, entre as dimensões *nacional* e *internacional* da acumulação do capital. Em outras palavras, enquanto na era da livre concorrência (século XIX) o capital produtivo apresentava, ainda, uma relativa *imobilidade* em âmbito *internacional*, concentrado e centralizado que estava basicamente a nível das esferas *nacionais*, na fase clássica do imperialismo (sobretudo na primeira metade do século XX), o capital, com a exportação das bases produtivas industriais, passa a sofrer um rápido processo de *concentração* agora a nível *inter-nacional*, favorecido pelas conquistas da segunda revolução industrial. Em consequência, reduz-se drasticamente o número de capitais em competição em certos ramos da produção, até sua dominação, por inteiro, em todo o globo, pelos trusts e companhias monopolistas, sem que, contudo - dada a própria luta mundial entre forças imperialistas e a consequente divisão do mercado mundial por zonas de influência -, resultasse essa concentração, também, numa *centralização* em escala *inter-nacional*. Dito de outra forma, apenas um movimento de *concentração* monopolista *inter-nacional*, sem significativas interpenetrações (fusões) internacionais do capital (*centralização inter-nacional*), estaria a demarcar, assim, as características fundamentais do período clássico do imperialismo, e que, somente com as crises, recessões e guerras - além da Revolução de Outubro de 1917 (que subtraiu, temporariamente, parte do mercado mundial à influência direta desses oligopólios) e suas posteriores repercussões no plano político mundial -, tiveram, com o tempo, de ser revistas e superadas.

A fase do pós-guerra, apoiada na chamada *terceira revolução tecnológica*, marca, em contrapartida, uma reviravolta crucial na dinâmica da acumulação capitalista, na medida em que o capital completa a tarefa histórica de sua definitiva *internacionalização* (e que, na verdade, apresenta-se como *trans-nacionalização*): a *internacionalização das próprias empresas oligopólicas* (=

centralização internacional).⁵²⁸ Aqui, as companhias *multi-nacionais* se tornam a forma organizacional determinante do grande capital, num movimento de crescente e permanente *integração vertical*; combinam ramos e negócios situados em diferentes países numa única unidade produtivo-gerencial, correspondendo o processo a uma nova onda de desenvolvimento desigual (mas combinado) de exploração de fontes de matérias-primas, inovação tecnológica e acumulação do capital através do globo. Ao final desse movimento, tem-se uma transferência contínua da propriedade não apenas de um país para o outro, mas de grupos nacionais para aqueles gigantes transnacionalizados. Este novo patamar da centralização do capital vem acompanhado, além do mais, de um gradual desmantelamento do poder dos vários Estados nacionais e de sua substituição pelo crescimento de novas formas de *poder estatal federativo supranacional*.⁵²⁹ "A centralização internacional do capital pode ser entendida como uma tentativa deste em quebrar as históricas barreiras do Estado-nação (...) O desenvolvimento das companhias multinacionais e a mudança da ênfase dentro do imperialismo na direção da exportação de máquinas, equipamentos e veículos (...) deve ser visto como um resultado 'orgânico' do próprio desenvolvimento do capitalismo em seu estágio avançado, (...) processo que tende a privar a assim chamada burguesia 'nacional' de seu domínio na indústria manufatureira (...) onde a combinação de

⁵²⁸ Vd. *ibid.*, cap. 10.

⁵²⁹ Sobre o tema, considerando seus desenvolvimentos teóricos mais recentes, vd. I. Wallerstein, *The Politics of the World-Economy*, Cambridge University Press, Cambridge, 1984; R. Rosecrance, *The Rise of the Trading State*, Basic Book, Inc. Publishers, New York, 1986; I. L. Claude Jr., *States and the Global System - Politics, Law and Organization*, MacMillan Press, London, 1988; D. Held, "Sovereignty, National Politics and the Global System", in *Political Theory and the Modern State*, Polity Press, Cambridge, 1989 e *Democracy and the Global Order: From the Modern State to Cosmopolitan Governance*, Polity Press, Oxford, 1995; S. Picciotto, "The Internationalisation of the State", in *Capital & Class*, n. 43, Spring, London, 1991; J. Rosenau e E. Otto Czrmpiel (org.), *Governance without Government: Order and Change in the World Politics*, CUP, Cambridge, 1992; B. Axford, *The Global System - Economics, Politics and Culture*, *op. cit.*, cap. 5 "States and the Global System".

capital público, privado e estrangeiro se torna uma das mais importantes características da fase tardia do imperialismo ou do neo-colonialismo".⁵³⁰

Em outro artigo intitulado "A Concentração Internacional de Capitais e a Supranacionalidade", publicado em *Les Temps Modernes* (Paris, novembro de 1965) - anterior, portanto, a *O Capitalismo Tardio* -, Ernest Mandel já havia estampado essa tendência à *transnacionalização* do capital e seu controle progressivo sobre as esferas de influência dos antigos Estados-nação. Cita ele o caso da própria formação do Mercado Comum Europeu (em si) como um resultado direto da dita fase de alta centralização do capital, bem como um sinal do que viria a ocorrer em seguida (como a história comprovou) ao restante do planeta. De uma fase inicial de fusão de empresas nacionais (como a Edison e Montecatini italianas, a Kuhlmann e UGINE francesas e a cooperação entre trusts automobilísticos como a Volkswagen e a Daimler-Benz alemães), seguindo-se uma segunda de fusão com empresas estadunidenses (tome-se os casos das Máquinas Bull e Olivetti com a General Electric, e da compra de ações da Fiat pela General Motors), o Mercado Comum apontaria a chegada de uma terceira etapa de centralização do capital, agora definitivamente *supra*-nacional, caracterizada pela fusão de empresas de diferentes países, inaugurando-se um novo ciclo de acumulação do capital: sua *centralização internacional*. "O princípio da divisão dos riscos e da redução dos custos gerais conduz, logicamente, à idéia de integração internacional, tendência que, por sua vez, vê-se estimulada pela prática de consultas comuns com relação aos principais problemas concernentes a cada indústria".⁵³¹ A interpenetração crescente de capitais no seio do Mercado Comum, o aparecimento de grandes amálgamas bancários e industriais, a

⁵³⁰ E. Mandel, *Late Capitalism*, op. cit., pp. 342 - 347.

⁵³¹ E. Mandel, *Ensayos sobre el Neocapitalismo*, op. cit., p. 55.

supranacionalidade da propriedade privada resultam, em última instância, no surgimento de *organismos estatais supranacionais*, espécie de novos representantes do capital em geral (agora) *transnacionalizado*, o que demarcaria a nova fase de mundialização estrutural do sistema como um todo.

A Economia Mundial Capitalista (1971), do economista francês Christian Palloix, destaca-se também como uma outra obra marcante do período, a qual, além de influenciar toda uma geração de economistas e sociólogos da escola francesa (como Vernon, Brender, Beaud, Michalet), obteve considerável repercussão em todo o mundo. Como as demais, também ela é fortemente marcada pelo paradigma do imperialismo (e pela centralidade do Estado-nação).

Centrada na idéia de que a economia *mundial* capitalista tornou-se a *realidade última* da história de todos os povos ao inserir *todas* as formações sociais existentes em seu seio (sob o raio de sua influência), a tese de Palloix busca demonstrar que as contradições que se desenvolvem a partir daí, nas várias instâncias e espaços regionais do sistema global, seja na periferia como no centro (mantidas as especificidades de cada situação), já não mais seriam que o "reflexo", em bases nacionais, das tensões *mundiais* do modo de produção capitalista dominante.⁵³² Reportando-se à Rosa Luxemburgo, Bukharine e outros marxistas do início de século, Palloix irá demonstrar que "este acento colocado sobre a economia mundial capitalista por *oposição à economia nacional* - conceito central da economia burguesa até aqui - não é novo dentro do pensamento marxista".⁵³³ Contudo, não obstante costurar toda a reflexão como preparação à introdução, ao final da obra, da figura do capital monopolista *multinacional* (com a finalidade

⁵³² C. Palloix, *L'Economie Mondiale Capitaliste*, tomes I e II, Maspero, Paris, 1971. Vd. particularmente tome I.

⁵³³ *Ibid.*, tomo I, p. 8 (Prefácio).

precípua de chamar atenção para uma nova fase de estruturação da economia capitalista mundial), Palloix, ainda que apontando o elemento-chave para uma reviravolta do patamar teórico de análise, não é capaz de escapar ao paradigma do Estado-nação. Tanto que, desde o começo, afirma que "a economia mundial pode definir-se como um complexo de formações sociais - formações sociais capitalistas avançadas, subdesenvolvidas (ou dominadas e exploradas), formações sociais socialistas - colocadas [todas] sob a dominação e a determinação da *nação capitalista mais avançada* (grifo meu), a dos Estados Unidos no contexto presente".⁵³⁴ Torna-se, portanto, a economia *norte-americana*, o fator determinante, em última instância, do papel cumprido por cada país ou região no conjunto da economia mundial.

No segundo volume da brochura, sobretudo nos três últimos capítulos (3, 4 e 5), onde trata das novas relações mundiais da economia capitalista em sua fase monopolista - quando aparece a política de substituição de importações nas regiões periféricas ao lado do surgimento das firmas multinacionais -, Palloix novamente é vitimado pelo recorte do imperativo do Estado-nação, ao atribuir ao imperialismo *americano*, *japonês* ou *européu*, a razão de toda a nova escalada de expansionismo das firmas multinacionais e da superação dos antigos limites organizativos do capital circunscritos às fronteiras nacionais; e, às firmas multinacionais, o papel de *força ocultante* dos vários imperialismos de raiz (ainda) nacional (sic!). Todo o investimento analítico do autor se volta, então, para a defesa da idéia de "*neo-imperialismo*" como conceito apropriado de demarcação da "nova estrutura do modo de produção capitalista", com o "cuidado" de alertar os interlocutores para o fato de que a nova natureza multinacional da empresa capitalista (sua vocação mundial) não deveria ocultar os

⁵³⁴ Ibid., p. 16.

interesses imperialistas das várias nações subjacentes ao processo, sob pena da consagração de um novo tipo de ideologia: a "ideologia da mundialização".⁵³⁵

Sob ângulos diferentes, a mesma observação pode ser endereçada a Samir Amin e seu conjunto de reflexões dedicado ao tema da acumulação mundial capitalista, detonado a partir de seu *A Acumulação em Escala Mundial* (1974).⁵³⁶ À la Palloix, Samir Amin entende que, no contexto do *sistema-mundial contemporâneo* (no domínio do capital em escala mundial/global), não haveria mais sequer uma única formação sócio-econômica concreta (ou um conjunto dessas) que não se constituísse, enquanto parte integrante deste sistema, variável dependente dos mecanismos globais de incidência do modo capitalista de produção.⁵³⁷ Na condição de uma irresistível avalanche de dimensões mundiais, o capitalismo, como generalização da forma mercantil de produção, como processo

⁵³⁵ Esta mesma posição, aliás, reflete-se em inúmeras posturas teóricas de autores/intelectuais que, até hoje, conferem ao conceito de "globalização" um conteúdo ideológico pretensamente fabricado pelas "classes dominantes" com o intuito precípua de encobrir uma nova onda de "imperialismo" em escala mundial. No Brasil, tais posicionamentos podem ser verificados, por exemplo, no debate patrocinado, em 1995, pela UNICAMP sobre o tema "Imperialismo e Globalização", e publicado no n. 3 da Revista *Crítica Marxista* (Ed. Brasiliense, 1996). Refiro-me, particularmente, aos textos de W. Cano, "Notas sobre o Imperialismo Hoje"; J. Quartim de Moraes, "A Miragem Global e a Rearticulação Imperialista" e P. de T. P. L. Soares, "Globalização ou Imperialismo?". A teoria do imperialismo, hoje, não deixa de ocultar, ao que parece (como um contrabando), um certo saudosismo nacionalista, que se desenvolve como reação à globalização do mundo pelo capitalismo transnacional, e que já foi caracterizado por Michael Löwy como o "romantismo reacionário da atualidade". Vd. M. Löwy, "Romantismo e Marxismo", in O. Coggiola (org.), *Marxismo Hoje*, Ed. USP/Xamã, São Paulo, 1994, p. 97.

⁵³⁶ S. Amin, *Accumulation on a World Scale*, op. cit..

⁵³⁷ Aqui, o conceito de "formação sócio-econômica" é derivado de uma concepção mais abrangente das formas institucionais/materiais que dão concretude a uma determinada sociedade (ou conjunto de sociedades), envolvendo suas múltiplas instâncias de manifestação da vida social, inclusive seu(s) modo(s) de produção "*Modo de produção*", por sua vez, é concebido como conceito mais *restrito*, atinente exclusivamente à forma particular de organização da economia (a estrutura produtiva *em si*), do que decorre, logicamente, que uma formação sócio-econômica pode conter *um* ou *vários* modos de produção no seu interior, com a predominância de algum sobre os demais. Em um outro texto de 1973 (anterior ao *L'Accumulation*), *O Desenvolvimento Desigual*, Samir Amin define as formações sociais como estruturas concretas, organizadas e caracterizadas por um modo de produção dominante em articulação com um conjunto complexo de outros modos de produção a ele submetidos (p. 14). Cf. S. Amin, *El Desarrollo Desigual: Ensayo sobre las Formaciones Sociales del Capitalismo Periferico*, trad. de Nuria Vidal, Editorial Fontanella, Barcelona, 1974.

de proletarização em massa dos produtores, como transformação da terra, do trabalho e dos instrumentos de trabalho em fatores de produção da mais-valia (capital), espalha-se progressivamente por toda a Terra, por iniciativa e controle dos países centrais (detentores do poder da inovação tecnológica). Estes levam o comércio à periferia e impõem-lhe, a partir de então, as modalidades de especialização determinadas pela nova divisão do trabalho (que se torna *internacional*) e todo tipo de dependência econômica e política, conforme as exigências inerentes a cada fase do processo mundial de acumulação do capital. Forma-se, assim, pouco a pouco, um sistema mundial estruturado assimetricamente (do ponto de vista das trocas comerciais e da especialização do capital produtivo), que comporta a reprodução circular, em escala ampliada, das desigualdades sociais e econômicas próprias do modo capitalista de produção, como uma espécie de máquina global de produção permanente de contrastes.

A diferença entre "centro" e "periferia" do capitalismo decorreria, portanto, do lugar historicamente ocupado por cada formação sócio-econômica nos vários contextos de evolução do sistema no seu conjunto, sendo que, no caso dos países avançados, o modo de produção capitalista apresentar-se-ia não meramente como um modo internamente *dominante* a essas formações, mas (dada a expansão de seu mercado interno) como modo *exclusivo* (quase "puro"). No que tange ao complexo das formações periféricas, contudo, seria este apenas o *dominante*, sem possibilidades tendenciais de tornar-se exclusivo (visto que, aqui, a expansão do capitalismo estaria baseada fundamentalmente na produção para o mercado externo). Isto explicaria, em última instância, por que o desenvolvimento dos países atrasados está, contínua e estruturalmente *bloqueado*, e por que o sistema capitalista como um todo, enquanto sistema mundial (combinado e

desigual) em contínua reprodução, é uma espécie de máquina permanente de "desenvolvimento do subdesenvolvimento".⁵³⁸

Todo o argumento de Samir Amin tem, por escopo, construir uma teoria geral do *capitalismo mundial* - uma teoria da acumulação *em escala mundial* -, em que o funcionamento do sistema se expressa pela existência de um mercado mundial e pela mobilidade inter/transnacional do capital - um plano de análise que, no julgamento do autor, permita ultrapassar as (assim consideradas) limitações históricas e teóricas dos esquemas de Marx, supostamente amarrados ao modelo concreto da Inglaterra do século XIX (*laissez-faire*).⁵³⁹ A fórmula de um "*sistema mundial*", composto por formações sócio-econômicas desiguais e

⁵³⁸ Dessa "máquina" decorreriam tres tipos de "distorção" no desenvolvimento do capitalismo periférico, este comparado ao capitalismo no centro: 1) uma crucial distorção em direção às atividades de exportação, que absorveriam a parte principal do capital chegado do centro; 2) uma distorção no crescimento das atividades do setor terciário (serviços), mesclado às formas estruturais originárias (pré-capitalistas) dessas formações; 3) uma distorção na escolha dos ramos industriais, favorecendo-se os ramos e as técnicas mais leves (sobretudo bens de consumo). Estas três distorções refletir-se-iam na forma desvantajada pela qual a periferia integrar-se-ia no mercado mundial, em condições competitivas sempre inferiores àquelas dos países mais adiantados, abrindo, além do mais, espaço ao predomínio da grande empresa estrangeira sobre aquela nacional, cada vez mais enfraquecida pela incapacidade de reinvestimentos à altura de suas concorrentes mais fortes. Cf. *ibid.*, pp. 162 - 170. Sobre o argumento mais geral aqui resumido, vd. cap. 1. "Unequal International Specialization and the International Flow of Capital", e cap. 2. "The Formations of Peripheral Capitalism".

⁵³⁹ Referência contida em *El Desarrollo Desigual*, op. cit., p. 149. Para Samir Amin, Marx não ofereceria instrumentos teóricos suficientes para uma tarefa de tal envergadura, incluída uma explicação científica para o fenômeno do subdesenvolvimento. Considera que o autor de *O Capital* ter-se-ia debruçado exclusivamente sobre as condições históricas inerentes à configuração do capitalismo no século XIX (historicamente ultrapassadas), mais exatamente sobre as manifestações próprias e típicas do caso inglês, traduzindo os resultados de suas investigações na construção de um modelo "simples" e "puro" do funcionamento do modo de produção capitalista, que não daria conta da realidade estrutural e dinâmica do sistema capitalista *mundial* como uma totalidade complexa de formações sócio-econômicas variadas e modos de produção interconectados desigualmente pelo capital dominante: "O Capital - diz Samir Amin - é a teoria não das formações sócio-econômicas em geral, mas do modo capitalista de produção. Marx não nos fornece uma teoria plenamente desenvolvida da acumulação em escala mundial. Esta teoria aparece apenas em conexão com a *acumulação originária*, considerada como a *pré-história* do modo de produção capitalista. Mas esta *pré-história* não está concluída: ela continua, através da extensão do capitalismo em escala mundial. Paralelo com o mecanismo de acumulação característico do modo de produção capitalista, a dita reprodução ampliada, um mecanismo de acumulação originária continua a operar e a ser característico das relações entre o centro e a periferia do sistema capitalista mundial. A teoria da acumulação em escala mundial está ainda para ser construída. Marx não estudou este problema". *Ibid.*, p. 38.

sobredeterminadas por um modo de produção dominante (mas não exclusivo) - o capitalista - passa a ser, então, o arcabouço teórico necessário que irá propiciar, segundo o autor, este salto analítico, deslocando a inteligência do processo para o novo patamar concreto de sua real efetivação: a acumulação do capital *em escala mundial* - incluídas todas as configurações de combinações complexas decorrentes deste fato.

A mundialização do capitalismo, porém, para Samir Amin, considerado o período que vai de 1945 a 1970 (objeto central de suas referências), nada mais é que uma nova e mais intensa fase de expansão *do imperialismo*, tal qual irá deixar claro em *Imperialismo e Desenvolvimento Desigual* (1976). Uma manutenção de perspectiva analítica que, não obstante todo o esforço de inovação pretendido com a afirmação do conceito de "sistema mundial", faz com que as novas formas avançadas de organização do capital surgidas pós-45 sejam consideradas, ainda (tal qual na ótica de Palloix), como a ponta do ariete da dominação *do(s) Estado(s)-nação* julgado(s) hegemônico(s) neste novo contexto. E ainda que o autor reconheça que algumas firmas multinacionais possam até estar em contradição com seu Estado de origem, "na medida em que os elementos da burguesia que as controla não são os mesmos que dominam, naquele momento, no aparelho de Estado (...), [ainda assim] *não se pode falar de um fato multinacional autônomo, independente dos Estados. O papel de uma firma multinacional é estreitamente determinado pela estratégia do centro imperialista do qual ela depende*" (grifo meu).⁵⁴⁰

⁵⁴⁰ S. Amin. *A Crise do Imperialismo*, trad. de Marcos Aarão Reis, Edições Graal, Rio de Janeiro, 1977, pp. 119 - 121. Curioso é que em *El Desarrollo Desigual* (op. cit.), Samir Amin reconhece, explicitamente, que "nossa época se caracteriza por uma contradição cada vez maior entre o caráter mundial das atividades das firmas mais decisivas na vida econômica (as sociedades transnacionais) e o caráter nacional das instituições (...) em cujo marco se determinam as políticas econômicas dos Estados" (grifo meu) - percepção esta que poderia ter aberto espaço para um questionamento do paradigma do imperialismo, mas que não avançou. Cf. op. cit., p. 119.

Embora em *A Crise do Imperialismo*, Samir Amim relacione (curiosamente) todos os ingredientes que caracterizam o que até aqui tem sido considerado como os fatores fundantes de uma nova ordem capitalista mundial, isto é, a *transnacionalidade* da inédita configuração do capital superacumulado (o fundamento do globalismo), a prisão ao *paradigma do imperialismo* impede que o autor derive, de suas observações, exatamente a conclusão mais refinada de uma teorização do capitalismo global: a de que é *o capital* (encarnado na grande empresa capitalista), e não os *Estados-nação*, o motor último de todo o processo constitutivo do sistema mundial (o mercado mundial e a especialização produtiva internacional) - aliás, o grande e genial *insight* de Marx *desde o século XIX* (a despeito da "crítica inovadora" samiraminiana). E mesmo quando Samir Amin admite que se tenha que falar, atualmente, em "esferas imperialistas" mais que em "estados nacionais" no sentido estrito tradicional, "como demonstram os esforços de definição de novas instituições a nível europeu",⁵⁴¹ ainda assim nada mais faz que revelar, também aqui, o mesmo contrabando teórico do qual está sendo permanentemente vitimado (conforme acima elucidado).⁵⁴²

Fazendo uma crítica do paradigma do Estado-nação como vetor básico de inteligibilidade da dinâmica do capitalismo, Claudia von Braunmuhl argüi que o problema maior da usual e corrente utilização do conceito de imperialismo reside no fato de não se considerar que, da perspectiva do mercado mundial, os Estados-nação são instâncias dialeticamente integrantes e decorrentes *do próprio processo de acumulação geral (mundial) do capital*,

⁵⁴¹ Ibid., p. 121.

⁵⁴² Em *Classe e Nação* (op. cit.) - texto síntese de suas principais teses -, Samir Amin chega até mesmo a admitir o fato de que "as multinacionais industriais e financeiras estão em condições de fazer circular seus capitais à escala mundial, *desprezando, se for necessário, as políticas do Estado*" (grifo meu), para concluir em seguida, contraditoriamente, que, não obstante, o enfrentamento fundamental ainda é entre os imperialismos estatais americano, japonês e alemão, já que "os Estados nacionais continuam sendo a única instância política suprema do sistema contemporâneo". Cf., op. cit., pp. 125 e 197 - 198.

determinadas em última análise (quanto à forma, função e atuação) pelas contradições globais do sistema como um todo - e não, basicamente, por processos "internos" ou por meros interesses endógenos dos vários "capitais nacionais". E que, mesmo as extremas disparidades óbvias evidenciadas nas relações interestatais entre áreas metropolitanas e regiões periféricas, carecem, enquanto objeto de análise, de uma abordagem teórico-metodológica adequada que conceba as formas de intervencionismo estatal como decorrência dessas determinações mais *globais* do processo de acumulação.

"Um sistema internacional - diz a autora - não é a soma de vários Estados, mas, ao contrário, o sistema internacional *constitui-se* (grifo meu) de vários Estados-nação. O mercado mundial não é constituído por várias economias nacionais concentradas conjuntamente, mas sim é organizado na forma de várias economias nacionais como seus componentes integrais".⁵⁴³ A reivindicação, assim, é pela *primazia metodológica da totalidade sobre as instâncias isoladas*, do que decorre que nenhuma "economia nacional", nenhuma forma ou ação estatal, pode ser compreendida ou explicada adequadamente (pelo menos no contexto do capitalismo) senão enquanto elemento integrante ("intra") de uma totalidade dinâmica sobredeterminante ("trans"), materializada (no caso) na figura do mercado mundial. Em conseqüência (e por outro lado), o próprio processo de internacionalização e de transnacionalização da acumulação do capital não pode ser entendido em todo o seu alcance se é pensado como se fosse um fator *externo*, atuando *sobre* os Estados-nação, "mas deve ser concebido como um *processo em efetivação dentro das economias nacionais, estas enquanto parte do mercado mundial*

⁵⁴³ C. von Braunmuhl, "On the Analysis of the Bourgeois Nation State within the World Market Context: An Attempt to Develop a Methodological and Theoretical Approach", in J. Holloway and S. Picciotto, *State and Capital: A Marxist Debate*. University of Texas Press, Austin, 1979. pp. 161 - 162.

(grifo meu) (...) O mercado mundial é o lugar 'no qual a produção é posta como uma totalidade envolvendo todos os seus momentos, mas dentro do qual, ao mesmo tempo, todas as contradições estão em jogo' (*Grundrisse*); isto é, ele se torna a esfera de um contexto *global* (grifo meu) de produção e troca, no qual o capital está [permanentemente] em processo contínuo de constituição, ele próprio, real e historicamente, enquanto capital *mundial*" (grifo meu).⁵⁴⁴

Visto por outra ótica, o movimento histórico de constituição do capital deveria, sempre, ser entendido como um processo contínuo e permanente de configuração elástica do próprio mercado mundial, de formatação de um sistema econômico e político mundial enquanto totalidade, razão porque Marx afirmava que "a tendência para criar o mercado mundial está dada diretamente [isto é, intrinsecamente] no próprio conceito de capital".⁵⁴⁵ Levada às últimas consequências, esta perspectiva acaba pondo também em discussão a própria formulação de Ernest Mandel de "concentração *inter-nacional*" da produção enquanto fator definidor do capitalismo tardio, na medida em que tal conceito ainda se situa (sutilmente) no interior do paradigma do Estado-nação ("inter").⁵⁴⁶ Nesse sentido, a observação de Immanuel Wallerstein sobre o caráter global do processo de constituição de uma *economia-mundial* (e que redundava, logicamente, naquele de *capital-mundial*) ganha aqui força teórico-heurística, pois, para este autor, nunca

⁵⁴⁴ Ibid. idem.

⁵⁴⁵ K. Marx, *Grundrisse*, vol. 1, op. cit., p. 360.

⁵⁴⁶ Além do mais, trata-se esta proposta de uma radical ruptura com aquele tradicional viés analítico que Barrie Axford chamou de "escola 'realista' da teoria das relações internacionais" (*the 'realist' school of international relations theory*), ortodoxamente ligada à idéia de que a política global decorre primordialmente de relações conflituosas *entre Estados-nação*, estes concebidos como *agentes independentes e autônomos* (relativamente a outras instâncias de poder) no cenário do mundo. Cf. B. Axford, *The Global System*, op. cit., p. 35.

houve propriamente uma "*inter*-nacionalização" do capitalismo, na medida em que nunca existiu capitalismo tão-somente "nacional". O que haveria de novidade (no contexto recente do desenvolvimento capitalista) "é simplesmente uma nova demanda política [novas formas de articulação] de certos setores [avançados] da classe capitalista [universalmente considerada], que sob todos os pontos, em tempo, viram maximizar seus lucros dentro do mercado econômico real, aquele da economia-mundial".⁵⁴⁷

Dentre as primeiras contribuições teóricas que rompem com o paradigma do imperialismo, encontra-se aquela de Charles-Albert Michalet, para quem a *empresa multinacional* passa a ser o verdadeiro emblema da nova natureza e dinamismo *trans*(e não mais *inter*)nacional do capital, ficando superada (ou subsumida) a figura do Estado-nação enquanto *artífice primordial da dinâmica mundial da acumulação capitalista*. Em seu *O Capitalismo Mundial* (1976), Michalet entende que, após a II Grande Guerra, o capitalismo avançou na consolidação de uma etapa superior de sua configuração e de seu dinamismo. É quando a produção em geral, deslocada para o interior desterritorializado das nações periféricas, graças à ação de capitais transnacionalizados, adquire um primado definitivo sobre a circulação internacional de mercadorias. Instaure-se, então, um novo patamar de reprodução do capital, que subverte a antiga ordem econômica internacional e a forma correspondente de dinâmica capitalista. Este novo patamar traduziria não apenas um princípio estrutural básico ou de ordenamento mais geral do capitalismo enquanto modo *mundial* de produção, como, simultaneamente, expressaria o ingresso do capital (das

⁵⁴⁷ I. Wallerstein, *The Capitalist World-Economy*, op. cit., p. 20.

unidades capitalistas concretamente consideradas) numa nova era (escala) de sua materialidade, agora efetivamente *global*.⁵⁴⁸

Nesta nova etapa, as empresas multinacionais (EM) - enquanto encarnações institucionais da nova lógica de funcionamento do capital transnacionalizado - constituir-se-iam na expressão material da nova base de existência e racionalidade da ação capitalista, como que engendrando um sistema historicamente inédito de interação global - entendido enquanto nova totalidade em via de formação. Nesse sistema, o ritmo e a natureza da produção e circulação de mercadorias *escapam inteiramente às determinações do espaço nacional tradicional* para se processarem no interior de um novo circuito homogêneo *trans-nacionalizado* (as EM ou empresas-rede), no âmbito do qual transitam bens, serviços, homens, conhecimentos e tecnologias.⁵⁴⁹

⁵⁴⁸ Na acepção de Robert Kurz, trata-se da *complementação* do processo de globalização da economia mundial de mercado que, em sua primeira fase (dos Grandes Descobrimentos à primeira metade do século XIX), expandiu-se apenas via *comércio* mundial, evoluindo então, entre a segunda metade do Oitocentos até a II Guerra (segunda fase), por meio da exportação *extensiva* do capital produtivo dos países centrais para o resto do mundo (forçando a expansão do modo de produção através da ampliação do mercado), e que, mais recentemente, desde o final da II Guerra (terceira fase), passou a conhecer a exportação *intensiva* de capital, ou seja, a divisão *transnacional* de processos de produção. Tal evento acabou ficando fora do controle dos sistemas nacionais, arrebentando, definitivamente, a cápsula das economias "internas". Cf. R. Kurz, "As Luzes do Mercado se Apagam: as falsas promessas do neoliberalismo ao término de um século em crise", in *Estudos Avançados*, vol. 7, n. 18, USP, São Paulo, 1993, pp. 14 - 15. Sobre o debilitamento dos sistemas econômicos nacionais face ao avanço da transnacionalização dos circuitos econômicos, vd., ainda, C. Furtado, "Globalização das Estruturas e Identidade Nacional", in *Política Externa*, vol. 1, n. 14, Ed. Paz e Terra/USP, São Paulo, 1993, pp. 3 - 10; J. Habermas, "O Estado-Nação Europeu frente aos desafios da Globalização", in *Novos Estudos CEBRAP*, n. 43, CEBRAP, São Paulo, 1995, pp. 87 - 101.

⁵⁴⁹ Para Arghiri Emmanuel, as multinacionais "eliminam as distorções causadas pela descontinuidade das fronteiras políticas. Elas tendem a conferir homogeneidade ao espaço econômico do mundo (como modelos neoclássicos de livre-comércio) (...) racionalizando o sistema e maximizando a produção (e o lucro). Fazem não mais que restaurar, tanto quanto elas podem, um estado ideal de negócios que foi perturbado pelo intervencionismo das burocracias nacionais. Elas ilustram (e isto é o mais importante) a original superioridade da empresa privada sobre a administração dos governos. O que é bom para a General Motors, é bom para os Estados Unidos e, *a fortiori*, para o Brasil". A. Emmanuel, "The Multinational Corporations and Inequality of Development", in *International Social Science Journal*, vol. XXVIII, n. 4, UNESCO, Presses Universitaires de France, Paris, 1976, pp. 754 - 755. Nos termos de W. Semmler, "unidades de capital de larga escala com vários processos de produção em várias indústrias e regiões à sua disposição". W. Semmler, "Theories of competition and monopoly", in *Capital & Class*, n. 18, London, Winter 1982, p. 109. De tudo isso segue - como bem nota Eric Hobsbawm - que "muito

Centralização da produção dos conhecimentos científicos e técnicos, circulação interna de tecnologia (via assistência técnica padronizada e deslocamento da pesquisa por "laboratórios-ateliers" locais) e difusão externa dos padrões tecnológicos gerados expressariam, por assim dizer, momentos/estratégias da nova dialética do capitalismo mundial, da "unidade-disparidade" de um novo estágio, onde a simultânea exploração/negação das diferenças de nível de desenvolvimento entre nações e regiões refletiriam "a passagem de um 'modelo' dominado pela realização da mais-valia através da circulação internacional das mercadorias e dos capitais, a um 'modelo' caracterizado pelo deslocamento do processo de extração da mais-valia".⁵⁵⁰ Agora, esse "modelo" acha-se transferido também para regiões menos desenvolvidas do planeta (espécie de nichos produtivos sob controle das matrizes) onde, em última instância, as taxas diferenciais de exploração da força-de-trabalho nesses "nichos" colocariam em vantagem competitiva os capitais que passam a adotar tal estratégia produtiva, comparativamente àqueles que permanecem limitados pela simples estratégia comercial.⁵⁵¹

Essa tendência do capitalismo vislumbrada por Michalet - seu, por assim dizer, "lugar teórico de ruptura" - apóia-se e inspira-se em diálogo e debate que estabelece não apenas com autores mais recentes da economia

do que as estatísticas (que são ainda coletadas de país a país) mostram como importações e exportações é, de fato, comércio *interno* à [própria] entidade transnacional, tal como a General Motors, que opera em quarenta países". E. Hobsbawm. *Age of Extermes*. op. cit., p. 279.

⁵⁵⁰ C. A. Michalet. *Le Capitalisme Mondiale*. Presses Universitaires de France - PUF, Paris, 1976. p. 224.

⁵⁵¹ Exatamente aqui é que se estabelece, para Samir Amim - como para Charles Bettelheim -, a passagem entre a fase do capitalismo em que a acumulação nos países centrais se dava pelo mecanismo da "troca desigual", para uma outra, de capital transnacionalizado, onde a desigualdade se estabelece, agora, a partir da desigualdade da taxa de exploração direta do trabalho, da desigualdade das quantidades de trabalho dispendidas em cada país ou região para se obter o mesmo produto. Cf. S. Amim, *Imperialismo e Desenvolvimento Desigual*, op. cit., pp. 122 - 126.

política contemporânea (como R. Vernon, S. Humer, além de C. Palloix, S. Amin e outros), mas sobretudo com as fontes clássicas do marxismo, basicamente Marx e, a partir dele, Rosa Luxemburgo e Lênin. Interessante é notar que Michalet parte de uma crítica aos limites de boa parte da análise marxista clássica (sobretudo aquela inspirada em Rosa Luxemburgo) - que trabalha preponderantemente com a noção de "Estado-nação" (a exemplo da teoria neo-clássica de Ricardo e Adam Smith) e que fica circunscrita ao campo da análise do comércio internacional (onde a circulação é privilegiada enquanto esfera onde se realiza o movimento do capital) -, para depois ir à fonte originária de toda a reflexão marxista, resgatando a contribuição direta de Marx (fundamento primordial de sua inspiração). Entende Michalet que, para Marx, o privilegiamento da esfera do comércio internacional traduz apenas o estágio concorrencial a que havia chegado o capitalismo em meados do séc. XIX - e não todas as suas potencialidades de desenvolvimento acumulativo -, fundamentando-se nesta tese para elaborar novos conceitos e noções, teórica e metodologicamente mais adaptados às exigências da também nova configuração do capitalismo mundial.

O percurso do raciocínio é bastante claro. Inicialmente, introduz a noção leninista de *imperialismo* como primeira ruptura importante com a teoria tradicional (economia política clássica), na medida em que, superando os limites da ótica da simples circulação de mercadorias, "estabelece as bases de uma nova concepção de economia internacional, a partir da extensão à escala mundial do MPC [modo capitalista de produção]".⁵⁵² A compreensão de Lênin sobre as conexões entre capitalismo monopolista e a exportação de capitais (e

⁵⁵² C. A. Michalet, *Le Capitalisme Mondiale*, op. cit., p. 64.

que já foi sucintamente comentado)⁵⁵³ permite-lhe, segundo Michalet, explicar o movimento de capitais produtivos *para o exterior*, inaugurando um novo ciclo de lucratividade, superior ao dos investimentos (produtivos) locais típicos da fase concorrencial. Mais do que uma nova etapa de expansão da mais-valia e do lucro, o imperialismo demarcaria igualmente, para Lênin, uma rearticulação e um deslocamento das relações e instâncias do poder a nível internacional, em que os conflitos entre os Estados subordinam-se àqueles entre os monopólios.

Segundo Michalet, é a partir desta formulação leninista que se torna possível fazer uma dupla constatação: "primeiro, a teoria tradicional da economia internacional é, uma vez mais, colocada sob fogo cerrado: os Estados-nação já não são mais os pólos (únicos) ao redor dos quais se organizam as redes comerciais em escala mundial. Em segundo lugar, como consequência dessa reviravolta, os 'grupos econômicos' - complexos industriais e bancários - substituem os Estados. São esses grupos que estruturam as relações internacionais. Eles constituem a base econômica sobre a qual se constrói o sistema da economia mundial capitalista."⁵⁵⁴ Entretanto - reconhece Michalet -, este avanço da teoria marxista legado por Lênin teria, por seu turno, também seus limites, visto que, embora esboce uma análise de mudança expressa na crescente importância do capital-financeiro face ao capital-mercadoria no estágio do monopólio (denotando, aqui, uma clara e direta influência de Hilferding), *epistemologicamente* circunscrever-se-ia, ainda, no

⁵⁵³ Vd. capítulo 4 deste estudo, pp. 153 - 157.

⁵⁵⁴ C. A. Michalet, *Le Capitalisme Mondiale*, op. cit., p. 69. Sobre o assunto, vd. também H. Radice, "The National Economy: a keynesian myth?", in *Capital & Class*, n. 22, London, Spring 1984, pp. 111 - 140; C. Pitelis, "Beyond the Nation State? The Transnational Firm and the Nation-State", in *Capital & Class*, n. 43, London, Spring 1991, pp. 131 - 152.

terreno da esfera da *circulação*, isto é, numa concepção de *externalidade* entre os capitais produtivos e os Estados-nação. Daí por que - para o autor -, ainda que Lênin evidencie uma nova forma de exploração/dominação trazida pela exportação de capitais produtivos do centro para a periferia (a essência do imperialismo), não consegue, contudo, romper de todo com a noção de "economia internacional",⁵⁵⁵ à qual o autor propõe substituir pela idéia de *sistema econômico mundial* (SEM): "(...) o SEM deveria englobar as instâncias não-econômicas e especificar o lugar e o papel das instâncias institucionais, sócio-culturais e políticas em vias de internacionalização. Enfim, a tarefa consistiria em elaborar as especificidades da existência do MPC *alargado à escala planetária* (grifo meu) (...) [orientação que deve ser] o pano de fundo de toda pesquisa que vise construir os instrumentos conceituais adequados à observação e compreensão da realidade imediata e de seus movimentos".⁵⁵⁶

É nessa linha de argumento que segue a contribuição mais recente de François Chesnais, formulada em *A Mundialização do Capital* (1994).⁵⁵⁷ Para este economista francês, a vinculação do termo "*mundialização*" ao conceito de capital significa não só ultrapassar a noção de que a economia mundial é simplesmente um *affaire* entre Estados-nação, como também entender a nova formatação do capital e sua capacidade autônoma de adotar (decidir), *por conta própria* (isto é, por sobre as antigas "soberanias

⁵⁵⁵ Da mesma forma que autores como C. Palloix, Samir Amin, M. Aglietta e tantos outros. Vd. em particular, a esse respeito, texto de M. Aglietta, "World Capitalism in the Eighties", in *New Left Review*, n. 136, London, Nov/Dec 1982, pp. 5 - 41.

⁵⁵⁶ C. A. Michalet, op. cit., pp. 94 - 95. Este argumento de Michalet, na minha maneira de entender, deságua na necessidade de uma teorização mais global do capitalismo, que ultrapasse sua dimensão especificamente mais "econômica", tomando-o como um *processo civilizatório* constitutivo de uma *sociedade global* (resgatando, assim, as implicações "superestruturais" do processo).

⁵⁵⁷ F. Chesnais, *A Mundialização do Capital*, edição brasileira, citada.

nacionais"), condutas globais: "o capital recuperou a possibilidade de voltar a escolher, em total liberdade, quais os países e camadas sociais que têm interesse para ele".⁵⁵⁸ Vive-se um mundo dominado por empresas "sem nacionalidade",⁵⁵⁹ onde o conceito de capital (em geral) deve ser repensado como *unidade diferenciada e hierarquizada* de capitais sob a hegemonia do *capital financeiro* - bancos e instituições financeiras (fundos mútuos e de pensão) -, que ora domina o movimento do capital em sua totalidade.

Para Chesnais, *é a esfera financeira que comanda* - aqui entendida como esfera *privada* que se impõe sobre Estados e nações. A mesma tese que já havia sido levantada por Hilferding desde o início deste século, para quem o capital financeiro passara a significar (anunciando o futuro do sistema) a inexorável unificação do capital industrial, comercial e bancário numa única figura de direção comum de alta finança, com os desdobramentos inerentes da eliminação progressiva (já então evidentes) da livre concorrência no mercado mundial, sua substituição pelas grandes uniões monopolistas e transformações nas relações entre a classe capitalista e o poder

⁵⁵⁸ Ibid., p. 18.

⁵⁵⁹ Na acepção de Chesnais - e com base nas teses de Michalet e Ohmae - tais empresas resultaram, historicamente, de um processo crescente de concentração/centralização, inicialmente no plano nacional das matrizes, ampliando-se, depois, a nível internacional, quando passaram a imperar estratégias de organização concebidas em escala mundial (*holdings* internacionais). Não obstante a nova natureza *multinacional* dessas organizações, tratam-se basicamente de grupos originários da Europa, Estados Unidos e Japão, que, uma vez internacionalizados (ou *transnacionalizados*), apoderaram-se do mercado mundial, transformando o planeta por inteiro num novo mundo "*triádico*". Em consequência, o globalismo, na raiz, não significaria outra coisa que a articulação de interesses entre esses grandes oligopólios, materializada em operações complexas e combinadas entre setores os mais diversos: empresas industriais, firmas de engenharia, bancos internacionais, organismos multilaterais de financiamento, etc. Cf. Ibid., pp. 23, 73 e 77. Esta visão "*triádica*" do novo mundo vem também afirmada por Peter Dicken, mas na perspectiva da emergência de novas formas de protecionismos de mercado, lideradas pela União Européia, pelos Estados Unidos através do NAFTA e pelo Japão, na região do leste asiático. Cf. P. Dicken, *Global Shift: The Internationalization and Restructuring of the Legal Field*, second edition, Paul Chapman, London, 1992.

de Estado.⁵⁶⁰ O capital, desde então, aparece como um poder *unitário*⁵⁶¹ que domina, soberano, todo o processo vital das várias esferas da sociedade (em todo o mundo); poder que nasce diretamente da propriedade agigantada (centralizada) dos meios de produção já em franco processo de inter(trans)nacionalização, e que passa a estar progressivamente concentrada nas mãos de umas poucas grandes associações de capitais, contraposta à enorme e crescente massa de despossuídos em todos os hemisférios. Outrossim - como também indicado por Hilferding, mas já pontuado por Marx como tendência posta desde o século XIX -, é ao longo desse processo secular que se vai estabelecendo um endividamento irreversível dos Estados nacionais em relação a esses fundos privados, a ponto de, na "plenitude dos tempos" (a partir da segunda metade do século XX), a esmagadora maioria dos países capitalistas chegar a "perder boa parte de sua capacidade de conduzir um desenvolvimento parcialmente autocontrolado e independente, [com o] desaparecimento de certa especificidade dos mercados nacionais e a destruição, para muitos, da possibilidade de levar adiante políticas próprias".⁵⁶² Desenha-se, então, um quadro completamente distinto daquele que predominava à época do imperialismo, no interior do qual (agora) o papel dos Estados-nação é deslocado de suas funções clássicas mais eminentes para posições um tanto quanto subalternas (ainda que "funcionalmente"

⁵⁶⁰ Cf. R. Hilferding, *El Capital Financiero*, op. cit., p. 337.

⁵⁶¹ Hilferding, numa alegoria à nova onipotência do poder "trinitário e uno" do grande capital monopolista, sugere que o capital industrial representaria o "Deus-Pai", que gera o capital comercial e bancário como "Deus-Filho", e o capital monetário como "Espírito Santo". Tres pessoas em um só Deus: o Capital. Cf. *ibid.*, p. 248.

⁵⁶² F. Chesnais, *A Mundialização do Capital*, op. cit., pp. 15 - 34.

importantes): de pontas-de-lança da dominação do capital (empresas privadas) em plano mundial, tornam-se (pela nova tática) a sua simples retaguarda.⁵⁶³

O império mundial das finanças, contudo, não deve iludir o fato de que a chave de toda a inteligibilidade do processo de globalização repousa no *grau de concentração e centralização* (agora *trans-nacional*) do capital, e não na sua *forma financeira* dominante (tomada em si mesma). A forma *financeira*, e mesmo seu domínio sobre o processo geral de acumulação do capital, Fernand Braudel e Giovanni Arrighi já demonstraram estar presente em todos os "ciclos sistêmicos" de expansão do capitalismo histórico, particularmente em seus momentos iniciais e finais de configuração.⁵⁶⁴ A Gênova do século XIII (por exemplo) já repousava sua força na concentração dos meios de pagamento que comandavam a expansão da infância do comércio internacional. A riqueza e o poder da oligarquia burguesa holandesa do século XVII se fundamentavam mais no controle das redes financeiras européias do que naquelas comerciais. Da mesma forma, a hegemonia britânica no século XIX esteve sempre apoiada na ampla utilização, pelos grupos dirigentes, do controle monopolista dos meios de pagamento universalmente aceitos no mercado internacional (o ouro como moeda mundial).⁵⁶⁵ A forma financeira é apenas uma das formas históricas possíveis de existência do capital, cujo aspecto essencial reside não em sua aparência concreta (sua *coisidade*), mas em sua *flexibilidade ilimitada* de metamorfose e adaptação, em função das conjunturas e oportunidades de melhor investimento lucrativo. Como argüi Giovanni Arrighi (com citações de Braudel):

⁵⁶³ Como os políticos, de estadistas, viram burocratas - quando não, *office-boys de luxo* do capital global.

⁵⁶⁴ Vd. F. Braudel, *Civilização Material, Economia e Capitalismo - Séculos XV - XVIII* (3 vols.), op. cit.; G. Arrighi, *O Longo Século XX*, op. cit..

⁵⁶⁵ Cf. G. Arrighi, op. cit., pp. 45, 58 e 74.

"Em certos períodos, inclusive períodos longos, o capitalismo pareceu 'especializar-se', como no século XIX, quando se 'deslocou tão espetacularmente para o mundo da indústria'. Essa especialização levou 'os historiadores em geral (...) a encararem a indústria como o desabrochamento final, que teria dado ao capitalismo sua 'verdadeira' identidade". Mas essa é uma visão de curto prazo: [após] a explosão inicial da mecanização, o tipo mais avançado de capitalismo retornou ao ecletismo - a uma indivisibilidade de interesses, por assim dizer -, como se a típica vantagem de estar no alto do comando da economia, tanto hoje quanto na época de Jacques Coeur (o magnata do século XIV), consistisse precisamente em *não* ter que estar restrito a uma única opção, em ser eminentemente adaptável e, por conseguinte, não especializado".⁵⁶⁶

O mais interessante é que, para Giovanni Arrighi, tudo isso pode ser lido como uma reafirmação da fórmula geral de Karl Marx para o capital: D-M-D'. "O capital-dinheiro (D) significa liquidez, flexibilidade e liberdade de escolha. O capital-mercadoria (M) é o capital investido numa dada combinação de insumo-produto, visando ao lucro; portanto, significa concretude, rigidez e um estreitamento ou fechamento das opções. D' representa a *ampliação* da liquidez, da flexibilidade e da liberdade de escolha. Assim entendida, a fórmula de Marx nos ensina que não é como um fim em si que os agentes capitalistas investem dinheiro em combinações específicas de insumo-produto, com perda concomitante da flexibilidade e da liberdade de escolha. Ao contrário, eles o fazem como um *meio* para chegar à finalidade de assegurar uma flexibilidade e liberdade de escolha ainda maiores num momento futuro. A fórmula também nos diz que, quando os agentes capitalistas não têm expectativa de aumentar sua própria

⁵⁶⁶ Ibid., pp. 4 - 5.

liberdade de escolha, ou quando essa expectativa é sistematicamente frustrada, o capital *tende* a retornar a formas mais flexíveis de investimento - acima de tudo, à sua forma monetária (...) Portanto, a fórmula geral do capital apresentada por Marx (DMD') pode ser interpretada como retratando não apenas a lógica dos investimentos capitalistas individuais, mas também um padrão reiterado do capitalismo histórico *como sistema mundial* (grifo meu)".⁵⁶⁷

Por ser, na sua essência, uma *relação social* e não uma *coisa* - como alertava Marx -, é que o capital não é essencialmente forma, mas *movimento* (de acumulação). Ou melhor dito: *só é forma enquanto é movimento*. Logo, não é acentuando-se a forma *financeira* do capital (ainda que reveladora e conjunturalmente dominante) que se mata a charada do *novo surto de mundialização* (a globalização), mas concentrando-se na *escala em que se processa o seu movimento de acumulação* (seu nível de concentração/centralização). Neste sentido, John Holloway ajuda a equacionar a questão com a sua fórmula: "o capital se move".⁵⁶⁸ Move-se de sua forma *mercantil* para aquela *industrial*, desta para a *financeira* e vice-versa. Move-se de "pátria", passando de capital "americano" para capital "mexicano" ou "chinês"; ou mesmo avança assumindo a condição de capital *multinacional*, "despatriando-se" de qualquer matriz pretérita. Move-se também de lugar: "a Volkswagen tem uma fábrica de automóveis em Puebla, mas nós sabemos que ela pode fechar sua fábrica ali e mover seu capital para qualquer lugar [do mundo]".⁵⁶⁹ Mobilidade

⁵⁶⁷ Ibid., pp. 5 - 6.

⁵⁶⁸ J. Holloway, "Capital Moves", in *Capital & Class*, n. 57, op. cit., pp. 137 - 144.

⁵⁶⁹ Ibid., p. 137. Sobre essa desenvolvida capacidade de flexibilidade e de movimento do capital. vd. também I. Wallace, *The Global Economic System*, Unwin Hyman, London, 1990, particularmente cap. 7 (Transnational corporations in a world of sovereign states), item sobre "Flexibility of capital movements", pp. 147 - 149.

essa toda que revela o caráter cada vez mais *autônomo* que o capital vai assumindo à medida que se acumula, adquirindo, assim, aquele grau de poder (concentrado/centralizado) que Marx concretamente já havia anunciado (desde o século XIX) como tendência, sob a fórmula de um "*poder independente*".⁵⁷⁰

Historicamente falando, o fato é que, "no princípio, as redes de acumulação do capital estavam inteiramente inseridas em redes de poder (estatal) e lhes eram subordinadas. Nessas condições, para terem sucesso na busca do lucro, era necessário que as organizações empresariais fossem Estados poderosos (...) Entretanto, à medida que as redes de acumulação se expandiram de modo a abranger todo o globo, elas se tornaram cada vez mais autônomas e dominantes em relações às redes [estatais] de poder (...) A transformação da economia capitalista mundial - passando de um sistema em que as redes de acumulação estavam inteiramente inseridas nas redes de poder e subordinadas a elas para um sistema (inverso) em que as redes de poder estão inteiramente inseridas nas redes de acumulação e subordinadas a estas -, essa transformação avançou por uma série de ciclos sistêmicos de acumulação, cada um consistindo numa fase de expansão material (DM) seguida por uma fase de expansão financeira (MD)".⁵⁷¹ Com isso, deslocam-se, progressivamente, os "continentes de poder"⁵⁷² do espaço dos Estados-nação para os "territórios" transnacionalizados das grandes firmas, que Fredric Jameson cunhou de "hiperespaço pós-moderno"⁵⁷³ - fenômeno resultante da "multinacionalização" das relações internacionais *dentro das próprias formas*

⁵⁷⁰ Vd. capítulo anterior, p. 218.

⁵⁷¹ G. Arrighi, *O Longo Século XX*, op. cit., pp. 87 - 88.

⁵⁷² A. Giddens, *The Nation-State and Violence*, California University Press, Berkeley, 1987.

⁵⁷³ F. Jameson, *Postmodernism or the Cultural Logic of Late Capitalism*, second printing, Verso, London, 1993.

institucionais do capitalismo global. Desloca-se, ademais, a *política*, com toda a sua arquitetura convencional de organização do poder e da soberania, a qual "não pode mais, doravante, ser pensada à partir da esfera nacional, [pois] o mundial se torna primordial e cessa de ser um além-da-nação (...) O Estado deixa de ser uma soberania que joga seu destino por meio de intervenções sobre uma conjuntura mundial que lhe seria relativamente exterior, [à medida que] o planetário deixa de ser internacional e exterior (...) A política nacional não passa mais que de um modo de inserção neste espaço".⁵⁷⁴ Como consequência, define-se o moderno sistema de nações territoriais enquanto *sede primária* do poder mundial e, em seu lugar, emerge uma inédita e poderosa *rede desterritorializada de acumulação do capital*, configurada em plano *transnacional*.⁵⁷⁵

É essa (diria eu) *territorialidade flexível das necessidades da acumulação*, traduzida no movimento global e contínuo de encaixe/desencaixe do

⁵⁷⁴ J. Robelin, "Les nouvelles figures mondiales de la politique", in J. Bidet et J. Texier (Orgs.), *Le Nouveau Système du Monde*, Actuel Marx - Confrontation, Presses Universitaires de France, Paris, 1994, pp. 231 - 232.

⁵⁷⁵ Vd. G. Arrighi, *O Longo Século XX*, op. cit., pp. 81 e 84. A esse respeito, Michel Beaud argüi que é a própria lógica da reprodução ampliada do capital que o torna autônomo em relação à lógica de reprodução das formações sociais concretas, ultrapassando as fronteiras dos Estados-nação. Se, de uma certa maneira, o Estado-nação cumpriu uma função-chave de ordenação do mundo, sobretudo nos últimos quatro séculos, hoje, definitivamente, a mundialização econômica e financeira tanto limitou as capacidades estratégicas nacionais, como enfraqueceu os Estados em suas funções tradicionais. Roger Martelli chega até mesmo a admitir que a nação está em vias de "ultrapassamento" (*dépassement*) por outros espaços mais alargados de sociabilidade, não passando, aquela, de uma "simples etapa da história humana, após outras, [e] antes de outras" - ou seja, um fenômeno *datado*. Vd., respectivamente, M. Beaud, "À partir de l'économie mondiale: esquisse d'une analyse du système-monde", pp. 79 - 83, e R. Martelli, "Monde, Europe, Nation: l'individu dans ces maisons communes", p. 218, in J. Bidet et J. Texier (Orgs.), *Le Nouveau Système du Monde*, op. cit.. Esta questão, aliás, é aquela que também está no centro das preocupações de Jürgen Habermas, quando este se refere ao desafio da construção de uma (nova) *identidade racional* para sociedades complexas, como é o caso da sociedade mundial em configuração. Dilema que se reflete na constatação de que "o espaço em que se exercia a soberania dos Estados singulares foi reduzido, ou - quase se poderia dizer - foi comprimido (...) pela organização supranacional do poder exercido pelo capital (...) [a ponto de somente 17 Estados terem um orçamento superior ao orçamento anual da General Motors]". Cf. J. Habermas, *Para a Reconstrução do Materialismo Histórico*, 2a. edição, trad. de Carlos Nelson Coutinho, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1990, II parte, p. 93.

grande capital, o fator que explica toda essa centralidade do capital *financeiro* (esse formato mais *flexível* de existência do capital) no contexto da era do globalismo - a favor do que conspiram, cada vez mais, os recursos da ciência e da técnica, formatados pela razão instrumental visceralmente cúmplice de toda essa "virtualidade fluida". À contingência absoluta do espaço (físico) - em termos da lógica da acumulação -, corresponde a existência "desencaixada" do capital como *dinheiro*, com sua inerente capacidade global de metaforose e de movimento - fato que, no limite, é a tradução mais fina para a máxima de Marx de que, na modernidade, "tudo que é sólido desmancha no ar".⁵⁷⁶

A globalização, em todo seu estado avançado de fluidez, descortina, então, a natureza (imane) de todo o processo que, ao longo de 500 anos, sob o rótulo de "modernidade", veio formatando a sociedade humana:

"A natureza global das relações sociais capitalistas é não simplesmente o resultado da recente "internacionalização" ou "globalização" do capital, ambos conceitos que implicam uma mudança histórica e lógica em relação à anterioridade da sociedade nacional. Mais propriamente, ela é inerente à [própria] natureza da relação capitalista de exploração enquanto relação [em si], entre trabalhador livre e capitalista livre, mediada através do dinheiro, uma relação liberta de todo condicionamento espacial. A natureza *global* e *a-espacial* (grifo meu) das relações sociais capitalistas tem sido uma característica primordial do desenvolvimento do capitalismo desde seu nascimento sangrento, [fundado] em conquistas e piratarias".⁵⁷⁷

⁵⁷⁶ Vd. K. Marx e F. Engels, *Le Manifeste Communiste*, op. cit., Marshall Berman, numa outra expressiva imagem a respeito deste sentido marxiano de modernidade, fala de uma "construção móvel que se agita e muda de forma sob os pés dos atores". Cf. M. Berman, *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar: A Aventura da Modernidade*, 11a. reimpressão, trad. de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti, Companhia das Letras, São Paulo, 1994, p. 90.

⁵⁷⁷ J. Holloway, "Global Capital and the National State", in *Capital & Class*, n. 52, London, Spring 1994.

A era do globalismo, mais que propriamente a era do capital financeiro, é a era dos *oligopólios transnacionais*, da aceleração *transfronteiras* do processo de concentração/centralização do capital, possibilitada: 1) pela globalização das instituições bancárias e financeiras (que têm por meta facilitar as fusões e aquisições internacionais); 2) pelo emprego de novas tecnologias (sobretudo as informacionais, aplicadas à produção industrial e às atividades de gestão e finanças) que funcionam como condição permissiva e como fator de intensificação das operações globais; 3) pela utilização de tecnologias avançadas de comunicação, que passam a duplicar a capacidade intrínseca do capital produtivo de comprometer-se, de locomover-se, de investir e desinvestir - sua propensão à rápida mobilidade, conforme interesses conjunturais.⁵⁷⁸

O *substrato* do globalismo é a *transnacionalização do capital*, o alto grau de concentração/centralização por este alcançado (efetivamente *mundial*) e sua decorrente capacidade de soberania planetária, cada vez mais descolada dos limites e imperativos tradicionais condicionados pelas instâncias dos poderes estatais nacionais. Note-se, contudo, que não se trata de imaginar, aqui, que nesta nova etapa do capitalismo, a figura do Estado-nação fique anulada *in totum*. Se bem que as organizações econômicas (e políticas) transnacionais representem, certamente, novas configurações das relações sociais de produção (e de poder) materializadas em escala global, elas ainda retém, indiscutivelmente, um forte componente "nacional", determinado por vínculos históricos anteriores

⁵⁷⁸ F. Chesnais, op. cit., pp. 26 - 28 e 34.

(tradições, língua, símbolos, etc.) que sobrevivem no novo contexto.⁵⁷⁹ O Estado-nação, não obstante, vai reequacionado numa nova ordem de hierarquização societária (quando não, transformado em "província da sociedade global"),⁵⁸⁰ mediante: a) uma maior integração deste nos circuitos do capital com dimensões globais; b) uma ampliação das responsabilidades do Estado como um instrumento de regulação dos interesses do capital financeiro transnacional; c) uma redefinição dos princípios de operação do sistema estatal para além de sua tradicional focalização nacional; d) uma reorganização das estruturas sociais, consistente com a internacionalização de segmentos da economia doméstica.⁵⁸¹ Ou seja, no contexto da planetarização político-estratégica efetivada sob hegemonia das organizações transnacionais, os Estados nacionais - como designa René Dreifuss - são transformados em meros "pivôs político-estratégicos", espécie de *links* locais que articulam a rede de interesses da "nova oligarquia (poliárquica) planetária", *refuncionalizados* para cumprir, primordialmente, a tarefa de garantir a estabilidade e previsibilidade político-institucional, econômica e societária - as

⁵⁷⁹ Barrie Axford sugere cautela sobre inferências que apontam a diluição do papel do Estado-nação por forças regionalizantes e/ou globalizantes, visto que, no mínimo, parte da equação do processo em andamento envolveria comunidades e produtos culturais ainda formatados na circunscrição de fronteiras nacionais. Cf. B. Axford. *The Global System*, op. cit., p. 149. Teses sobre a continuidade da importância e centralidade dos Estados-nação no contexto da nova ordem mundial podem ser mais nitidamente verificadas em trabalhos como os de Michael Porter e Robert Reich, respectivamente *The Competitive Advantage of Nations*, Macmillan, London, 1990 e *The Work of Nations*, Vintage, New York, 1992. Também autores como Agnes Heller e Ferenc Feher ressaltam que o Estado-nação ainda ocuparia um lugar privilegiado nas dimensões institucionais da pós-modernidade, conuamente pensada como um "sistema de Estados"; ou seja: o mundo (pós)moderno seria ainda um mundo *de* Estados. Cf. A. Heller e F. Feher. *The Postmodern Political Condition*, Columbia University Press, New York, 1988.

⁵⁸⁰ Vd. O. Ianni, "Nação: província da sociedade global?", in M. Santos et alii (orgs.), *Território: Globalização e Fragmentação*, op. cit., pp. 77 - 84.

⁵⁸¹ S. Pooley, "The State Rules, OK? The Continuing Political Economy of Nation-States" e P. McMichael and D. Myhre, "Global Regulation vs. the Nation-State: Agro-Food Systems and the New Politics of Capital", in *Capital & Class*, n. 43, London, Spring 1991, pp. 65 - 82 e 83 - 106, respectivamente. Sobre o assunto, vd. ainda, R. Miliband and L. Panitch, "Globalization - To What End?", parts I and II, in *Monthly Review*, vol. 43, n. 9 e 10, London, Feb/Mar 1992.

"condições ambientais de sucesso"- para a atuação multinacional de tecnologia avançada e para o capital de risco (investimentos de grande monta).⁵⁸²

Na nova ordem mundial, "e contrariamente às interpretações convencionais, [os] fatores mais dinâmicos não são os governos ou representações parlamentares dos países que procuram constituir mercados comuns ou integrados. Os agentes mais atuantes e poderosos (...) são as corporações e conglomerados transnacionais (...) São organizações construídas segundo padrões variados de integração horizontal, vertical ou de conglomeração, com capacidades potencializadas para tirar vantagens dos sistemas de propriedade, de técnicas de administração, de escalas de produção e das estratégias de internalização e/ou terceirização bem planejadas e executadas. Com uma cultura organizacional inédita e superior a todas as formas de produção históricas e contemporâneas, as corporações transnacionais dispõem de poderosos recursos financeiros e humanos, têm acesso à tecnologia de ponta e conseguem operar em escalas e âmbitos transfronteiras, baseadas e apoiadas em sistemas de comunicação e computação instantâneas".⁵⁸³ São elas que tecem as redes (*réseaux*) e soldam os nós (que é o manejo da simultaneidade) das novas modalidades de articulação entre espaços (produtivos, mercadológicos) mundialmente disseminados, mas sincronicamente inseridos e atados a uma mesma lógica de reprodução ampliada do valor. "Daí a possibilidade de observar que as burguesias de vários países e continentes [se é que se pode falar, a este nível, em burguesias "nacionais"] podem conviver

⁵⁸² Cf. R. A. Dreifuss, *A Época das Perplexidades*. op. cit., pp. 85, 172, 244 e 324-325.

⁵⁸³ H. Rattner, "Globalização e projeto nacional", in M. Santos et alii (orgs.). *Território: Globalização e Fragmentação*, op. cit., p. 103.

socialmente e produzir reticularmente, porque usam os mesmos protocolos sociais e econômicos (e uma mesma linguagem)".⁵⁸⁴

Além do mais, o globalismo é um estágio mais avançado da concentração e centralização do capital que não elimina, mas aprofunda as desigualdades entre países e regiões, estampando, a cores ainda mais vivas (cores *cruas*), o movimento universal de subsunção do trabalho à lógica da mais-valia - só que, agora, segundo critérios mais *trans*-nacionalizados de ordenação das relações de produção.⁵⁸⁵ Reciclam-se, ademais, as relações políticas internacionais, tornadas relações *internas* ou *variáveis dependentes* do jogo de interesses dos vários segmentos do grande capital global.⁵⁸⁶ Em última instância, não é a China ou a Argentina, a Coreia ou o Brasil, que (enquanto *nações*) importam, mas as vantagens que, comparativamente (no quadro do mercado mundial), possam oferecer de bons investimentos: baixos salários, infra-estrutura, terra e matérias-primas abundantes e baratas, legislação flexível, situação política

⁵⁸⁴ D. H. Nicolas, "Tempo, espaço e apropriação social do território: rumo à fragmentação na mundialização?", in *ibid.*, p. 96. Sobre as novas "poliarquias" transnacionais - expressão do próprio autor -, com suas estratégias de organização e de atuação a nível global, vd. o excelente estudo de René Dreifuss, *A Época das Perplexidades*, já citado. Trata-se, dentre outros méritos, de um minucioso trabalho de levantamento historiográfico e de mapeamento político dos vários grupos, organizações e fóruns supranacionais, hoje configurados como verdadeiros megassistemas de poder (espécie de *core power* global), os quais, personalizados em *elites orgânicas* corporativas (empresários, políticos, cientistas, gerentes) de visão e atuação *transnacional e transestatal*, articulam, comandam e controlam todo o processo de globalização em curso, em suas várias esferas de manifestação.

⁵⁸⁵ "Se o crescimento da economia mundial, nos anos 60 e 70 - diz Henrique Rattner -, levou à aceleração do desenvolvimento desigual, concentrando renda e capacidade produtiva entre alguns países Newly Industrialized Countries (NICs) do Terceiro Mundo e, sobretudo, entre os países centrais e periféricos, a globalização, a partir dos anos 80, reforça a tendência à polarização e exclusão, com o consequente agravamento dos conflitos regionais, e a desestabilização dos regimes políticos frágeis nos países pobres". H. Rattner, "Globalização e projeto nacional", in M. Santos et alii (orgs.), *Território: Globalização e Fragmentação*, *op. cit.*, p. 104.

⁵⁸⁶ A esse respeito, vd. W. Andreff, "The International centralization of capital and the reordering of World Capitalism", in *Capital & Class*, n. 22, London, Spring 1984, pp. 58 - 80; C. Bina e B. Yaghmaian, "Post-War Global Accumulation and the Transnationalization of Capital", in *ibid.*, n. 43, London, Spring 1991, pp. 107 - 130.

e ordem institucional estável, etc. Reparte-se o mundo não mais, *tordesilhadamente*, em duas partes iguais, ou em segmentos *imperialisticamente* exclusivos; mas por *nichos de interesse transversalmente selecionados*. Numa mesma região ou país subdesenvolvido podem, então, emergir, como ilhas de riqueza, áreas de grande desenvolvimento econômico cercadas de pobreza e miséria por todos os lados. Em contrapartida, como a exclusão social (dado o desemprego estrutural) passa também a penetrar, cada vez mais, os poros das metrópoles mais desenvolvidas, e a pobreza volta a aparecer (como em séculos anteriores) nas ruas e esquinas de Londres, Paris e Nova York, decorre de todas essas transformações que (sem que se elimine as heranças do colonialismo e do imperialismo) as noções de Primeiro e Terceiro Mundos (o Segundo já implodiu) assumam - se aqui bem entendido o recorte e a matização da análise - conotação cada vez mais *desterritorializada*.⁵⁸⁷

Da mesma forma, não caduca, por inteiro, o conceito de imperialismo. O que sucede, agora, é que, "na medida em que se desenvolvem as forças produtivas e as relações de produção, acelerando a concentração e a centralização do capital em escala mundial, logo se forma uma configuração mais abrangente [mediante o que] empresas, corporações e conglomerados transnacionais extrapolam as fronteiras preestabelecidas e movimentam-se pelos continentes, ilhas e arquipélagos".⁵⁸⁸ Disto resulta - como sublinha Octavio Ianni

⁵⁸⁷ A propósito, reconhecem Jacques Bidet e Jacques Texier que, ao mesmo tempo em que se remodela a geografia do poder mundial do capital, "interioriza-se a relação centro-periferia. Toda esta alienação específica que caracteriza as nações dominadas, esta privação de bem-estar, de liberdade, de democracia, de seguridade, outrora apanágio das margens distantes, realiza-se, hoje, no coração do próprio sistema, sob a forma de exclusão social daqueles a quem as forças cegas do mercado arrancam à seu lugar de origem atraindo aos centros mais avançados". J. Bidet et Jacques Texier (Orgs.), *Le Nouveau Système du Monde*, op. cit., Introduction, pp. 8 - 9. Vd também sobre o tema, F. F. Piven, "Is It Global Economics or Neo Laissez-Faire?", in *New Left Review*, n. 213, London Sep/Oct 1995, pp. 107 - 114; H. Rattner, "Globalização e projeto nacional", in M. Santos et alii (orgs.), *Território: Globalização e Fragmentação*, op. cit., p. 106.

⁵⁸⁸ O. Ianni, *A Era do Globalismo*, op. cit., p. 250.

- que a reprodução ampliada do capital adquiere novos dinamismos no âmbito do capitalismo global (distintos da fase imperialista),⁵⁸⁹ sugerindo novos parâmetros teóricos de inteligibilidade. É nesse sentido que "o globalismo subsume histórica e teoricamente o imperialismo, [à medida que] se trata de duas configurações históricas e teóricas distintas (...) duas totalidades diferentes, sendo que uma é mais abrangente que a outra. [ou seja] o globalismo pode conter vários imperialismos, assim como diferentes regionalismos, muitos nacionalismos e uma infinidade de localismos".⁵⁹⁰ Nessa perspectiva, são então atualizados e melhor visualizados conceitos, tais como: "sistema-mundial", "capitalismo mundial", "economia-mundo", "economia global"; bem como conclamada uma *reatualização* do alcance e enquadramento teórico-heurístico de categorias como: concentração, centralização, concorrência, capital (em geral), mercado (mundial), relações internacionais ... e assim por diante.

Alguns autores marxistas, mesmo reconhecendo esta nova fase de conformação do capitalismo mundial, com suas especificidades inerentes, continuam preferindo conservar, contudo, o paradigma do imperialismo como referencial de análise, a despeito das mudanças registradas. A finalidade, no fundo, é a de *segurar* (mantendo em destaque) o que julgam ser um ângulo essencial da leitura do processo em cena: o que aponta para uma continuidade dos mecanismos de dominação capitalista em escala mundial (ainda que sob novas combinações) e para o aprofundamento das desigualdades sociais em escala

⁵⁸⁹ Ibid., p. 251.

⁵⁹⁰ O. Ianni, "Globalização e Imperialismo", in *Crítica Marxista*, n. 3, op. cit., p. 130. Seguem nesta linha, as intervenções de Rosa Maria Marques, "Globalização e Estados Nacionais"; Jorge Miglioli, "Globalização: Uma Nova Fase do Capitalismo?"; Paulo Vizentini, "Imperialismo e Globalização"; e Marcos Del Roio, "Globalização e Imperialismo: A Globalização é uma Nova Fase do Capital em Processo". Vd. *Crítica Marxista*, n. 3, citada.

planetária (que se acirram). É como se o conceito de *globalismo* (apropriado pelas mais diversas literaturas e matizes) estivesse diluindo (pelas várias conotações *neoliberais* de seu emprego) a dimensão *de classe* presente na raiz do fenômeno da mundialização (isto é, o papel da acumulação do capital como *móvil* fundamental do processo); ou estivesse ele, o conceito, "naturalmente" comprometido com o paradigma do neoliberalismo. Em vista disso, propõem o conceito de *neoimperialismo*, esquecendo-se que, historicamente, também o conceito de *imperialismo*, apropriado por Lênin, originou-se das "hostes" liberais-burguesas.

É o que reivindica, por exemplo, Michel Husson, para quem, não obstante, a configuração da nova ordem econômica global, de reconhecida interpenetração de capitais de diferentes nacionalidades, operacionaliza-se como produto das estratégias *privadas* dos grandes oligopólios mundiais e *para-além do controle dos Estados nacionais individualmente considerados*.⁵⁹¹ Michael Löwy, à sua vez, propõe um "alargamento" da noção de imperialismo, "que não pode mais se limitar às relações entre nações, fazendo-se abstração das classes sociais".⁵⁹² Considera que esta nova fase de desenvolvimento da acumulação capitalista, de abertura comercial, de privatizações, de desregulamentação, resumidas na chamada "onda de neoliberalismo", expressaria a nova geopolítica do grande capital produtivo-financeiro mundializado, centrada na remoção dos obstáculos locais (nacionais) à livre circulação do capital-dinheiro (política de câmbio global) e à mobilidade do capital produtivo, e cujas relações de poder estariam deslocando, progressivamente, as instâncias primordiais de mando do

⁵⁹¹ M. Husson, "Les Trois Dimensions du Néo-impérialisme", *L'Impérialisme aujourd'hui*, in *Actuel Marx*, n. 18, Presses Universitaires de France, Paris, 1995.

⁵⁹² M. Löwy, "Impérialisme: Présentation II", *L'Impérialisme aujourd'hui*, in *ibid.*, p. 20.

patamar dos Estados-nação (como ocorrera na fase clássica do imperialismo) para níveis *supra*-nacionalizados de institucionalidade. Agências como o FMI, o BIRD, a OMC e outras tantas estruturas de gestão situadas no mesmo plano de articulação (inclusive as inter-estatais, como o Grupo dos 7), passam a representar os *loci* referenciais de coordenação do sistema global, preenchendo as funções tradicionais que, até passado recente, cabiam diretamente aos Estados-nação.⁵⁹³

Curioso, porém, é que depois da elaboração de todo este insuspeito diagnóstico da globalização do capital, de sua inquestionável *trans*-nacionalização, o conceito de *neoimperialismo* venha instrumentalizado, exatamente, para reafirmar a centralidade última (ou primordial) do papel tradicionalmente cumprido pelo *Estado-nação* neste novo contexto - ainda que concebido como um *sistema de Estados* - e para frisar a continuidade e aprofundamento do abismo que separa países ricos do Norte e pobres do Sul,⁵⁹⁴ recolocando na ordem do dia idêntico viés de abordagem consagrado pelo paradigma clássico do imperialismo: a noção de *inter*-nacionalidade sistêmica, com forte dosagem de *estadocentrismo*. Com isso, e por efeito da acentuação equivocada, dilui-se (como que num contrabando indesejado) a particularidade mais saliente e qualitativamente mais relevante da configuração da nova etapa histórica do capitalismo avançado (e por todos reconhecida!): a *extra-territorialidade dos capitais* e sua *autonomização crescente face aos Estados-nação*.

A falha na perspectiva da arquitetura de análise conduz à inadequação na engenharia da construção do conceito. Aquilo que, então, deveria ser uma alavanca à inteligibilidade do real, transforma-se em uma sutil armadilha.

⁵⁹³ M. Husson, *op. cit.*

⁵⁹⁴ M. Löwy, *op. cit.*, p. 20.

Exatamente porque o conceito de imperialismo (tal qual foi consagrado) remete, enquanto categoria, à noção de unidade orgânica entre Estado e capitais (e Estado em sua conformação *nacional*),⁵⁹⁵ a sua manutenção (mesmo que precedida da partícula "*neo*") amarra, de saída (e vicia), qualquer pretensão de deslocamento heurístico do feixe de significação pretendido. Ao contrário, e considerando-se que, no contexto da nova ordem de coisas, o Estado-nação passa a ficar *subsumido* aos ditames do capital *transnacional* - a ponto de, hoje em dia, uma importante proporção das trocas "exteriores" de um dado país já não passar, na realidade, que de trocas *internas* às grandes firmas -, a visualização do papel central cumprido *diretamente pelo capital* (*autonomizado* ou "*independente*", nos termos de Marx) no processo de unificação do mundo ganha, hoje, muito mais densidade e precisão se associada ao conceito de *globalismo* (que remete ao de capital *global, mundial, supranacional*), que por meio do emprego daquele de *neoimperialismo* (de alguma forma ainda preso ao *estadocentrismo* clássico).⁵⁹⁶

O que importa, aqui, é reequacionar a noção/conceito de "*globalismo*", hoje basicamente associada(o) à sua versão *neoliberal*, e cujo significado vai costurado pela doutrina econômica que tem sua espinha dorsal ancorada na tese central de que o mercado é a forma mais eficiente e racional de alocar e gestar recursos, e que, portanto, qualquer intervencionismo estatal mais

⁵⁹⁵ "Note-se que cada imperialismo - lembra Octavio Ianni - diz respeito a um todo histórico e lógico compreendido pela metrópole e pelas nações dependentes ou colônias. Tanto é assim. que o imperialismo tem sido norte-americano, japonês, inglês, alemão, russo, holandês, belga, italiano ou outro. Trata-se de um conjunto articulado de nações, nacionalidades e tribos, sob o mando da nação que exerce um poder de tipo metropolitano". In O. Ianni, *A Era do Globalismo*, op. cit., p. 250.

⁵⁹⁶ "São muitos os que alegam que o globalismo é apenas uma manifestação do imperialismo desta ou daquela nação mais poderosa, por meio de suas empresas, corporações ou conglomerados. Esquecem que as transnacionais desenraizam-se progressivamente, planejando e concretizando as suas atividades em termos de geoeconomias próprias, muitas vezes alheias às peculiaridades ou idiossincrasias de governos nacionais". In O. Ianni, *ibid.*, p. 244.

direto se torna prejudicial à maximização dos resultados dessa dinâmica auto-regulada.⁵⁹⁷

Como um corpo compacto de idéias, gestado em centros de pesquisa, universidades e fundações, os conceitos fundamentais do neoliberalismo são bem conhecidos: o mercado auto-regulado; a concorrência e a competitividade criativas e modernizadoras; o livre comércio como fator de desenvolvimento das sociedades; a moeda forte como vínculo de estabilidade e harmonia sistêmica; a desregulamentação; a privatização; a liberalização; o "estado mínimo", etc.. Tal qual um "pensamento único" - para usar aqui a feliz expressão de Ignacio Ramonet -, apregoado em nome do "realismo" e do "pragmatismo", repetido e reproduzido sistematicamente pelos principais órgãos de informação econômica, de marketing e demais meios de comunicação de massa, o pensamento neoliberal tem se imposto à sociedade mundial como um "discurso anônimo" que, pouco a pouco, vai formatando uma visão de mundo (*Weltanschauung*), um tipo de racionalidade que, hegemonicamente, transforma-se em senso comum, informando e dirigindo as práticas sociais, o sentido das ações, os corações e as mentes. É essa perspectiva neoliberal que imputa à noção de "globalização" uma conotação naturalista, isto é, *desistoricizada* quanto à análise do conteúdo social do fenômeno (a acumulação do capital como *vetor* do processo), tomado por ela apenas em seus aspectos sincrônicos e/ou sistêmicos. O capitalismo, o mercado, concebidos como uma espécie de "estado natural" da sociedade, transformam-se, então, em entidades que não podem (por isso) desmoronar, no máximo evoluir e aperfeiçoar-se, "fato" ao qual, dado seu caráter de "imutabilidade", a razão necessita render-se. Neste caso, a exemplo do que ocorria com a Economia Política clássica (criticada por Marx

⁵⁹⁷ J. K. Galbraith, *A Sociedade Justa*, trad. de Ivo Korytowsky, Ed. Campus, Rio de Janeiro, 1996; F. Hayek, *O Caminho da Servidão*, 2a. edição, trad. de Leonel Vallandro, Ed. Globo, São Paulo, 1977; L. Von Mises, *Critique of Interventionism*, Arlington House, New York, 1976

exatamente por adotar essa perspectiva analítica), a civilização capitalista (agora evidentemente globalizada) é apresentada "como [que] regida por leis eternas da natureza, independentes da história, ocasião esta que serve para introduzir subrepticamente [nos indivíduos] as relações *burguesas* como leis naturais imutáveis da sociedade em abstrato".⁵⁹⁸ É essa leitura do real - que "desconhece" que uma dada forma de estruturação das relações sociais de existência decorre, tão-somente, de um momento objetivamente particular da evolução humana - que fundamenta teses como a do "fim da história" (Francis Fukuyama) ou a do "fim da ideologia" (Daniel Bell), mistificadoras do real exatamente na medida em que se apresentam como "a *única* generalidade, a *única* política, o limite *único*, a *única* atadura".⁵⁹⁹ Só há, então, uma verdade (ou uma única interpretação possível), porque já não há mais história; ou melhor, porque o capitalismo é, ele próprio, o fim último da história.

Contrariando esta postura, faz-se necessário, sim, resgatar o conceito de *globalismo* - em si (face aos novos desenvolvimentos do capitalismo), heurísticamente mais fecundo que aquele de (neo)imperialismo -, afirmando-se-lhe, porém, uma nova conotação, um outro conteúdo significativo que remeta diretamente ao núcleo central de sua atual substância histórica, isto é, de *processo* que ainda se efetiva sob a vigência da *regra do capital* - com todas as implicações teóricas que daí decorrem.⁶⁰⁰ Afinal, se o *globalismo* é um novo

⁵⁹⁸ K. Marx. *Grundrisse*, vol. 1. op. cit., p. 7.

⁵⁹⁹ K. Marx. *Manuscripts de 1844*. op. cit., Troisième Manuscrit. p. 78.

⁶⁰⁰ Há, aqui, que se colocar também em questão a tese sustentada por alguns teóricos de que o recente *silêncio* sobre o tema do imperialismo simplesmente dever-se-ia à afirmação hegemônica das grandes potências capitalistas neste final de século, como é o caso do artigo de P. Patnaik, "Whatever happened to Imperialism?", in *Monthly Review*, vol. 42, n. 6, London, Nov. 1990, pp 1 - 6. Certamente a questão é muito mais complexa e extrapola a esfera do controle social exercido diretamente pelos Estados-nação. Há que se pensar, por exemplo, que o exercício da hegemonia deve-se hoje muito mais à ação da indústria cultural *trans*-nacional (isto é, aos aparelhos privados *globais* de hegemonia), que às formas tradicionais

patamar na escala da sociabilidade humana (ora *trans-nacional*), e o *vetor* desse movimento continua a ser a *acumulação do capital*, trata-se de caracterizá-lo como uma *nova etapa do capitalismo*: uma etapa *superior* à do imperialismo - e, nunca, o "fim da história".

Somente uma rigorosa atitude teórica que impute ao conceito de globalismo a conotação de *etapa superior do capitalismo* - evidenciando, assim, o *sumo* de todo o processo de globalização em curso -, é que se torna capaz de *desencantar* as fantasias e mitos neoliberais (hoje hegemônicos) e todas as suas inúmeras e atraentes miragens, que continuam a povoar o imaginário social com doses e dotes de insuspeita funcionalidade: "sociedade pós-industrial", "sociedade da informação", "sociedade de serviços", "mundo sem fronteiras", "fim da história" e, até mesmo, "sociedade pós-capitalista" (sic!).⁶⁰¹ Afinal, ainda vivemos - e em escala ampliada, agora concretamente planetária - *a era do capital*: da máxima concentração da propriedade, da exploração desmesurada do trabalho humano, da mais-valia, da extrema desigualdade social.

Nunca, como nos tempos do globalismo, *houve tanto capitalismo!*

de gestão da dominação, fato este que, de *per se*, já obrigaria a repensar-se o próprio conceito de Estado no contexto de uma sociedade globalizada.

⁶⁰¹ Vd. P. Drucker, *Sociedade Pós-Capitalista*, 2a. edição, trad. de Nivaldo Montingelli Jr., Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1994.

SÉCULO XXI: DILEMAS E CONTRADIÇÕES DO CAPITALISMO GLOBAL

A era do globalismo *ainda é a era do capital*: da conformação mundializada de suas bases produtivas, da centralização transnacional da propriedade dos meios de produção, do alargamento e aprofundamento ainda maior do mercado mundial, da supranacionalidade institucional dos organismos de administração e gestão das políticas garantidoras da acumulação, da *refuncionalização* - em função das estratégias oligopólicas de lucro - do sistema mundial de nações (agora organizadas em blocos regionais), da globalização das estruturas, processos e movimentos sociais, formatados e/ou movidos pelos dilemas e contradições da civilização planetária da mercadoria. Vive-se o domínio do industrialismo mundial, da riqueza concentrada em mãos do capital centralizado, da propriedade privada do mundo, do capital *em geral* como uma gigantesca cia. Ltda.; enfim, da subordinação de todo trabalho humano, de todas as raças, credos e nações, em todo o globo, a um mesmo e único senhor. Uma era em que o capital em geral, como uma gigantesca força social de incidência mundial - sob o qual nem mesmo mais o produtor [individual] é livre para produzir o que quer⁶⁰² - assume, com uma força sem precedentes, uma dimensão institucional que extrapola o controle dos agentes isolados (capitalistas, cidadãos ou Estados-nação), impondo-se sobre os mesmos como um poder autônomo, um *fetichê*, uma *coisa*, um *sistema*.

⁶⁰² Cf. K. Marx, *Misère de la Philosophie*, op. cit., p. 18.

A globalização, contudo, não é o fim da história. Com ela, reacendem-se, também, *pari passu*, as crises de caráter mundial, as epidemias de super-produção e de sub-consumo; projeta-se o desemprego estrutural, a massificação da miséria, da fome, da violência e da exclusão social, pré-anunciando novas ondas de turbulência que apenas fazem demonstrar que a história da luta de classes, ainda que sob novas roupagens, continua - e assumindo, cada vez mais, um caráter *também global*.⁶⁰³ E esse é o outro lado da medalha que não pode ser esquecido - e que também ressoa Marx.

O mundo, há muito - afere Robin Blackburn -, encontra-se nas garras dos processos de acumulação capitalista, e a sua seara de doença e miséria, destruição e desamparo, divisão e irresponsabilidade, são os preços cobrados pela reprodução ampliada do capital em escala mundial.⁶⁰⁴ Os países ricos, que representam apenas 15% da população mundial, controlam mais de 80% do rendimento global, sendo que aqueles do hemisfério sul, com 58% dos habitantes da Terra, não chegam a 5% da renda total.⁶⁰⁵ Considerada, porém, a população mundial em seu conjunto, os números do *apartheid global* se estampam ainda com maior clareza: os 20% mais pobres dispõem de apenas 0,5 % do rendimento mundial, enquanto que os 20% mais ricos, de 79%.⁶⁰⁶ Basta para isso pensar que,

⁶⁰³ Gosto da formulação de Octavio Ianni que sugere que, se por um lado, com a entrada da era global, "talvez se devesse dizer que terminou um ciclo particularmente importante de luta de classes, em escala nacional e internacional", por outro, abre-se o começo de outro ciclo (que, por ora, pode ser apenas imaginado), num outro patamar de inflexão. Cf. O. Ianni, *A Sociedade Global*, op. cit., p. 33.

⁶⁰⁴ R. Blackburn, "O Socialismo após o Colapso", in R. Blackburn (Org.), *Depois da Queda*, op. cit., p. 108.

⁶⁰⁵ M. Chossudovsky, "La Pauvreté des Nations", *L'Imperialisme aujourd'hui*, in *Actuel Marx*, n. 18, op. cit..

⁶⁰⁶ Cf. M. Beaud, "O Mundo de Cabeça para Baixo", in M. L. Malaguti, M. D. Carcanholo e R. A. Carcanholo (orgs.), *A Quem Pertence o Amanhã?*, op. cit., p. 57. Vd. também o ilustrativo artigo "Globalização aprofunda abismo entre ricos e pobres", in *Folha de S. Paulo*, 2 de novembro de 1997, caderno especial, p. 12.

um único banco de investimento, como o Goldman Sachs, divide anualmente o lucro de US\$ 2,5 bilhões entre 161 pessoas, enquanto que um país africano, como a Tanzânia, com um PIB de apenas US\$ 2,2 bilhões, tem que sustentar 25 milhões de habitantes.⁶⁰⁷ "A concentração [de riqueza] chegou ao ponto de o patrimônio conjunto dos raros 447 bilionários que há no mundo ser equivalente à renda somada da metade mais pobre da população mundial - cerca de 2,8 bilhões de pessoas".⁶⁰⁸

A Ásia continua sendo, com seus 700 milhões de pessoas vivendo abaixo dos limites da pobreza, o maior asilo de mendigos do planeta,⁶⁰⁹ e que somados às outras tantas centenas de milhões de excluídos da África e das Américas, compõem um quadro dramático onde um terço da humanidade, a despeito das conquistas *hi-tec* de última geração, despenca rumo ao calabouço da miséria absoluta e estrutural, condenado a viver, às portas de um novo milênio, o flagelo máximo da aniquilação moral, sem a mínima perspectiva de reversão a curto prazo. *Homeless* crescem a cada dia nos países mais ricos do mundo, como na Inglaterra e na Alemanha, onde se calcula que passaram dos 60.000 e 10.000 registrados em 1979, para cerca de 1.000.000 e 700.000 (!), em 1990, respectivamente. Em Nova York, as pessoas marginalizadas vivendo em becos, pontes e parques chegam, hoje, a 10% da população total da cidade,⁶¹⁰ muitas vezes sob condições materiais e expectativa de vida abaixo do nível da Somália - o

⁶⁰⁷ *The Guardian*. London. 10 de dezembro de 1993. apud F. F. Clairmont. "Sob as Asas do Capitalismo Planetário". in *ibid.* p. 44.

⁶⁰⁸ "Globalização aprofunda abismo entre ricos e pobres". in *Folha de S. Paulo*, 2 de novembro de 1997. caderno especial. p. 12.

⁶⁰⁹ R. Kurz, "As luzes do mercado se apagam: as falsas promessas do neoliberalismo ao término de um século em crise", in *Revista Estudos Avançados*, vol. 7, n. 18, op. cit., p. 26.

⁶¹⁰ "Homeless, U.S.A.", *Time* (Magazine). n. 51, Dec 17th, 1990, pp. 22 - 27.

que faz pensar que o Terceiro Mundo também globalizou-se nas entranhas das capitais mais abastadas do planeta.

Essa tendência à pauperização crescente também atinge o universo dos "integrados" assalariados. Pesquisa realizada pelo Economic Policy Institute (EPI), de Washington, publicada a 1 de maio de 1996 (Dia Internacional do Trabalho), revela que a situação financeira média dos trabalhadores norte-americanos tem continuamente declinado desde o começo dos anos 70, sobretudo devido à erosão dos salários, resultando disso um aumento brutal da presença da mulher no mercado de trabalho e das horas extras, como estratégia de manutenção da renda familiar.⁶¹¹ Ao mesmo tempo e simultaneamente, as taxas de exploração do trabalho atingem (sobretudo nos "novos mercados emergentes" da periferia) níveis de fazer inveja aos primeiros capitalistas industriais dos séculos XVIII e XIX. O número de janeiro/fevereiro da revista inglesa *Foreign Affairs*, traz artigo bastante ilustrativo neste sentido, e diz num determinado trecho: "O choque entre o capitalismo e o comunismo acabou, e os vencedores têm-se fixado em como tornar o mundo um lugar eficiente e seguro para os negócios. A realidade é bastante clara. A Nike está produzindo seus famosos e caros sapatos 'tênis' na Indonésia, onde suas operárias trabalham longas horas por um salário mensal de US\$ 38,00. A Wal-Mart, K-Mart e a Sears, o mais importante ícone americano das vendas a varejo, têm produzido suas roupas em Bangladesh pelas culturalmente passivas mulheres islâmicas que se submetem a um salário mensal inferior a US\$ 30,00, em troca de 60 horas semanais de trabalho".⁶¹² E como o padrão de exploração nesses paraísos subdesenvolvidos da mão-de-obra barata é também global, fábricas norte-

⁶¹¹ "Working harder for less?", in *The Economist* (Magazine), Sep 7th - 13th, 1996, p. 28.

⁶¹² "Time for a Global New Deal", by Terry Collingsworth, F. William Goold and Pharis F. Harvey, in *Foreign Affairs* (Magazine), vol. 73, n. 1, Jan/Feb, 1994.

americanas recentemente instaladas na fronteira norte-mexicana chegam a explorar trabalhadores da região pagando não mais que 7% (!) do valor pago à força-de-trabalho empregada no mesmo tipo de atividade, a poucos passos dali, na Califórnia.⁶¹³ Por outro lado, o anunciado espírito universal e inovador da "revolução toyota" - saudado por muitos como um novo "modo de regulação" da economia capitalista mundial -,⁶¹⁴ com todo o seu aparato da "qualidade total", não deixa dúvidas quanto aos objetivos máximos de sua política: empregar um mínimo de trabalhadores, cobrando-lhes o máximo de produtividade; o que se traduz em dados bastante concretos: enquanto um operário de uma montadora na Bélgica (Ford-Genk, General-Motors-Anvers, Volkswagen-Forest, Renault-Vilvorde e Volvo-Gand) trabalha em média 1.550 a 1.650 horas/ano, seu correspondente toyota fica na fábrica cerca de 2.300 horas/ano, fazendo com que, no Japão, um veículo seja produzido numa média de 19 horas, contra as 36 da média européia.⁶¹⁵

A cada dia ouve-se falar e lê-se sobre novidades tecnológicas (as mais inusitadas depois da automação), acompanhadas de ondas impiedosas de desemprego em todos os ramos e setores produtivos; e - o que é mais preocupante - sem garantias futuras de direitos trabalhistas para os expurgados do sistema, particularmente no contexto atual de desmantelamento do *welfare state* e da "desregulamentação" do mundo trabalho (eliminação da legislação protetora). Profetiza-se até o advento de uma *era de trevas*, do caos, do crime, da violência desinibida e disseminada, da decadência das estruturas sociais, onde - dado o desemprego estrutural - os homens colocar-se-ão em guerra (qual retorno ao

⁶¹³ *The Economist*, apud I. Mészáros. *Beyond Capital*. op. cit., p. 12.

⁶¹⁴ Vd., por exemplo, B. Coriat, *Pensar pelo Averso: o modelo japonês de trabalho e organização*, trad. de Emerson S. da Silva. Editora Revan. Rio de Janeiro, 1994.

⁶¹⁵ T. Gounet, "Luttes concurrentielles et stratégies d'accumulation dans l'industrie automobile", in *Etudes Marxistes*, n. 10, Paris, 1991, p. 41.

estado de natureza hobbesiano) não mais por melhores salários, mas pelo simples direito de ser explorados.⁶¹⁶ E, diante dos *profetas* do fim da sociedade do trabalho, as estatísticas oficiais revelam que, ao lado do desemprego industrial em massa, cresce o número de sub-empregados, de trabalhadores precarizados (pela "flexibilização"), de biscateiros, de trabalhadores diretos sem vínculos trabalhistas, da utilização da mão-de-obra infantil, numa nova e global onda de lumpemproletarização O Bureau Internacional do Trabalho (BIT), com sede em Genebra, estimava, em 1994, que nada menos que 12,8% das crianças, entre 10 e 14 anos, que vivem na América do Sul, trabalham, elevando-se esta porcentagem relativa para a Ásia (15%) e África (22%). Só no Brasil, 2 milhões de menores (14,2%), entre 10 e 13 anos, já estão no mercado de trabalho; um exército de mão-de-obra equivalente à população total de habitantes dos Emirados Árabes, pouco menos que a da Jamaica e quase três vezes à de Chipre.⁶¹⁷

O longo ciclo da modernização do mundo parece estampar, nas últimas escalas de sua viagem secular de ocidentalização, nada mais que nichos de desenvolvimento (distribuídos mais ou menos em todas as latitudes e longitudes do planeta), cercados de oceanos de miséria por todos os lados. A "industrialização endividada" da periferia, a "modernização negativa" - que só fez destruir as estruturas tradicionais, sem oferecer, em troca, para a maioria da população, qualquer perspectiva mínima de vida humanamente digna (nem mesmo aquela de consumidor) -, apresenta-se para dois terços da humanidade como uma longa e tortuosa travessia, sem luz ao final do túnel. Some-se a tudo isso a recente política neoliberal de abertura de mercados, motivada pela acirrada concorrência entre

⁶¹⁶ R. Kurz. *O Colapso da Modernização*, 2a. edição, trad. de Karen Elsabe Barbosa, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1993.

⁶¹⁷ "Mão-de-obra infantil chega a 2 milhões", in *Folha de S. Paulo* (jornal), 11/3/94.

firmas multinacionais, e que tem, ultimamente, constituído-se em motivo de contestação por parte de grupos nacionalistas e de setores populares, que se vêem ameaçados em seus empregos e/ou ofícios tradicionais. Tais conflitos explodem em todos os quadrantes do globo, do México ao Oriente Médio, do Brasil à Índia. Ilustram muito bem este clima, os acontecimentos ocorridos na Coreia do Sul, na segunda semana de setembro de 1996, marcados por choques de rua liderados por grupos nacionalistas contra a política governamental de abertura do mercado interno à invasão de produtos estrangeiros (sobretudo americanos e japoneses).⁶¹⁸

Inclua-se ainda, no quadro geral dessas novas contradições - posto que, historicamente, distintas das contradições *clássicas* do *velho* capitalismo -, os movimentos ecológicos, que se interpõem às pretensões da impunidade do lucro a qualquer preço, apesar dos decantados esforços de reformulação dos padrões tecnológicos em prol de um "desenvolvimento sustentável" - como se pretende traduzir experiências tais como a da utilização da energia solar, a "revolução" na reciclagem de papel, a revalorização dos meios ferroviários de transporte, as campanhas de reflorestamento, etc.⁶¹⁹ Multiplicam-se os movimentos de protesto contra a presença crescente de multinacionais, sobretudo em zonas dos chamados países em desenvolvimento, especialmente companhias de exploração de óleo/petróleo e de mineração, cujas atividades têm continuamente provocado efeitos danosos ao meio-ambiente nessas regiões. Como demonstram registros do ano de 1995, as ventanias sopram de todos os lados. Na Malásia, populações locais e grupos ambientalistas internacionais, contrários à devastação florestal, atacam o consórcio de US\$ 5,5 bilhões da Asea Brown Boveri - ABB (uma multinacional

⁶¹⁸ "Burning Desires". in *The Economist*, Sep 21st - 27th, 1996, p. 39

⁶¹⁹ L. R. Brown et alii, *State of the World 1996 - a Worldwatch Institute report on progress toward a sustainable society*, Earthscan Publications Ltda., London, 1996, cap 9, "Shifting to Sustainable Industries".

sediada na Suíça) destinado a construir uma hidrelétrica. Nas Guianas sul-americanas, duas firmas multinacionais, a Cambior e a Golden Star Resources, que exploram reservas minerais, tiveram suas sedes locais incendiadas por habitantes da região devido à poluição de um rio por cianureto. No norte europeu, a ação do Greenpeace e movimentos locais levaram a que 440 plataformas no Mar do Norte fossem removidas e desmanteladas, atrapalhando os planos de exploração da Shell. A RTZ-CRA, o maior grupo de mineração britânico, e a Freeport-McMoRan, uma firma norte-americana do gênero, foram atacadas, na Indonésia, por ambientalistas, por provocar danos às populações tribais habitantes da área em torno às minas de ouro e cobre, em Irian Jaya.⁶²⁰ Paralelamente ao internacionalismo capitalista, emergem, como demonstram esses movimentos ambientalistas, novas formas de consciência social, que vão sendo forjadas, também elas, em escala global, e revelando-se como espécie de novas forças ideológicas de resistência, que abrem um novo ciclo de unidade e cooperação entre os povos para além das fronteiras dos Estados-nação.⁶²¹

Na maresia de todas as suas contradições, contudo, a civilização da mercadoria avança. Sob os auspícios da indústria cultural, expandem-se os canais de televisão e o mercado de video-cassetes, veiculando, em doses amplificadas e telescópicas, mensagens desterritorializadas de costumes e gostos, formatando desejos e sentimentos, valores e sonhos, num movimento de universalização implacável da cultura do consumismo, até o limite extremo dos confins mais

⁶²⁰ "The Fun of Being a Multinational", in *The Economist*, July, 20th - 26th, 1996, pp. 51 - 52.

⁶²¹ R. Garner, *Contemporary Movements and Ideologies*, McGraw-Hill, Inc., New York, 1996. cap. 13, "Green Warriors, Green Lobbyists".

distantes e inimagináveis das zonas economicamente mais subdesenvolvidas do planeta⁶²² - incorporando todos, sem exceção, à lógica e à utopia do *ter para ser*.

A verdade é que o mundo em que vivemos é cada vez mais dominado pelo capital e pela lógica da mercadoria, o que faz com que, longe da ilusão do pós-capitalismo (ou da pós-modernidade e de tantos outros "pós"), ainda estejamos atravessando um longo período (ainda não concluído) de consolidação, isso sim, da sociedade burguesa em escala mundial. É por isso que, para Fredric Jameson, este é talvez um dos piores momentos para esquecermos os ensinamentos legados por Marx, pois "não parece ter muito sentido falar - no contexto da 'nova ordem mundial' - da falência do marxismo, quando o marxismo é precisamente a ciência e o estudo justamente daquele capitalismo cujo triunfo global se afirma [exatamente] quando se fala da morte do marxismo";⁶²³ ou, como diria Terrell Carver: num horizonte onde os principais fatos da vida social ainda remetem e podem ser apreendidos através de Marx, mas nunca discutidos sem qualquer referência a ele.⁶²⁴

Se a globalização está alterando o ordenamento material das coisas e das relações e, com isso, deslocando o próprio objeto das ciências sociais para um outro patamar de objetividade e percepção, isso não significa que o novo prisma de abordagem requerido, com os desafios epistemológicos e heurísticos inerentes, esteja a condenar, necessariamente, os postulados da Teoria clássica em geral e, aqueles marxistas, em particular. Talcott Parsons - que neste caso se torna

⁶²² Vd. reportagem "Subversion by Video". in *Time* (Magazine), n. 37, Sep 11th, 1989, pp. 42 - 46.

⁶²³ F. Jameson, "Conversas sobre a Nova Ordem Mundial", in R. Blackburn (Org.), *Depois da Queda*, op. cit., p. 216.

⁶²⁴ T. Carver, *The Cambridge Companion to Marx*, Cambridge University Press, Cambridge, 1992, p. 24.

insuspeito - dizia que "devemos esperar que algo que se aproxime de uma fase 'culminante' do desenvolvimento moderno esteja [ainda] bem distante (...) [sendo portanto] prematuro falar de uma sociedade 'morta'." Sua expectativa era de que "a principal tendência do século seguinte [o XXI] ou mais tempo ainda, será para a complementação do tipo de sociedade que denominamos 'moderna' ".⁶²⁵ E nem as profundas transformações causadas pelas conquistas da sociedade informática retiraram esta mesma sensação de autores mais recentes, como Adam Schaff, para quem "os fenômenos hodiernos materializam, com uma clareza quase clássica, os fundamentos mais relevantes das doutrinas 'tradicionais' ".⁶²⁶

Marx, há muito, intuiu o movimento do capital e seu destino: pré-anunciou o monopólio, a centralização agigantada das bases produtivas capitalistas, a consolidação do mercado mundial, a abertura das fronteiras nacionais à livre-concorrência entre capitais, o livre-câmbio, as crises globais, o desemprego estrutural, a lumpemproletarização, a massificação da miséria, enfim, a invasão mundial do capital, deslindando, com um século de antecedência, o motor de propulsão de tudo isso que, hoje, chamamos de globalização. E, além de tudo, além de ter sustentado a necessidade da superação futura do capitalismo - que para ele coincidia com a superação da alienação da propriedade privada -, e de haver se engajado politicamente neste sentido, jamais deixou de reconhecer o poder de auto-reprodução, de resistência e de expansão do sistema, a ponto de haver se dado conta de que, até mesmo a Europa (centro hegemônico do sistema capitalista mundial em sua época), já não deixava de ser mais que um "pequeno

⁶²⁵ T. Parsons, *O Sistema das Sociedades Modernas*, trad. de Dante Moreira Leite, Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1974, p. 172.

⁶²⁶ A. Schaff, *A Sociedade Informática*, op. cit., p. 33.

canto do mundo" diante de uma sociedade burguesa ainda em pleno processo de ascensão e consolidação mundial⁶²⁷ - e não é assim?

A realidade é que a história continua em aberto e sem agendas. E preme de contradições! Novos desafios já se desenham nos horizontes mais próximos do novo milênio que se anuncia, reatualizando teorias e utopias em face dos desdobramentos de uma nova era - e de seus *extremos*. O século XXI, por tudo, ainda reverberará Marx, saboreando os efeitos mais amargos, e cada vez mais globalizados, de um tipo de civilização que resiste em perpetuar os abismos de desigualdades que engendrou. Por muito tempo, e não por menos, para o incômodo de tantos, ainda conviver-se-á com o *espectro* de Marx; um autor que, mesmo sem ter vivido a era do globalismo, com extrema sagacidade anteviu o *design* e o sentido último de seu desfecho:

"Somente agora podemos observar como a propriedade privada pode adquirir o seu domínio sobre o homem e, sob sua forma mais universal, converter-se [contra o próprio homem] num poder histórico-universal".⁶²⁸

⁶²⁷ Cf. Carta de Marx a Engels em Manchester (Londres, 8/10/1858) - já citada - in K. Marx e F. Engels, *Selected Correspondence*, op. cit., p. 110. Neste sentido, é preciso também não esquecer que o capítulo 14 do vol. 3. de *O Capital*, é todo ele dedicado, *não por acaso*, à tematização dos inúmeros recursos que, permanentemente acionados pelo capital (dentre os quais a expansão contínua do comércio exterior), estão a funcionar, organicamente, como fatores contratendências à queda da taxa geral de lucro, com isso inibindo os efeitos mais danosos da lei geral da acumulação capitalista e, conseqüentemente, evitando um colapso do sistema.

⁶²⁸ K. Marx, *Manuscripts de 1844 (Économie, Politique & Philosophie)*, op. cit., Troisième manuscrit, p. 83.

BIBLIOGRAFIA

OBRAS DE MARX:

MARX, K., *Capital*, 3 vols., Penguin Books, London, 1990.

_____, *Contribuição à Crítica da Economia Política*, trad. de Maria Helena B. Alves, Martins Fontes Editora, São Paulo, 1977.

_____, "Discours sur le Libre-Échange", in MARX, K., *Oeuvres - Économie*, Éditions Gallimard, Paris, 1965.

_____, *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse) 1857-1858*, 14a. edición, Siglo Veintiuno Editores, México, 1986.

_____, *La Guerre Civile en France, 1871*, Éditions Sociales, Paris, 1968.

_____, "Le Lotte di Classe in Francia del 1848 al 1850", in MARX, K. e ENGELS F., *Opere (Complete)*, vol. X, Editori Riuniti, Roma, 1977.

_____, *Manuscrits de 1844 (Économie, Politique & Philosophie)*, trad. de Emile Bottigelli, Editions Sociales, Paris, 1968.

_____, *Misère de la Philosophie*, in *Oeuvres-Économie*, Éditions Gallimard, Paris, 1965.

_____, *O Capital*, 6 vols., trad. de Reginaldo Santana, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, s/d.

_____, *O Capital, Livro I, Capítulo VI (inédito)*, trad. de Célia Regina de A. Bruni, Ed. Ciências Humanas, São Paulo, 1978.

_____, *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*, 4a. edição, trad. de Leandro Konder e Renato Guimarães, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978.

_____, *Selected Works in One Volume*, Lawrence and Wishart, London, 1968.

_____, *Sociedade e Mudanças Sociais* (Coletânea de Textos), 2a. edição, Edições 70, Lisboa, s/d.

_____, *Teorias sobre la PlusValia*, vol. 3, Editorial Cartago, Buenos Aires, 1974.

_____, *Theories of Surplus-Value*, vols. 1 e 2, Lawrence & Wishart, London, 1969.

_____, *Trabajo Asalariado y Capital*, Editorial Nova Terra, Barcelona, 1970.

MARX, K. e ENGELS, F., *A Ideologia Alemã*, vol. I, 3a. edição, trad. de Conceição Jardim e Eduardo Lúcio Nogueira, Editorial Presença, Lisboa, s/d.

_____, *China: ¿Fósil viviente o trasmisor revolucionario?*, Universidad Nacional Autónoma de México, México, 1975.

_____, *Critique des Programmes de Gotha et d' Erfurt*, Éditions Sociales, Paris, 1972.

_____, *Imperio y Colonia: Escritos sobre Irlanda*, Cuadernos de Pasado y Presente, n. 72, México, 1979.

_____, *Le Manifeste Communiste*, trad. par J. Molitor, Alfred Costes Éditeur, Paris, 1934.

_____, *Lettres Sur "Le Capital"*, Éditions Sociales, Paris, 1964.

- _____, *Oeuvres Choisis* (2 vols.), Gallimard, Paris, 1963.
- _____, *On Britain*, second edition, Foreign Languages Publishing House, Moscow, 1962.
- _____, *Opere (XL) - Lettere, 1856-1859*, Editori Riuniti, Roma, 1973.
- _____, *Selected Correspondence*, second edition, Progress Publishers, Moscow, 1965.
- _____, *Sobre el Colonialismo*, Cuadernos de Pasado y Presente, n. 37, Córdoba, 1973.
- _____, *The First Indian War of Independence, 1857 - 1859*, second impression, Foreign Languages Publishing House, Moscow, s/d.

OUTRAS OBRAS:

- ADAMS, I., *Political Ideology Today*, Manchester University Press, Manchester, 1995.
- ADAMS, W. (Ed.), *The Structure of American Industry*, sixth edition, Macmillan Publishers, New York / London, 1982.
- ADORNO, T. e HORKHEIMER, M., *Dialética do Esclarecimento (Fragmentos Filosóficos)*, trad. de Guido Antonio de Almeida, Zahar Editora, Rio de Janeiro, 1985.
- AGLETTA, M., *Regulación y Crisis del Capitalismo*, Siglo Veintuno Editores, Madrid, 1979.

_____, "World Capitalism in the Eighties", in *New Left Review*, n. 136, London, Nov/Dec 1982.

ALTVATER, E., "A Crise de 1929 e o Debate Marxista sobre a Teoria da Crise", in HOBSBAWM, E. (Org.), *História do Marxismo*, vol. 8, trad. de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio N. Henriques e Amélia Rosa Coutinho, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1987.

AMIN, S., *Accumulation on a World Scale: A Critique of the Theory of Underdevelopment*, vols. 1 e 2, Monthly Review Press, New York/London, 1974.

_____, *A Crise do Imperialismo*, trad. de Marcos Aarão Reis, Edições Graal, Rio de Janeiro, 1977.

_____, *Classe e Nação na história e na crise contemporânea*, trad. de Eduardo Saló, Moraes Editores, Lisboa, 1981.

_____, "Columbus and the New World Order - 1492-1992", in *Monthly Review*, n. 3, vol. 44, London, 1992.

_____, *?Como Funciona el Capitalismo?: El Intercambio Desigual y la Ley del Valor*, séptima edición, Siglo Veintiuno Editores, México, 1985.

_____, *El Desarrollo Desigual: Ensayo sobre las Formaciones Sociales del Capitalismo Periferico*, trad. de Nuria Vidal, Editorial Fontanella, Barcelona, 1974.

_____, *Imperialismo y Desarrollo Desigual*, trad. de Alberto Nicolas, Editorial Fontanella, Barcelona, 1976.

_____, ARRIGHI, G. et alii, *Dinámica de la Crisis Global*, trad. de Rosa C. Cendrero, Siglo Veintiuno Editores, México, 1983.

ANDERSON, P., *Considerações sobre o Marxismo Ocidental*, 2a. edição, trad. de Marcelo Levy, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1989.

_____, "The Antinomies of Antonio Gramsci", in *New Left Review*, n. 100, London, 1977.

ANDREFF, W., "The International centralization of capital and the reordering of World Capitalism", in *Capital & Class*, n. 22, London, Spring 1984.

ARCINIEGAS, G., *América en Europa*, Plaza & Janes, Editores Colombia Ltda., 1980.

ARENDT, H., *As Origens do Totalitarismo (II): Imperialismo, a Expansão do Poder - uma análise dialética*, trad. de Roberto Raposo, Ed. Documentário, Rio de Janeiro, 1976.

ARRIGHI, G., *O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*, trad. de Vera Ribeiro, Contraponto / Ed. UNESP, 1996.

ARZMANIAN, A., *El Imperialismo*, Editorial Cartago, Buenos Aires, 1965.

ATKINSON, J., "Manpower Strategies for Flexible Organizations", in *Personnel Management*, August, 1984.

AUGÉ, M., *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*, trad. de Maria Lúcia Pereira, Papirus Editora, Campinas, 1994.

AVINERI, S., *The Social & Political Thought of Karl Marx*, twelveth reprinting, Cambridge University Press, Cambridge, 1993.

AXFORD, B., *The Global System: Economics, Politics and Culture*, Polity Press, Oxford, 1995.

BADALONI, N., "Marx e a Busca da Liberdade Comunista". in HOBBSAWM, E. (Org.), *História do Marxismo*, vol.1, trad. de Carlos Nelson Coutinho e Nemésio Salles, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.

BAECHLER, J., *Los Origenes del Capitalismo*, trad. de Amadeu Monrabà, Ediciones Península, Barcelona, 1976.

BARAN, P. e SWEEZY, P., *Capitalismo Monopolista*, trad. de Waltensir Dutra, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1966.

BARONE, C. A., *Marxist Thought on Imperialism: Survey and Critique*, Macmillan, London, 1985.

BARRATT BROWN, M., *After Imperialism*, third edition, Heinemann Ltd., London, 1973.

_____, *The Economics of Imperialism*, Penguin Books, Baltimore, 1974.

BEAUD, M., "À partir de l'economie mondiale: esquisse d'une analyse du système-monde", in BIDET, J. e TEXIER, J. (orgs.), *Le Nouveau Système du Monde, Actuel Marx - Confrontation*, Presses Universitaires de France, Paris, 1994.

_____, *História do Capitalismo: de 1500 aos nossos dias*, trad. de José Vasco Marques, Editorial Teorema, Lisboa, s/d.

_____, "O Mundo de Cabeça para Baixo", in MALAGUTI, L. M., CARCANHOLO, M. D. e CARCANHOLO, R. A. (orgs.), *A Quem Pertence o Amanhã*, trad. dos organizadores e de Nicolás N. Campanário, Edições Loyola, São Paulo, 1997.

BELL, D., *O Advento da Sociedade Pós-Industrial: uma tentativa de previsão social*, trad. de Heloysa de Lima Dantas, Ed. Cultrix, São Paulo, 1977.

_____, *O Fim da Ideologia: pensamento político*, trad. de Sérgio Bath, Ed. UNB, Brasília, 1980.

BENDER, T., *The Antislavery Debate*, University of California Press, Berkeley, 1992.

BERGER, M. (Ed.), *Technology and Toil in Nineteenth Century Britain*, CSE Books, London, 1979.

BERGER, S. e PIORE, M. J., *Dualism and Discontinuity in Industrial Societies*, Cambridge, 1980.

BERGHAHN, *The Americanization of West Germany Industry, 1945 - 1973*, Cambridge University Press, Cambridge, 1986.

BERLIN, I., *Karl Marx*, trad. de Roberto Bixio, Alianza Editorial, Madrid, 1988.

BERMAN, M., *Tudo Que é Sólido Desmancha no Ar: A Aventura da Modernidade*, 11a. reimpressão, trad. de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti, Companhia das Letras, São Paulo, 1994.

BIDET, J. e TEXIER, J. (orgs.), *Le Nouveau Système du Monde, Actuel Marx - Confrontation*, Presses Universitaires de France, Paris, 1994.

BIHR, A., *Du "Grand Soir" a "L'Alternative": Le Mouvement Ouvrier Européen en Crise*, Les Editions Ouvriers, Paris, 1991.

BINA, C. e YAGHMAIAN, B., "Post-War Global Accumulation and the Transnationalization of Capital", in *Capital & Class*, n. 43, London, Spring 1991.

BLACKBURN, R., "O Socialismo após o colapso", in R. Blackburn (Org.), *Depois da Queda: O Fracasso do Comunismo e o Futuro do Socialismo*, 2a. edição, trad. de Luis Krausz, Maria Inês Rolim e Susan Semler, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1993.

_____, *The Overthrow of Colonial Slavery, 1776 - 1848*, second impression, Verso, London, 1990.

BONAZZI, G., "Modello Giapponese, toyotismo, produção snella: alcune questione aperte", in *Quaderni di Sociologia (Nuova Serie)*, vol. XXXVI, n.3, Torino, 1992.

BOURGUINAT, H., *L'Économie Mondiale à Découvert*, Calman-Levy, Paris, 1985.

BRAUDEL, F., *A Dinâmica do Capitalismo*, 3a. edição, trad. de Carlos da Veiga Ferreira, Editorial Teorema, Lisboa, 1989.

_____, *Civilização Material, Economia e Capitalismo - Séculos XV - XVIII*, 3 vols., trad. de Telma Costa, Martins Fontes, São Paulo, 1996

BRENDER, A., GAYE, P. e KESSLER, V., *L'Après-dollar*, Economica, Paris, 1986.

BRENNER, R., "The Origins of Capitalist Development: a Critique of Neo-Smithian Marxism", in *New Left Review*, n. 104, London, 1977.

BROWN, L. R. et alii, *State of the World 1996 - a Worldwatch Institute report on progress toward a sustainable society*, Earthscan Publications Ltda., London, 1996.

BRUNHOFF, S., *A Moeda em Marx*, trad. de Aloísio Teixeira, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978.

BUKHARINE, N., "Imperialismo e Acumulação de Capital", in LUXEMBURGO, R. Luxemburgo e BUKHARINE, N., *Imperialismo e Acumulação de Capital*, trad. de Inês Silva Duarte, Edições 70, Lisboa, s/d.

_____, *O Imperialismo e a Economia Mundial*, 2a. edição, trad. de Aurélia Sampaio Leite, Laemmert, Rio de Janeiro, 1969.

BURKETT, P., "Poverty Crisis in the Third World: The Contradictions of World Bank Policy", in *Monthly Review*, vol. 42, n. 7, London, Dec 1990.

_____, "Some Comments on 'Capital in General and the Structure of Marx's Capital'", in *Capital & Class*, n. 44, London, Summer 1991.

CALVINO, I., *Por que ler os Clássicos*, trad. de Nilson Moulin, Companhia das Letras, São Paulo, 1993.

CANO, W., "Notas sobre o Imperialismo Hoje", in *Crinca Marxista*, n. 3, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1996.

CARCANHOLO, M. D., "Globalização e Neoliberalismo: Os Mitos de uma (pretensa) Nova Sociedade", in MALAGUTI, M. L., CARCANHOLO, M. D. e CARCANHOLO,

R. A. (orgs.), *A Quem Pertence o Amanhã*, trad. dos organizadores e de Nicolás N. Campanário, Edições Loyola, São Paulo, 1997.

CARDOSO, F. H., *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: O Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul*, Difel, São Paulo, 1962.

_____ e FALETTO, E., *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1970.

CARFANTAN, J. Y., *L'Épreuve de la Mondialisation: Pour une ambition européenne*, Éditions du Seuil, Paris, 1996.

CARVER, T., *The Cambridge Companion to Marx*, Cambridge University Press, Cambridge, 1992.

CASTELLS, M., *A Teoria Marxista das Crises Econômicas e as Transformações do Capitalismo*, trad. de Alcir Henriques da Costa, Ed. Paz e Terra, 1979.

CASTRONOVO, V., *La Rivoluzione Industriale*, Sansoni, Firenze, 1973.

CAVESTRO, W., "Automation, New Technologies and Work Content", in WOOD, S. (ed.), *The Transformation of Work? Skill, Flexibility and the Labour Process*, Unwin Hyman, London, 1989.

CHAVANCE, B.(Org.), *Marx en Perspective*, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 1993.

CHESNAIS, F., *A Mundialização do Capital*, trad. de Silvana Finzi Foá, Ed. Xamã, São Paulo, 1996.

CHESNAUX, J., *Modernité-Monde*, Éditions La Découverte, Paris, 1989.

CHOSSUDOVSKY, M., "La Pauvreté des Nations", *L'Imperialisme Aujourd'hui*, in *Actuel Marx*, n. 18, Presses Universitaires de France, Paris, 1995.

CLAIRMONT, F. F., "Sob as Asas do Capitalismo Planetário", in MALAGUTI, M. L., CARCANHOLO, M. D. e CARCANHOLO, R. A. (orgs.), *A Quem Pertence o Amanhã*, trad. dos organizadores e de Nicolás N. Campanário, Edições Loyola, São Paulo, 1997.

CLARKE, S., "New Utopias for Old: Fordism Dreams and Post-Fordist Fantasies", in *Capital & Class Review*, n. 42, London, Winter 1990.

CLAUDE JR., I. L., *States and the Global System - Politics, Law and Organization*, MacMillan Press, London, 1988.

COLE, D., *Work, Mobility and Participation: A Comparative Study of American and Japanese Industry*, Berkeley, 1979.

COLEMAN, D. C., *Revisions in Mercantilism*, Methuen & Co. Ltda., London, 1969.

COLLETTI, L., "Marxism and the Dialectic", in *New Left Review*, n. 93, London, 1975.

COLLINGSWORTH, T. et alii, "Time for a Global New Deal", in *Foreign Affairs Review*, vol. 73, n. 1, Jan/Feb 1994.

CORIAT, B., "Automação Programável: Novas Formas e Conceitos de Organização da Produção", in H. Schmitz e R. de Q. Carvalho (orgs.), *Automação, Competitividade e Trabalho: A Experiência Internacional*, Editora Hucitec, São Paulo, 1988.

_____, *L'Atelier et le Robot*, Christien Bourgois Éditeur, Paris, 1990.

_____, "Overaccumulation, Class Struggle and the Regulation Approach", in *Capital & Class Review*, n. 36, London, Winter 1988.

_____, *Pensar pelo Avesso: o modelo japonês de trabalho e organização*, trad. de Emerson S. da Silva, Editora Revan, Rio de Janeiro, 1994.

_____, *Science, Technique et Capital*, Éditions du Seuil, Paris, 1976.

CORIAT, B. e BOYER, R., "Inovações, ciclos e crises: o retorno a Schumpeter", in *Novos Estudos CEBRAP*, n. 12, São Paulo, 1985.

DAHRENDORF, R., *O Conflito Social Moderno*, Zahar Ed. / Edusp, São Paulo, 1992.

DAVIS, H. B., *Toward a Marxist Theory of Nationalism*, Monthly Review Press, New York / London, 1978.

DAY, R. B., "The Theory of the Long Cycle: Kondratiev, Trotsky, Mandel", in *New Left Review*, n. 99, University of Chicago Press, London, 1976.

DEANE, P., *A Revolução Industrial*, 2a. edição, trad. de Meton Porto Gadelha, Zahar Ed., Rio de Janeiro, 1973.

DEL ROIO, M., "Globalização e Imperialismo: a globalização é uma nova fase do capital em processo", in *Crítica Marxista*, n. 3, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1996.

DEMURGER, A., *L'Occident Médiéval, XIII - XV siècles*, Hachette, Paris, 1995.

DEYON, P., *O Mercantilismo*, 3a. edição, trad. de Teresa Cristina Silveira, Ed. Perspectiva, São Paulo, 1992.

DIAS, E., "Hegemonia: nova civiltà ou domínio ideológico", in *História & Perspectivas*, n. 5, Univ. Federal de Uberlândia, 1991.

DICKEN, P., *Global Shift: The Internationalization and Reestructuring of the Legal Field*, second edition, Paul Chapman, London, 1992.

DOBB, M., "A Crítica da Economia Política", in HOBBSAWM, E. (Org.), *História do Marxismo*, vol. 1, trad. de Carlos Nelson Coutinho e Nemésio Salles, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.

_____, *Economía Política y Capitalismo*, 4a. reimpressão, Fondo de Cultura Económica, México, 1974.

_____. *Estudios sobre el Desarrollo del Capitalismo*, 18a. edición, Siglo Veintiuno Editores, México, 1985.

DOCKÈS, P., *L' Internationale du Capital*, Presses Universitaires de France, Paris, 1975.

DORE, R., *British Factory - Japanese Factory*, Berkeley, 1973.

DOSI, G., GIANNETTI, R. e TONINELLI, P. A., *Technology and Enterprise in a Historical Perspective*, Clarendon Press, Oxford, 1992.

DREIFUSS, R. A., *A Época das Perplexidades - Mundialização, Globalização e Planetarização: Novos Desafios*, 2a. edição, Ed. Vozes, Petrópolis, 1997.

DRESCHER, S., *Capitalism and Antislavery*, Oxford University Press, New York, 1987.

DRUCKER, P., *Sociedade Pós-Capitalista*, 2a. edição, trad. de Nivaldo Montingelli Jr., Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1994.

EDER, K., "Culture and Crisis: Making Sense of the Crisis of the World Society", in MUNCH, R. & SMELSER, N. J. (Eds.), *Theory of Culture*, University of California Press, Berkeley, 1992.

ELIAS, N., *El Proceso de la Civilización*, segunda edición, Fondo de Cultura Económica, México, 1993.

ELLIOT, B. J., *World Society in The Twentieth Century*, Hulton Educational Publications Ltda., London, 1973.

ELLIOT, J. E., "Karl Marx's Theory of Socio-Institutional Transformation in Late-Stage Capitalism", in *Journal of Economic Issues*, vol. XVIII, n. 2, Jun 1984.

EMMANUEL, A., "The Multinational Corporations and Inequality of Development", in *International Social Science Journal*, vol. XXVIII, n. 4, UNESCO, Presses Universitaires de France, Paris, 1976.

ENGELS, F., *Anti-Dühring*, 2a. edição, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.

_____, *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, in MARX, K., *Sociedade e Mudanças Sociais* (coletânea de textos), 2a. edição, Edições 70, Lisboa, 1973.

_____, Prefácio à primeira edição alemã de *Miséria da Filosofia*, in MARX, K., *Miséria da Filosofia*, Editorial Estampa, Lisboa, 1978.

_____, "The Peasant War in Germany", in MARX, K., ENGELS, F. e LÊNIN, V.I., *On Scientific Communism*, Progress Publishers, Moscow, 1967.

EVANS, P., *Dependent Development: The Alliance of Multinational State and Local Capital in Brazil*, Princeton University Press, Princeton, 1979;

EVANS, R., *The Labour Economics of Japan and the United States*, New York, 1971.

FERNANDES, F., *O Negro no Mundo dos Brancos*, Difel, São Paulo, 1972.

FIELDHOUSE, D. K., *Colonialism 1870 - 1915: An Introduction*, Macmillan, Houndmills, 1988.

_____, *Economics and Empire, 1830 - 1914*, Cornell University Press, New York, 1973.

FINELLI, R., "La riflessione sul moderno in Smith, Ricardo e Marx", in *Critica Marxista*, n. 4, anno 25, Editori Riuniti Riviste, Roma, 1987.

FISCHER, E., *Marx in his own words*, Penguin Books, London, 1970.

FOSTER-CARTER, A., "The Modes of Production Controversy", in *New Left Review*, n. 107, London, 1978.

FREYSSENET, M., "Volvo-Uddevalla, Analyseur du Fordisme et du Toyotisme, in *Actes du Gerpisa*, n. 9, Paris, 1994.

FROMM, E., *Conceito Marxista do Homem*, trad. de Octavio Alves Velho, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1979.

FUKUYAMA, F., *O Fim da História e o Último Homem*, trad. de Aulyde S. Rodrigues, Ed. Rocco, Rio de Janeiro, 1992.

FURTADO, C., "Globalização das Estruturas e Identidade Nacional", in *Política Externa*, vol. 1, n. 14, Ed. Paz e Terra / USP, São Paulo, 1993.

_____, *Transformação e Crise na Economia Mundial*, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1987.

GALBRAITH, J. K., *A Sociedade Justa*, trad. de Ivo Korytowsky, Ed. Campus, Rio de Janeiro, 1996.

GALLAGHER, J. e ROBINSON, R., "The imperialism of free trade", in *Economic History Review*, vol. 6, Cambridge, 1953.

GANDY, D. R., *Marx e a História*, trad. de Nathanael C. Caixeiro, Zahar Ed., Rio de Janeiro, 1980.

GARNER, R., *Contemporary Movements and Ideologies*, McGraw-Hill, Inc., New York, 1996.

GELLNER, E., *Naciones y Nacionalismo*, trad. de Javier Setó, Alianza Editorial, México, 1991.

GENOVESE, E. G., *The Political Economy of Slavery: Studies in the Economy and Society of the Slave South*, Vintage Books Edition, New York, 1967.

GHYMERS, C., "Réagir à l'emprise du dollar", in AGLIETTA, M., *L'Écu et la Vieille Dame*, Economica, Paris, 1986.

GIDDENS, A., *As Consequências da Modernidade*, trad de Raul Fiker, Editora UNESP, São Paulo, 1991.

_____, *A Contemporary Critique of Historical Materialism*, Macmillan, London, 1981.

_____, *Central Problems in Social Theory: Action, Structure and Contradiction in Social Analysis*, reprinted, University of California Press, Berkeley, 1994.

_____, "Marx, Weber e o Desenvolvimento do Capitalismo", in GERTZ, R., *Max Weber & Karl Marx*, Ed. Hucitec. São Paulo, 1994.

_____, *The Nation-State and Violence*, California University Press, Berkeley, 1987.

GOLDMANN, L., *Ciências Humanas e Filosofia*, trad de L.C. Garaude e J.A. Giannotti, 7a. edição, Ed. Difel, São Paulo, 1979.

GORENDER, J., *A Escravidão Reabilitada*, Ed. Ática, São Paulo, 1990.

GORZ, A., *Adeus ao Proletariado*. 2a. edição, trad. de Angela Ramalho Vianna e Sérgio Goes de Paula, Ed. Forense-Universitária, Rio de Janeiro, 1987.

GOTTLIEB, R., *An Anthology of Western Marxism: from Lukacs and Gramsci to Socialist-Feminism*, Oxford University Press, Oxford, 1989.

GOUNET, T., "Luttes concurrentielles et stratégies d'accumulation dans l'industrie automobile", in *Etudes Marxistes*, n. 10, Paris, 1991.

_____, "O Toyotismo e as novas técnicas de exploração na empresa capitalista", in *Debate Sindical*, n. 10, São Paulo, 1992.

GRAMSCI, A., "A Disciplina Internacional" (L'Ordine Nuovo, 16 e 23/10/1920), in *Escritos Políticos*, vol. II, trad. de Manuel Simões, Editora Seara Nova, Lisboa, 1977.

_____, "A Liga das Nações" (Il Grido del Popolo, 19/1/1918), in *Escritos Políticos*, vol. I, op. cit.

_____, "Americanismo e Fordismo", in *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*, 3a. edição, trad. de Luiz Mário Gazzaneo, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978.

_____, *Escritos Políticos*, vol. I, trad. de Manuel Simões, Ed. Seara Nova, Lisboa, 1977.

_____, *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*, 3a. edição, trad. de Carlos Nelson Coutinho, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1979.

_____, *Quaderni del Carcere*, 4 vols., Edizione critica dell' Istituto Gramsci, a cura di Valentino Gerratana, Einaudi Editori, Torino, 1975.

_____, *Scritti Politici*, vol. I, a cura di Paolo Spriano, Editori Riuniti, Roma, 1978.

GUNDER FRANK, A., *Acumulação Mundial, 1492 - 1789*, trad. de Hélio Pólvora e Carlos Nelson Coutinho, Zahar Editores, São Paulo, 1977.

_____, *Le Développement du Sous-Développement: L'Amérique Latine*, Maspero, Paris, 1970.

GUTTENTAG, J. e HERRING, R., "The lender of last resort function in an international context", in *International Finance Scition*, n. 151, Essays, Princeton, 1983.

HABERMAS, J., *O Discurso Filosófico da Modernidade*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1990.

_____, "O Estado-Nação Europeu frente aos desafios da Globalização", in *Novos Estudos CEBRAP*, N. 43, CEBRAP, São Paulo, 1995.

_____, *Para a Reconstrução do Materialismo Histórico*, 2a. edição, trad. de Carlos Nelson Coutinho, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1990.

HARVEY, D., *Condição Pós-Moderna: uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*, trad. de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves, Edições Loyola, São Paulo, 1993.

HAY, D., *L'Europe aux XIV et XV siècles*, Sirey, Paris, 1972.

HAYEK, F., *O Caminho da Servidão*, 2a. edição, trad de Leonel Vallandro, Ed. Globo, São Paulo, 1977.

HECKSCHER, E. F., *La Epoca Mercantilista: historia de la organizacion y las ideas economicas desde el final de la Edad Media hasta la sociedad liberal*, Fondo de Cultura Economica, México, 1943.

HEGEL, G. W. F., *Philosophy of Right*, translated with notes by KNOX, T.M., Oxford University Press, Oxford, 1967.

_____, *The Philosophy of History*, translated by J. Sibree, Dover Publications Inc., New York, 1956.

HEINRICH, M., "Capital in general and the structure of Marx's Capital", in *Capital & Class*, n. 38, London, Summer 1989.

HELD, D., *Democracy and the Global Order: From the Modern State to Cosmopolitan Governance*, Polity Press, Oxford, 1995.

_____, "Sovereignty, National Politics and the Global System", in *Political Theory and the Modern State*, Polity Press, Cambridge, 1989.

HELLER, A. e FEHER, F., *The Postmodern Political Condition*, Columbia University Press, New York, 1988.

HENDERSON, W. O., *The Rise of German Industrial Power, 1834 - 1914*, Temple Smith, London, 1975.

HILFERDING, R., *El Capital Financiero*, Instituto Cubano del Libro, Habana, 1971.

HILTON, R., DOBB, M. et alii, *A Transição do Feudalismo para o Capitalismo: Um Debate*, trad. de Isabel Didonnet, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978.

HINDESS, B. e HIRST, P. Q., *Modos de Produção Pré-Capitalistas*, trad. de Alberto Oliva, Zahar Ed., Rio de Janeiro, 1976.

HIRATA, H. (Org.), *Sobre o Modelo Japonês*, EDUSP, São Paulo, 1993.

HOBSBAWM, E., *A Era das Revoluções, 1789 - 1848*, 4a. edição, trad. de Maria Tereza L. Teixeira e Marcos Penchel, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1982.

_____, *A Era dos Impérios, 1875 - 1914*, 3a. edição, trad. de Sieni Maria Campos e Yolanda S. de Toledo, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1992.

_____, *Age of Extremes: The Short Twentieth Century, 1914 - 1991*, Abacus, London, 1995.

_____, *As Origens da Revolução Industrial*, trad. de Percy Galimberti, Global Ed., São Paulo, 1979.

_____, "Aspectos Políticos da Transição do Capitalismo ao Socialismo", in HOBSBAWM, E. (Org.), *História do Marxismo*, vol. 1, trad. de Carlos Nelson Coutinho e Nemésio Salles, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.

_____, *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*, 4a. edição, trad. de Donaldson M. Garschagen, Forense-Universitária, Rio de Janeiro, 1986.

HOFFMAN, K. e KAPLINSKY, R., *Driving Force: The Global Restructuring and Components Industries*, Westview Press, Boulder, 1988.

HOLLOWAY, J., "Capital Moves", in *Capital & Class*, n. 57, London, Autumn 1995.

_____, "Global Capital and the National State", in *Capital & Class*, n. 52, London, Spring 1994.

_____, e PICCIOTTO, S. (Eds.), *State and Capital - A Marxist Debate*, University of Texas Press, Austin, 1979.

HUSSON, M., "Les Trois Dimensions du Neo-impérialisme". *L'Impérialisme Aujourd'hui*, in *Actuel Marx*, n. 18, Presses Universitaires de France, Paris, 1995.

IANNI, O., *A Era do Globalismo*, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1996.

_____, *A Sociedade Global*, 2a. edição, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1993.

_____, *Escravidão e Racismo*, Ed. Hucitec, São Paulo, 1978

_____, "Globalização e Imperialismo", in *Crítica Marxista*, n. 3, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1996.

_____, "Nação: província da sociedade global?", in SANTOS, M. et alii (orgs.), *Território: Globalização e Fragmentação*, Ed. Hucitec / ANPUR, São Paulo, 1994.

_____, "O Mundo do Trabalho", in *São Paulo em Perspectiva (Trabalho, globalização e tecnologia)*, vol. 8, n. 1, SEAD, São Paulo, 1994.

_____, *Teorias da Globalização*, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1995.

JAMESON, F., "Conversas sobre a Nova Ordem Mundial". in BLACKBURN, R. (Org.), *Depois da Queda: O Fracasso do Comunismo e o Futuro do Socialismo*, 2a. edição, trad. de Luis Krausz, Maria Inês Rolim e Susan Semler. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1993.

_____, "Five Theses on Actually Existing Marxism". in *Monthly Review*, vol. 47, n. 11, London, April 1996.

JOHNSTON, L., *Marxism, Class analysis and Socialist Pluralism*, Allen & Unwin Publishers, London, 1986.

KAMENKA, E., *The Portable Karl Marx*, Penguin Books, London, 1983.

KAPLAN, M., "The Power Structure in International Relations", in *International Social Science Journal*, vol. XXVI, n. 1, UNESCO, Presses Universitaires de France, Paris, 1974.

KEMP, T., *Industrialization in Nineteenth-Century Europe*, second edition, Logman, London / New York, 1985.

_____, *Theories of Imperialism*, Dobson Books, London, 1967.

KENNEDY, P., *Preparando para o Século XXI*, trad. de Waltensir Dutra, Ed. Campus, Rio de Janeiro, 1993.

_____, *The Rise and Fall of the Great Powers: Economic Change and Military Conflict from 1500 to 2000*, Unwin Hyman, London, 1993.

KERN, H. e SCHUMANN, M., "New Concepts of Production and the Emergence of the Systems Controller", in *Technology and the Future of Work*, University of Goettingen, Goettingen, 1990.

KEY, W. B., *A Era da Manipulação*, trad. de Iara Biderman, Scritta Editorial, São Paulo, 1993.

KIERNAN, V. G., *Marxism and Imperialism*, St Martin's Press, New York, 1975.

KOCKA, J., "Objeto, Conceito e Interesse", in GERTZ, R., *Max Weber & Karl Marx*, Ed. Hucitec, São Paulo, 1994.

KONDER, L., *Marx, Vida e Obra*, 4a. edição, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1981.

_____, et alii (Orgs.), *Por que Marx*, Ed. Graal, Rio de Janeiro, 1983.

KOPNIN, P.V., *A Dialética como Lógica e Teoria do Conhecimento*, trad. de P. Bezerra, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978.

KOSHIBA, L., *A Honra e a Cobiça*, Tese de Doutorado, mimeo., FFLCH / USP, São Paulo, 1988.

KUBÁLKOVÁ, V. e CRUICKSHANK, A., *Marxism and International Relations*, Oxford University Press, Oxford/New York, 1989.

KUHN, T. S., *A Estrutura das Revoluções Científicas*, 2a. edição, Ed. Perspectiva, São Paulo, 1978.

KURZ, R., "As luzes do mercado se apagam: as falsas promessas do neoliberalismo ao término de um século em crise", in *Revista Estudos Avançados*, vol. 7, n. 18, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

_____, *O Colapso da Modernização*, 2a. edição, trad. de Karen Elsabe Barbosa, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1993.

LACLAU, E., "Feudalism and Capitalism in Latin America", in *New Left Review*, n. 67, London, May/June 1971.

LATOUCHE, S., *L'Occidentalization du Monde*, Éditions La Découverte, Paris, 1992.

LEBEGUE, D., "Pour une réforme du système monétaire international", in *Économie Prospective Internationale*, n. 24, Paris, 4. trimestre de 1985.

LEFEBVRE, H., *O Marxismo*, 4a. edição, trad. de J. Guinsburg, Difel, São Paulo, 1974.

_____, *Para Compreender o Pensamento de Karl Marx*, 2a. edição, trad. de Laurentina Capela, Edições 70, Lisboa, s/d.

_____, *Sociologia de Marx*, 2ª edição, trad. de Carlos Roberto Alves Dias, Forense Universitária, Rio de Janeiro, 1979.

LE GOFF, J., *Marchands et Banquiers du Moyen Age*, Presses Universitaires de France, Paris, 1956.

LÊNIN, V.I., "Draft and Explanation of a Programme for the Social-Demovratic Party", in V.I. Lênin, *Collected Works*, vol. 2, Foreign Languages Publishing House, Moscow, 1963.

_____, "O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo", in *Obras Escolhidas*, vol. 1, Ed. Alfa-Omega, São Paulo, 1979.

LEONARD, G., *Foreign Trade and National Economy: mercantilism and classical perspectives*, reprinted, Macmillan, London, 1991.

LIPIETZ, A., "Towards Global Fordism?", in *New Left Review*, n. 132, London, Mar/Apr 1982.

LITTLE, D., "Does Marx have a Theory of Capitalism?", in *The Social Science Journal*, vol. 22, n. 1, Jan 1985.

LOJKINE, J., *A Revolução Informacional*, trad. de José de Paulo Netto, Ed. Cortez, São Paulo, 1995.

LÖWY, M., "Imperialisme: Présentation II", *L'Imperialisme aujourd'hui*, in *Actuel Marx*, n. 18, Presses Universitaires de France, Paris, 1995.

_____, "Romantismo e Marxismo", in COGGIOLA, O. (org.), *Marxismo Hoje*, Ed. USP / Xamã, São Paulo, 1994.

LUKÁCS, G., *História e Consciência de Classe*, trad. de Telma Costa, Publicações Escorpião, Porto, 1974.

LUPORINI, C., "Critica della politica e critica della economia politica in Marx", in *Critica Marxista*, n. 1, anno 16, Editori Riuniti, Roma, 1978.

_____, "Per l'interpretazione della categoria 'formazione economico-sociale' ", in *Critica Marxista*, n. 3, anno 15, Editori Riuniti, Roma, 1977.

LUXEMBURGO, R., "A Acumulação do Capital - Uma Anticrítica: A Acumulação de Capital ou o Que os Epígonos Fizeram da Teoria de Marx", in LUXEMBURGO, R. e BUKHARINE, N., *Imperialismo e Acumulação de Capital*, trad. de Inês Silva Duarte, Edições 70, Lisboa, s/d.

_____, *Introdução à Economia Política*, trad. de Celso Leite, Livraria Martins Fontes Editora, São Paulo, s/d.

LYOTARD, J. F., *O Pós-Moderno*, trad. de Ricardo Corrêa Barbosa, 4a. edição, José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1993.

MacKENZIE, J. M., *The Partition of Africa 1880 - 1900 and European Imperialism in the Nineteenth Century*, Methuen, London / New York, 1983.

MADEUF, B. e MICHALET, C.A., "Global Forces - A New Approach to International Economics", in *International Social Science Journal*, vol. XXX, n. 2, UNESCO, Presses Universitaires de France, Paris, 1978.

MAGDOFF, H., *Imperialism: From the Colonial Age to the Present*, Monthly Review Press, London, 1978.

MANDEL, E., *A Formação do Pensamento Econômica de Karl Marx*, trad. de Carlos Henrique de Escobar, Zahar Editores, 1968.

_____, "After Imperialism, What About?", in *New Left Review*, n. 25, London, Mai/Jun 1964.

_____, *Ensayos sobre el Neocapitalismo*, Ediciones Era, México, 1971.

_____, "Explaining long waves of capitalist development", in *Futures Review*, London, 1981.

_____, *Late Capitalism*, fifth impression, Verso, London, 1993.

MATTELART, A., *La Communication-Monde: histoire des idées et des stratégies*, Éditions La Découverte, Paris, 1992

MANTOUX, P., *A Revolução Industrial no Século XVIII*, trad. de Sonia Rangel, UNESP / Ed. Hucitec, São Paulo, s/d

MARCUSE, H., *A Ideologia da Sociedade Industrial*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1969.

MARINI, R. M., *Subdesarrollo y Revolución*, Siglo Vientiuno, México, 1969.

MARQUES, R. M., "Globalização e Estados Nacionais", in *Crítica Marxista*, n. 3, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1996.

MARTELLI, R., "Monde, Europe, Nation: l'individu dans ces maisons communes", in BIDET, J. e TEXIER, J. (orgs.) *Le Nouveau Système du Monde, Actuel Marx - Confrontation*, Presses Universitaires de France, Paris, 1994..

MATIAS, P., *A Primeira Revolução Industrial: uma história econômica da Inglaterra, 1700 - 1914*, trad. de César de Oliveira e Eduardo Mendes, Assirio e Alvin, Lisboa, 1969.

McEWAN, A., "Globalization and Stagnation", in *Monthly Review*, vol. 45, n. 11, London, April 1994.

_____ e TABB, W.K., "A New Stage of Capitalism Ahead?", in *Monthly Review*, vol. 41, n. 1, London, May 1989.

McLELLAN, D., *Marx's Grundrisse*, Macmillan Press Ltd., London, 1971.

_____, *The Thought of Karl Marx*, Third Edition, Papermac, London, 1995.

McLUHAN, M. e POWERS, B. R., *The Global Village*, Oxford University Press, Oxford, 1989.

McMICHAEL, P. e MYHRE, D., "Global Regulation vs. the Nation-State: Agro-Food Systems and the New Politics of Capital", in *Capital & Class*, n. 43, London, Spring 1991.

MÉCHOULAN, H., *Dinheiro e Liberdade: Amesterdam no tempo de Spinoza*, trad. de Lucy Magalhães, Zahar Ed., Rio de Janeiro, 1992.

MEDVEDEV, R. A., "O Socialismo num só País", in HOBSBAWM, E. (Org.), *História do Marxismo*, vol. 7, trad. de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio N. Henriques e Amélia Rosa Coutinho, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1986.

MERHAV, M., *Dependencia Tecnologica, Monopolio y Crecimiento*, Ed Periferia, Buenos Aires, 1972.

MÉSZÁROS, I., *Beyond Capital: Towards a Theory of Transition*, Merlin Press, London, 1995.

_____, *Produção Destrutiva e Estado Capitalista*, trad. de Georg Toscheff, Editora Ensaio, São Paulo, 1989.

MICHALET, C. A., *Le Capitalisme Mondial*, Presses Universitaires de France, Paris, 1976.

MIGLIOLI, J., "Globalização: uma nova fase do capitalismo?", in *Crítica Marxista*, n. 3, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1996.

MILIBAND, R., *The State in Capitalist Society*, Quartet Books Limited, London, 1973.

_____, e PANITCH, L., "Globalization - To What End?", parts I e II, in *Monthly Review*, vol. 43, ns. 9 e 10, London, Feb/Mar 1992.

MILLER, J., *Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave, 1730 - 1830*, University of Wisconsin Press, Madison, 1988.

MORAES, J. Q., "A Miragem Global e a Rearticulação Imperialista", in *Crítica Marxista*, n. 3, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1996.

MURRAY, F., "The Decentralization of Production and the Decline of the Mass-Collective Worker?", in *Capital & Class Review*, n. 19, London, Spring 1983.

NAPOLEONI, C., *Lições sobre o Capítulo Sexto (Inédito) de Marx*, trad. de Carlos Nelson Coutinho, Livraria Editora Ciências Humanas, São Paulo, 1981.

NEGRI, A., *Marx oltre Marx: Quaderno di Lavoro sui Grundrisse*, terza edizione, Feltrinelli Editore, Milano, 1979.

NICOLAS, D. H., "Tempo, espaço e apropriação social do território: rumo à fragmentação na mundialização", in SANTOS, M. et alii (orgs.), *Território, Globalização e Fragmentação*, Ed. Hucitec/ANPUR, São Paulo, 1994.

NICOLAUS, M., "The Universal Contradiction", in *New Left Review*, n. 59, London, Jan/Feb 1970.

NOVACK, G., *An Introduction to the Logic of Marxism*, sixth printing, Pathfinder Press, New York, 1986.

NOVAIS, F., *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777 - 1808)*, 3a. edição, Editora Hucitec, São Paulo, 1985.

O'CONNOR, J., *USA: A Crise do Estado Capitalista*, trad. de João Maia, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.

O' DONNEL, G. e LINK, D., *Dependencia y Autonomia: Formas de Dependencia y Estratégias de Liberación*, Ed. Amorrortu, Buenos Aires, 1973.

OFFE, K., *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*, Ed. Tempo Brasileiro, São Paulo, 1984.

_____, *Stress and Contradictions in Modern Capitalism*, Lexington, London, 1975.

_____, *Trabalho e Sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho*, vol. I, Ed. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1989.

OHMAE, K., *O Fim do Estado Nação: A Ascensão das Economias Regionais*, trad. de Ivo Korytowski, Ed. Campus, 1996.

O Mundo Hoje - Anuário Econômico e Geopolítico Mundial, Ed. Ensaio, São Paulo, 1996.

ORTIZ, R., *Mundialização e Cultura*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1994.

_____, *Um Outro Território: Ensaio sobre a Mundialização*, Ed. Olho d'Água, São Paulo, 1997.

PALLOIX, C., *L'Économie Mondiale Capitaliste*, tomes I et II, Maspero, Paris, 1971.

PANIKKAR, K. M., *A Dominação Ocidental na Ásia - do século XV aos nossos dias*, 3a edição, trad. de Nemésio Salles, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.

PASSARELLI, B. A., *Colonialismo y Acumulación Capitalista en la Europa Moderna*, Preamar, Buenos Aires, 1973.

PATNAIK, P., "Whatever happened to Imperialism?", in *Monthly Review*, vol. 42, n. 6, London, Nov 1990.

PEDROSA, M., in *A Crise Mundial do Imperialismo e Rosa Luxemburgo*, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1979.

PEREIRA, A. C. A., "Marx e as Relações Internacionais". in KONDER, L. et alii (orgs.), *Por que Marx?*, Graal, Rio de Janeiro, 1983.

PERROTTA, C., "Il Capitale costante nella critica di Marx ai classici", in *Critica Marxista*, n. 1, anno 16, Editori Riuniti, Roma, 1978.

PETRELLA, R., "As Novas Tábuas da Lei de Deus", in MALAGUTI, M. L., CARCANHOLO, M. D. e CARCANHOLO, R. A. (orgs.), *A Quem Pertence o Amanhã*, trad. dos organizadores e de Nicolás N. Campanário, Edições Loyola, São Paulo, 1997.

PICCIOTTO, S., "The Internationalisation of the State", in *Capital & Class*, n. 43, London, Spring 1991.

PIORE, M. J. e SABEL, C. F., *The Second Industrial Divide*, Basic Books Inc. Publishers, New York, 1986.

PITELIS, C., "Beyond the Nation State? The Transnational Firm and the Nation-State", in *Capital & Class*, n. 43, London, Spring 1991.

PIVEN, F. F., "Is It Global Economics or Neo Laissez-Faire?", in *New Left Review*, n. 213, London, Sep/Oct 1995.

POLLERT, A., "Dismantling flexibility", in *Capital & Class Review*, n. 34, London, Spring 1988.

POOLEY, S., "The State Rules, OK? The Continuing Political Economy of Nation-States", in *Capital & Class*, n. 43, London, Spring 1991.

PORTER, M., *The Competitive Advantage of Nations*, Macmillan, London, 1990.

POULANTZAS, N., *L'Etat, le Pouvoir, le Socialisme*, Press Universitaire de France, Paris, 1978.

_____, *Pouvoir Politique et Classes Sociales*, Maspero, Paris, 1971.

PRAIS, S. J., *The Evolution of Giant Firms in Britain: A Study of the Growth of Concentration in Manufacturing Industry in Britain, 1909 - 1970*, second impression, Cambridge University Press, Cambridge, 1981.

PRODANOV, C. C., *O Mercantilismo e a América*, Ed. Contexto, São Paulo, 1990.

RADICE, H., "The National Economy: a keynesian myth?", in *Capital & Class*, n. 22, London, Spring 1984.

RAMONET, I., "O Pensamento Único", in MALAGUTI, M. L., CARCANHOLO, M. D. e CARCANHOLO, R. A. (orgs.), *A Quem Pertence o Amanhã*, trad. dos organizadores e de Nicolás N. Campanário, Edições Loyola, São Paulo, 1997.

RATTNER, H., "Globalização e projeto nacional", in SANTOS, M. et alii (orgs.), *Território: Globalização e Fragmentação*, Ed. Hucitec / ANPUR, São Paulo, 1994.

REICH, R., *The Work of Nations*, Vintage, New York, 1992.

RENAN, E., *¿Que es una Nación?*, 2a. edición, trad. de Rodrigo Fernandez-Carvajal, Centro de Estudios Constitucionales, Madrid, 1983.

RICARDO, D., *On The Principles of Political Economy and Taxation*, Cambridge University Press, Cambridge, 1970.

RIOUX, J. P., *A Revolução Industrial 1780 - 1880*, trad. de Waldirio Bulgarelli, Livraria Pioneira Ed., São Paulo, 1975.

ROBELIN, J., "Les nouvelles figures mondiales de la politique", in BIDEZ, J. e TEXIER, J. (orgs.), *Le Nouveau Système du Monde, Actuel Marx - Confrontation*, Presses Universitaires de France, Paris, 1994.

ROBERTSON, R., *Globalization: Social Theory and Global Culture*, third impression, Sage Publications, London, 1994.

ROSDOLSKY, R., *Génesis y Estructura de El Capital de Marx (Estudios sobre los Grundrisse)*, segunda edición, trad. de León Mames, Siglo Veintiuno Editores, México, 1979.

ROSECRANCE, R., *The Rise of the Trading State*, Basic Book, Inc. Publishers, New York, 1986.

SANTOS, T. dos, "A Globalização reforça as particularidades", in SANTOS, M. et alii (orgs), *Território: Globalização e Fragmentação*, Ed Hucitec / ANPUR, São Paulo, 1994.

_____, *Dependencia y Cambio Social*, 2a. edición, CESO, Santiago, 1970.

SCHAFF, A., *A Sociedade Informática*, 4a. edição, trad. de C.E. Jordão Machado e L.A. Obojes, Ed. Unesp/Brasiliense, São Paulo, 1993.

SCHUMPETER, J., "A significação do Manifesto Comunista na Sociologia e na Economia", in LASKI, H.J., *O Manifesto Comunista de Marx e Engels* (Apêndice), trad. de Regina Lúcia F. de Moraes e Cassio Fonseca, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1978.

_____, *The Theory of Economic Development: an inquiry into profits, capital, credit, interest and the business cycle*, Oxford University Press, London / Oxford / New York, 1969.

SEMMLER, W., "Theories of competition and monopoly", in *Capital & Class*, n. 18, London, Winter 1982.

SKLAIR, L., *Sociology of the Global System*, Harvester & Wheatsheaf, London, 1991.

SMITH, A., *A Riqueza das Nações*, vols. I e II, 2a. edição, trad. de Luis Cristóvão de Aguiar, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, s/d.

SMITH, A. D., *Nations and Nationalism in a Global Era*, Polity Press, Cambridge, 1995.

SIMMEL, G., *Philosophie de l'Argent*, Presses Universitaires de France, Paris, 1987.

SOARES, P. T. P. L., "Globalização ou Imperialismo?", in *Crítica Marxista*, n. 3, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1996.

SOMBART, W., *El Apogeo del Capitalismo*, vols. I e II, primera reimpression, trad. de José Urbano Guerrero, Fondo de Cultura Económica, México, 1984.

SPYBEY, T., *Globalization and World Society*, Polity Press, Cambridge, 1996.

STAHL, H. H., "Le Deuxième Servage en Europe Centrale et Orientale", in *Recherches Internationales*, n. 63 - 64, Paris, 1970.

Ste. CROIX, G.E.M. de, "Karl Marx and the Interpretation of Ancient and Modern History", in B. Chavance (Org.), *Marx en Perspective*, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 1983.

STERNBERG, F., *El Imperialismo*, Siglo Veintiuno Editores, México, 1979.

STOJANOVIC, R., "Interdependence in International Relations", in *International Social Science Journal*, vol. XXX, vol. 2, UNESCO, Presses Universitaires de France, Paris, 1978.

SWEEZY, P., *Modern Capitalism and Other Essays*, Monthly Review Press, New York/London, 1972.

_____, "What's new in the New World Order?", in *Monthly Review*, vol. 43, n. 2, London, June 1991.

SWINGWOOD, A., *Marx e a Teoria Social Moderna*, trad. de Carlos Nayfeld, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978.

SYLLA, R. e TONIOLO, G. (Eds.), *Patterns of European Industrialization: The Nineteenth Century*, Routledge, London / New York, 1991.

SZENTES, T., "Structural Rootes of the Employment Problem", in *International Social Science Journal*, vol. XXVIII, n. 4, UNESCO, Presses Universitaires de France, Paris, 1976.

TANZER, M., "Globalizing the Economy: the influence of the International Monetary Fund and the World Bank", in *Monthly Review*, vol. 47, n. 4, London, September 1995.

THERBORN, G., "The Economic Theorists of Capitalism", in *New Left Review*, n. 87-88, London, 1974.

THOMPSON, A., *La Dinámica de la Revolución Industrial*, Oikos-Tau Ediciones, Barcelona, 1976.

TOFFLER, A., *A Terceira Onda*, 19a. edição, trad. de João Távora, Editora Record, Rio de Janeiro, s/d.

TRIFFIN, R., "Reshaping the International Monetary Order", in *International Social Science Journal*, vol. XXX, n. 2, UNESCO, Presses Universitaires de France, Paris, 1978.

TROTSKY, L., *Histoire de la Révolution Russe*, Éditions du Seil, Paris, s/d.

_____, *La Révolution Permanente*, Gallimard, Paris, 1963.

VILLARREAL, R. (Org.), *Economía Internacional II - Teorías del Imperialismo, la Dependencia y sua Evidencia Histórica*, Fondo de Cultura Económica, México, 1989.

VIZENTINI, P. G. F., "Imperialismo e Globalização", in *Crítica Marxista*, n. 3, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1996.

VOLCKER, P. e GYOHTEN, T., *A Nova Ordem Económica: as finanças internacionais, o surgimento dos novos blocos regionais e a ameaça à hegemonia americana*, trad. de Vânia Conde e Viviane Castanho, Ed. Ortiz, Porto Alegre, 1993.

VON BRAUNMUEHL, C., "On The Analysis of the Bourgeois Nation State Within The World Market Context. An Attempt to Develop a Methodological and Theoretical Approach", in HOLLOWAY, J. e PICCIOTTO, S., *State and Capital: A Marxist Debate*, University of Texas Press, Austin, 1979.

VON MISES, L., *Critique of Interventionism*, Arlington House, New York, 1976.

_____, *O Mercado*, trad. de Donald Stewart Jr., Ed. José Olympio, Rio de Janeiro, 1987.

WALICKI, A., "Socialismo russo e populismo", in HOBSBAWM, E. (Org.), *História do Marxismo*, vol. 3, trad. de Carlos Nelson Coutinho, Fátima Murad e Luiz Arturo Obojes, Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1984.

WALLACE, I., *The Global Economic System*, Unwin Hyman, London, 1990.

WALLERSTEIN, I., "Braudel on Capitalism and the Market", in *Monthly Review*, n. 9, vol. 37, London, 1986.

_____, *O Capitalismo Histórico*, trad. de Denise Bottmann, Ed. Brasiliense, São Paulo, 1985.

_____, *The Capitalist World-Economy*, Cambridge University Press, Cambridge, 1979.

_____, *The Modern World-System*, vols. I e II, Academic Press, London, 1974.

_____, *The Politics of the World-Economy*, Cambridge University Press, Cambridge, 1984.

WATANABE, B., "Toyotismo: Um Novo Padrão Mundial de Produção?", in *Revista dos Metalúrgicos*, ano 1, n. 1, São Paulo, 1993.

WEBER, M., *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, 3a. edição, Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1983.

_____, *Economia y Sociedad*, Fondo de Cultura Económica, México, 1992.

_____, *Historia Económica General*, 3a. edición, Fondo de Cultura Económica, México, 1961.

_____, *Metodologia das Ciências Sociais*, partes I e II, Cortez Ed. / Ed. Unicamp, São Paulo, 1992.

WEINER, M., *The Global Migration Crisis: Challenge to States and to Human Rights*, Harper Collins College Publishers, New York, 1995.

WESSELING, H. L., "Imperialism and Empire: An Introduction", in MOMMSEN, W. and OSTERHAMMEL, J. (Eds.), *Imperialism and After: Continuities and Discontinuities*, Allen & Unwin (Publishers), London, 1986.

WILKINS, M., *The Emergence of Multinational Enterprise*, Cambridge University Press, Cambridge, 1970.

WILLIAMS, E., *Capitalismo e Escravidão*, trad. de Carlos Nayfeld, Companhia Editora Americana, Rio de Janeiro, 1975.

WILLIAMS, K., CUTLER, T., WILLIAMS, J. & HASLAM, C., "The End of Mass Production? Review article on Piore, M & Sabel, C.", in *Economy and Society*, vol. 16, n. 3, August, Routledge and Kegan, London, 1987.

WILLIAMS, R., "Base and Superstructure in Marxist Cultural Theory", in *New Left Review*, n. 82, London, 1973.

WILLIAMSON, J., *The Failure of World Monetary Reform 1971-74*, New York University Press, New York, 1977.

WOLFF, P., *Commerces et Marchands de Toulouse (vers 1350 - vers 1450)*, Librairie Plon, Paris, 1954.

WOMACK, J.P., JONES, D. T. & ROOS, D., *The Machine that Changed the World: The Triumph of Lean Production*, Rawson, New York, 1990.

WOOD, E. M., "From opportunity to imperative: the history of the market", in *Monthly Review*, n. 3, vol. 46, London, 1994.

WOOD, S., "O Modelo Japonês em Debate: Pós-Fordismo ou Japonização do Fordismo?", in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n 17, Ano 6, São Paulo, 1991.

ZELNY, J., *Dialectica y Conocimiento*, trad. de Jacobo Muñoz, Ediciones Cátedra, Madrid, 1982.

JORNAIS E REVISTAS:

EUROMONEY (Magazine), April 1996, "Bank of China's cultural revolution".

_____, may 1996, "Bulls, bears and tigers".

FOLHA DE S. PAULO (Jornal), 11/3/94, "Desemprego no Ocidente" e "Mão-de-obra infantil chega a 2 milhões".

_____, 2/11/97, "Globalização", caderno especial.

FOREIGN AFFAIRS (Magazine), vol. 73, n. 1, Jan / Feb 1994.

FORTUNE (Magazine), n. 2, Jan 1990, "How the World will Change".

_____, n. 15, Aug 1996, "A Bigger Richer World".

THE ECONOMIST (Magazine), July, 20th - 26th, 1996, "The Fun of Being a Multinational".

_____, Jul 27th - Aug 2nd, 1996, "All of a sudden every banker is a World Bank"

_____, Aug 24th - 30th, 1996, "Crossing the Pacific".

_____, Sep 7th - 13th, 1996, "Working harder for less?".

_____, Sep 14th - 20th, 1996, "Coming to America (again)".

_____, Sep 21st - 27th, 1996, "Burning Desires".

TIME (Magazine), n. 37, Sep 11th, 1989, "Subversion by Video".

_____, n. 51, Dec 17th, 1990, "Homeless, U.S.A.".